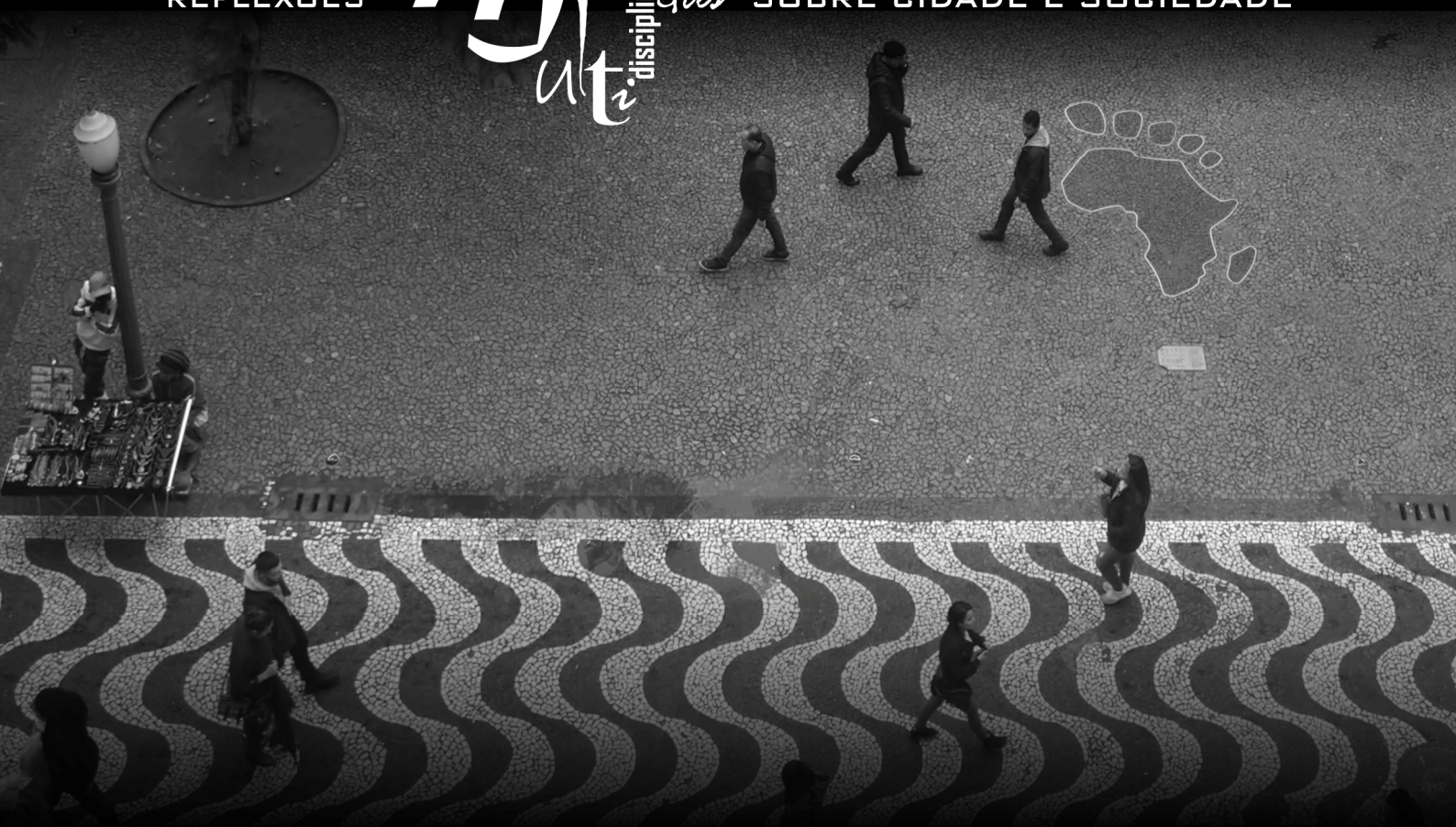


E S P A Ç O L I V R E

REFLEXÕES

*Multidisciplin*  
*ares*

SOBRE CIDADE E SOCIEDADE



O R G A N I Z A Ç Ã O S Á V I O G U I M A R ã E S

PREFÁCIO JOELMA SENA

**ARTES** FERNANDA QUINTÃO **PSICOLOGIA** ROSELY CUBO & LEONICE LIMA  
**MÚSICA** EDSON LEÃO FERENZINI **DIREITO** DENISE OKADA AHMED  
**ARQUITETURA & URBANISMO** CLÁUDIA BAIMA **EDUCAÇÃO** EDILSON CRUZ  
**PATRIMÔNIO CULTURAL** RAQUEL MIRANDA & ALINE DI SALVO  
**CIÊNCIAS SOCIAIS** RACHEL DE CASTRO ALMEIDA **LETRAS** SANDRA ARAÚJO  
**MEIO AMBIENTE** BÁRBARA FRANZ, BIANCA DUARTE & FELIX CARRIELLO  
**MUSEOLOGIA** DAIANE CARVALHO & DAISY SANTOS **TURISMO** UIARA MARTINS  
**ADMINISTRAÇÃO** JULIANO SILVESTRE **ENGENHARIA** JULIANA IAHN  
**GEOGRAFIA** ALDO REZENDE, MARIA JOSÉ FERREIRA & EDNA DE OLIVEIRA.

POSFÁCIO CHICO JÚNIOR

*situ*-AÇÕES  
GRUPO DE PESQUISA

**ICPD** Instituto CEUB de  
Pesquisa e  
Desenvolvimento  
PROGRAMA DE MESTRADO  
EM ARQUITETURA E URBANISMO

**CEUB**

artes . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . letras . direito . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . ciências sociais . educação . museologia . turismo . engenharia . geografia





E S P A Ç O L I V R E

REFLEXÕES

*Multidisciplinares*

SOBRE CIDADE E SOCIEDADE

O R G A N I Z A Ç Ã O S Á V I O G U I M A R ã E S

B R A S Í L I A 2 0 2 1

SÉRIE **ESPACO**  
2

*situ-AÇÕES*  
GRUPO DE PESQUISA

**ICPD** Instituto CEUB de  
Pesquisa e  
Desenvolvimento  
PROGRAMA DE MESTRADO  
EM ARQUITETURA E URBANISMO

**CEUB**

## **CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB**

### **• Reitor:**

Getúlio Américo Moreira Lopes

## **INSTITUTO CEUB DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - ICPD**

### **• Diretor:**

João Herculino de Souza Lopes Filho

### **• Diretor Técnico:**

Rafael Aragão Souza Lopes

## **PRODUÇÃO EDITORIAL**

### **• Editoração:**

Biblioteca Reitor João Herculino

### **• Projeto Gráfico e Fotografias em P&B das Capas, Seções e Capítulos:**

Sávio Tadeu Guimarães

## **COLABORAÇÃO ACADÊMICA**

### **• Organização:**

Sávio Tadeu Guimarães

Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

### **• Comissão técnico-científica:**

Rossana Delpino Sapena

Doutora em Arquitetura pela Universidade Politécnica de Catalunha (UNL).

William Pasuy Arciniegas

Doutor em Arquitetura pela Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo (UMSNH México).

Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária

Doutor em Estudos Ambientais pela Architectural Association School of Architecture da Inglaterra.

Valéria Leão Ferenzini

Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ricardo Trevisan

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).

Helena Mendes dos Santos

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Alberto Alves de Faria

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).

Eliete de Pinho Araújo

Doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Paulo Afonso Cavichioli Carmona

Doutor em Direito Urbanístico pela PUC São Paulo.

### **• Revisão em Português:**

Edilson da Silva Cruz

Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Bruno Freitas

Bacharel em Língua Portuguesa pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

### **• Prefácio:**

Joelma Hemenegilda Sena

Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

### **• Posfácio:**

Francisco Afonso de Castro Junior

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).

**Trabalho avaliado e revisado por pares da Comissão técnico-científica**

**Disponível em <[www.repositorio.uniceub.br](http://www.repositorio.uniceub.br)>**

**Circulação por acesso aberto e gratuito (a ser referenciado)**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Espaço livre: reflexões multidisciplinares sobre cidade e sociedade / organizador, Sávio Tadeu Guimarães

– Brasília: ICPD; CEUB, 2021.

304 p.: il. (Série Espaço, 2)

ISBN 978-65-87823-43-0

1. Cidade e Sociedade. I. Centro Universitário de Brasília. II. Título

DOI 10.5102/9786587823430

CDU 301.152.3

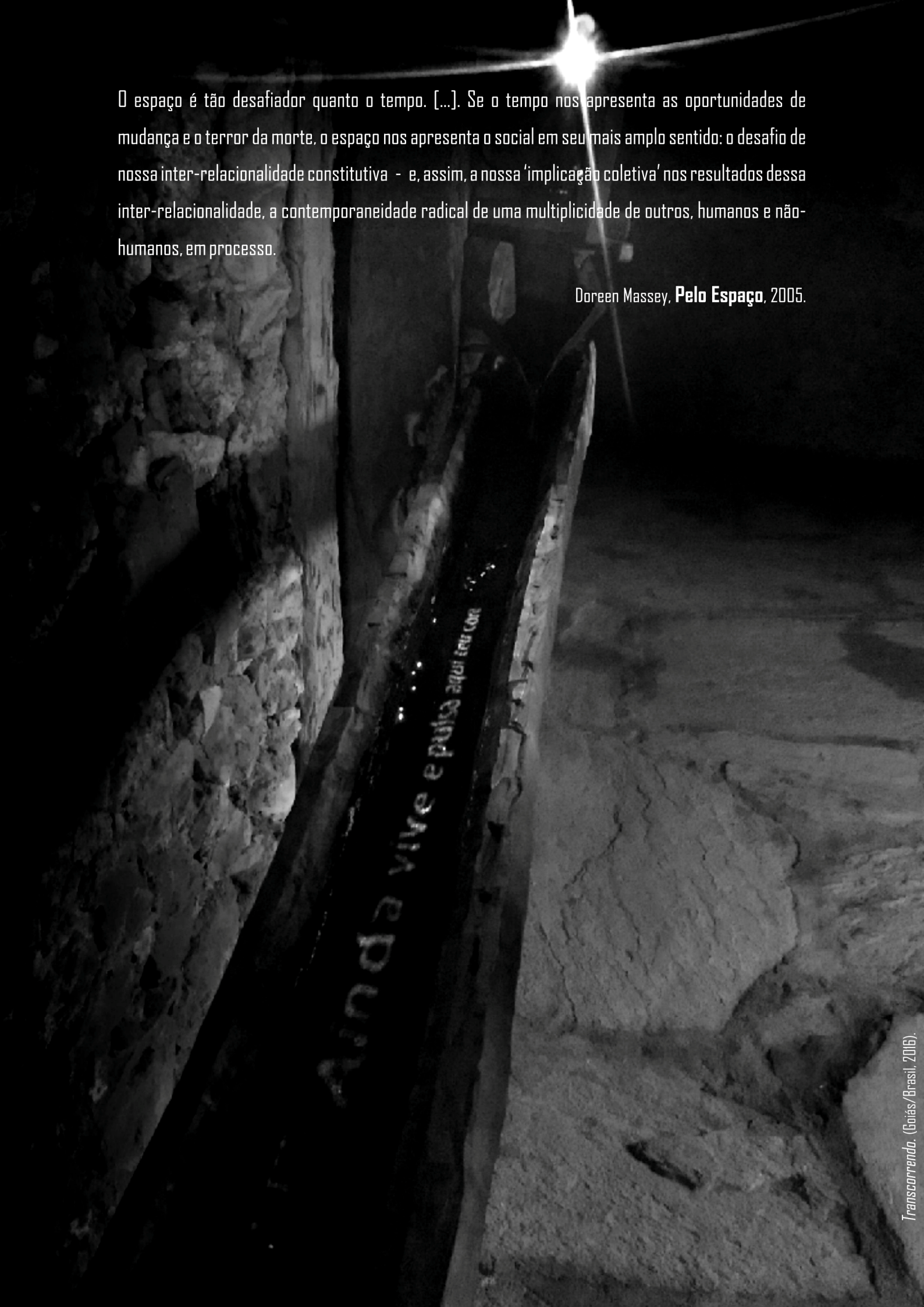
Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitor João Herculino

Centro Universitário de Brasília – CEUB

SEPN 707/709 Campus do CEUB

Tel. (61) 3966-1335 / 3966-1336





O espaço é tão desafiador quanto o tempo. [...]. Se o tempo nos apresenta as oportunidades de mudança e o terror da morte, o espaço nos apresenta o social em seu mais amplo sentido: o desafio de nossa inter-relacionalidade constitutiva - e, assim, a nossa 'implicação coletiva' nos resultados dessa inter-relacionalidade, a contemporaneidade radical de uma multiplicidade de outros, humanos e não-humanos, em processo.

Doreen Massey, **Pelo Espaço**, 2005.

# SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO** 08  
SÁVIO GUIMARÃES

**PREFÁCIO** 11  
JOELMA HEMENEGILDA SENA

## SEÇÃO I PERCEPÇÕES INQUIETAÇÕES PROPOSIÇÕES

**CAPÍTULO 1** \_\_\_\_\_ MARGENS, CENTROS. 18  
Sobre encontros em arte como caminhos de resistência, encanto e vida.  
FERNANDA SOUZA QUINTÃO

**CAPÍTULO 2** \_\_\_\_\_ PSICOLOGIA DO ÓCIO NA ANÁLISE DE NARRATIVAS CIDADINAS. 33  
Perceptividade da qualidade de vida em Ilha Solteira.  
ROSELY CUBO & LEONICE LIMA

**CAPÍTULO 3** \_\_\_\_\_ É MELHOR LOTEAR O NOSSO AMOR. 59  
Cidade e música popular, um 'caso' antigo...  
EDSON LEÃO FERENZINI

**CAPÍTULO 4** \_\_\_\_\_ PARADIGMAS DA ARQUITETURA E DO URBANISMO. 85  
O caso da região portuária do Rio de Janeiro.  
CLÁUDIA MESQUITA BAIMA

**CAPÍTULO 5** \_\_\_\_\_ A CASA QUE NOS HABITA. 109  
Espaço e poesia na intimidade das cidades.  
SANDRA ARAÚJO DE LIMA DA SILVA



## SEÇÃO II

## PERCEPÇÕES INQUIETAÇÕES PROPOSIÇÕES

<b>CAPÍTULO 6</b>	_____CIDADE CIDADÃ. Utopia jurídica?  DENISE SETSUKO OKADA AHMED	<b>124</b>
<b>CAPÍTULO 7</b>	_____ADMINISTRANDO A ECONOMIA DA CULTURA. Aportes para o desenvolvimento regional em Goiás e Pirenópolis.  JULIANO DE CASTRO SILVESTRE	<b>136</b>
<b>CAPÍTULO 8</b>	_____DESAFIOS CONHECIDOS E CAMINHOS A TRILHAR NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO. Considerações a partir da política do patrimônio cultural material do IPHAN de 2018.  RAQUEL MIRANDA BARBOSA & ALINE AMARAL DI SALVO	<b>154</b>
<b>CAPÍTULO 9</b>	_____VULNERABILIDADE AMBIENTAL A ALAGAMENTOS EM REGIÕES METROPOLITANAS. Um estudo de caso pautado na cidade de São Gonçalo.  BÁRBARA FRANZ, BIANCA DUARTE & FELIX CARRIELLO	<b>168</b>
<b>CAPÍTULO 10</b>	_____A COMPLEXIDADE RESIDENCIAL NAS CIDADES BRASILEIRAS. Estrutura social e (des)igualdades espaciais.  RACHEL DE CASTRO ALMEIDA	<b>183</b>

### SEÇÃO III

### PERCEPÇÕES INQUIETAÇÕES PROPOSIÇÕES

<b>CAPÍTULO 11</b>	<b>PASSEANDO PELAS RUAS, NÓS FAZEMOS A HISTÓRIA.</b> O direito à cidade e a cidadania ativa em práticas escolares de São Paulo. EDILSON DA SILVA CRUZ	<b>201</b>
<b>CAPÍTULO 12</b>	<b>DE ONDE VÊM AS NARRATIVAS MUSEOLÓGICAS?</b> As comunidades no processo de construção de museus afro em Recife e Camaçari. DAIANE SILVA CARVALHO & DAISY CONCEIÇÃO SANTOS	<b>215</b>
<b>CAPÍTULO 13</b>	<b>TURISMO GASTRONÔMICO E INOVAÇÃO SOCIAL.</b> Uma proposta para a Rota da Tapioca na cidade de Fortaleza. LIARA MARTINS	<b>234</b>
<b>CAPÍTULO 14</b>	<b>O PAPEL DA ENGENHARIA NA CONSTRUÇÃO E (RE)QUALIFICAÇÃO DAS CIDADES.</b> Uma intervenção de caráter multidisciplinar empreendida no Distrito Federal. JULIANA LINDER DE OLIVEIRA IAHN	<b>259</b>
<b>CAPÍTULO 15</b>	<b>GEOGRAFIA E FORMAÇÃO HUMANA.</b> Exercício de práxis docente na educação de jovens e adultos em Vitória. ALDO REZENDE, EDNA CASTRO DE OLIVEIRA & MARIA JOSÉ FERREIRA	<b>274</b>
	<b>POSFÁCIO</b> FRANCISCO AFONSO DE CASTRO JUNIOR	<b>295</b>
	<b>SOBRE OS AUTORES</b>	<b>298</b>





---

## APRESENTAÇÃO

Luz, Aldeia da Luz, Distrito de Évora, Região do Alentejo, Portugal. Quando um professor e seus alunos do curso de Artes Visuais e Design da Universidade de Évora realizaram, no ano de 2013, entre suas atividades educacionais, uma intervenção artística por meio da “faixa-gráfica” e simbólica que agora se destaca no fim da estrada que ligava essa aldeia à aldeia de Mourão, várias outras leituras e escritas do lugar já vinham sendo feitas por distintas percepções da história e dos desdobramentos da aldeia submersa pela decisão política de ali construir uma barragem. Se a grande obra de engenharia em que consiste a Barragem de Alqueva representou melhorias econômicas e administrativas na região após sua construção, iniciada em 2002, quando passou a represar as águas do Rio Guadiana, criando o maior lago artificial da Europa, o chamado Grande Lago, essas fortes alterações ocorridas a partir de tal geografia passaram a ensinar, também, reflexões em relação às dimensões visíveis e menos explícitas da profunda transformação socioespacial por que passou e ainda passa a Aldeia da Luz.

Questões relacionadas ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos dos moradores da Luz são ainda hoje atuais para a reflexão. É certo que, diferente de casos mais controversos ou desastrosos, no caso da Luz, toda a aldeia foi trasladada para uma área adjacente à que seria submersa, e uma aldeia similar foi construída após vários estudos – que também atualizaram o lugar com a criação do Museu da Luz, único edifício de feições contemporâneas construído na nova aldeia e forjado por narrativas museológicas que, desde 2003, explicitam as contradições do caso aos visitantes dessa instituição, moradores e turistas, por meio da exibição ali realizada da história e das histórias da antiga e da atual aldeia. Mas não foram e não têm sido poucas as constatações do descontentamento da população local com os resultados esperados numa situação a eles apresentada sem possibilidades de escolha; de fato, se o traslado do cemitério parece ter sido o momento mais traumático para os habitantes da Luz, a crescente evasão da nova vila, que ultrapassou 50% do total de habitantes do lugar em 2015, evidencia o quanto nossos vínculos e afetos com os espaços e sua história são conformados por dimensões as mais diversas, como as de ordem psicológica.

Restou, como marco simbólico, como memorial, a Casa Monte dos Pássaros, única construção remanescente da antiga aldeia que não foi submersa e de onde, junto à música das aves que dali ouvimos em meio a seus vôos entre a velha árvore e o novo lago que quase invade essa velha casa, podemos imaginar um pouco do que se encontra além de tal paisagem, observada a partir do fim da estrada velha da Aldeia da Luz. E são justamente essas múltiplas interpretações e considerações a que um caso específico como este nos permite realizar que instigaram sua menção nesta apresentação de um livro pautado, exatamente, em abordagens de tantos outros casos desenvolvidas sob olhares diversos e também abrangentes, como reflexo dos esforços acadêmicos para iluminar o conhecimento. Ainda que os capítulos desta obra tenham como foco cidades brasileiras, e que tenham sido elaborados, cada um deles, a partir de um campo disciplinar distinto, a consideração a múltiplas dimensões que envolvem sociedade e espaço pode ser percebida em cada um



desses capítulos e, juntos neste livro, penso eu poderem explicitar o título dado, um *Espaço Livre*, que agrega “*reflexões multidisciplinares sobre cidade e sociedade*”.

Evidentemente, tal como nessa breve menção ao caso da Aldeia da Luz, não se pretendeu neste livro esgotar possibilidades de fala ou desconsiderar tantos outros campos profissionais aqui ausentes que, igualmente, repercutem e contribuem para a reflexão sobre uma dada realidade socioespacial. As vozes que ora se apresentam em cada capítulo, vindas de campos distintos, focadas em cidades também distintas, foram aqui estruturadas em três eixos principais que, assim, configuram o livro. De início, as reflexões trazidas pelos autores dos cinco primeiros capítulos remetem, sobremaneira, a “percepções” sobre as temáticas entrecruzadas em todo o livro: cidade e sociedade – Artes, Psicologia, Arquitetura e Urbanismo, Música e Letras são as disciplinas que, especificamente, embasaram cada um desses capítulos. Em seguida, as questões abordadas por outros autores também em cinco capítulos evidenciam, sobretudo, “inquietações” no que se refere a valores, demandas e reflexões crescentemente constatadas neste mesmo âmbito – Direito, Administração, Patrimônio Cultural, Meio Ambiente e Ciências Sociais são os campos disciplinares que direcionaram a produção desses capítulos. Posteriormente, as reflexões que delineam a última seção do livro, também composta por cinco capítulos, explicita específicas “proposições”, experiências de seus autores na esfera da cidade, e da sociedade que a transforma continuamente – Educação, Museologia, Turismo, Engenharia e Geografia são as áreas do conhecimento que conduziram a produção de cada um desses capítulos que finalizam o livro. E visando contribuir pessoalmente para uma assimilação de unidade dessa diversidade de campos aqui reunida, as fotografias em preto & branco que permeiam todo o livro tentam, por meio das imagens ali enquadradas e títulos dados, evidenciar os temas abordados, mais que as cidades ou casos específicos em questão.

Sob essas considerações, a mim resta agradecer imensamente a todos os autores, professores e pesquisadores que, em tempos difíceis, aceitaram o convite para participar dessa obra de caráter multidisciplinar e que, de seus campos profissionais distintos, nos trazem seus conhecimentos e preocupações também complementares e enriquecedores no pensar sobre um espaço ou lugar, um indivíduo ou grupo social que ali se expressam. Agradeço igualmente a Joelma Sena e Chico Junior que, por suas trajetórias profissionais atentas e sensíveis às inter-relações, ao diálogo entre diferenças, como se percebe por meio de seus respectivos Prefácio e Posfácio, complementaram este livro enriquecendo-o com suas visões de síntese do mesmo. A partir dessas colaborações inestimáveis que conformam a presente obra, somadas à colaboração acadêmica tanto do Comitê Técnico-científico quanto da Revisão, que a enriqueceram por suas considerações no longo processo que nos permitiu chegar até aqui, da maneira que se apresenta, são estendidos os agradecimentos. Por fim, fica a expectativa de que esta segunda publicação organizada sob minha condução do Grupo de Pesquisa *situ-AÇÕES*, mas resultante de um trabalho acadêmico configurado por múltiplas vozes possa, em seu acesso e circulação gratuitos pelas plataformas digitais, colaborar, também com o leitor, em suas específicas reflexões sobre estes ou outros campos e casos, seus dilemas e indícios.



## PREFÁCIO

Lembro-me de, quando criança, cantar alegremente: *“se essa rua, se essa rua fosse minha”*. Você também cantarolava essa cantiga de roda? Se sim, talvez compartilhe comigo do sentimento que me tomou no exato momento em que revisei a canção: ri de mim mesma ao mesmo tempo em que me senti feliz por perceber que, na mais tenra idade, sem nem saber exatamente como, pavimentar a rua para melhorar o acesso de quem eu queria bem já enchia de alegria os meus dias!

É engraçado como, quando somos crianças, as coisas têm dimensões tão próprias. Hoje nem a “minha rua” é minha, assim como meus passos deixam de ser meus à medida em que caminho e os deixo para trás. As ruas, algumas ladrilhadas, outras asfaltadas, outras que se pretendem rua, mas não chegam a sê-lo, que outrora eram praticamente um universo inteiro, são, percebo agora, guardiãs das pegadas que deixaram de me pertencer além de caminhos que me levam à enveredar pelo multiverso que é a cidade. E fico me perguntando se não a rua, mas se a cidade fosse minha, como ela seria? Você já se perguntou como seria a cidade se ela fosse sua? E se a cidade fosse nossa? O que me leva, inexoravelmente, à ilusão da *“cidade ideal”*:

Àquela altura da estrada já éramos quatro amigos.  
Queríamos fazer um conjunto, bem.  
Queríamos ir juntos à cidade, muito bem.  
Só que, à medida que a gente ia caminhando,  
quando começamos a falar dessa cidade,  
fui percebendo que os meus amigos tinham umas ideias bem esquisitas  
sobre o que é uma cidade.  
Umas ideias atrapalhadas, cada ilusão.  
Negócio de louco...

Peço desculpas se pareço saudosista, mas é inevitável. Memórias de infância povoam a minha mente e vão se reorganizando, se remodelando. Concluo, afinal, que as experiências infantis não eram tão somente recreação, eram a introdução de conceitos de forma lúdica para que ao longo da minha existência se desdobrassem em reflexões mais elaboradas. E, vejam só, quem diria que um dia eu enxergaria a história dos *Saltimbancos* se repetindo indefinidamente na vida real? Retirantes em busca de melhores condições de vida em uma cidade ideal...

Nessa versão original, de Sérgio Bardotti, traduzida por Chico Buarque em 1977, o cão, a galinha e a gata, amigos do jumento, tinham *“umas ideias bem esquisitas sobre o que é uma cidade”*. Mas, afinal, o que é uma cidade? Ouso dizer que cidade é a morada da sociedade e a

sociedade são os quatro amigos, ou seja, pessoas e grupos diferentes, com desejos e anseios ora comuns, ora distintos e que, nem por isso, devem deixar de conviver no mesmo espaço; então, loucura mesmo é pensar a cidade para alguns e não para todos.

Vou um pouco mais além, ousar dizer, também, que a cidade seja como um grande e pomposo teatro. E a sociedade? Ocupa espaços (ou seriam frestas?) dentro e fora do teatro. Em cena, vários atores, alguns muito bons, outros, nem tanto. Enquanto alguns reinam absolutos no palco, como estrelas brilhantes com luzes emprestadas, outros ficam anonimamente ‘por trás do detrás’ das cortinas concedendo brilho a outrem, movendo as engrenagens, sendo invisíveis, não obstante indispensáveis. Alguns dirigem ou, pelo menos, tentam... E de espectadores, bom, há quem esteja no conforto de seus balcões, uns poucos na verdade, assistindo a tudo de lugar privilegiado logo acima da plateia que é de onde a maioria assiste a tudo.

A depender da modalidade do espetáculo é possível até interagir durante o ato, no entanto, sejamos honestos, é muito raro; esse teatro é de faz de conta... Faz de conta que sim, mas ainda não está aberto para o Teatro Experimental do Negro, para o Teatro do Oprimido e nem para o Teatro das Oprimidas. Ainda não. Apesar disso, seguimos, claro, se passarmos pela bilheteria. Algumas vezes a entrada será gratuita, todavia não nos enganemos, tudo tem seu preço, mesmo aquilo que à primeira vista parece gratuito. E não podemos nos esquecer daqueles que ficam do lado de fora do teatro, a gratuidade realmente não garante a entrada aos ‘ninguéns’ da vida; infelizmente, é preciso mais do que a vida para poder existir...

Mas será que existe alguma razão em minha ousadia? Essa avaliação poderá ser feita por você a partir da leitura deste livro, que traz, justamente, como em seu título, “reflexões multidisciplinares sobre cidade e sociedade”. E se me permite ousar um pouco mais, te convido a pensar, enquanto lê, quem é você neste grande teatro e onde você está hoje: no balcão ou na plateia, no palco ou atrás dele, na direção? Onde já esteve? Gostaria de estar, agora, em outro lugar nesse teatro? De uma coisa eu tenho certeza, se você está lendo este livro, ao menos dentro do grande teatro você está; então, considere pensar também em como seria estar do lado de fora. Considere também pensar: se a cidade buscasse por um cidadão ideal, quem seria este cidadão? Você seria um cidadão ideal? Existiria um cidadão ideal? Ideal para quem?

Pode soar meio estranho, mas esta é minha maneira de te dar as boas-vindas a este *Espaço Livre*, porque um espaço livre é um espaço de trocas, de trânsito, então, é mais que desejável entrar e sair para abraçar várias perspectivas sobre cidade, sobre sociedade. Esta obra



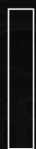
multidisciplinar foi idealizada e cuidadosamente organizada por Sávio Guimarães, que não poupou esforços para compor a unidade visual do livro a partir de imagens potentes que permitem também uma leitura plástica dos conteúdos abordados nos textos. Inquietações a respeito do papel sociocultural da Arquitetura, do Urbanismo e, sobretudo, do Patrimônio Histórico na conformação das cidades, vêm construindo a carreira acadêmica deste arquiteto e são essas mesmas inquietações que têm configurado também o seu eu 'não acadêmico': sonhador, perspicaz, inconformado, ácido e obstinado.

Este livro traz, como capítulos, artigos e ensaios que abordam, sem amarras, a transversalidade dos temas cidade e sociedade; reflexões escritas por profissionais e pesquisadores da Administração, da Arquitetura e Urbanismo, das Artes, do Direito, da Educação, da Engenharia, da Geografia, da Letras, da Música, do Meio Ambiente, da Museologia, do Patrimônio Cultural, da Psicologia, das Ciências Sociais e do Turismo. Assim, não há uma sequência lógica de leitura, o Espaço é Livre, para que você pouse onde se sentir mais confortável e carregue consigo tudo quanto aprouver.

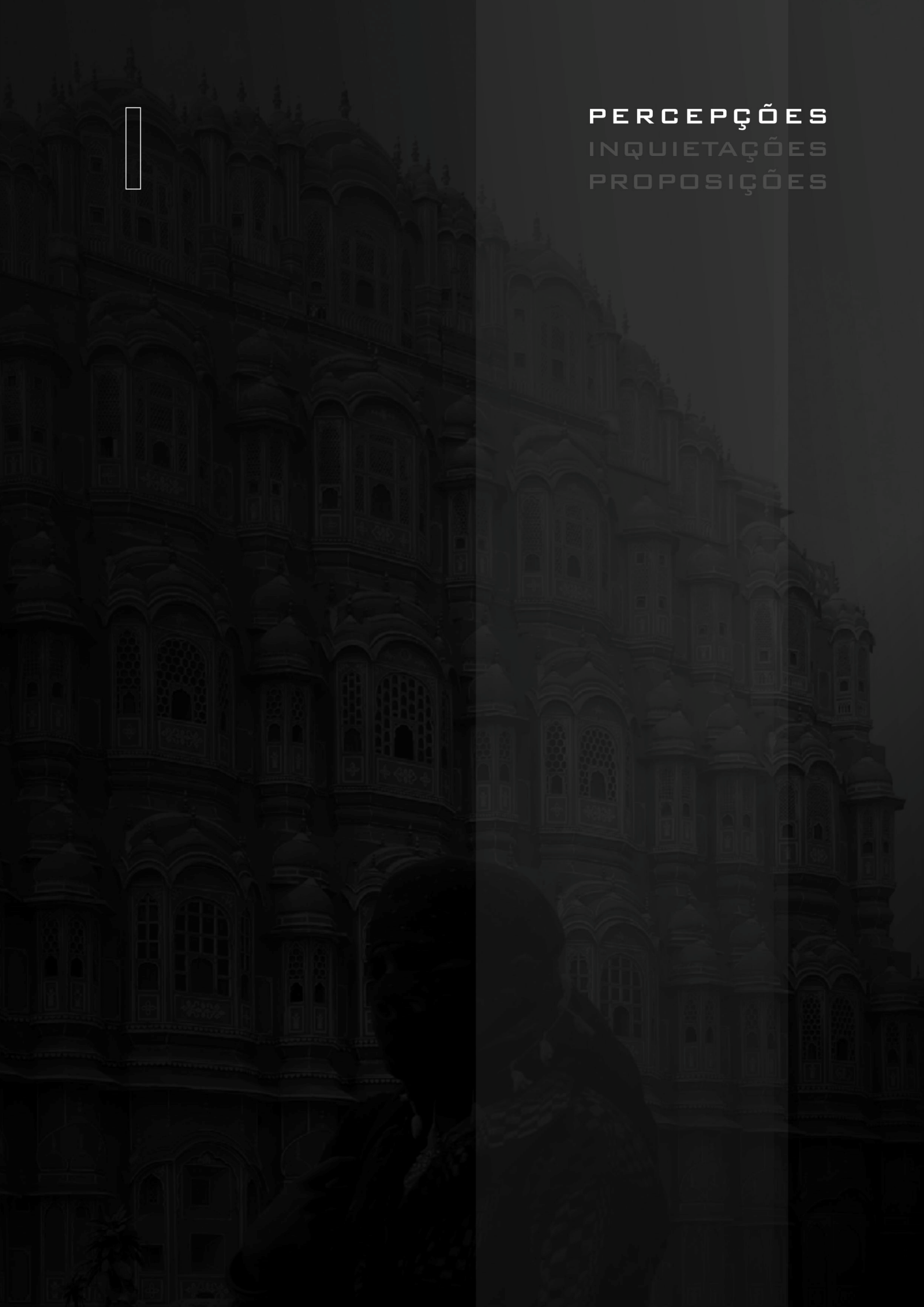
Já adianto que, neste segundo livro da série *Espaço*, você encontrará percepções, inquietações e proposições que versam sobre formação humana, direito à cidade e à qualidade de vida, experiências do cotidiano, patrimônio e memória, estruturas e desigualdades sociais, urbanização, segregação espacial, apropriação, ocupação e reinvenção dos espaços, afirmação e pertença, integração e participação popular, protagonismo e transgressão, pluralidade e ócio; assuntos estes que permeiam o debate contemporâneo acerca dos temas cidade e sociedade. Não tenho dúvidas de que este *Espaço Livre* provocará reflexões intensas e significativas. Assim, só me resta te desejar: boa leitura!

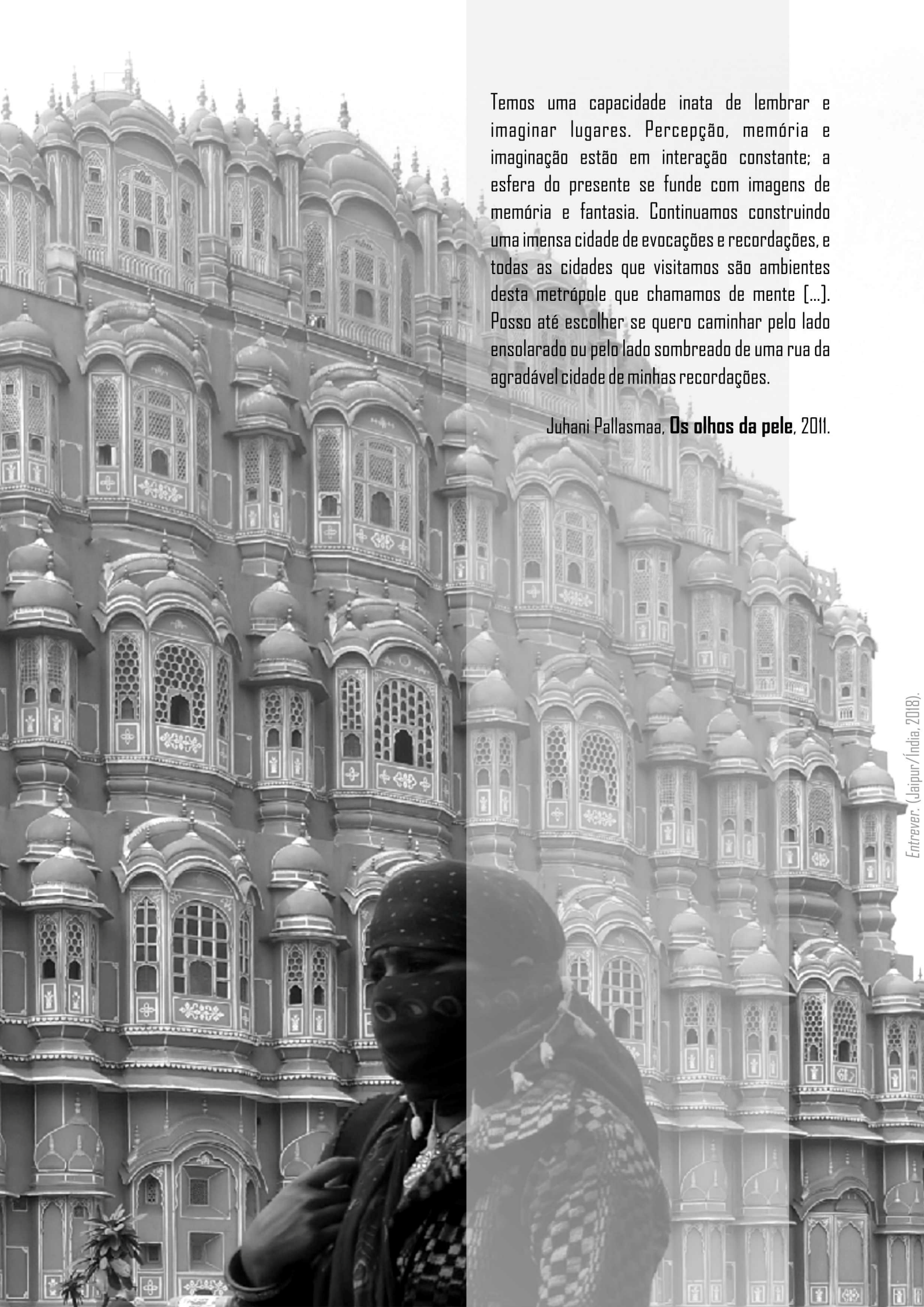
JOELMA HEMENEGILDA SENA

Belo Horizonte, 30 de Janeiro de 2021.



PERCEPÇÕES  
INQUIETAÇÕES  
PROPOSIÇÕES





Temos uma capacidade inata de lembrar e imaginar lugares. Percepção, memória e imaginação estão em interação constante; a esfera do presente se funde com imagens de memória e fantasia. Continuamos construindo uma imensa cidade de evocações e recordações, e todas as cidades que visitamos são ambientes desta metrópole que chamamos de mente [...]. Posso até escolher se quero caminhar pelo lado ensolarado ou pelo lado sombreado de uma rua da agradável cidade de minhas recordações.

Juhani Pallasmaa, **Os olhos da pele**, 2011.

artes . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . letras . direito . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . ciências sociais . educação . museologia . turismo . engenharia . geografia



QUEM  
PENSA  
INCOMODA

**ARTES** . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . letras . direito . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . ciências sociais . educação . museologia . turismo . engenharia . geografia

FERNANDA SOUZA QUINTÃO

## **MARGENS, CENTROS.**

**Sobre encontros em arte como caminhos de resistência, encanto e vida.**

O ensaio apresenta reflexões disparadas por uma live da Gal Costa, um curta-metragem da década de 1980 sobre o fechamento de um bar e, ainda, pelo festival de arte urbana CURA, obras com que tive contato entre o final de setembro e o início de outubro de 2020, durante o período de isolamento social provocado pela pandemia do novo coronavírus. Em comum, as três manifestações artísticas se passam nos centros do território de três cidades do sudeste do Brasil, mas se posicionam e se relacionam de maneiras distintas com as diferenças, as margens e as periferias. Utilizando como base a proposta descolonizadora de encantamento com o mundo presente na obra Flecha no Tempo, de Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino, procuro fazer a defesa da centralidade das periferias e das artes comprometidas com a potência da vida.

Reivindicando as sabedorias de frestas inventivas  
dos nossos terreiros mundos, propomos firmar o fuzuê  
correndo a gira cruzada que é a cidade.<sup>1</sup>

## Gal

Na noite do sábado 26 de setembro, 2020, seis meses de pandemia, teve *live*<sup>2</sup> da Gal, aniversário de 75 anos dela. Era festa, fui vê-la em seu palco. Parecia lindíssimo: transmitido de um restaurante/casa de shows que funciona(va?) em uma construção antiga do centro de São Paulo, perto da Praça da Sé, tudo meio enfumaçado, escondido, iluminação indireta, cenografia de cabaré. Gal parece meio perdida no roteiro. Uma voz feminina em *off* pede que ela vá até a varanda pra ver umas projeções que aconteciam em prédios em frente: declarações, felicitações, Gal entra novamente, volta a cantar – e a esse ponto aguinhas brotavam em meus olhos. Uma ‘melancolinha’, imaginando o que já tinha acontecido naquele cabaré, naquelas ruas, nas construções que apareciam, cada vida que já passou por ali, de onde as pessoas vinham e pra onde iam, as festas, os beijos, os amores, como que a gente olha pro lado e de repente tudo já não é mais.

Não, péra.

Não.

Comecei a ficar muito incomodada com as lembranças, as sensações que aquela apresentação me provocava. Eu ia mesmo me aconchegar nessas pontadas, nessa saudade que não era exatamente minha, enquanto ali na minha frente, perto e longe, a Gal tentava festejar seu aniversário? Aquilo vinha (só) de mim?

Pensei na direção da apresentação, nas decisões do roteiro, nas escolhas da produção. Tudo muito lindo, muito planejado, muito artificial, longe do real. Comecei a perceber que a Gal parecia desconfortável com a maneira como tudo se desenrolava: longe da banda a maior parte do tempo, não sabia pra que lado teria que ir ao final de cada grupo de músicas, sentia muito calor, reclamava de uns ruídos no fone, cada hora a voz em *off* inventava uma coisa – pra provocar falsas espontaneidades, fabricar sensações. Recuso o saudosismo requeentado e pasteurizado: prefiro não.

<sup>1</sup> SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. *Flecha no tempo*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019. p. 80.

<sup>2</sup> Transmitida ao vivo pelo canal de TV a cabo TNT Brasil, há diversos vídeos disponíveis *online*.

A linguagem é um dos instrumentos utilizados como estratégia dos empreendimentos coloniais para manutenção de seus lugares de poder e dominação, simultaneamente como recurso de imposição de uma ideia única de existência, e pela destruição e apagamento de linguagens outras que ousem apresentar possibilidades e expandir diversidades. Como disse Fanon (2008, p. 34), “existe na posse da linguagem uma extraordinária potência”. Junto à linguagem, a memória. A direção da apresentação comemorativa do aniversário da Gal, transmitida diretamente do centro de São Paulo, preferiu ignorar as contradições, a violência (e também a poesia, a resistência) presentes nos dias atuais naquele território, em uma tentativa de provocar saudades rasas de um passado relativamente recente, quando a região era palco de eventos cheios de pompa e requinte, sons de taças de cristais se chocando delicadamente, música importada, violências veladas. E antes dessa época, e antes da fundação oficial da cidade de São Paulo: quem estava lá? Quem ocupava aqueles espaços, quem dava vida àquela área? Em uma sequência de decisões estéticas que afastaram aquela apresentação de boa parte da obra da Gal, optou-se por privilegiar um recorte muito específico, branco, ocidental e triste, em detrimento de potências de vida que há mais de quinhentos anos reivindicam seu lugar e sua voz e que continuamente demonstram que há outros caminhos a se trilhar: há outras vidas.

Continuei assistindo a apresentação, mas meio com o pé atrás. Em certo momento, Gal fala algo sobre plantas, natureza, florestas. Pessoalmente, não entendo natureza apenas como uma exuberância distante. Os matinhos, os trevos que aparecem sem convite nos vasos de plantas escolhidas que trazemos pros apartamentos, os brotos que de repente despontam no meio do nada/urbano, nas ruínas, nas paredes úmidas e quentes das construções, os cogumelos no pós-chuva, os mofos nas comidas, até o limo nas pias e pedra. A natureza indesejada – também os bichos escrotos: ratos, baratas, pernilongos, uma infinidade. [mortos-vivos que desejam apenas morte não são vida. com exceção deles,] tudo existência, tudo vida. Os espíritos, espectros, ex-corpos físicos? Tudo vida.

O centro antigo de São Paulo ou de qualquer outra cidade grande não deixa de ter vida só porque seus elitistas “anos dourados” ficaram no passado. Quando construções antigas, antigos espaços de um suposto *glamour*, passam a ter outros usos e começam a ser ocupadas por pessoas consideradas indesejadas, malquistas (sabemos por quens), elas viram “decadência”, no sentido mais pejorativo do termo. Os centros antigos e decadentes, periferias centralizadas, apesar das várias violências, continuam cheios de potência, são espaços para festejos, danças, beijos, amores:



vidas. Nego Bala<sup>3</sup>, nascido e criado na Boca do Lixo/Cracolândia, é vida crua, consciência, desejo e poesia, usa a linguagem como rota de fuga do terror colonialista e racista. Natureza indesejada, tudo vida. Aquele caldo primordial que ocupava a superfície do nosso planeta há milhões de anos, que aparentemente nunca deixaria de ser só aquilo, mas vem o acaso e sabe-se lá o que mais, finalmente descargas elétricas na hora certa, nos lugares certos desencadeiam umas reações e de repente, onde só havia líquido, calor e som: princípios de vidas.

## Redentor

Uns dias depois do show da Gal, na mesma semana, comecei a assistir a um curta-documentário<sup>4</sup> de 1987, dirigido pelo então estudante universitário e futuro escritor José Santos, sobre o último dia de funcionamento do bar Redentor, que ocupava o andar térreo de um sobrado “decadente” e cheio de vida numa esquina movimentada do centro da cidade de Juiz de Fora (MG). O bar encerrou suas atividades para que o sobrado fosse derrubado, dando lugar a um prédio comercial com cerca de trinta andares de garagens, salas e consultórios.

Minha relação com Juiz de Fora, durante a maior parte de minha vida, se resumiu a visitas esporádicas a uma tia querida, que se mudou pra a cidade quando se casou, muito antes de eu nascer. Portanto, por muito tempo, a história das ruas de JF não conversou comigo, nem eu com ela. Continuei assistindo ao curta do Redentor, com muito interesse no que era falado, mostrado, mas sem reconhecer o sobrado, aquela história: em 1987 eu tinha apenas 10, 11 anos. De repente: a Cida!!! O susto que eu levei ao reconhecer uma pessoa ali, não esperava que isso fosse acontecer. A Cida: ela trabalhou por muitos anos como empregada doméstica na casa da avó dos meus primos de Juiz de Fora, que ficava bem próxima ao sobrado do Redentor. Lembro da calma que a Cida tinha, do jeito dela de andar, da voz tranquila, de suas duas tranças compridas passando pelas laterais de seu rosto. Lembro também dos adjetivos maldosos que os adultos da família usavam pra se referir a ela: a Cida-caolha, a Cida-cachaceira. No curta, ela aparece duas vezes, na primeira delas dentro do balcão segurando uma imagem de Nossa Senhora: Aparecida. Conversando com uma pessoa próxima naquele dia, fiquei sabendo que além de trabalhar como doméstica, a Cida era balconista no Redentor. Soube também que ela morreu já faz tempo.

---

<sup>3</sup> MC paulistano, a partir da leitura de Paulo Freire percebeu que era protagonista de sua própria história. Dois de seus vídeos são *Cifrão In'Pé* (Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=A2o4svl\\_220](https://www.youtube.com/watch?v=A2o4svl_220)>) e *Buraco no Céu* (Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CtcelA0YGLU>>).

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qAajotvTvnE>>. Acesso em: 30 set. 2020.

Cida descendia de grupos historicamente explorados. Convivia diariamente com falas que insistiam em diminuí-la, debochando de sua aparência e de seu modo de ser. Lembro de ouvir, quando ia a Juiz de Fora ainda criança, comentários irritados sobre como ela não mudava o jeito de fazer certas coisas, como era teimosa e até atrevida, insistindo em permanecer sendo quem era: Cida era vida e resistência. Nos créditos ao final do curta, seu nome não aparece: talvez ela tenha sido incluída apenas como “turma do Redentor”. Cida tinha dois empregos, por que será? Será que a família abastada e tradicional que a empregava em casa não lhe provia um salário digno pelo trabalho que ela realizava? Será que o bar era onde ela encontrava um respiro e alguma alegria para lidar com a difícil rotina que enfrentava? Não tenho as respostas exatas, nunca terei, o que sei é que a história da Cida continua se repetindo diariamente na vida de muitas e muitos habitantes de Abya Yala<sup>5</sup>, onde indígenas, negros escravizados e pobres urbanos são tratados como objetos, coisas ou mercadorias (VELLOSO, 2020).

Ao longo dos 15 minutos de duração do curta, frequentadores, majoritariamente brancos, são entrevistados e falam sobre o bar e as causas de seu fechamento, questionando o discurso do progresso e de uma suposta evolução da cidade, utilizado pela empresa responsável pela construção do prédio que viria a ocupar o espaço do sobrado, dos encontros e do festejo da vida que ali acontecia. Mencionam também a destruição da memória da cidade, e um dos entrevistados fala, com sotaque estrangeiro, que o pior inimigo do capitalismo são lugares onde as pessoas se reúnem, reforçando o reconhecimento da afetividade e dos encontros como potencializadores de florescimento de diversidades e alargamento de vida e, por esse motivo, alvos constantes de apropriação ou aniquilação.

Nesse sentido, Simas e Rufino (2019, p. 21), ao se referirem ao “carrego colonial”, essa condição da colonialidade e da modernidade que insiste em promover nos seres o desencanto, o descrédito e a subalternidade, destacam que “o esquecimento perpetrado por essa agência de escassez e desencanto produz uma espécie de blindagem, cristalização do tempo/espaço e das possibilidades de emergência de outros caminhos”. Eles consideram a ideia de “desencanto” mais precisa do que a de gentrificação, por radicalizá-la e transformá-la em algo maior do que apenas o aburguesamento do espaço, tratando-se, portanto, de um processo “profundo, que busca aniquilar assepticamente modos de vida, atribuições de sentido, laços de sociabilidade,

---

<sup>5</sup> Na língua do povo Kuna, originário da região onde hoje se encontra a Colômbia, AbyaYala significa *Terra Madura*, *Terra Viva* ou *Terra em florescimento*, e é utilizada como “uma autodesignação dos povos originários do continente em oposição a América” (PORTO-GONÇALVES, 2009).

terreirização de espaços, construção de pertencimento de mundo. É uma nova faceta da aniquilação colonial e de sua política de extermínio de saberes” (SIMAS; RUFINO, p. 100).

Embora pessoas pretas estejam presentes nas imagens do curta como frequentadores e funcionários do bar, a poucas delas é dada a voz. Um dos únicos boêmios pretos que aparecem mais de uma vez tem suas falas acompanhadas de uma sonoplastia e de efeitos visuais que o ridicularizam, ignorando a dor real presente no que ele diz. Ele não era o único freguês alcoolizado entrevistado, não é o único que passa pelo deboche da edição, que na maior parte do tempo é um recurso utilizado para trazer certa leveza ao assunto tratado, mas é, sim, o único que faz um relato de uma dor muito pessoal, não relacionada ao fechamento do bar, e que poderia ter sido excluída do resultado final ou abordada com mais cuidado, por tudo que ela representa no contexto de um país racista que nunca tratou descendentes de populações escravizadas e povos originários com o mínimo de sensibilidade e respeito. Mas a escolha foi pela sua inclusão como objeto de escárnio. Tenho uma certa esperança de acreditar que caso o curta tivesse sido elaborado nos dias atuais, mais de trinta anos após sua produção e lançamento, a escolha teria sido outra – certamente, caso não houvesse sido diferente, provocaria reações contrárias e debates necessários.

## CURA

Naqueles mesmos dias em que eu via a Gal e o curta sobre o fechamento do bar de Juiz de Fora, acontecia em Belo Horizonte, minha cidade natal, a 5ª edição do *Circuito de Arte Urbana* (CURA). O CURA é um festival que promove a pintura de murais por artistas em grandes empenas, localizadas principalmente no hipercentro da cidade. O ano em que o festival teve início, 2017, foi o mesmo em que me mudei para Juiz de Fora e, portanto, nunca pude acompanhar a elaboração das empenas de perto. Mas conheço bem a sensação deliciosa de retornar ao centro de BH meio distraída e me deparar, de repente, com alguma nova obra de arte imensa e provocadora, que alguns meses ou semanas antes não estava ali.

Em 2020, pude me sentir um pouco mais próxima do festival, mesmo confinada e longe da cidade, por causa dos esforços da equipe de produção e dos artistas participantes em compartilhar de modo *online* o passo a passo das pinturas, além das discussões que nos anos anteriores aconteciam essencialmente de forma presencial.

Uma nota: apesar de nessa parte do ensaio eu tratar de pinturas e outras obras de arte visuais, optei por não inserir imagens. Por questões de direitos autorais, eventuais fotos teriam

que ser de minha autoria ou, caso tivessem sido produzidas por outra pessoa, deveria ser assinado um termo de cessão de direitos. Como disse, eu estava em Juiz de Fora durante a realização da edição do CURA deste ano. Mas atravessada por um acontecimento trágico que me arrasou, me vi de volta a BH em plena pandemia, durante o processo de escrita deste ensaio, depois de quase nove meses sem vir aqui. Devido ao período de quarentena por que passei após minha chegada, não pude sair para ver as empenas pintadas e tentar fotografá-las. Também não houve tempo suficiente para procurar imagens e entrar em contato com seus autores para tentar conversar sobre a cessão de direitos de uso. Assim, convido leitoras e leitores a imaginarem as obras a partir de suas descrições e a visualizarem-nas *online* nos links disponibilizados nas notas de rodapé.

Na edição deste ano, as idealizadoras do Festival, Janaína Macruz, Juliana Flores e Priscila Amoni, convidaram duas artistas, uma de origem indígena e uma preta, para participar da comissão curadora: Arissana Pataxó, que vive na aldeia urbana de Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabralia (BA), e Domitila de Paulo, de BH. Juntas, idealizadoras e curadoras optaram por trazer principalmente artistas indígenas e pretos, incluindo a travesti Ventura Profana, que apresentassem em suas obras um Brasil que aponta outros caminhos. Assim, Diego Mouro<sup>6</sup> (São Bernardo do Campo - SP), Lídia Viber<sup>7</sup> (BH - MG), Robinho Santana<sup>8</sup> (Diadema - SP) e Daiara Tukano<sup>9</sup> (São Paulo - SP) criaram e executaram, com a importante colaboração de diversos outros artistas locais, pinturas em quatro empenas no hipercentro de BH. Diego, Lídia e Robinho representaram pessoas pretas em suas obras, escancarando em seus murais questões como o afeto entre homens pretos (Diego Mouro), a imposição, desde a infância, de certos padrões como condição para uma suposta aceitação dos corpos (Lídia Viber) e a maternidade em uma família preta (Robinho Santos).

No ano em que incêndios criminosos bateram recordes no país, devastando imensas áreas do Pantanal e da Amazônia, Daiara Tukano trouxe a sabedoria e ancestralidade do povo Yepá Mahsã e pintou o menino Rio no colo de sua mãe Selva, em uma empena de 1.006 m<sup>2</sup> – a maior arte pública já realizada por uma artista indígena em todo o mundo – no tradicional edifício

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/diego.mouro/>>. Acesso em: 30 set. 2020.

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/lidiaviber/>>. Acesso em: 30 set. 2020.

<sup>8</sup> Disponível em: <[https://www.instagram.com/robinho\\_santana/](https://www.instagram.com/robinho_santana/)>. Acesso em: 30 set. 2020.

<sup>9</sup> Em seu instagram (<https://www.instagram.com/daiaratukano/>), DaiaraTukano publicou diversos vídeos mostrando o processo de pintura da empena, que contou com a participação de JaiderEsbell. Juntos, eles fizeram uma apresentação belíssima e emocionante, do alto do andaime de onde finalizavam a pintura, em que se despediram do CURA tocando e cantando músicas de agradecimento, tendo como fundo a paisagem urbana do hipercentro de Belo Horizonte.



Levy, localizado na Avenida Amazonas, próximo à Praça 7. Imagens de todos os trabalhos podem ser vistas online, nos instagrams dos artistas responsáveis e no site<sup>10</sup> do festival.

Mas além das pinturas nas empenas, outras duas obras ocuparam temporariamente e de forma emblemática espaços no centro de BH. A instalação coletiva *Bandeiras na Janela* reuniu grandes bandeiras produzidas por Denilson Baniwa<sup>11</sup> (Barcelos - AM), Randolpho Lamonier<sup>12</sup> (Contagem - MG), Célia Xakriabá<sup>13</sup> (São João das Missões - MG), Ventura Profana<sup>14</sup> (Salvador - BA) e pelo coletivo de artistas Cólera Alegria<sup>15</sup> (de diversas cidades do país). As bandeiras/estandartes, exibindo mensagens e imagens que parecem entaladas na garganta há muito tempo, como gritos de resistências que têm a potência de se transformar em profecias (*Sem Senhor, Sem Senhor, Sem Senhor*, de Ventura; *Em 2050 descobrimos: Brasil é América Latina*, de Randolpho; *Incorpo a reviravolta*, do coletivo; o corpo de Célia pintado com os dizeres “Salve o Cerrado”; a Monalisa coberta por inscrições indígenas, de Denilson), foram instaladas na fachada do prédio da antiga Escola de Engenharia da UFMG, no baixo centro da cidade. Suas imagens também podem ser vistas no site do festival.

A segunda obra temporária da quinta edição do CURA foi a instalação *Entidades*, de autoria de Jaider Esbell<sup>16</sup> (Normandia - RR), que entre os dias 22 de setembro e 22 de outubro tomou forma no Viaduto Santa Tereza, com duas imensas cobras infláveis, cada uma se enroscando nos arcos de um dos lados do viaduto e se encontrando com a outra, com o quase-toque de suas bocas, no espaço acima do asfalto e dos passeios de pedestres, como um portal que abre a nós e à cidade para outras mirações. Durante o dia, mostravam suas peles plásticas cobertas de grafismos coloridos e à noite eram internamente iluminadas, transformando-se em cobras-entidades de luz.

Jaider explica<sup>17</sup> as relações entre a obra e a simbologia de seu povo Macuxi, a partir de suas pesquisas em torno da Cobra Grande, a grande avó universal, que o tempo inteiro trabalha para alertar, proteger e manter vivos os povos originários de todas as terras. Simbolizando a

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://cura.art/>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/denilsonbaniwa/>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/randolpholamonier/>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/celia.xakriaba/>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/venturaprofana/>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/explore/tags/coleraalegria/>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

<sup>16</sup> Disponível em: <[https://www.instagram.com/jaider\\_esbell/](https://www.instagram.com/jaider_esbell/)>. Acesso em: 25 nov. 2020.

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/curafestival/posts/3249733458477482>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

fertilidade, o caminho das águas e da fartura, ela vive debaixo da terra, em rios subterrâneos, mantendo o movimento da água para que as fontes sejam mantidas, além de estar distribuída no universo através da Via Láctea e de rios voadores. Trazendo a cosmologia da Cobra Grande para a atualidade, Jaider alerta para o desafio de substituir o garimpo – tanto na região amazônica quanto no território de Minas Gerais – por outra forma de economia, e fala<sup>18</sup> também que, ao serem incorporadas ao espaço mineiro, as entidades passam a representar, ainda, os trens ferroviários, muito ligados ao transporte de minérios, cuja extração, que ocorre de maneira juridicamente legal, há séculos arrasa terras mineiras, principalmente na região do entorno de Belo Horizonte.

O viaduto Santa Tereza, onde as cobras-entidades foram temporariamente instaladas, passa justamente por cima de uma linha de trem de passageiros da Vale, empresa diretamente envolvida e responsável pelos assombrosos crimes ambientais e humanitários que ocorreram em Mariana, em 2015, e em Brumadinho, em 2019. A presença das cobras gigantes naquele lugar aponta outras possibilidades não apenas para BH ou o estado de Minas, mas para o conjunto da sociedade brasileira, em um ato de responsabilidade com a vida: sempre existe a chance de escolhermos outros caminhos, de optarmos pelo encantamento ao invés da destruição, e de, para combatermos o terror colonial, investirmos em “possibilidades do vir a ser e das práticas de saber, a partir de outros princípios explicativos de mundo” (SIMAS; RUFINO, 2019, p. 20).

Belo Horizonte foi fundada em 1897, é uma cidade relativamente jovem. O viaduto Santa Tereza, que liga o centro de BH a bairros da região leste da cidade, como a Floresta e o próprio Santa Tereza, foi construído em 1929, e transpõe, além da linha férrea, a avenida dos Andradas, por onde corre tristemente o leito (canalizado) do Ribeirão Arrudas. Tem grande circulação diária de veículos e pessoas, e seus arcos e luminárias, que fazem parte da paisagem urbana de BH, exercem papel importante no imaginário da população local. Dizem que Carlos Drummond de Andrade foi um dos primeiros a escalar os arcos de concreto, de quatorze metros de altura e menos de um metro de largura, feito repetido na década de 1940 pelos chamados “quatro cavaleiros do apocalipse”, os escritores e amigos Fernando Sabino (que registrou a aventura em *Encontro Marcado*), Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos e Hélio Pellegrino, e, posteriormente, por muitos e muitas moradoras e visitantes de BH.

---

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/diversao/magazine/conheca-o-artista-por-tras-da-intervencao-no-viaduto-santa-tereza-1.2389314>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

Os baixios do viaduto também costumam servir como dormitório para muitas pessoas em situação de rua e, mais recentemente, começaram a se destacar na cena cultural e política da cidade, ao receber as edições do *Duelo de MCs*<sup>19</sup>, criado e organizado em 2007 pelo coletivo Família de Rua<sup>20</sup>, e que já passou por outros pontos de BH, além de outras manifestações artísticas e de assembleias populares horizontais. Nessas ocasiões, que em tempos não-pandêmicos são semanais, as periferias da cidade ocupam o seu centro, ainda que temporariamente, com o objetivo de festejar os encontros, levantar as diversas vozes e reivindicar espaços e direitos, rejeitando subalternidades e disparando potências de vidas.

De modo geral, as cidades são, essencialmente, espaços descolados do que é a Terra, territórios em disputa constante, que negam todo tipo de pluralidades. Uma das marcas da urbanização brasileira, sinalizada por Velloso (2020), é a tradição da opressão, que opera em nome de uma lógica que mantém as periferias como são, tão convenientes e necessárias ao funcionamento das cidades e cuja continuidade é garantida pelos poderes do Estado. Mas a autora nos lembra também que a condição periférica envolve tanto as formas de exploração a que populações são submetidas quanto suas formas de resistência, que incluem construções coletivas de expressividades, pertencimento aos lugares e modos de vida em comum. Daí a importância de se reconhecer a centralidade das periferias na sociedade urbana, periferias que, de acordo com o jornalista e teórico político uruguaio Raúl Zibechi, citado por Velloso (2020), são lugares onde se dão os contrapoderes dos de baixo, fortalecidos pelas mulheres em organização e pela utilização da linguagem dos meios de comunicação de massa.

Atos de resistência e potência não são processos simples, isentos de complexidades. A obra de Jaider Esbell no CURA 2020 foi atacada nas redes sociais e recebeu ameaças de destruição vindas de internautas, candidatos às eleições de 2020 e fundamentalistas religiosos<sup>21</sup>. Felizmente, não passou de ameaça e as Entidades permaneceram no viaduto durante o período planejado. No entanto, um mural pintado na edição de 2018 do CURA, pela artista belo-horizontina Criola<sup>22</sup>, corre o risco de ser apagado<sup>23</sup>. A obra, que se chama *Híbrida Ancestral – Guardiã Brasileira* mostra uma mulher preta nua que tem seu ventre atravessado por uma cobra coral que se enrosca por

<sup>19</sup> Disponível em: <<https://duelonacional.com.br/>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/familiadrua/>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/diversao/producao-do-cura-denuncia-ameacas-de-destruicao-da-obra-entidades-1.2394930>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

<sup>22</sup> Disponível em: <[https://www.instagram.com/criola\\_/](https://www.instagram.com/criola_/)>. Acesso em: 23 nov. 2020.

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/obra-do-cura-em-bh-enfrenta-embate-judicial-e-corre-risco-de-ser-apagada-1.2415735>>. Acesso em 23 nov. 2020. Acesso em: 23 nov. 2020.

sua perna esquerda. Em sua mão direita está apoiado um útero, e seu rosto está coberto por uma máscara africana. Com seu trabalho, Criola pretendeu honrar as mulheres e seu sangue sagrado, os povos originários brasileiros e seus descendentes como legítimos guardiões dos portais da espiritualidade que sustentam o país<sup>24</sup>.

Na época da idealização do desenho, o síndico do edifício Chiquito Lopes, na rua São Paulo, onde está localizada a empena de 1.365 m<sup>2</sup> que recebeu a pintura, levou a questão para o Conselho Consultivo do Condomínio e realizou uma Assembleia Geral Extraordinária, em que 55 condôminos foram favoráveis à pintura e apenas um contrário – o mesmo que entrou com uma ação judicial pedindo o apagamento da obra. O morador em questão é branco e se baseia em uma lei do regime militar, já superada pelo Código Civil de 2002, para defender que deveria haver unanimidade entre os condôminos para que a pintura fosse realizada. Um sujeito que considera subalterna a mulher preta e que não está disposto a ouvir sua voz nem a deixá-la falar (KILOMBA, 2019), a reconhecê-la como outra ou a permitir que ela faça parte do centro – para ele, a mulher preta deve permanecer calada e nas margens, enquanto o centro se mantém como espaço hostil que não permite a permanência de corpos específicos, como anuncia hooks<sup>25</sup> (2019). Advogadas do Coletivo Margarida Alves<sup>26</sup> estão defendendo o não apagamento da pintura e um abaixo-assinado circula *online*, registrando o apoio à artista Criola e o repúdio à atitude do morador, que de acordo com o CURA, pode ser interpretada como ato de racismo estrutural.

Qual o sentido de uma sociedade que exclui diferenças, que não tolera o prazer de se cantar a alegria de estar vivo, que prega o fim dos sonhos e do mundo, como faz esse morador do edifício no centro de BH, ao tentar apagar uma pintura tão potente quanto a realizada por Criola? Como reagir a atitudes como essa, para além das possibilidades jurídicas? Adiar o fim do mundo, como nos mostra Krenak (2019), é poder contar mais uma história, é empurrar o céu e respirar, enriquecer nossas subjetividades e viver com a liberdade que formos capazes de inventar, é descobrir e fabricar milhares de paraquedas coloridos. Há e haverá luta para se manter o mural, para que ele não seja apagado, a não ser pela ação do Sol, da chuva e do ar, daqui a muitos anos. Mas caso os meios legais não sejam suficientes para impedir seu apagamento compulsório,

---

<sup>24</sup> Disponível em: <<https://cura.art/portfolio/criola/>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

<sup>25</sup> bell hooks, nascida Gloria Jean Watkins, atualmente é uma das principais intelectuais a abordar questões de gênero e raça em seus trabalhos. Em seu pseudônimo, presta homenagem a uma bisavó e, ao utilizar a grafia apenas com letras minúsculas, reforça que o que importa é o que está escrito em seus livros, e não quem ela é.

<sup>26</sup> Disponível em: <<https://coletivomargaridaalves.org/>>. Acesso em 26 nov. 2020.

carrego comigo a certeza de que muitos outros surgirão, contando muitas outras histórias de lutas e sonhos e inventando muitos outros paraquedas que suspendam o céu que insistem em rebaixar para que sufoque as resistências/existências.

## Margens d(c)entro

É na escala do cotidiano que se tece o vínculo entre lutar e viver: “a categoria específica do cotidiano é o âmbito do vivido” (VELLOSO, 2020, p. 170), ele é o tempo e o espaço, quando e onde ocorrem os encontros, as aprendizagens coletivas e aberturas de possibilidades. Nos centros das grandes cidades, o cotidiano é a instância que promove a ousadia de se entender “o encanto como prática transgressiva” (SIMAS; RUFINO, 2019, p.27), a partir de frestas que se abrem a cada momento, nos dando chances de conhecer e vislumbrar outras existências, muito além do pouco que nos é apresentado como realidade. A vida pode ser, e é, mais do que isso.

Simas e Rufino (2019, p. 73) levantam questões: “o que são as cidades se não versos paridos e emanados dos corpos daqueles que a praticam?”, “quem faz a cidade, a esquina, a prosa, o cotidiano e o mundo?”. Certamente não é o saudosismo de um tempo elitista nem o deboche da dor de uma vida preta – a cidade também pode ser, e é, mais do que isso.

O hipercentro de BH, ao ser tomado por grandes bandeiras-gritos, por cobras grandes/entidades de luz que iluminam lutas por reconhecimento e dignidade, por pinturas imensas, lindas, cheias de afetos, transforma as margens, as bordas e as periferias em faróis que iluminam e apontam possibilidades infinitas de se transitar pelos mundos, de se despachar perversidades e de se encantar com os cantos, os corpos e as vidas, amplificando vozes historicamente silenciadas, preservando ancestralidades e, ainda, fortalecendo coexistências potentes.

Ao tratarem da descolonização, Simas e Rufino fazem questão de reforçar que, além da palavra e do saber, é necessário incluir o sentir e o ser – o contrário seria a manutenção dos vícios do ocidente branco patriarcal: o sentir e o pensar caminham juntos, diferente daquilo que cinco séculos de tradições coloniais nos fizeram acreditar. Eles trazem Benjamin (1987), a quem se referem como “caboclo alemão”, que em suas teses Sobre o Conceito da História sugere que as dimensões refinadas e espirituais, que operam em campos sensíveis da existência, também devem fazer parte das lutas pelas coisas brutas e materiais, destacando que o materialismo histórico deve se manter atento a esse processo de transformação, a mais imperceptível de todas. Mais imperceptível e, não menos importante, pois é nessa junção que, de certa maneira, acontece a vida e o encanto.



Como possibilidade de fuga do modelo colonial, Simas e Rufino (2019) defendem que viremos caboclos, ou seja, que dobremos a morte através do encanto, com valentia, inventando “a vida para além do desvio” (p. 10), abrindo caminhos, vencendo demandas, e fazendo, da palavra, “flecha que sempre há de encontrar o alvo” (p.11). Assim, os autores apresentam quatro flechas lançadas em um único tiro em direção aos quatro cantos da existência: educação, cura, cotidiano e criança. Educação como encantamento dos seres, força vital e potência de transformação naqueles afetados pelo terror colonial; Cura (!) como emergência da poética e comunicação com diferenças, com a intenção de desestabilizar hierarquias de saberes e a centralidade no humano; Cotidiano como campo de invenções, estudo, reflexão e práticas, “balaio de possibilidades de mundo” (p. 14); e Criança como imprevisibilidade e potência criativa, a flecha que une as outras três.

Desconfio e arrisco dizer que talvez possamos pensar ainda em um fio delicado e resistente, tal como teia de aranha, que liga as quatro flechas: a arte. Mas uma arte comprometida com a vida, responsável com todos os seres e com o planeta, que transgride sistemas de subordinação e combate o carrego colonial, como dizem Simas e Rufino (Op cit, p.23), avivando “horizontes plurais, cosmopolitas e ecológicos em que a vida seja expressa como força inacabada e por isso impossível de ser capturada por um único sentido”, como as obras apresentadas durante a 5a edição deste festival que, não por acaso, recebe o nome de CURA: por margens-bordas-periferias políticas e poéticas ocupando centros.

## Referências

- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Série Obras Escolhidas).
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: UFBA, 2008.
- HOOKS, Bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- KILOMBA, Grada. *“Quem pode falar?” - Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala: tensões de territorialidades. *Desenvolvimento e meio ambiente*, UFPR, v. 20, p. 25-30, jul./dez., 2009.
- SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. *Flecha no tempo*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.
- VELLOSO, Rita. De/Descolonizar o urbano, insurreição nas periferias: notas de pesquisa. *Redobra*, n. 15, ano 6, p. 153-176, 2020. Disponível em: <[http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2020/15/10-REDOBRA\\_15-Ensaio\\_Rita\\_Velloso.pdf](http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2020/15/10-REDOBRA_15-Ensaio_Rita_Velloso.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2020.

artes . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . letras . direito . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . ciências sociais . educação . museologia . turismo . engenharia . geografia



artes . **PSICOLOGIA** . música . arquitetura & urbanismo . letras . direito . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . ciências sociais . educação . museologia . turismo . engenharia . geografia

ROSELY CUBO

LEONICE LIMA

## **PSICOLOGIA DO ÓCIO NA ANÁLISE DE NARRATIVAS CITADINAS.**

### **O processo de transformação perceptiva da qualidade de vida atribuído à Ilha Solteira.**

Neste estudo descrevemos o processo contínuo de transformação perceptiva de qualidade de vida urbanística atribuído à cidade de Ilha Solteira, que nasceu em 1965, como canteiro-território de obras para acolher um imenso contingente de operários necessários à construção da Usina Hidrelétrica de mesmo nome. Posteriormente, em 1971, converte-se em ‘vila-barrageira’ ou Núcleo Urbano e conquista em 1991 sua emancipação político-administrativa; ascendendo ao status de Município em 2001 – em 2002 a cidade é elevada à categoria de Estância Turística e decretada como Capital da Cultura. Pela ótica da Psicologia da Experiência de Ócio analisamos aqui os cenários e experienciais de equivalência individualidade-coletividade como produto de interações sujeitos-contextos-vivências, na qual Ilha Solteira não representa meramente uma localidade, mas um âmbito, ou seja, no passo de seus “espaços vividos”, se recria sua habitabilidade. Através da metodologia de enfoque etnográfico e das narrativas de moradoras, obtidas por meio de escrita de memórias, analisamos, à luz da psicologia do ócio, os paralelos entre suas trajetórias de vida profissional e a evolução citadina turística-cultural. Pelos resultados deste estudo observamos os vínculos e afetos decorrentes, historicamente, das realidades que impulsionam a superação de lugar social a espaços-tempos experienciais de ócio, ou seja, seus moradores criam e integralizam vivências de Presença-Pertença ‘con-sentido’ de aprendizagens, liberdades percebidas e desenvolvimentos pessoais e sociais. Neste contexto, infere-se que a experiência de sentir-viver o espaço-tempo de Ilha Solteira favorece o desenvolvimento de seus habitantes e lhe

chancela dados estatísticos que lhe permite ocupar o quarto melhor IDH do Estado de São Paulo (PNUD/2010) e o status de melhor cidade do noroeste paulista para se viver.

## Considerações iniciais

Ao longo dos anos, paulatinamente Ilha Solteira por intermédio de seus moradores vai entrelaçando vidas e fundindo trajetórias e histórias. Neste estudo além de biografar aspectos de desenvolvimento da cidade evidenciando os fatores de transformação desde um Núcleo Urbano construído especificamente para abrigar funcionários e suas famílias que operam na construção da do Complexo Hidrelétrico de Urubupungá - Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, apreendemos aspectos da realidade deste lugar. Estes aspectos se revelam em fatores culturais e turísticos que incidem positiva e favoravelmente na percepção da qualidade de vida da cidade.

Esse caminho possibilita ressignificar o papel do ócio na transformação da cidade: contributivo pelos relatos de duas moradoras<sup>1</sup> que, respectivamente, vivem em Ilha Solteira – Lêu, entre 1968 e 2014, assim como Lili, de 1975 a 1999 – e trazem suas representações vivenciais, desde a implantação da cidade/canteiro-de-obras, acompanham/participam já adultas, como profissionais, do processo emancipatório de Ilha Solteira e, ainda hoje, mantêm fortes vínculos com a cidade-lugar, pois é o lugar onde suas famílias/genitores ainda vivem, proporcionando-lhes oportunidades variadas de desfrutar da cidade e de seu fluir cultural-turístico. Tendo como base o cenário apresentado, concordamos com Vitte (2009), pois é só conhecendo as percepções das pessoas que têm alguma experiência com o lugar que se pode contribuir, efetivamente, para sua melhor qualidade de vida.

Para o intento de autobiografar os afetos e cognições da experiência pessoa-ambiente, utilizamos o enfoque etnográfico<sup>2</sup> (BAZTÁN & MARTINS, 2014) que apresenta as quatro bases temáticas face ao alumiar do município (primeira, como apreciação estética; segunda, porquanto o contato físico direto com o meio; terceira, à medida da relação de familiaridade e conhecimento

---

<sup>1</sup> Optamos por escrever este artigo na primeira pessoa do plural, com o intuito de contemplar todos que direta e/ou indiretamente contribuíram, no ano de 2020, com seus relatos (narrativas de familiares, amigos e pessoas que vivem desde a instalação até hoje, em Ilha Solteira). No entanto, em muitos momentos do texto, utilizamos a primeira pessoa do singular (identificadas com os nomes Lêu e Lili, para referenciar as duas moradoras-pesquisadoras) por entender que faz parte do processo de construção de suas subjetividades.

<sup>2</sup> Método que evidencia as descobertas de feixes de aspectos psicossociais tais como: sensações-sentidas, atitudes, comportamentos vinculados aos mesmos elementos espaço-ambiência, análise de fenômenos contextuais psicossociais preservando o essencial respeito dos sujeitos em seu *locus* natural onde se inserem seu habitat, valores, opiniões e discursos. A opção por esta metodologia se dá devido a que, todos os estudos que encontramos publicados sobre Ilha Solteira, se referem às áreas da engenharia, arquitetura, urbanismo, sociologia e história.



acumulado passado-presente-futuro sobre o local; quarta, desde a possibilidade de estabelecer relações de contrastes entre ambiente e seus impactos), ou seja, relacionamos as conjunturas identitárias de urbanidade-pessoalidade pela institucionalização de integração cidadina e a maturação de sensações-sentidas dos afetos e vínculos das moradoras-pesquisadoras-protagonistas em seus transcursos de Ser-Presença e Estar-Pertença na cidade paulista de Ilha Solteira.

Inicialmente, desvelamos os contornos de vida na cidade planejada<sup>3</sup> a partir de sua origem como acampamento<sup>4</sup>/alojamento de trabalhadores com moradias e espaços de convivências pré-determinados<sup>5</sup> e divididos por classe social (a partir da posição funcional do familiar contratado para a construção da Usina Hidrelétrica); na segunda parte deste ensaio, refletimos pela ótica da psicologia social os cenários de equivalência individualidade-coletividade sobre o ócio<sup>6</sup>, cujas manifestações partem de percepções dos próprios sujeitos que o vivenciam para além de distingui-lo como sentido<sup>7</sup>, que se diferencia em função da intensidade e profundidade experiencial<sup>8</sup> e seus implicados atributos.

Em seguida, examinamos as manifestações que a caracterizam como cidade criativa-inclusiva<sup>9</sup> através de Decretos do Estado nomeando-a ‘Ilha Capital da Cultura’ e ‘Ilha Estância Turística’, respectivamente em razão de seus acervos artísticos-culturais (Festival Nacional de MPB, em 2020, em sua 45ª edição/online; Orquestra Caipira Urubupungá, com 60 instrumentos;

<sup>3</sup> Projeto pioneiro no Brasil (CESP, 1998).

<sup>4</sup> A análise da sintaxe do espaço planejado como imenso acampamento de trabalhadores (no auge da construção da Usina de Ilha Solteira chegando a 35.000 moradores) nos permite analisar os princípios combinatórios mais correntes como também avaliar os valores intrínsecos que este ‘arranjo’ possui e como moradores, concluímos sob as aspirações e a próprias maneiras de viver no espaço.

<sup>5</sup> A situação real esteve caracterizada desde o princípio da consecução do projeto de morada concebida especialmente para abrigar os trabalhadores, ou seja, tomando por base a aceitação compulsória das famílias moradoras, típicas e/ou (des)personalizadas de determinadas classes sociais.

<sup>6</sup> Na dimensão psicológica, o ócio envolve uma experiência humana relacionada aos valores, sentido e percepção profunda de vivências como encontros interpessoais. Para Csikszentmihalyi (2005) e Cuenca (2006) é uma experiência de *flow* (fluir) ou ótima, e, quando vivida, a meta central do *self* será seguir experimentando e voltar a vivenciá-la, de forma que se convertam em conhecimentos, competências e habilidades que afetam positivamente o viver do indivíduo consigo, com os demais e com os entornos ambiental-ecológicos. Em suma, a psicologia do ócio relaciona as motivações intrínsecas com tendências a constituir a individualidade-coletividade sobre as metas de aperfeiçoamento inter-relacionais (CUENCA, 2003).

<sup>7</sup> Experiência que transcende a si mesma e se torna parte de algo maior, ocorrendo mudança interior e crescimento profundo; envolve a ordenação dos conteúdos da psique por via da integração que funde individualidade ao fluxo estrutural e organizacional de sistemas vigentes.

<sup>8</sup> Independentemente de qualquer atividade em si, de tempo-espaço e nível econômico, se relaciona com o sentido atribuído por quem a vivência.

<sup>9</sup> Entendida de modo dinâmico e processual, o território inclusivo-criativo como potencial de resistência e resiliência urbanas tem como fundantes em termos de planejamento urbano os insumos na cultura ou em termos de clusters criativos nas artes onde a história do lugar e a evolução da urbe assume particular destaque (LANDRY, 2008; CRUZ, 2016).

Orquestra Jovem de Isa; Teatro-Escolas Populares de Danças Urbanas; Casa de Cultura Rachel Dossi, que promove incentivos aos 18 músicos semiprofissionais e 03 bandas acústicas; Associação Ilhense de Belas Artes, integrando pinturas, desenhos, gravuras e esculturas; Associação-Casa do Artesão de Ilha Solteira; Viradas Culturais de Música e Arte da Ilha, que em 2019 contou com 15 atrações) e, também, turístico, em virtude dos cuidados voltados especificamente à preservação e conservação do seu patrimônio ambiental-ecológico (Prainhas Catarina<sup>10</sup> e Marina; Pesca Esportiva nos Rios Paraná e São José dos Dourados; Reservatório UHE Rio Paraná, com 21 bilhões de metros cúbicos de água; Centro de Conservação da Fauna Silvestre e Zoológico; além de ciclovias, praças, parques e áreas de lazer).

Aproveitamos para destacar que há diferenciadas concepções entre ócio e lazer sob a ótica do espaço público urbano, ou melhor, a mirada sobre as experiências de ócio é profundamente distintiva de lazer. Lazer que, desde as décadas de 1960-1970 foi utilizado como um elemento estratégico do Estado de Bem-estar (MOMMAAS & VAN DER POEL, 1989) originando em grande medida a construção de equipamentos e considerados a serviço das políticas de esporte e posteriormente, em uma segunda etapa, o lazer aplica-se ao contexto da recreação e, conseqüentemente, converte-se em eixo das políticas de regeneração física e econômica (BIANCHINI & PARKINSON, 1993).

E sobre o ócio, partimos de duas preteridas premissas perante conotações pejorativas: a primeira, cogitando seus significados permeados desde tempos remotos no Brasil com influência colonial-patriarcal-capitalista e perpassada por questões trabalhistas e moral-cristã-religiosa como desempenhos combinados de tipo 'vício da vagabundagem, ficar de papo *pro ar*, ofício do diabo, vadiagem etc.', e a segunda, concebendo-o à vista de 'distração alienante, esbórnica e *rega-bofe*, passatempo enfadado etc. Em contrapartida, buscando o atendimento às prerrogativas de integridade/respeitabilidade em termos da psicologia do ócio é qualificativo de satisfação, desenvolvimento, felicidade, alegria, afeto etc., advindo de experiências subjetivas prazerosas que favorecem ao indivíduo-coletivo, tanto a produção de bem-estar quanto a realização de seus propósitos de vida (CUBO, GUIMARÃES & LEITE, 2020).

Diante da caracterização humanista de ócio como âmbito que intervém no desenvolvimento pessoal, social e comunitário, optamos por tecer narrativas revelando na sutileza da vida vivida pelas protagonistas deste trabalho acrescidas pela soma de valores turísticos e

<sup>10</sup> Espaço onde acontecem as festas renomadas da região e Estado, principalmente carnavais (Carnallha, com a presença de 4.000 pessoas em 2019 junto a atrações artísticas de renome nacionais), além de outros como os Jogos InterUNESPs (que em 2019 ocorreu em sua 20ª edição).

culturais dos diversos povos que compõem as identidades da cidade e simultaneamente refletirmos na perspectiva da psicologia, sobre as experiências de ócio em Ilha Solteira.

## Ilha Solteira: biografia do território e lugar nas histórias

Localizada próxima ao encontro dos rios Tietê e Paraná, em posição geográfica limítrofe entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, é ponto importante da hidrovia Tietê-Paraná e principal meio de transporte do MERCOSUL. A cidade nasce em condições *sui generis*, pois desvela os contornos de vida a partir de sua origem como acampamento/alojamento de trabalhadores a alçar, na atualidade, a designação de jovem cidade – ‘Capital da Cultura’ e ‘Estância Turística’.

Historicamente, em janeiro de 1960, a empresa italiana *Società Edison*, encarregada das análises sobre as quedas d’água ‘Urubupungá’, apresenta Projeto de construções concomitantes das Usinas Hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira, que juntas teriam um dos maiores aproveitamentos hidráulicos do mundo gerando 4.600 MW (ARAÚJO, 2005). No entanto, a região se encontra desprovida tanto de trabalhadores capacitados quanto de malha urbanística surgindo a opção à construção, primeiramente de acampamento e em seguida, um Núcleo Urbano permanente que abrigaria as famílias dos operários contratados para a construção da usina hidrelétrica, conforme Figuras 01 e 02.



**Fig. 01.** Mapa do Estado de São Paulo com a cidade de Ilha Solteira em destaque. **Fig. 02.** Vista aérea de Ilha Solteira.  
**Fontes:** [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ilha\\_Solteira#/media/\(01\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ilha_Solteira#/media/(01)); [https://earth.google.com/\(02\)](https://earth.google.com/(02)).

Entre 1966 a 1968, Ilha Solteira identifica-se como canteiro de obra de construção do Complexo Hidrelétrico de Urubupungá e, em seguida, advém o projeto arquitetônico ‘inovador e

inédito' de edificação de uma cidade; quando em 15 de outubro<sup>11</sup> de 1968 as primeiras famílias chegam ao Núcleo Urbano foi batizada pelos trabalhadores locais de 'Ilha Solteira'<sup>12</sup> e a si próprios como 'ilhenses'. Trata-se de população culturalmente heterogênea (indivíduos procedentes diversas regiões do país) em condições socioeconômicas e culturais<sup>13</sup> diferentes e diferenciadas da média regional dos municípios. Todos pertencem ao grupo de funcionários das empresas que constroem a usina; recebem salário fixo, passam a residir em moradias consignadas e recebem garantias gratuitas de assistência saúde-educação-segurança salvaguardadas pela empresa construtora CESP (Companhia Energética de São Paulo), a ponto de a cidade ter o menor índice de mortalidade infantil da América Latina. De acordo com Lêu (2020):

Fomos uma das primeiras famílias a serem transferidas para o Núcleo Residencial de Ilha Solteira; a vida transcorria serena e harmoniosamente, as crianças brincavam até tarde da noite na rua enquanto seus pais colocavam cadeiras na frente das casas, sentavam-se e conversavam. Criamos raízes e um amplo universo de amigos, sonhos parecidos e vontade de crescer. Minha mãe se destacava das outras mulheres, desafiando a cultura local de mulher 'esposa e mãe', costureira de "mão cheia", logo foi convidada para dar aulas de Corte e Costura no Centro Comunitário que atendia, como espaço de lazer, socialização, orientação social, formação e capacitação pré-profissionalizante, a população que compunha a região onde morávamos na Zona Norte da cidade.

Na constituição, primeiro como Canteiro-de-Obras, em seguida como Núcleo Urbano e posteriormente Cidade, todas as instituições, equipamentos e trabalhadores se instalam em função da prestação de serviços e trabalho referidos à empresa contratante. Segundo Lili (2020):

Moradora na cidade de São Paulo, filha de gerente do Banco Banespa, quando soubemos que meu pai iria ser transferido para Ilha Solteira, fizemos o primeiro reconhecimento do lugar; viajamos por 700 km para conhecer a casa e tudo o mais referente ao Núcleo Urbano para onde nos mudaríamos. Passamos um dia conversando com pessoas que ali residiam e antevimos que tudo seria uma profunda e intensa novidade no viver.

<sup>11</sup> Em 03/02/1969 o então Governador de São Paulo Abreu Sodré oficializa (Decreto Lei Estadual nº 51352 com base na lei Orgânica dos Municípios) e institui a diretoria da CESP – Companhia Energética de São Paulo (1998), como administradora especial para a cidade. Até hoje esta é a data comemorativa de nascimento da cidade.

<sup>12</sup> Pequena ilha fluvial 'solitária' no Rio Paraná que inspira o nome da Usina e, posteriormente, da Cidade. A ilha, que possui 2.000m de comprimento por 300m de largura, é repleta de espécies nativas da fauna e flora regional e seu acesso se faz pelo Porto de Navegação, situado à margem esquerda do Rio Paraná (divisa Ilha Solteira/SP-Serviria/MS).

<sup>13</sup> Categorização dos trabalhadores: encarregados de nível universitário, profissionais liberais como médicos, engenheiros, arquitetos, economistas, assistentes sociais, psicólogos. Técnico-administrativo, chefias, agrimensores, professores de ensino técnico, professores de ensino médio, orientadores educacionais e orientadores pedagógicos. Assistentes técnicos, auxiliares de serviço social, desenhistas, projetistas, encarregados de operação, de manutenção, inspetores de segurança, inspetores sanitários e professores de ensino primário. Auxiliares administrativos, chefes de turma, encarregados, mestres de obra, montadores, fiscais e laboratoristas. Profissões manuais: carpinteiros, encanadores, bombeiros, mecânicos, feitores, pedreiros, operadores de máquinas, pintores e soldadores. Operários não especializados, ajudantes, serventes, vigias e zeladores.

Atualmente, a população de Ilha Solteira é de 26.582 habitantes (IBGE, 2010). Visto que as informações sobre qualidade de vida urbana podem ser apreendidas por meio da percepção que as pessoas têm do espaço onde vivem, Lili (2020), por exemplo, através da narrativa de seu esposo, define assim a cidade de Ilha Solteira:

Foi na época do vestibular que ouvi pela primeira vez falar em Ilha Solteira (este nome me atraiu). Ao chegar, após uma interminável viagem de ônibus de São Paulo, em pleno janeiro e descobri que eu iria estudar no lugar mais quente que já havia estado, um mormaço de derreter os miolos; a cidade era estranha, toda simétrica e padronizada, mas, era tudo que eu queria, calma, tranquila e bonita. Andar ali era um desafio à parte, pois tudo era igual esse ver/sentir perdido, por incrível que pareça numa cidade de vinte mil habitantes, era fácil e até comum; mas, para o nosso alívio, rapidamente vieram às referências típicas da nossa Ilha: a Caixa D'água, a Estrela, a Praça, a Feira do Norte e a do Sul, a Padaria Pão Gostoso, o Estádio Frei Arnaldo, o Campo de Futebol do 'Buru', o Alojamento de Estudantes, a Cotrau (Cooperativa dos Trabalhadores de Urubupungá), a Prefeitura, a Igreja, a famosa Perimetral e principalmente a Área de Lazer. Meu Deus, difícil escrever sem verter lágrimas de tanta saudade...

Em vista aos parâmetros humanos, sociais e ambientais, uma sociedade com qualidade de vida seria aquela que garantisse a satisfação das necessidades básicas de alimentação, moradia, saúde, educação, lazer etc., e trazendo para o âmbito perceptivo sobre as bases da psicologia do ócio, implica reconhecer que as comunidades devem ter uma vida cotidiana satisfatória que conduzam a valorização do contexto ambiental que em termos de Ilha Solteira se assenta nos pilares da cultura e do turismo.

Assim sendo, em termos da qualidade de vida, devido a características, como o relevo plano e o planejamento urbanístico da cidade, onde se ressaltam elementos naturais (Fig. 02), foram criadas tanto ciclovias (Fig. 03), praças, parques, áreas de lazer, ginásios de esportes e estádio de futebol, quanto são crescentes as atuações de resgate, preservação, valorização e continuidade das culturas tradicionais do Estado de São Paulo, valorizando a música e preservando a sua identidade.





**Fig. 03.** Caixa d'água monumental e vegetação. **Fig. 04.** Ciclovía e vegetação entre eixos viários tradicionais.  
**Fontes:** Leonice Lima (03); Maria Alves dos Santos (04).

Em virtude dos cuidados com a preservação e conservação do seu patrimônio ambiental-ecológico, referidos ao Reservatório UHE Rio Paraná com 21 bilhões de metros cúbicos de água, possui um Parque Balneário de mais de 100 hectares de área divididas entre as Praias Catarina (localizada no Rio Paraná) com infraestrutura voltada ao lazer e a Praia Marina (a margem esquerda do Rio São José dos Dourados, na foz com o rio Paraná) com infraestrutura voltada para o lazer náutico. Desde seu surgimento a questão ambiental tem destaque e se revela em espaços, projetos urbanísticos e programas de incentivo ao lazer responsável e consciente, observáveis no Centro de Conservação da Fauna Silvestre e Zoológico; Encontros de Pesca Esportiva nos Rios Paraná e São José dos Dourados; além de áreas de lazer, praças e, ainda, o cinturão verde.

Ilha Solteira possui cultura rica e diversificada em função da grande proporção de pessoas que tem alto grau de instrução, que estudam e/ou exercem alguma atividade artística cultural no município; é a única cidade da América do Sul com um Professor Doutor para cada 150 habitantes, um em cada 12 ilhenses é estudante, assim como, um em cada 33 é praticante de arte<sup>14</sup>. A cidade se destacou culturalmente, em âmbito regional e estadual, com base na qualidade da sua produção nesta área. Conta com uma Banda Marcial que já ganhou vários prêmios regionais e a Orquestra Popular Urubupungá. A Biblioteca Pública Assis Chateaubriand possui além de diversas obras em seu acervo, revistas e registro de todos os jornais da cidade e o Museu Nara Lúcia Nonato, espaço para exposições de artes. Na Biblioteca, o morador pode fazer uso gratuito da internet através do Programa ACESSA São Paulo, uma parceria com o governo estadual.

<sup>14</sup> Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ilha\\_Solteira](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ilha_Solteira)>. Acesso em: 05 mar. 2021.

Recebido o título de ‘Capital da Cultura’ por ser a única cidade do Estado de São Paulo com menos de 80 mil habitantes que participa de todas as modalidades promovidas pelo Mapa Cultural Paulista, a cidade promove eventos de grande repercussão regional. São: feiras agropecuárias e comerciais; feiras de artesanato; festivais de MPB; torneios de pesca esportiva; além de eventos técnico-científicos, promovidos por universidades privadas da cidade e pela universidade pública local, a UNESP (Universidade do Estado de São Paulo). Devido à diversidade cultural marcante, Ilha Solteira celebra todos os meses uma ou duas festas diferentes, algumas se destacam cenário regional ou estadual como, movimentado grandemente a população e a economia local, como: Réveillon da Praia; Projeto Verão em Ação; Carnaval Popular; Encontro de Companhia de Folia de Reis; Festival Gospel; Torneio de Pesca Esportiva ao Pacu; Feira Náutica; Encontro de Cowboys; A Mais Bela Voz; Maio Cultural; Arraiá na Praça; Festival de Inverno; Feira de Artesanato; Feira do Livro; Festival Nacional de MPB; FAPIC (Feira Agropecuária, Industrial e Comercial); Festa do Peão; Festa do Padroeiro; Aniversário do Município, Exposição dos Artistas Ilhenses, Natal Cultural, Festival Interunesp de MPB, Rally Subaquático do Lago; Concurso de Fotos Fotografe; Torneio de Pesca Esportiva ao Tucunaré; IlhaCross; Moto Fest; Beatles Weekend; Mostra de Teatro; Campeonato de Churrasco; Festa da Mandioca; etc.

Assim, viver, crescer, sentir, experienciar o lugar, sua cultura diversa e possibilidades plurais pode representar, além da simples vivência temporal-local individual, a experiência qualitativa do real-viver do ser/crê-ser/crescer, no sentido fundamental que a experiência do ócio possibilita aos sujeitos no crescer-ser da vida cotidiana.

## **Psicologia das experiências de ócio**

Frente a tantos desafios, o ano de 2020 revelou mais uma barreira a ser transposta pelo povo no seu viver-vivido na Presença e Pertença: a pandemiado COVID-19 que perpassa e transforma o cotidiano em todos os aspectos da vida exacerbou antigas questões acerca da apropriação dos espaços e tempos, desde vivências diferenciadas como formas de convivência domiciliar até ressignificar os tempos de Ser-Estar no mundo e recriando diversas e novas relações corporificando saberes-gostares que, há muito, estavam ocultos sob risco de serem obliterados e esvanecidos. Desde estes novos contextos e antes de adentrarmos as análises referidas à psicologia das experiências de ócio, cabe destacar alguns aspectos referidos ao lazer. As suas políticas efetivam-se desde a percepção de necessidade-qualidade de vida transitando nos campos da organização e instrumentalidade tanto quanto submetido por força dos recursos econômico-

financeiros às formas de compensação-regalia em função do trabalho cuja intencionalidade ocorre em vista ao ‘controle’ ou a promoção social, ou seja, o lazer está direcionado às ações, atividades, funcionamentos e disposições em cenários global-locais. Considerando suas características, Vargas (2018) elenca tendências sobre as políticas de lazer no Brasil, conforme quadro da Figura 04:

Tipo de Política	Características
Tempo imediato	‘Apressa’ a experiência e, de certa forma obriga que as intervenções acompanhem o caráter efêmero e fluido das relações sociais.
Espaço virtual	Não tem realidade física, mas se destaca nos hábitos, condutas e rotinas das mais variadas classes e grupos sociais.
Deslocalização	Inspira o planejamento e a execução das intervenções para um público extra local, convertendo-se em atrações/entretenimentos para habitantes-visitantes das cidades.
Mercantilização da experiência	Consequência ao mundo dos ‘NeginÓcio’, visto a relevância devida às múltiplas implicações no contexto econômico e na organização da sociedade.

**Fig. 04.** Tendências das Políticas Públicas de Lazer no Brasil.

**Fonte:** Adaptado de Vargas (2018).

As alocações do lazer, frente às experiências, cria possibilidades de inter-relações com os sentidos de ócio. Mas não o ócio em suas conotações pejorativas, tanto de significados permeados desde tempos remotos com forte influência colonial-patriarcal-capitalista e perpassado por questões trabalhistas e moral-cristã-religiosa como desempenhos combinados de tipo vício da vagabundagem, ficar de papo ‘pro ar’, ofício do diabo, vadiagem etc., quanto concebido em vista a espaços de distração alienante, esbórnica e *rega-bofe*, passatempo, enfadado etc. Ambos os contextos espaço-temporais obstaculizando a implementação de sentidos do Ser-Estar do cidadão contemporâneo. Atendendo as prerrogativas de integridade/respeitabilidade como contexto valioso de satisfação, desenvolvimento, felicidade, alegria, afeto etc., que advêm de experiências subjetivas prazerosas que favorecem ao indivíduo-coletivos, tanto a produção de bem-estar quanto a realização de seus propósitos de vida, ócio é um fenômeno psicossocial intimamente unido à incidência de melhoria nos estilos e qualidade de vida tem adquirido nas sociedades do isolamento social um valor em si mesmo.

Entretanto, desde os estudos clássicos e constantemente atualizados sobre a realidade urbana referenciam uma série de novas atenções e pesquisas voltadas a questões sobre o ócio em termos da qualidade de vivências experienciais que não se limitam-vinculam à ‘espacialidades-temporalidades’ e são reconhecidamente mais-melhor assimilados, segundo Gutierrez e Chaves (2018) o ócio condiz aos âmbitos de atuação-performance-representação em formatos de interiorização e autoconhecimento.

Em sentido de representações psicossociais, Cuenca Cabeza (2003) inova nos traços característicos do ócio, conforme apresentamos no quadro da Figura 04. Distintamente de mera realização de alguma específica atividade ou de disponibilidade de um tempo livre de obrigações, o ócio é uma vivência subjetiva<sup>15</sup>, intra e/ou interpessoal (DE GRAZIA, 1966; ISO-AHOLA, 1980; NEULINGER, 1984) e tantos outros autores que, por diversas perspectivas sobre o tema, argumentam que o ócio é uma experiência que reside no indivíduo e não no tempo-espço de ocorrência na atividade.

À medida que avançam nossas pesquisas na área, confirmamos a evidência de que a implicação e vivência em experiências de ócio incidem no bem-estar de maneira substancial, incluindo mais que outros fatores como o status socioeconômico, o tempo, a idade ou a raça. Em todos os casos, se pode comprovar que os indivíduos percebem que suas experiências positivas de ócio lhes proporcionam satisfações tanto emocionais, quanto sociais, físicas, atitudinais e cognitivas que complementam sua existência e empoderam seu valor como cidadão (CUENCA CABEZA, 2019), como explicitado abaixo no quadro da Figura 05.

<b>Traços</b>	<b>Características do ócio</b>
Aprendizagem	Constitui uma preparação para que a pessoa se maneje de modo autônomo e independente. Processo permanente e continuado de conhecimento, redefinição de valores, atitudes e destrezas.
Criatividade	Habilidades para contemplar, pensar ou atuar no entorno. Participação individual. Exaltação dos sentidos. Potencial estético que fomenta a sensibilidade proporciona desfrute. Desenvolvimento da identidade pessoal e social. Fomenta intercâmbios entre personas e grupos.
Espontaneidade	Facilita a expressão de cada pessoa. Normas flexíveis. Ausência de pressões do contexto. Fomento do extraordinário.
Liberdade percebida	As ações são fruto de decisões livres e voluntárias. Querer participar, fruto de uma motivação intrínseca e sem obrigatoriedade. Âmbito e superação, implicação na atividade. Autonomia e autodeterminação. Algo querido elegido e satisfatório.
Desenvolvimento pessoal e social	Conhecimento de si mesmo e do mundo que lhe rodeia. Resolução de problemas e tomada de decisões. Desenvolvimento de estratégias cognitivas que permitem ajuste pessoal e social. Fomento de recursos pessoais para alcançar uma maturidade pessoal. Constituem uma preparação para que a pessoa seja capaz de maior liberdade, autonomia, satisfação, compreensão, tolerância e solidariedade. Qualidade de vida: necessidades pessoais e grupais, bem-estar pessoal e comunitário.
Experiência	Substancial: perseverança, esforço, formação, benefícios duradouros e identificação. Ótima: desafios e habilidades, metas claras, satisfação, motivação e

<sup>15</sup> Como tal, atua (re)significações das percepções do indivíduo; deste modo, empreendem as sensações-sentidas de si, do outro, do entorno e as expressões autênticas do *Self* pessoal. Embora este processo ocorra de maneira, espontâneo-criativa, a consciência de presença-pertença proporciona potencial de evolução pessoal e desenvolvimento psicossocial.

	transcendência de tempo.
Satisfação ou desfrute	Maior ênfase no processo da atividade que no resultado. Habitualmente se desenvolve em ambientes distendidos. Liberação de tensões. Ruptura com o cotidiano. Motivações lúdicas. Ausência de tédio. Distanciamento da rotina. Evasão da realidade.
Transmissão de valores	Solidariedade, altruísmo, participação social, respeito, responsabilidade, compromisso etc. Criação de redes e vínculos interpessoais.
<i>Autotelismo</i>	É um fim em si mesmo, não é meio. Valor implícito à própria experiência. Bem-estar desinteressado.
Flexibilidade	Desenvolve-se no marco regulado, mas não regulamentado. Com possibilidade de modificar e adaptar regras e normas às necessidades do contexto e de cada pessoa ou grupo. Ausência de rigidez e standardização. Não requer necessariamente afiliação.
Inclusão	Responde às necessidades, os gostos e preferências da pessoa. Políticas de equiparação de oportunidades. Supressão de barreiras. Sem obstáculos e impedimentos externos e internos. Como âmbito de socialização é chave para as interações com os demais.
Fonte de saúde	Melhora da capacidade funcional/motriz; bem-estar e equilíbrio físico/psíquico.

**Fig. 05.** Traços Característicos Específicos do Ócio  
**Fonte:** Adaptado de Cuenca Cabeza (2003)

Nestes contextos, o conceito de ócio experiencial aparece como uma opção interessante para propiciar a tão buscada revitalização de pequenas e médias cidades do Brasil em vista a criação de projetos culturais e outras manifestações de ócio na perspectiva psicológica que podem converter-se em um potente motor turístico capaz de propiciar as transformações nas ambiências citadinas.

## Experiências de ócio: ambiência citadina

Somente para mencionar algumas questões que podem ser impingidas ao ócio, a hipermodernidade líquida (LIPOVETSKY, 1983; BAUMAN, 2005) tende a problematizar a terminologia a partir das demandas de culpabilidades diante de uma suposta ociosidade, as ansiedades frente ao tempo de tudo fazer e a exploração como dispositivo de consumo. Desde que tradicionalmente o ócio tem sido considerado um aspecto residual da vida, parte pouco significativa, secundária, luxo e algo periférico que na sociedade industrial é entendido como descanso, diversão, justificação, prêmio pelo trabalho e nas sociedades TICs (voltadas às tecnologias de informação e comunicação) visto como parcela autônoma e diferenciada que ocorre pela ocupação consumista, hedonista e narcisista de escape ou de passar o tempo:

A evolução sobre os sentidos de ócio tem sido apresentada por outro lado, como motivo de identidade e autorrealização; o ócio é um atributo da vida, espaço vital que a ajuda o ser humano a realizar-se e é uma experiência ligada à gênese da cidadania e como tal



emerge das identidades de um povo em determinado espaço-tempo histórico; estas considerações assinalam o ócio cultivado e entendido como cultura e sociedade (CUENCA, 2003, p. 22).

Neste trabalho, vamos adotar a abordagem psicológica e humanista que valoriza o ócio como experiência capaz de promover o desenvolvimento pessoal, a saúde e a qualidade de vida. Neulinger (1984) precursor das pesquisas sobre a psicodinâmica do ócio, em termos da psicologia social define-o como um estado particular da mente que ocorre em condições de liberdade percebida e motivação intrínseca ou extrínseca e se caracteriza por orientar-se para uma meta ou sentido/significado; outros autores, tais como Cuenca (1995), Csikszentmihalyi & Csikszentmihalyi (1998), Pestana e Codina (2012) e Cuenca Cabeza (2019; 2020) compartilham a importância do caráter psicossocial da experiência de ócio que tende a perpetuar-se na consciência de quem o vivencia.

Na dimensão psicológica, a experiência de ócio é um fenômeno que tem caráter psiquicamente dinâmico como uma via de mão dupla: por um lado, possui um potencial de introspecção e assimilação do mundo e por outro, resulta em uma singular possibilidade de expressão humana; portanto, segundo Rhoden (2009) a experiência de ócio é um intercâmbio do Ser com o mundo realizando, dessa maneira, naturalmente, um exercício de aprendizagem espontânea.

O ócio-experiência é um acontecimento vivido como consequência de que o indivíduo lhe atribuiu um sentido, ou lhe é assegurado percepção sobre o acontecimento vivenciado. Este processo requer uma parada para pensar, escutar e sentir mais de perto, olhar e ouvir com atenção, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, o julgamento e o automatismo da ação, criar a delicadeza na comunicação sobre o que sucede e cultivar a arte do encontro (LARROSA BONDÍA, 2001).

Conceber e inserir o ócio sob esta égide seria o mesmo que: primeiro, colocar atenção-intenção (variável em função da personalidade); segundo, representar algo frente ao desejo (consciência de desafios, conhecimentos, competências e habilidades) de vivenciá-lo; terceiro, voltar atenção sobre a corporeidade assumida no como “É” (trajetória vivencial-cognitiva-integradora mais atenta à multidimensionalidade); quarto, reconhecer os recursos corporais ultrapassando as próprias barreiras de sua livre expressão.

Em suma, são movimentos/fluxos criador-criativos da vida, como pulsão do Ser a representar uma corrente ondulante que gera sensações, desejos e emoções, para subsidiar a

Essência/Self onde o ego tende a vibrar na frequência do sentir-pensar-agir, ampliando a visão pessoal-coletiva-social de conexão a energias<sup>16</sup> universais (BRADEN, 2008).

Refletindo pela ótica da psicologia social, os cenários de equivalência individualidade-coletividade cujas manifestações partem de percepções dos próprios sujeitos que o vivenciam para além de distingui-lo como sentido que se diferencia em função da intensidade e profundidade experiencial<sup>17</sup> e seus implicados atributos, o ócio classifica-se como autorrealização e meta-motivação para que o Ser encontre sua Humanidade; esta categorização converte-o em caminho (e não apenas chegada) de construção, estruturação ou afirmação da pessoalidade-coletividade.

E, se considerarmos que pela psicologia ambiental<sup>18</sup>, a pessoa tem propriedades sociais tanto quanto psicológicas e como interage com seu meio ajuda a determinar a natureza de suas ambiências, na compreensão da relação entre pessoa-ambiente, Rivlin (2003) estabelece alguns pressupostos tais como:

- Primeiro, que o ambiente se organiza em um conjunto de imagens mentais, tem valor simbólico e é vivenciado como campo único embora seja físico e social;
- Segundo, que a pessoa tem propriedades psicológicas individuais tanto quanto ambientais que influenciam no comportamento variando de acordo com a conduta e operando abaixo do nível de consciência (observação versus realidade);
- Terceiro, que o aumento da quantidade de tecnologia na vida das pessoas criou dimensões ambientais que tem impacto nas atividades diárias onde a experiência tem natureza holística.

Conjugados estes âmbitos, os espaços públicos urbanos (Fig. 05) revestem-se de importância e a atenção aos mesmos ultrapassa as funções aparentes às quais se vinculam; em termos psicossociais a habitação (Fig. 06) é, certamente, uma das principais fontes de identidade, tanto espacial quanto temporal.

---

<sup>16</sup> Trabalho com movimentos de consciência, respiração, postura corporal apoiada na base/pés ativando a circulação de temperatura interna necessárias para dissolver os bloqueios informacionais (impregnações) e, assim, oferecer vitalidade/alegria/prazer de viver. A metodologia DEP/Dinâmica Energética do Psiquismo trabalha a ideia da transcendência pelo (des)envolvimento da mente-corpo do ser, por um lado tão distante da Origem e por outro tão próximo. Dela a abrir os portais das experiências de consciência, que vai além do pessoal incluindo-o de tal forma, que a mente experimenta a contemplação e o corpo vivencia as sensações sentidas tanto de dor pela separação/discriminação do si mesmo, quanto da gratidão pela essência do “É” (BASSO & PUSTILNIK, 2000).

<sup>17</sup> Na experiência, o significado de espaço (liberdade) frequentemente se funde com o de lugar (segurança) (TUAN, 1983).

<sup>18</sup> Estuda as inter-relações com o humano e, por conseguinte foca-se ora no indivíduo com seus diversos comportamentos e atitudes, ora dirige seu olhar para o território, sob a forma de objetos, espaços e sociedades.



**Fig. 05.** Paisagem na entrada de Ilha Solteira. **Fig. 06.** Pátio residencial em Ilha Solteira.

**Fontes:** Alailson Domingos dos Santos (05); Rosely Cubo (06).

Nas teorias da arquitetura clássica, as obras deveriam contemplar o seguinte tripé conceitual sob a égide da solidez (*firmitas*), utilidade (*utilitas*) e beleza (*venustas*), que na contemporaneidade se metamorfoseia em tecnologia construtiva, em funcionalidade dos usos e na forma artística dos espaços urbanos. Por sua vez, o neomoderno introduz o conceito de semiótica; frente à natureza em que a construção sólida e eficaz é também estética-artística admitindo a intenção ética e afetuosa sob o lugar; este é o contributo que conjuga a psicologia social-ambiental referida ao ócio no qual o sentido em criar respostas criativas a estas demandas, o principal conteúdo que o indivíduo deve apropriar-se é de si-próprio, pois,

Resulta ser difícil entender a sociedade contemporânea ignorando que o ócio é um importante pilar de desenvolvimento humano. Com a passagem de duas décadas do século XXI, estão sendo produzidos questionamentos na forma do homem ser e viver, de conceber e estar no mundo; de um modo geral, concepções formais de construção da sua cidadania. Este novo contexto merece redefinições de hábitos e apropriações dos espaços, bem como descobrir o que o mundo está a exigir e quais os mecanismos intrínsecos e extrínsecos que o indivíduo possa se utilizar para dar respostas novas a essas novas e antigas exigências (CUBO, 2015, p. 187).

Assim, revela-se imprescindível a passagem por um processo de autoconhecimento, buscando achar-se, estar inteiro nos espaços de vida, reforçando as identificações e construindo novas representações identitárias que dentre as muitas vivências sofridas pelo Humano no contexto da sua formação como Ser.

Há possibilidades para o surgimento de resposta em decorrência eminente e incompatível entre a história de vida perpassada por sonhos, desejos, necessidades, projetos e esperanças no

processo de individuação e, os mal-estares da pós-modernidade que provém de uma espécie de liberdade de busca do prazer que pouco tolera a impermanência – onde não há ideias fixas como verdades. Nessa perspectiva, o indivíduo que não encontra espaço criador para empreender novos modos de ver-viver visando tornar-se espontaneamente mais adequado às respostas e demandas ambiental-ecológicas, não poderia ser classificado como ‘Humano’, apenas um ser. A atual situação pela qual o mundo se encontra entranhado, invoca novos objetivos sociais e métricos, não mais baseados em produção econômico-financeira, mas sim focados na cooperação, no compartilhamento, na qualidade de vida, no desenvolvimento humano e do conhecimento, apoiados em recursos renováveis, maximização da eficiência e coesão social em prol do bem-sentir, pensar e agir.

Se a COVID-19 é um ‘deflagrador de precariedades’ e ‘acelerador de futuros’, abre-se a oportunidade para a reinterpretação das ordenações e valores inerentes à vida e de diferentes maneiras, desencadeando as sensações sentidas como condição vivencial de Presença (*Ser/locus nascendi*<sup>19</sup>) e Pertença (*Estar/status nascendi*<sup>20</sup>).

Notadamente, a Presença representa um estado de consciência reconhecendo as características experienciais e vivenciais, potencializando o sentimento de vitalidade e força (BASSO & PUSTILNIK, 2000) com consequente superação dos conflitos emocionais, estabelece-se pela via da ‘atenção’, consoante da concentração ativa, criação e absorção de qualquer experiência. A Pertença, por sua vez, retrata a condição de Estar manifesto pela percepção de sensibilidade afetiva (BUBER, 1995) e desperta para o estabelecimento e alinhamento de vínculos de confiança compassiva, localiza-se pela via da ‘intenção’, a harmonia na essencialidade da experiência (CAPRA & LUISI, 2014; RAMOS, 2018; AZEVEDO, 2020); assim, a presença-pertença, ou seja, a atenção-intenção advém as memoráveis inter-relações conscientes que oportunizam a revisão de crenças, pensares e saberes cidadãos.

O trabalho mais profundo é geralmente o mais sombrio e o mais corajoso que procura ser sábio, irá ‘urbanizar’ os terrenos psíquicos mais pobres, pois, se construir apenas nos melhores terrenos, terá uma visão mínima de ‘quem se é’ e não descobrir o mais importante, ou seja, ‘O Que Se É’. Nestes termos, *Lili* se apropria de vivências de ócio desde quando sai do Brasil e cursa

---

<sup>19</sup> Parte-se do pressuposto que tudo absolutamente que ocorre em algum lugar (*locus*) nasce de uma matriz, raiz ou origem que representa o fato (*nascendi*) (BUSTOS, 1982).

<sup>20</sup> Processo de desenvolvimento de um evento (BUSTOS, 1982).

doutorado em *Ocio y Desarrollo Humano* pela Universidade de Deusto em Bilbao/região do País Basco na Espanha e onde fez morada entre 2009 e 2015;

É nesse tipo de ‘urbanização’ que se deve brilhar, onde se consegue melhor percepção da realidade e procurar respostas a alguns questionamentos: como conquistar patamares saudáveis na relação entre si mesmo e o mundo? E, como aprender a celebrar a vida na justa medida da criação e pleno usufruto do nobre, bom e belo? Daí se necessita recuperar o enigma de si mesmo – sair da ‘caverna’, embora ir-se na direção da luz, é necessário enfrentar animais bravios, lugares estreitos, penhascos, desfiladeiros e rios profundos (CUBO, 2015, p. 279).

As significativas similaridades ou diferenças no modo ou maneira de pensar-agir, ou seja, como se entra ou não em contato com a forma, a expressão verbal e corporal e o jeito como se experiencia a vida tem a ver, com o modo, forma, expressão e jeito como se coloca diante de si, dos outros e do mundo; quando inter-relaciona, comunica e faz representações do que pensa e sente, está recriando aprendizagens reflexivas e experiências dotadas de sentido.

## Lugar da Vida-Vivida e do Pertencer

Como ‘conceito’, conforme difundido por Henri Lefebvre (2006), sob a consideração de uma necessidade da sociedade temos, no Artigo 182 da Constituição Federal Brasileira (1988), que as políticas citadinas especificadas na ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais e que garante o bem-estar de seus habitantes, uma possibilidade de ampliação das considerações sobre como o direito urbano deve ser exercido, ao mesmo tempo em que evidencia o quanto as cidades são-estão requeridas-pleiteadas-comprometidas por espacialidades voltadas a múltiplas funções e de maneira a atender as cíclicas temporais necessidades cidadãs:

[...] Piensas que, cuando te jubiles, podrás hacerte una casita junto a la playa, pero lo piensas porque falta mucho para ese momento. Ya nada volverá a ser igual. Y no porque tú te has transformado en otro; y hasta es posible que no encajes ni en el mundo del que partiste ni en el mundo adonde has ido a parar. Al final, aprenderás a vivir en la frontera de los dos mundos, un lugar que, aunque puede ser de división, también lo es de reunión y punto de encuentro. Un buen día te juzgarás a ti mismo afortunado por el hecho de disfrutar de dicha frontera, y descubrirás que eres más completo, más híbrido e inmenso que cualquier otra persona (HACHMI apud SOUZA, 2015).

Nesse sentido, os espaços públicos urbanos revestem-se de importância e a atenção aos mesmos ultrapassa as funções aparentes às quais se vinculam. Nas formas de eleger o que vivenciar e nas estratégias que o cidadão lança mão para lidar com todo o universo de interações, a vida não é meramente oca de sentido e vazia de significados; esta perspectiva segue então duas direções, a primeira que busca na experiência a ligação do indivíduo ao espaço e a segunda, que

encontra pelo ócio o sentido das sensações sentidas enquanto o fluir da vida, que juntas fazem o Humano Ser, pois remetem às (re)memórias, (re)descobertas e (re)significações; desta feita, emergem questionamentos que nos remetem a pensar em quais dimensões as concepções da psicologia do ócio caracterizam, influenciam e são influenciados pelos atuais cenários espaciais públicos urbanos de Ilha Solteira.

## Ilha Solteira, um jeito doce de ser-viver: narrativas da vida sentida

Pelo entrelaçamento de trajetórias e histórias de resistência-resiliência<sup>21</sup> frente ao imaginário coletivo (indivíduos e gerações) da relação morador-moradia visto o investimento de grande parte de vida emocional no local onde moramos e para cuja compreensão a experiência e a memória são cruciais, Ilha Solteira que ainda hoje enfrenta as condições de vulnerabilidades/estratificação<sup>22</sup> sociais manifestas pelos traços de origem urbanística ‘segregatícia’ surgidos ora como separatista/determinista, ora como impulsionadora de superação do ‘lugar social’.

Ilha Solteira representa, para Lêu e Lili, um ‘lugar para voltar’, representa um *continuum* passado-presente-futuro e um *cíclicum* rítmico de chegadas-partidas-regressos; observa-se que há um esforço político e de coletivos que buscam encontrar o ideal de cidade via atividades culturais públicas e espaços de turismo com acesso a toda a população, visto que na realidade cotidiana, a cultura-turismo aproxima as pessoas. Nas palavras de Lêu (2020):

Tantos anos se passaram e mantenho ainda forte relação com Ilha Solteira, mudei-me da cidade há 06 anos para Dracena (150 km), mas minha família de origem, pais, irmãos e sobrinhos vivem na cidade. É para cá que venho em finais de semana e em períodos de férias. Minha família usufrui da qualidade de vida oferecida e do alto padrão dos serviços de saúde. Vivem aqui experiências, das quais algumas eu também participo como passeios na beira do rio, caminhadas, shows e festivais de música. São experiências vividas e marcadores do sentir-se ser-vivo.

E sobre esse mesmo enfoque de consideração da cidade, sua representatividade correlacioanda a vínculos pessoais, assim de Lili (2020):

Interessante a interconexão entre a história de Ilha Solteira e a minha própria trajetória de vida, pois passados mais de quarenta e cinco anos de chegada, ali fui criança, jovem, adulta, me casei com um estudante da UNESP, tive meus filhos e participei ativamente na

<sup>21</sup> Relaciona-se com a capacidade de uma cidade e seus moradores superarem adversidades ou recuperar-seem vista às mudanças e circunstâncias de passagem do tempo que tanto podem engrandecer/renovar quanto empobrecer/deteriorar o tecido urbano.

<sup>22</sup> Vínculos e afetos decorrentes dos paradoxos de (des)encontros de realidades.



AEIS Administração especial de Ilha Solteira como assistente social na criação e implantação de programas comunitários, Associação de Pescadores, Grupo de Bordadeiras, implementação do Cinturão Verde e o boom de obras estruturantes e suas incontáveis implantações. Atualmente, minha mãe, irmã e sobrinha ainda residem na cidade. Em todas as oportunidades vamos de passeio e sempre que chego na rotatória de entrada da cidade, sinto um ‘cheiro de bem-aventurança’ (Lili).

Na urbe precisamos encontrar os pontos de referência fundamentais ao prazer: espaço limitado para a sua própria intimidade; ruas onde possamos passear e encontrarmos o que precisamos para a sua existência; locais pitorescos que quebrem a monotonia das ruas; recintos para a contemplação e manifestações artísticas; locais para atividades coletivas; natureza modificada pelo Homem em forma de áreas verdes e contato fácil com a própria natureza. Na cidade devem procurar a criação de condições que nos possibilitem o contato com a nossa sua própria infância. Possivelmente através dessa experiência de ocupação pode-se ver sendo atendida essa gama de possibilidades, visto sua perspectiva criadora ligada à vida e a riqueza da sua vivência como fim em si mesmo. E nesse aspecto a vivência do ócio como estado de contemplação que proporciona momentos de pura criação.

Ilha Solteira em suas manifestações como cidade criativa-inclusiva<sup>23</sup> se materializam através de Decretos do Estado de São Paulo (respectivamente, 13/04/2000 e 29/06/2001) tanto a que a nomeia ‘Ilha Estância Turística’ (Fig. 07), devido a suas características, como seu relevo plano e seu planejamento urbanístico, quanto a que lhe designa como ‘Ilha Capital da Cultura’ em virtude dos cuidados com a preservação e conservação do seu patrimônio ambiental-ecológico.

---

<sup>23</sup> Entendida de modo dinâmico e processual, o território inclusivo-criativo como potencial de resistência e resiliência urbanas tem como fundantes em termos de planejamento urbano os insumos na cultura ou em termos de clusters criativos nas artes onde a história do lugar e a evolução da urbe assume particular destaque (LANDRY, 2008; CRUZ, 2016).



**Fig. 07.** Cidade de Ilha Solteira - Ilha Estância Turística.

**Fonte:** Rosely Cubo.

Na ‘Ilha Estância Turística’, o Parque Balneário com suas Praias Catarina e Marina recebe turistas e abre-se para o lazer familiar e grupal. Com a municipalização e popularização da área, foi instalada a Prainha Catarina para os moradores em geral, inclusive se torna com o passar do tempo a mais procurada pelos banhistas da cidade e turistas e se transforma em lugar onde acontecem as festas renomadas da região e Estado de São Paulo, principalmente carnavais, como o Carnallha, além outros, como os Jogos InterUNESPs.

Na ‘Ilha Capital da Cultura’, a cidade conta com alta nota de 0.974 em educação de acordo com o PNUD. O município dispõe de nove pré-escolas (seis municipais, uma estadual e duas privadas), dez escolas de ensino fundamental (três municipais, duas estaduais e cinco privadas), seis de ensino médio (duas são estaduais e quatro privadas).

O Censo Escolar do Inep 2019 aponta para um número total de 4.662 alunos matriculados em Ilha Solteira durante o ano letivo; desse total, aproximadamente 90% são dos ensinos infantis, fundamental e médio encontram-se em escolas públicas municipais ou estaduais. Na cidade

funcionam também escolas profissionalizantes como a ETEC de Ilha Solteira e a IFSP Campus Avançado Ilha Solteira e há ainda as instituições de ensino superior, como a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), União das Instituições Educacionais de São Paulo (UNIESP) e Faculdade Reunida (FAR).

Ser deste lugar, viver neste lugar, crescer neste lugar, onde a cultura e o lazer se entrelaçam como fino fio que tece a vida, que ‘costura’ seres e saberes, que tece o cotidiano e constrói as pessoas e os espaços, revela-se, nas narrativas analisados e concretude da experiência do ócio no seu sentido literal. Uma experiência de fazer-se ao mesmo tempo em que faz o lugar é ‘feito’ por ele. É a concretização do ‘Pertem-Ser’; cidade e sujeitos se misturam e se fundem na amarração de sua história e estória, na potencialização dos sentidos e sentir-se.

Segundo Souza (2008) começa a ser percebido o destacado papel do espaço na vida cotidiana ordinária, e isso tem suscitado questionamentos de ordem existencial.

Identificar-se enquanto sujeito social a partir do modo como se produz e se apropria do espaço tem sido uma competência humana cada vez mais celebrada e oportuna, visto que o espaço tem assumido, como nunca, um papel definidor é dimensão *sine qua non* do cotidiano de todas as pessoas.

## Considerações finais

Este estudo nos permite concluir que uma das questões menos discutidas a respeito do processo de individuação, ou seja, de que à medida que se lança luz sobre as trevas da psique com a maior intensidade possível, a sombra onde a luz não alcança fica ainda mais escura; portanto, quando se ‘alumia’ alguma parte da psique, resulta uma escuridão mais profunda com a qual se tem que lutar, ou seja, não se pode deixar de lado essa escuridão e tem-se que reconhecer do que se precisa mais dentro o que mais falta. A experiência ambiental em Ilha Solteira é extremamente importante para se ‘ser’, ligando-se à formação da identidade individual e/ou grupal e às condições de apropriação dos ambientes por quem vive no local. Ao ‘olhar’ para Ilha Solteira pode-se perceber a satisfação dos moradores quanto às condições e a qualidade de vida proporcionada especialmente no que se refere aos espaços de convivência cultura-e-turismo.

O fomento de experiências de ócio inseridas no cotidiano da população figura como elemento da agenda política da gestão do poder público com a criação de mecanismos de apoio à manutenção e cuidados assumidos pelos moradores para o cuidado e tutela de seus espaços

coletivos. Tal medida favorece a grande participação popular implementada em todas as ações públicas; infere-se que medidas e parcerias com vistas a cuidado com o bem público e a coletividade promove nos indivíduos o sentido de Presença e Pertença na mesma proporção em que estimula o aprofundamento e fortalecimento de vínculos pessoal e espacial. Tem-se que ao promover a preservação da identidade dos locais, pode-se manter ou aumentar o potencial ideal da cidade validando sua categorização como ‘Estância Turística’ e ‘Capital Cultural’.

Atende-se com esta proposta, o cuidado ao fundamento psicológico sobre o qual se ergue o tipo de individualidade das metrópoles, que consiste na intensificação da estimulação nervosa resultante da rápida e ininterrupta mudança de estímulos externos e internos, quando a máxima descontinuidade que se abarca com um olhar, e o caráter inesperado das impressões que se impõem fará justamente as condições psicológicas criadas pela cidade, modificar-se de ritmo, diversidade de forma, principalmente no que se refere aos fundamentos sensoriais da vida psíquica das pessoas envolvidas nesses espaços.

Temos que a Ilha Solteira é um mosaico cultural e turístico feito de uma infinidade de mundos sociais que são quase como que mundos próprios, feitos de laços, de pequenos nós, de relações de amizade e familiares; a experiência partilhada, então é a base para o assentamento psicológico deste projeto citadino que arraiga o sentimento de Presença e Pertença e essas áreas inteligentemente ocupadas são, sobretudo, espaços de relações interpessoais e intergrupais, se mirando saudavelmente. Assim desfrutar dessa riqueza de possibilidades não custa muito, nós que o usufruirmos sentimo-nos sujeitos de vivências experienciadas; é como dar luz a algo, produzindo esse algo com sentido subjetivado e mais, permanecendo vinculado permanentemente com essa nossa produção.

E finalizando, as experiências de ócio então não seriam só um elemento vital em nosso bem-estar, mas sim, passa a ter ademais um papel libertador, criador e contestador, libertando-nos da rotina cotidiana, além de desenvolver habilidades e uma nova ordem com as pessoas e com as coisas. A função contestadora efetiva-se quando as funções libertadoras e criadoras do ócio geram uma atitude crítica e consciente em relação à vida. Ilha Solteira, enfim, promotora de desenvolvimentos sociais harmoniosos, pois a cidade nos faz o que simultaneamente fazemos dela.

## Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, C. A. M. *Caracterização da associação dos pequenos agricultores no contexto do projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira/SP*. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- AZEVEDO, C. (org.). *Corpo como campo informacional: um sistema de retransmissão da informação*. Fortaleza: Órion, 2020.
- BASSO, T. & PUSTILNIK, A. *Corporificando a consciência: teoria e prática da dinâmica energética do psiquismo*. São Paulo: Instituto de Cultura para o Desenvolvimento e Educação Permanente, 2000.
- BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BAZTÁN, A. A. & MARTINS, J. C. *Pesquisa qualitativa de enfoque etnográfico*. Coimbra: Grácio Editor, 2014.
- BIANCHINI, F. & PARKINSON, M. (eds.). *Cultural policy and urban regeneration: the West European experience*. Manchester: Manchester University Press, 1993.
- BRADEN, G. *A Matriz Divina: uma jornada através do tempo, do espaço, dos milagres e da fé*. Trad. Hilton Felício dos Santos. São Paulo: Cultrix, 2008.
- BRASIL. *Constituição* (1988). [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988]. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- BUBER, M. *Eu e Tu*. São Paulo: Moraes, 1995.
- BUSTOS, D. *O Psicodrama*. São Paulo: Ágora, 1982.
- CAPRA, F. & LUISI, P. L. *A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas*. Trad. Mayra Teruya Eichemberg, Newton Roberval Eichemberg. São Paulo: Cultrix, 2014.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO – CESP. *Ilha Solteira: a cidade e a usina. Fascículos da História da Energia Elétrica em São Paulo*, v.2, São Paulo, 1988.
- CRUZ, F. M. R. da. *Ambiente criativo: estudo de caso na cidade de Natal/RN*. Natal, RN: UFRN, 2016.
- CSIKSZENTMIHALYI, M. *Fluir (Flow): una psicología de la felicidad*. Trad. Penuria López. Barcelona: Kairós, 2005.
- CSIKSZENTMIHALYI, M. & CSIKSZENTMIHALYI, I. S. *Experiencia óptima: estudios psicológicos del flujo de la conciencia*. Bilbao: Desclée de Brouwer, 1998.
- CUENCA, M. C. *Temas de Pedagogía del ocio*. Bilbao: Universidad de Deusto, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Ocio humanista: dimensiones y manifestaciones actuales del ocio*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Aproximación multidisciplinar a los Estudios de Ocio*. Bilbao: Universidade de Deusto, 2006.
- CUENCA CABEZA, M. Introdução: Sentido de las IV Jornadas de la Cátedra de Ocio y Minusvalías sobre ocio y calidad de vida. In: SANTAMARÍA, M. L. S. (org.). *Ocio, calidad de vida y discapacidad. Actas.... IV JORNADAS DE LA CÁTEDRA DE OCIO Y MINUSVALÍAS*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2020.
- \_\_\_\_\_. El ocio como experiencia de desarrollo humano, un reto para el siglo XXI. In: DE LA CRUZ AYUSO, C. (ed.). *Los retos del ocio y la discapacidad en el siglo XXI. Actas... V JORNADAS DE LAS CÁTEDRA ONCE OCIO Y DISCAPACIDAD* (pp. 33-66). Documentos de Estudios de Ocio, 26. Bilbao: Universidad de Deusto, 2003.
- \_\_\_\_\_. El ocio como resistencia: sentido del ocio al envejecer In: BAPTISTA, M. M., PEREIRA, M. J. A. P. & ALMEIDA, A. R. A. *Ócios e resistências: crescer e envelhecer em contextos culturais diversos*. Coimbra: Grácio Editor, 2019.
- CUBO, R. P. A. *El ocio como ámbito de integración de los inmigrantes: representaciones y vivencias de mujeres brasileñas en el País Vasco*. 2015. Tese (Doutorado), Universidad de Deusto, Bilbao, Viscaya, Espanha.

CUBO, R.; GUIMARÃES, S.; LEITE, S. Ócio e lazer no espaço urbano brasileiro: potencialidades e fragilidades. In: *Coletânea XIV ECONTRO INTERNACIONAL CIENTÍFICO OTIUM E CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDOS DO LAZER, ÓCIO E RECREAÇÃO*. Belo Horizonte: UFMG/EEFFTO, 2020, p. 683-691.

DE GRAZIA, S. *Tiempo, trabajo y ocio*. Madrid: Tecnos, 1966.

GUTIERREZ, C.A.S. & CHAVES, F.E. (orgs). *Ócio e cidade: o papel do ócio na transformação das cidades*. São Leopoldo: UNISINOS, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

ISO-AHOLA, S. E. *The social psychology of leisure and recreation*. Dubuque, Iowa: Wm. C. Brown Company Publishers, 1980.

LANDRY, C. *The creative city: a tool kit for urban innovations*. London: Earthscan, 2008.

LARROSA BONDÍA, J. Sobre la experiencia y el saber de la experiencia. In: LARROSA BONDÍA, J. (comp.). *Más allá de la comprensión: lenguaje, formación y pluralidad*. Caracas: Universidad Simón Rodríguez, 2001.

Lefebvre, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 2001.

LIPOVETSKY, G. *La era del vacío: ensayos sobre el individualismo contemporáneo*. Traducción: Joan Vinyoli y Michèle Phendanz. Barcelona: Anagrama, 1983.

Memorial de Ilha Solteira. Disponível em:

<<http://www.memorialdosmunicipios.com.br/listaprod/memorial/historico-categoria,278,H.html>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

MOMMAAS H. y Van derPoel, H. (eds.). Changers in economy, politics and lifes-tyles: an essay on the restructuring of urban leisure. In: BRAMHAM P., HENRY I., MOMMAAS H. y VAN DER POEL, H. (eds.). *Leisure and Urban Process*, London: Routledge, 1989. p. 254-247.

NEULINGER, J. *The psychology of leisure*. Illinois: Charles C. Thomas, 1984.

PESTANA, J. V. & CODINA, N. El teatro como ocio revelador y transformador del self. In: C. ORTEGA NUERE, C. & DEL VALLE DOISTUA, R. S. S. (eds.). *Ocio e innovación para un compromiso social, responsable y sostenible*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2012. p. 81-92.

RAMOS, O. *A Física Quântica na vida real: nas atividades e nos relacionamentos*. Blumenau: Odorizzi, 2018.

RHODEN, I. O ócio como experiência subjetiva: contribuições da psicologia do ócio. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, v. IX, n. 4, p. 1233-1250, 2009.

RIVLIN, L. Olhando o passado e o futuro: revendo pressupostos sobre as inter-relações pessoa-ambiente. *Estudos de Psicologia*, n. 8, 2003, p. 215-220.

SOUZA, M. L. de *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, T. R. de. *Lugar de Origem, Lugar de Retorno: a construção dos territórios dos migrantes na Paraíba e São Paulo*. 2015. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2015.

TUAN, Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1983.

VARGAS, S. *Lazer e políticas públicas: agendas, declarações, recomendações e outros marcos importantes*. Curitiba: Prismas, 2018.

VITTE, C. de C. S. (org.). *Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.







EDSON LEÃO FERENZINI

## É MELHOR LOTEAR O NOSSO AMOR.

Cidade e música popular, um *caso* antigo...

A “música popular”, produzida pela indústria cultural, é fruto dos grandes centros urbanos, tendo seu desenvolvimento ligado, diretamente, aos fenômenos de urbanização e migração. Particularmente, no Brasil, a produção e difusão desse campo artístico foram centralizadas no chamado eixo Rio-São Paulo, obrigando artistas de outras origens a migrarem. A partir da segunda metade do século XX, se desenvolve uma faixa de produção e consumo ligada a uma parcela sócio-econômico-cultural de classe média universitária, que buscará levar a canção inspirada em fontes populares, para além do entretenimento, tornando-a também campo para reflexões sobre a realidade. Assim os próprios dilemas da acelerada urbanização, dos processos migratórios, das desigualdades sociais, e da perda da qualidade de vida nas cidades perpassaram também a música popular da classe média intelectualizada. Essas leituras terão, no entanto, na maior parte do tempo um olhar paternalista, e por vezes, elitista em relação às periferias, propondo filtros do que seria a autêntica música popular, avalizando artistas a

partir de critérios próprios. Enquanto ao longo desse processo as periferias vão se afirmando como espaços próprios de dinâmica cultural e particularmente no campo da música popular.

## Considerações iniciais

O presente capítulo aborda as relações entre música popular e cidade, sem a pretensão de esgotar o tema, mas sinalizando para a questão de como as transformações da vida urbana foram sentidas e expressadas por tendências da canção popular, simultaneamente frutos da indústria cultural e de movimentos sociais e culturais urbanos da segunda metade do século XX. A abordagem centra-se no filão que se desdobra a partir da Bossa Nova e do surgimento da sigla MPB, campo mercadológico fundamentalmente ligado à classe média universitária, ou próximo culturalmente às perspectivas desse público. A escolha se dá também por ser um período de intensa urbanização, em grande parte, sob a vigência da ditadura civil-militar.

Esse campo, por suas características históricas, estéticas e mercadológicas, e pretensões ideológicas, dialogou em vários momentos com outras faixas culturais, ora de forma conflituosa, de negação, ora em processos de assimilação mútua de elementos estéticos, ideológicos e comportamentais. Em relação ao *Rock*, isso se deu de modo mais evidente, até pela própria contemporaneidade do surgimento de ambos no Brasil e de suas transformações terem se processado em paralelo na segunda metade do século XX. A música popular, como manifestação produzida, formatada, industrializada e propagada num contexto tecnológico para a massa, esteve ligada, em tal século, às metrópoles. Por mais que na raiz de boa parte da música popular existam fontes de origem rural, de autoria conhecida ou anônima, suas mutações estético-mercadológicas tiveram sua dinâmica diretamente delineada a partir dos grandes centros. Assim, da mesma forma que a música popular se faz nas cidades, também constrói cidades no imaginário, as povoam de locais que demarcam mitologias da cultura pop, que ampliam o significado das cidades.

Mas essa relação não se estabelece de maneira apenas pacífica e harmoniosa; “entre tapas e beijos”, as canções e as cidades se estranham, se desconstroem, se questionam. Por vezes as canções reivindicam das cidades o que elas poderiam ser. Em contrapartida, por vezes, as cidades geram novas demandas sociais, que se tornam culturais e vão obrigando as canções a dialogarem com a pressa, a fragmentação, o barulho, o concreto, as desigualdades, a violência, enfim, a se tornarem novas formas de se fazer canção.

## **“Nossa famosa garota não sabia a que ponto a cidade turvaria” – MPB e urbanização.**

Os grandes centros urbanos foram os principais focos de difusão da música popular, por centralizar uma estrutura que incluía as principais casas de espetáculo, gravadoras, emissoras de rádio e posteriormente de TV. Também os principais veículos impressos, revistas, jornais, produtoras de cinema e as principais fontes econômicas para muitos destes veículos, que eram as grandes empresas patrocinadoras. No Brasil, particularmente, refletindo a distribuição desigual nas mais diversas esferas, a concentração de poder, também no campo do mercado de música popular ficará durante todo o século XX, sediada no chamado eixo Rio-São Paulo. Desta forma, mesmo fenômenos que tiveram origens regionalizadas, para se afirmar mercadologicamente e ter repercussão comercial, dependiam de se destacar no Rio de Janeiro ou em São Paulo, ou, de preferência, nas duas cidades, para terem seu poder de comunicação amplificado.

E a partir do final da década de 50, começa a se consolidar um veio mercadológico e estético centrado em criadores e público da juventude da classe média universitária urbana, tendo como marco inicial a Bossa Nova. Como explica Marcos Napolitano:

A ruptura proporcionada pelo surgimento da Bossa Nova a partir de 1959 articulou a inserção de um novo extrato social no panorama musical, sobretudo no plano da criação e no consumo de música popular. Os estratos superiores das classes médias, tomadas em seu conjunto, mais abastadas, mais informadas e com circulação no meio universitário, passaram a ver a música popular como um campo respeitável de criação, expressão e comunicação (NAPOLITANO, 2010, p. 14).

A Bossa Nova trazia marcas da cidade onde foi deflagrada, o Rio de Janeiro, e de uma faixa geográfica e social bem delimitada da mesma. Sua musicalidade contida, de câmara, era fruto das reuniões de jovens sofisticados da classe média e alta, carioca, na intimidade de apartamentos da Zona Sul. O contexto unia a euforia desenvolvimentista da Era Juscelino Kubitschek ao cenário de uma capital que ainda estava longe de ter a violência e o medo como parte dessa rotina, um momento histórico em que o crime ainda era a exceção.

A leitura de jornais e revistas da época revela uma sociedade que se supunha mais normal, equilibrada e, vá lá, justa. O crime era algo que destoava, uma nota mal tocada, que ameaçava comprometer a sinfonia do progresso e da harmonia social. Os criminosos mais comuns eram aqueles inadaptados, homens que se escondiam em favelas, que assaltavam padarias, que andavam armados, que fumavam maconha, que invadiam casas alheias. Nos jornais, o crime não era visto como um processo, mas como algo localizado, personificado (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 27).

As letras bossa novistas refletiam o cenário urbano pacífico e a tranquilidade social da classe da qual nasceram. Uma capital que ainda preservava construções do período imperial, convivendo com a modernidade e uma expansão imobiliária que mostraria sua face mais hostil só nas décadas seguintes, contava ainda com um cenário natural privilegiado, de praias, do sol, do verde e do relevo exuberante, atenuando a percepção da velocidade com que a urbanização viria a descaracterizar a cidade. Local ideal para o hedonismo urbano de encontros e flertes amorosos, o culto à beleza feminina da passante e o despertar de paixões despreocupadas, despojadas da carga passional de períodos anteriores.

Mas os conflitos e desigualdades do processo de urbanização do país logo levariam alguns desses mesmos jovens, no início da década de 60, a se engajar em torno da necessidade de mudanças político-sociais:

Era preciso conscientizar e integrar os setores sociais marginalizados pelo desenvolvimento capitalista e a cultura tinha um papel importante neste processo. O excessivo otimismo e subjetividade da Bossa Nova passaram a ser repensados. Setores do movimento estudantil, uma das maiores expressões da esquerda nacionalista, perceberam o potencial da BN junto ao público estudantil. Tratava-se, pois, de politizá-la (NAPOLITANO, 2010, p. 14).

Começa a se formatar uma corrente da música popular prioritariamente universitária (tanto da parte dos criadores, quanto do público potencial), que passa a tematizar questões sociais, e a focar nas mazelas geradas pela distribuição desigual, pelos descasos com grupos sociais marginalizados, que estimulava entre outros problemas, o êxodo rural - e agravava os processos desordenados de urbanização que colocavam um grande número de pessoas em situação social de risco. “Os temas amorosos, de colorações românticas e presentes nas canções bossa novistas (...) – transfiguraram-se em novos temas amorosos, que substituíram a exaltação da mulher, da paisagem carioca pelo enaltecimento afetivo do povo brasileiro” (CONTIER, 1998, p.35).

Um dos pioneiros dessa transição da Bossa Nova para a canção nacionalista engajada, que desembocaria na sigla MPB (que surge em 1964), foi Sérgio Ricardo, com o LP *Um senhor de talento*, de 1963, que traz as imagens emblemáticas de Zelão: “Todo morro entendeu quando Zelão chorou / Ninguém riu ninguém brincou / e era carnaval / (...) Choveu e a chuva jogou seu barraco no chão / nem foi possível salvar o violão / dos restos todos que a chuva levou (...)”<sup>1</sup>. A ideia central defendida por compositores e intelectuais do movimento estudantil, como Nelson

<sup>1</sup> Ver em: NOVA HISTÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA. *Sérgio Ricardo*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.



Lins e Barros, era de que esse desdobramento da Bossa Nova deveria funcionar como uma ponte que encontraria o morro, o terreiro e o sertão, visando uma transformação da sociedade.

Mas, simultaneamente, de outras regiões das cidades dos anos 1960, jovens suburbanos de classe média mais baixa, bem distantes do universo intelectual universitário, começavam a se inspirar em modelos de música urbana vindos do *rock'n'roll* americano de Elvis, Chuck Berry e companhia, e do *rock* reinventado pelas bandas da invasão britânica capitaneada pelos *Beatles*, assim como no som da *Motown* (gravadora dos EUA especializada em música negra). Essa tendência se consolidaria em 1965, com a estreia do programa televisivo *Jovem Guarda*, que também nomearia o movimento.

O imaginário urbano da Jovem Guarda seria o das vias trafegadas por *bad boys* em seus carrões, ruas e outros locais urbanos propícios ao flerte descompromissado. Sem nenhuma crítica em relação à realidade política e social, sua cidade era o espaço da fruição, do desejo, que tem sua materialização simbólica na velocidade e no automóvel. Este, que, tanto quanto no *rock'n'roll* de Chuck Berry, seria materialização da liberdade libidinal, ao mesmo tempo em que seria signo de ascensão social e da própria elevação do Brasil a um patamar internacional de modernidade e desenvolvimento. Mas apesar das críticas vindas da esfera da MPB nacionalista, de ser mera imitação alienada de modelos impostos pelo imperialismo cultural anglo-saxônico, a Jovem Guarda já trazia tons locais em sua receita e revelava nas entrelinhas de seu pacote sonoro, visual, comportamental, aspectos da realidade da urbanização e modernização do Brasil pós-JK:

Essas baladas levemente aceleradas convidavam a moçada a pular para festejar os novos tempos: o tempo das invenções atraentes da sociedade de consumo emergente, exaltando o sabor de aventura e a promessa de uma vida urbana mais arejada, que as grandes cidades prometiam (...). Mescla que nos permite compreender por que, na época, a irreverência e o despojamento dos nossos roqueiros implicariam uma crítica à incoerência de um país que se modernizava ao mesmo tempo em que andava de braços dados com a rigidez dos comportamentos e ao anacronismo de regras morais. No momento em que essa assimilação peculiarmente brasileira do rock vai ganhando ouvidos, a periferia das grandes cidades passa a ganhar corpo, e, em consequência, o público suburbano passa a se afirmar, marcando presença e se expressando. (...) na esteira da euforia desenvolvimentista, o crescimento urbano preparou um *espaço de disponibilidade* para novas práticas e atitudes. E é por essa esteira que rolarão algumas das vozes mais fortes do subúrbio<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Idem, p.16 a 20.

Enquanto a MPB se “adestrava” para falar em nome do povo, “as canções da Jovem Guarda eram elaboradas a partir da vivência concreta de seus compositores e segundo o anseio real de parte da juventude da qual eles certamente eram porta-vozes”<sup>3</sup>.

Enquanto isso, o país iniciava os tempos pesados da ditadura militar, que faria de tudo para encobrir o fato de que as cidades cresciam desordenadamente, infladas pelo êxodo rural impulsionado pela miséria e opressão nos campos, enfim, refletindo uma realidade profundamente desigual e conflituosa. Esses temas seriam caros às canções da MPB nacionalista engajada, que vai se destacar principalmente através dos grandes Festivais realizados e transmitidos pelas principais emissoras de TV do eixo Rio e São Paulo. Entre seus temas e personagens estariam: populações expulsas do campo e que vão se tornar os trabalhadores urbanos precarizados, os “Pedro Pedreiros” sobre os andaimes pingentes, caindo de construções e atrapalhando o trânsito, da poética de Chico Buarque<sup>4</sup> - nome de destaque desta cena, assim como Edu Lobo, Elis Regina, Jair Rodrigues, Geraldo Vandré, Zé Kéti entre outros compositores e intérpretes.

Essa concepção da História internalizou-se em alguns compositores Edu Lobo, Zé Kéti, Sérgio Ricardo, Carlos Lyra ou dramaturgos, como Edvaldo Vianna Filho, através da mitificação dos chamados novos lugares da memória: o morro (favela + miséria + periferia dos grandes centros urbanos industrializados) e o sertão (populações famintas, manipuladas pelo imaginário conservador, o messianismo religioso - catolicismo + culturas afro-brasileiras - e o mandonismo político local - coronelismo). (CONTIER, 1998, p. 4).

O morro, das comunidades urbanas empurradas para condições improvisadas de moradia, terá também sua simbologia retrabalhada, unindo o caráter de resistência da cultura popular tradicional do samba ao de ícone das desigualdades impetradas pelo capitalismo subdesenvolvido. E, como aponta Marcos Napolitano, esse olhar para a realidade de outros espaços e camadas sociais teve também um papel no reconhecimento de artistas de origem social mais humilde e que, pela primeira vez, tiveram a oportunidade de chegar ao disco e a um público mais amplo, ainda que ocupando apenas franjas de mercado, representando o samba “do morro”: Nomes como Cartola, Nelson Cavaquinho e Clementina de Jesus. Tudo isto feito com muita boa vontade, mas por artistas e intelectuais que estavam bem longe das realidades que pretendiam retratar e/ou resgatar.

---

<sup>3</sup> Ibidem, p.59.

<sup>4</sup> Ver em: HISTÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA. *Chico Buarque*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

A partir do AI 5 (1969) a ditadura terá sua expressão clara nas prisões, torturas e assassinatos contra dissidentes e, no exílio, censura a artistas e intelectuais. Mas também terá consequências cotidianas na ampliação dos abismos sociais que, nas grandes cidades na década de 1970, agravarão problemas sociais, deteriorando a qualidade de vida.

O choque causado pela urbanização e a tomada do poder pelos militares colaborariam, a partir do fim dos anos 60, para uma mudança no tratamento do crime e dos criminosos. As cidades se tornavam maiores e impessoais, aumentava o número de migrantes, multiplicavam-se as favelas; parte da esquerda abraçaria o projeto da luta revolucionária, as Forças Armadas adotariam e ampliariam métodos de repressão policiais baseados na violência e na tortura. Nos jornais populares, o crime continuaria a ser visto como um fato isolado, uma manifestação extemporânea causada pela ação de elementos antissociais. Mas outras publicações tateavam em diferente direção, aquela apontada pelas ciências sociais, pelo cinema em filmes como *O Bandido da Luz Vermelha* e *O assalto ao trem pagador*, e em obras-manifesto como a do artista plástico Hélio Oiticica – em homenagem a *Cara-de-Cavalo*, ele proclamava *Seja marginal, seja herói*. O crime não era mais aquele, bandidos e mocinhos poderiam trocar de papéis; a razão, quem sabe, poderia estar com os que assaltavam bancos, não com aqueles que os protegiam (RAMOS, 2007, p. 29).

A violência vai se tornando tão cotidiana que provoca indiferença, como numa das várias crônicas urbanas de Aldir Blanc e João Bosco: “sem pressa foi cada um pro seu lado / pensando numa mulher ou num time / olhei o corpo no chão e fechei / minha janela de frente pro crime” (BOSCO, 1975).

Outro registro emblemático sobre as transformações do cenário urbano nos anos 70, está no diálogo poético entre quatro dos principais nomes da Bossa Nova e da MPB, Vinicius, Toquinho, Tom e Chico Buarque, em *Carta ao Tom 74* e na paródia *Carta do Tom*. Em *Carta ao Tom 74*, de Vinicius e Toquinho, configura-se uma canção impregnada pela perda em relação a uma experiência de cidade quase idílica, das letras da Bossa Nova: “Rua Nascimento Silva, 107 / E você ensinando pra Elizeth / As canções de Canção do Amor Demais / Lembra que tempo feliz? / Ai, que saudade / Ipanema era só felicidade / Era como se o amor doesse em paz / Nossa famosa garota nem sabia / A que ponto a cidade turvaria / Esse Rio de amor, que se perdeu (...)”<sup>5</sup>. A canção preserva o lirismo e a reminiscência de uma realidade que ainda pudesse ser resgatada. Aliás, na leveza da experiência amorosa, na Bossa, muitas vezes estava fundida a própria leveza da experiência urbana. “Mesmo a tristeza da gente era mais bela / E, além disso, se via da janela / Um

<sup>5</sup> Trecho da canção *Carta ao Tom 74*, composta por Vinicius de Moraes e Toquinho e gravada no álbum *Ao vivo no Canecão*, de 1977, com Tom, Vinicius, Toquinho e Miúcha.

cantinho de céu e o Redentor / É, meu amigo, só resta uma certeza / É preciso acabar com essa tristeza / É preciso inventar de novo o amor”<sup>6</sup>.

Já, *Carta do Tom*, composta sob a mesma melodia da anterior, ecoa a corrosão da realidade urbana, já na escolha estética pela paródia: “Rua Nascimento Silva, 107 / Eu saio correndo do pivete / Tentando alcançar o elevador / Minha janela não passa de um quadrado / A gente só vê Sergio Dourado (A gente só vê cimento armado) / Onde antes se via o Redentor / É, meu amigo / Só resta uma certeza / É preciso acabar com a natureza / É melhor lotear o nosso amor”<sup>7</sup>. O comentário sobre a especulação imobiliária tem duas versões, uma delas, nomeando uma das principais empresas do ramo no período – a *Sérgio Dourado Empreendimentos*.

Abandonando totalmente a inflexão lírica de Vinícius, a nova canção é escancaradamente uma blague, que escarnece, não da canção, mas da própria realidade, que deteriora sob o poder do capital, da especulação imobiliária e da inoperância do Estado, destruindo a qualidade de vida e acentuando desigualdades e exclusões, agravando a violência e a insegurança. Impotente ante ao regime ditatorial e acuado pela realidade urbana, esse é o retrato de uma classe média distante tanto do hedonismo de acreditar “no amor, no sorriso, e na flor”, ou das “flores vencendo canhões”, e que espera perplexa ver “emergir o monstro da lagoa”<sup>8</sup>.

### **“O Corpo e a embalagem todo gasto na viagem” – olhares migrantes sobre as metrópoles.**

E quando falamos do efeito da migração sobre as grandes cidades, é preciso lembrar que ele também teve seus aspectos culturais, com artistas e intelectuais de destaque regional, muitas vezes, também da classe média, buscando novas possibilidades de formação universitária e /ou atuação artística no eixo Rio-São Paulo e acabando por afetar profundamente o cenário desses centros. Esse foi o caso do grupo de compositores e intérpretes baianos e de outros estados do Nordeste (Tom Zé, Gal Costa, Gil, Caetano, Torquato Neto, Capinam) que, em 1967, seria o núcleo do Tropicalismo. Inicialmente integrados à cena da MPB nacionalista, seu olhar “estrangeiro” para o contexto cultural do eixo Rio-São Paulo trará novas perspectivas sobre o processo de modernização e urbanização problemática do Brasil.

---

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Trecho da canção *Carta do Tom*, composta por Vinícius de Moraes, Toquinho e Chico Buarque e gravada no álbum *Ao vivo no Canecão*, de 1977, com Tom, Vinícius, Toquinho e Miúcha.

<sup>8</sup> Ver em: HISTÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA. *Chico Buarque*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

A eles se associaram artistas do Sudeste, como Os Mutantes, Rogério Duprat, Júlio Medaglia e Nara Leão, o que não impediu que o movimento ficasse associado a uma imagem baiana. Adaptando para a situação dos migrantes, a visão de Júlia Kristeva sobre os estrangeiros, para ela, seria característica do estrangeiro, admirar aqueles que o acolheram, mas também, não deixar de julgá-los um pouco cegos. Isso porque o estrangeiro possuiria um distanciamento para ver-se e para vê-los, assim como uma capacidade mais natural para ir ao encontro do novo, pela sua própria condição de não pertencer a nada. Isso faz com que paradoxalmente, possa se sentir filiado a tudo. E “essa ausência de gravidade no infinito das culturas e das heranças, proporcionam-lhes a facilidade insensata de inovar” (KRISTEVA, 1994, p. 39).

Propondo uma alternativa ao nacionalismo da MPB engajada - e ao populismo um tanto elitista, de seu engajamento - abraçavam aspectos da modernidade urbana descompromissada da Jovem Guarda, incluindo elementos musicais, da instrumentação elétrica do rock, o exotismo jovem das roupas, e traziam um novo olhar sobre o cenário urbano. O prosaico da experiência do jovem urbano é incorporado sem culpa, como o ato de tomar um sorvete na lanchonete, ir à piscina, caminhar sem propósito e se perder na visualização fragmentária das manchetes e fotos de uma banca de revistas. Aparente inconsequência, que era uma provocação ao engessamento doutrinário da MPB, mas também liberava a canção para experimentos formais e novas modalidades de crítica e desconstrução da realidade e da cultura brasileira. Promovia uma crítica diferenciada em relação à MPB nacionalista, ao justapor modernidade e arcaísmo, o urbano e o rural, o artesanal e o industrial, o folclórico, o pop, o erudito contemporâneo, e punha em discussão as contradições em que se dá a modernização e o desenvolvimentismo brasileiro (FAVARETTO, 1996).

Relativizava também os critérios de seletividade e bom gosto com que a MPB nascente se propunha a separar o que era a autêntica música do povo. Critérios esses que não raras vezes, descartavam boa parte da música popular contemporânea consumida pelas massas trabalhadoras urbanas, assim como manifestações igualmente populares do passado, faixas de produção e consumo taxadas de cafona e, mais tarde, de brega. Também trazia o foco de suas críticas para a própria classe média, com suas “pessoas na sala de jantar”<sup>9</sup>, ocupadas em nascer e morrer, e que não preferiam São Paulo nem o Rio de Janeiro, apenas tinham “medo de morrer sem dinheiro”<sup>10</sup> e

<sup>9</sup> Trecho da canção *Panis et Circensis*, composta por Gilberto Gil e Caetano Veloso e gravada no álbum *Tropicália*, de 1968.

<sup>10</sup> Trecho da canção *Eles*, composta por Caetano Veloso e gravada no álbum *Caetano Veloso*, de 1968.

acreditando que o “avanço industrial” iria “trazer nossa redenção”<sup>11</sup>. A mesma classe média que, em grande parte, teve papel de avalista do golpe civil-militar.

Outro diferencial era o foco na cultura audiovisual que compunha o mosaico do cotidiano urbano, com bancas de revistas saturadas de informação, vias repletas de *outdoors*, placas, luminosos, cartazes, canções do Roberto, baladas de Paul Anka e sugestões surreais, como automóveis que “parecem voar”<sup>12</sup>. Essa carga contínua de informação é incorporada não só como elementos a serem registrados, mas como linguagem. Adotando procedimentos das vanguardas do início do século, as letras das canções incorporam a fragmentação da linguagem, a visualidade cinematográfica, a justaposição de imagens, entre outros.

O Tropicalismo foi, paradoxalmente, integrado à contemporaneidade urbana e crítico afiado em relação à precariedade com que a urbanização e a modernização se processavam, num país em grande parte rural, contradição que se refletia inclusive nos valores de suas elites e de sua classe média. A paisagem urbana serve também de elemento simbólico para a crítica ao momento político, como em *Enquanto seu lobo não vem*, de Caetano Veloso: “Vamos passear na floresta escondida, meu amor / Vamos passear na avenida / Vamos passear nas veredas, no alto meu amor / Há uma cordilheira sob o asfalto”.

Nessa canção, o imaginário dos contos infantis é convertido em sugestão do contexto repressivo e transposto para o cenário urbano de medo, mas também de resistência, talvez alusão às passeatas contra a ditadura, alegorizadas pela resistência cultural organizada das agremiações carnavalescas: “A Estação Primeira de Mangueira passa em ruas largas / Passa por debaixo da Avenida Presidente Vargas / Presidente Vargas...”.

Também na mesma canção, também sugestiva e polissêmica é a reiteração do nome do polêmico ex-presidente, misto de ditador e implementador de avanços sociais, levado ao suicídio, segundo o próprio, por pressões políticas: “Vamos passear nos Estados Unidos do Brasil / Vamos passear escondidos”. Significativa também a inclusão pouco usual em canções do termo “Estados Unidos”, ao nome do país, passível de sugerir a relação entre os EUA e o Golpe de 1964. E a repressão às liberdades sexuais, tema tão caro ao compositor, se justapõe, de certa maneira, a signos da repressão: “Vamos desfilar pela rua onde Mangueira passou / Vamos por debaixo das

<sup>11</sup> Trecho da canção *Parque Industrial*, composta por Tom Zé e gravada no álbum *Tropicália*, de 1968.

<sup>12</sup> Trecho da canção *Paisagem útil*, composta por Caetano Veloso e gravada no álbum *Caetano Veloso*, de 1968.



ruas / Debaixo das bombas, das bandeiras / Debaixo das botas / Debaixo das rosas, dos jardins / Debaixo da lama / Debaixo da cama”.<sup>13</sup>

Assim, os tropicalistas, desconstruíam não só as expectativas estéticas de seus pares da MPB, como desconstruíam o próprio olhar sobre os cenários urbanos onde essas disputas culturais se processavam. Com o AI-5 e o acirramento da repressão política, dois dos principais cabeças do movimento (Caetano e Gil) foram presos e exilados em 1969 e seguindo sua sina de estrangeiros pelos “campos verdes de lá”, em Londres, como outros brasileiros espalhados pelo mundo. Aqui no Brasil, os anos 70 serão de resistência silenciada, que resultará numa poética altamente cifrada para fazer frente a uma censura voraz.

No início dos anos 70, outros olhares e sensibilidades migrantes trouxeram seu estranhamento em relação à metrópole para suas canções. Somam-se aos caminhos abertos pela cena anterior, as influências renovadoras da contracultura, da assimilação mais livre de elementos instrumentais e estéticos do rock, a abertura maior às experimentações, sejam jazzísticas, tecnológicas, progressivas, ou principalmente, psicodélicas. E tudo isso irá se somar às regionalidades rítmicas e poéticas de artistas vindos de fora do grande eixo.

Nos derradeiros anos dos festivais, 71 e 72, emerge a segunda leva de universitários (...). É bem mais numerosa e, com exceção de Walter Franco (paulista) e Sergio Sampaio (capixaba), distante do eixo Rio-São Paulo (...). Trazem consigo, portanto, vivências novas, a luta contra a província, o deslocamento do provinciano na “cidade grande”, o problema da sobrevivência cultural, tal como é vista em seu meio e longe dele. São dados novos, que, expressos claramente em música, texto e postura, alimentarão a produção musical do país, abrirão novas frentes de discussão e enriquecerão o debilitado veio “universitário” (BAHIANA, 1980, p. 48).

Destacamos os nordestinos que renovaram a MPB, unindo referências das rítmicas regionais ao rock psicodélico, pela presença mais evidente da questão migratória. Entre eles: Alceu, Zé Ramalho, Geraldo Azevedo, Elba Ramalho, Amelinha, Robertinho de Recife, Belchior, Fagner, Ednardo, Rodger Rogério e Tety. Focamos em Ednardo, pela marca forte da experiência migrante, aliada a um olhar crítico sobre os processos de modernização e sobre a indústria cultural. Seu primeiro LP com o coletivo denominado “Pessoal do Ceará” tem o título conceitual: *Meu corpo e minha embalagem todo gasto na viagem*, que irmana o artista à sina migratória dos nordestinos vindos para a metrópole em busca de melhores condições.

<sup>13</sup> Trechos da canção *Enquanto seu lobo não vem*, composta por Caetano Veloso e gravada no álbum *Caetano Veloso*, de 1968.

Tal vertente diz também dos embates entre arte e indústria, ao traçar a analogia entre corpo e os invólucros de produtos industrializados, remetendo à mercantilização da arte e da própria imagem do artista. Sugere, ainda, que a transposição e inserção do artista migrante no cenário cultural/industrial das metrópoles do Sudeste implica em perdas e desgastes. Mas, a imagética da frase, coloca o desgaste num nível superficial, sugerindo resistência cultural, já que a essência, o conteúdo da embalagem, podem estar intactos, como a integridade e a identidade do artista.

Em seu primeiro álbum solo, o *Romance do Pavão Misterioso*, Ednardo se propôs a elaborar o disco “como se fosse um cordel urbano, que narrasse a saga artística e vivencial de uma pessoa saindo de sua terra de origem, inventando seus mecanismos de voos para se sobrepor as dificuldades até vencê-las” (EDNARDO, 2021, p. 72). A migração associada aos embates do artista com a indústria cultural dá a tônica de Carneiro: “Amanhã se der o Carneiro / vou-me embora daqui pro Rio de Janeiro/as coisas vem de lá / e eu mesmo vou buscar / e vou voltar em videoteipes e revistas supercoloridas / pra menina meio distraída/repetir a minha voz (...)”<sup>14</sup>. O monopólio do eixo Rio/São Paulo sobre o poder decisório do que será o consumo cultural do restante do país, ganha praticamente um tratado teórico nesses poucos versos. E a perplexidade do migrante diante do caos urbano surge nos versos: “A primeira vez que eu vi São Paulo / Fiquei um tempão parado / esperando que o povo parasse”<sup>15</sup>. Já, na antecipação da experiência migratória em *Avião de Papel*, gravada no mesmo álbum, um pai abençoa o filho que vai para a cidade grande e dá conselhos nos quais aproxima as transformações que o “progresso produz nas metrópoles e na província, como uma realidade inevitável: “Não tem segredos / Vai que esta província muito tem a ver com a cidade / Um pouco mais alargada, talvez / Mas não tenha medo não / (...) Só não esqueça de voltar pra ver / O que restou desse lugar / Que o sol e a chuva / E os homens práticos / Vão modificar (...)”.

Já no LP, *Berro*, a força destrutiva da urbanização vem de novo a partir de sua aldeia de origem, Fortaleza, em *Longarinas*. Nela, Ednardo aborda a corrosão do tecido urbano através da expansão imobiliária. O título faz alusão aos pilares da Ponte Metálica da Praia de Iracema, na verdade um píer, uma passarela sobre as águas, sem ligar um ponto ao outro. Pilares gastos pelo mar e pelo tempo, mas que se mantêm firmes, permitindo uma analogia com a resistência cultural do próprio artista, embora permeada pela melancolia e a impotência ante a destruição dos antigos

<sup>14</sup> Trecho da canção *Carneiro*, composta por Ednardo e gravada no álbum *Romance do Pavão Misterioso*, de 1973.

<sup>15</sup> Trecho da canção *Água Grande*, composta por Ednardo e gravada no álbum *Romance do Pavão Misterioso*, de 1973.

cenários urbanos e os descaminhos das tendências estéticas do mercado da cultura. Nessa faixa, canção e cidade são fundidas com grande sensibilidade numa mesma reflexão sobre os descaminhos dos processos de modernização do Brasil da ditadura: “E a lua viu desconfiada / a noiva do sol com mais um supermercado / e era uma vez / o meu castelo entre mangueiras e jasmins florados (...)”; por um lado o eu lírico coloca seu papel enquanto artista, como sendo de resistência: “Uma a uma as coisas vão surgindo/uma a uma se desmilinguindo/só eu e a ponte velha teimam resistindo”<sup>16</sup>. Mas o sentimento de impotência diante deste processo e da analogia que se coloca entre ele e a invasão de modismos estéticos efêmeros, é claro: “Só meu bote / não muda a moda / não muda nada”. Apesar disso, Ednardo manterá uma das trajetórias mais coerentes de sua geração, sempre resistente à diluição de sua arte e mantenedora de concepções reflexivas e críticas.

Outro dos grupos de origem “fora do eixo”, de grande influência a partir da década de 1970, serão os mineiros do Clube da Esquina. E embora, haja certo estereótipo de Minas Gerais associada à natureza das montanhas, à tranquilidade das cidades pequenas e ao cenário barroco das cidades históricas, o grupo que se aglutinou em torno de Milton Nascimento, nasceu fundamentalmente urbano e trouxe um olhar crítico sobre essa realidade. Não que os outros cenários estejam ausentes da poética das canções. O conjunto dos versos produzidos por diferentes letristas (Márcio Borges, Fernando Brant, Ronaldo Bastos e Murilo Antunes, só para citar alguns dos mais atuantes) foi abrangente, não só em retratar as múltiplas realidades de Minas, quanto ao problematizar essas realidades e a partir da aldeia, falar também do Brasil e do Mundo.

Belo Horizonte foi o ponto de encontro, e a família Borges, núcleo aglutinador, que ao acolher a amizade de Nascimento e de outros jovens músicos, tornou a residência do clã, e a esquina das Ruas Divinópolis e Paraisópolis, o centros de uma supernova criativa dentro da MPB: Uma musicalidade cosmopolita que se nutria, de jazz, bossa nova, rock psicodélico, *folk*, barroco mineiro, rock progressivo, jazz rock, músicas regionais mineiras e devolvia em troca, um som universal de personalidade facilmente identificável, mas de difícil classificação.

O movimento abarcava também as reminiscências das cidades natais de muitos deles, migrantes de várias origens como: Milton - Rio de Janeiro e Três Pontas; Wagner Tiso, de Três Pontas; Beto Guedes, de Montes Claros; Tavinho Moura, de Juiz de Fora; Fernando Brant, de Diamantina; Nelson Ângelo, de Ponte Nova; Murilo Antunes, de Pedra Azul. Muitas cidades

---

<sup>16</sup> Trecho da canção *Longarinas*, composta por Ednardo e gravada no álbum *Berro*, de 1977.

compondo, a alma, versos e sonoridades dos cenários urbanos das canções do Clube. Contraposições entre cidade e natureza, cidades provincianas e metrópole, estão presentes, seja vinculadas a discussões político-sociais sobre os descaminhos que os estados autoritários da América Latina provocaram, seja pela perspectiva da contracultura (com a qual o grupo dialogou bastante) de retomada de uma vida mais simples como opção ao modelo capitalista ou da evasão pelas viagens nas estradas reais e da mente, como em *Saídas e Bandeiras nº2*: “O que você diria dessa coisa que não dá mais pé / o que você faria pra sair dessa maré? / (...) Sair dessa cidade / ter a vida onde ela é / subir novas montanhas / diamantes procurar(...)”<sup>17</sup>

Também, a consciência poética de que a expansão urbana, assim como o processo de colonização, implicou no massacre de culturas e tradições. Particularmente o massacre dos indígenas é denunciado em *Ruas da Cidade*: Guaicurus, Caetés, Goitacazes / Tupinambás, Aimorés / Todos no chão / Guajajaras, Tamoios, Tapuias / Todos Timbiras, Tupis / Todos no chão”. O mosaico dos nomes de diferentes nações que nomeiam logradouros, é listado como fúnebres lápides recordando o massacre dos povos originários pelo invasor europeu: “A parede das ruas / Não devolveu / Os abismos que se rolou / Horizonte perdido no meio da selva / Cresceu o arraial / Arraial / Passa bonde, passa boiada / Passa trator, avião / Ruas e reis”.

Sensível reflexão sobre os dramáticos sacrifícios sociais que envolveram a urbanização do país como um todo, parece remeter também à transformação do antigo Arraial do Curral Del Rey, assim conhecido até o final do século XIX, na primeira cidade planejada da República, Belo Horizonte: “A cidade plantou no coração / Tantos nomes de quem morreu/Horizonte perdido no meio da selva / Cresceu o arraial/Arraial”. Projeto que implicou em despejar os habitantes que ocupavam aquele território anteriormente, e sem indenizações que lhes permitisse comprar terras na nova capital mineira, como aponta Adriane Garcia, autora de *Arraial do Curral Del Rei: a desmemória dos bois*” (MAAKOROUN, 2019).

E como é no contexto ditatorial que foram produzidas algumas das mais emblemáticas canções do Clube, uma atmosfera sombria de uma contracultura noturna<sup>18</sup> perpassa muitas das imagens urbanas das canções. O tema já presente na canção que dá nome ao grupo. É como se uma entidade sombria que pairasse sobre o céu de uma esquina, que se converte em todas as

<sup>17</sup> Trecho da canção *Saídas e Bandeiras nº2*, composta por Fernando Brant e Milton Nascimento e gravada no álbum *Clube da Equina*, de 1972.

<sup>18</sup> Paulo Henriques Brito defende a ideia de que a contracultura na MPB pós AI-5 teve caráter “noturno”, em contraste com o caráter solar do sonho hippie. Ver mais em: BRITO, Paulo Henrique. *Eu quero é botar meu bloco na rua, de Sérgio Sampaio*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2009.

possíveis esquinas do país. “Noite chegou outra vez / de novo na esquina os homens estão; / todos se acham mortais / dividem a noite / a lua / até solidão<sup>19</sup>”.

Segundo relato do cantor e compositor Lô Borges, a vivência da cidade nos anos 70 foi marcada pelo constante risco das abordagens policiais, principalmente por serem músicos e considerados com isso, potenciais subversivos (AGUIAR, 2021). Restrições para horários de circulação de pedestres foram impostas, perseguição aos grupos de estudantes, boêmios e músicos. Mas como sintetiza a canção mais emblemática do grupo, a capacidade de sonhar um país e cidades mais dignas de serem vividas não esmorecem frente a todo os embates. A utopia de avanços coletivos também ocupa as ruas do imaginário das canções, como em *Clube da Esquina nº 2*: “E o rio de asfalto e gente / Entorna pelas ladeiras / Entope o meio-fio / Esquina mais de um milhão / Quero ver então a gente, gente / Gente, gente, gente, gente, gente”<sup>20</sup>. Utopias e vivências urbanas poeticamente immortalizadas em canções do Clube da Esquina.

### **“A Refavela revela o salto que o preto pobre tenta dar” - A força Black das periferias.**

Por outro lado, a década de 70, foi também período de se ensaiar toda uma nova dinâmica cultural nas periferias das grandes cidades, apesar de toda desigualdade e exclusão. É assim que no Rio de Janeiro se desenvolve a partir de influências da música negra internacional, o movimento Black Rio, entre jovens negros da periferia e que terá repercussão em outros centros.

E para populações jovens e negras dos grandes centros brasileiros – principalmente São Paulo e Rio – a *soul music* com suas variantes apresenta-se como uma opção digna diante do interesse cada vez maior da classe média branca por sua produção usual, o samba; como o *rock* fizera nos primeiros anos da década, a *soul music* vai acenar aos jovens negros como uma alternativa viável de busca de identidade, reação, resistência, contestação aos padrões vigentes, dentro e fora da comunidade negra. É curioso lembrar que os bailes de *soul music* – que pela assiduidade e maciça frequência chegaram a assumir contornos de movimento, recebendo, de fora para dentro, a denominação de “Black Rio”, a que se seguiu “Black São Paulo”, “Black Portinho” (Porto Alegre), etc. – surgiram exatamente dos bailes de *rock*, prática comum nos subúrbios cariocas e paulistas no início da década (BAHIANA, 1980, p. 48).

Se dentro da própria esfera da *Black Music*, surgiram nomes de destaque como Tim Maia, Cassiano e Banda *Black Rio*, no campo da MPB, essa tendência também vai reverberar, como no

<sup>19</sup> Trecho da canção *Clube da Esquina*, composta por Lô Borges, Márcio Borges e Milton Nascimento e gravada no álbum *Milton Nascimento*, de 1970.

<sup>20</sup> Trecho da canção *Clube da Esquina nº2*, composta por Lô Borges, Márcio Borges e Milton Nascimento e gravada no álbum *Lô Borges*, de 1979.

trabalho dos tropicalistas Caetano e Gil, e ainda, particularmente, do pós-tropicalista Luiz Melodia, “que, criado no rico ambiente de samba do morro de São Carlos, teve sua adolescência marcada por soul e blues, surgindo daí uma música naturalmente sintética e de formato marcadamente pessoal” (Idem, p. 48).

Com uma poética igualmente personalíssima, construída de fragmentos, verdadeiras pílulas de sugestão, trazia também insights sobre a experiência de mobilidade social do artista que sai do Morro do São Carlos, e que, na Zona Sul, tem que disputar espaços para se afirmar como artista. Transita entre fronteiras geográficas, sociais e culturais, entre jogos de aparência e ostentação: “Estou em torno da cidade / trajes elegantes sobre mim / vejo vitrines / vejo butiques / só não vejo quem eu quis (...)”. Artificialismos, dos quais ele se ressentiria, como comentou em entrevista, ao explicar suas temporadas morando em Salvador, onde podia circular com roupas simples. Segundo ele, no Rio e em São Paulo, “sair com roupas muito usadas é sinal de que o cachê anda baixo”<sup>21</sup>.

Sendo negro, nascido na periferia e acolhido pela juventude de classe média da vanguarda da contracultura, sugere em *Mistério da Raça*, o jogo complexo da apropriação da cultura negra urbana como algo “cult” pela elite jovem branca: “ Vim de lá / vim da praça / mistério da raça / nós somos cachaça pra se beber / (...)Eu frequento / Ipanema / sistema / cachaça pra se beber / (...) Nos sonhos dos meus sonhos / quando eu sonho / o mundo está pra se acabar / no passo / no relato quando eu passo / o mundo está pra se acabar (...) Mas quem não pisa na terra / não sente o chão / luz é vida / pulsação”.

Sensíveis aos novos movimentos da cultura popular urbana, os tropicalistas Gil e Caetano também flertaram com a cena *black*. Caetano realizando shows acompanhado pela Banda *Black Rio*, e Gil incorporando em seu trabalho influências de várias fontes “afro”. Particularmente em seu álbum *Refavela*, já pelo título, Gil chama atenção e faz uma ode ao movimento de renovação das culturas afro-brasileiras urbanas, e para uma reavaliação positiva das favelas, que antecipa movimentos e abordagens que ganhariam mais força no século XXI.

Ao invés de reiterar os estereótipos, de locais de abandono, violência e marginalização, Gil aponta para esses locais como centros de novas dinâmicas culturais e sociais: A Refavela / revela o salto / Que o preto pobre tenta dar / Quando se arranca / do seu barraco / Prum bloco do BNH (...) A refavela / Revela o passo / Com que caminha a geração / do *black* jovem / Do *black* rio /

<sup>21</sup> Ver em: HISTÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA. *Luiz Melodia e Djavan*. São Paulo, Abril Cultural, 1982, p. 8.

Da nova dança do salão / A refavela / Revela o choque / Entre a favela-inferno e céu (...). Sua abordagem afirmativa da negritude urbana aponta também para sua Bahia e seu carnaval, através temas dos Blocos Filhos de Gandhi e Ilê Ayê do qual canta: “(...) é o mundo negro / que viemos mostrar pra você / (...) branco se você soubesse / o valor que o preto tem / tu tomava banho de piche / ficava preto também”<sup>22</sup>. E retoma também a própria ancestralidade e a África como fontes de sua modernidade musical inquieta.

### **“Duvido que me chamem pra sentar naquela mesa” – mutações da exclusão, nas cidades do fim do século.**

E se, nos anos 60 e 70, uma visão da urbanização como desenfreada e impregnada de injustiças e desajustes já se delineava, a aproximação do fim do século com a chegada dos 80 abrirá caminho para certo niilismo. Ao mesmo tempo, o mercado musical parece cada vez mais apostar em estéticas e poéticas com ênfase no urbano e, inclusive, novos movimentos de vanguarda estética, que também vão ter a metrópole como seu cenário poético preferencial. Destaques dessa renovação, os artistas da chamada Vanguarda Paulista, ou Lira Paulistana (referência ao Teatro e a um selo independente, de mesmo nome), na virada dos anos 70, para início dos anos 80, terão em comum, sobretudo, a pesquisa estética em torno de novas formas de expressão.

Iam de rupturas formais radicais (Arrigo Barnabé), reinvenções rítmicas de musicalidades afro-brasileiras e afro-americanas (Itamar Assumpção), apropriação paródica/satírica de formas da tradição e do mercado musical (Premê e Língua de Trapo), até a reinvenção do formato canção a partir de reflexões acadêmicas sobre o papel da musicalidade da fala no cancioneiro do início do século XX (Grupo Rumo). E também em comum, uma forte ênfase no urbano e em seus personagens. E dentro das características de cada projeto, os personagens, são em geral figuras que vão do excêntrico, desajustado, anacrônico deslocado na modernidade, ao marginal e até o limite da monstruosidade mutante.

Com inspirações no universo dos quadrinhos, Arrigo, vindo de Londrina (Paraná), cria excêntricos personagens, anti-heróis, marginais urbanos. O jovem que se embriaga ao perder a amada para um violento viciado em fliperama; um arremedo de super-herói cuja característica central é o consumismo (Kid Supérfluo, Consumidor Implacável); um coroa, que encontra uma garota de programa nas ruas e juntos vão ao drive in em busca do orgasmo total trazido pelo

<sup>22</sup> Trecho da canção *Ilê Ayê*, composta por Paulinho Camafeu e gravada por Gilberto Gil no álbum *Refavela*, de 1977.



reembolso postal; e até uma metrópole cuja insegurança a coloca a mercê de um delirante ataque de improváveis Tubarões Voadores, numa paródia/sátira ao então cinema catástrofe norte-americano.

Mas o mais marcante personagem de Arrigo, é um subempregado, um office boy, que para conseguir dinheiro e reconquistar sua ex-namorada, agora inatingível, por ter adquirido fama como dançarina (chacrete) num programa de TV, se torna um monstro mutante, ao atender a um classificado de um jornal, procurando uma cobaia bem remunerada para um experimento de um inescrupuloso laboratório. Assim, de Durango, o office boy, ele se torna Clara Crocodilo, meio homem meio réptil, e também uma alegoria para a própria estética de Arrigo, algo que também pode ser considerado como uma mutação entre a música popular e a música erudita de vanguarda.

Já Itamar Assumpção— que, nascido em Tietê, interior de São Paulo, iniciou sua carreira também em Londrina — fundia de forma inovadora influências de MPB, samba, reggae, jazz, funk e rock. Trazia tons fortes de realidade nas letras e punha foco na negritude, ao criar o personagem marginal Benedito João dos Santos Silva Beleléu, vulgo Nêgo Dito, e anunciar uma realidade sóbria de exclusão: “Baby não se assuste / hoje o tempo é de terror / nosso céu ainda chora/ nos telhados da cidade (...) / Baby nada existe / resguardando nossas vidas / duvido que me chamem / pra sentar naquela mesa / e a grande família / já não é tão grande”.<sup>23</sup>

O encarte do disco de estreia de Itamar traz uma navalha sobre seu título de eleitor, objeto decorativo de uma cidadania inexistente no país de João Figueiredo. Em 98, no auge da febre privatista, Itamar lança seu último disco, *Preto Brás*, ironia fina de alguém sempre ligado na tomada. Itamar reinventou a função dos vocais femininos e, bem antes da onda rapper, trocou a figura doce do malandro do morro, tão cara à MPB, pela do marginal. Cantou a cidade a partir da periferia e, já em 1980, dizia: “Baby, não se assuste/hoje o tempo é de terror” (SANCHES, 2003, p. 3).

Havia em seu personagem Beleléu, e no nome “Isca de Polícia”, de sua banda de apoio, uma raiz firme na realidade do preconceito racial vivido pelo próprio artista. Preso pela polícia por duas vezes, sem motivo, apenas por ser considerado suspeito, Itamar Assumpção carregava consigo, desde então, recortes de jornais que usava, especificamente, como documentos para provar que era artista.

Já a proposta de vanguarda do Grupo Rumo, assim como buscava a inovação na reflexão teórica sobre as origens da MPB, trazia um espaço para um lirismo irônico, até nostálgico. Seus

<sup>23</sup> Trecho da canção *Baby*, composta por Itamar Assumpção e gravada no álbum *Beleléu, Leléu, Eu*, de 1980.

personagens em geral eram pessoas comuns, mas com algum descompasso com a modernidade. Na visão de José Miguel Wisnik, o personagem que principal compositor do grupo, o paulista Luiz Tatit, encarna é o Pierrô, o que resta de solitário, inocente, chapliniano, no habitante da metrópole, em meio a um contexto de concorrência (WISNIK, 1987).

Apoiado em sólida base musical e afiada veia satírica, Premeditando o Breque (depois, Premê), faria um bem-humorado inventário de peculiaridades e mazelas da metrópole cosmopolita pós-moderna: “É sempre lindo andar na cidade de São Paulo / O clima engana, a vida é grana em São Paulo / A japonesa loura, a nordestina moura de São Paulo / Gatinhas punk, um jeito yankee de São Paulo / Na grande cidade me realizar / Morando num BNH / Na periferia a fábrica escurece o dia”<sup>24</sup>. E em *Balão Trágico*, põe em relevo os abismos sociais da infância, confrontando o imaginário da indústria da música infantil com a realidade de crianças socialmente em risco: “A vida é tão linda / a vida é tão bela / eu e meus amiguinhos morando na favela”<sup>25</sup>. Caberia ainda uma sátira à alienação da classe média e aos empreendimentos imobiliários, que em tempos de guerra fria incluíam um confortável abrigo nuclear, com milênios de garantia, para deixar o mundo explodir lá fora.

Os personagens urbanos em Arrigo, Itamar e Rumo, Premê e Língua de Trapo são inevitavelmente urbanos, mas ao mesmo tempo, paradoxalmente, desconfortáveis no cenário da cidade, involuntariamente cômicos, ou tragicômicos, anti-heróis, inadequados e por vezes, marginais. São personagens que, de certa maneira, não cabem totalmente na cidade, ou será a cidade que não acolhe, e ao contrário trata sua diversidade como corpos estranhos repelidos para as margens?

Mas a grande aposta do mercado nos 80 será o rock radiofônico de inspiração na *new wave* e em diluições do pós-punk e afins. E o que vai predominar na cena do *pop rock* urbano, principalmente carioca, dos primeiros anos da década de 80 será uma adesão natural, descompromissada, e até alegre, ao universo urbano e aos signos da modernidade. A cidade não é um problema, para estes jovens descolados de classe média alta, do Rio de Janeiro, num contexto ainda esperançoso quanto às possibilidades de uma redemocratização em curso. Um hedonismo, em parte, filho dos benefícios das desigualdades patrocinadas por cerca de duas longas décadas de governos ditatoriais, cujos efeitos, foram sentidos de maneiras bem diferentes para outras camadas da juventude.

<sup>24</sup> Trecho da canção *São Paulo, São Paulo*, gravada pela banda Premeditando o Breque no álbum *Quase lindo*, de 1983.

<sup>25</sup> Trecho da canção *Balão Trágico*, gravada pela banda Premê no álbum *O melhor dos Iguais*, de 1985.

É o que já denunciavam na periferia dos principais centros urbanos os *punks*, que já vinham espreitando as chagas das metrópoles brasileiras desde a virada dos 70 para 80 e encarnavam em si um espetáculo em que sua própria imagem e corpos denunciavam o colapso urbano e a exclusão. Niilistas, visualmente e sonoramente agressivos, gravavam álbuns independentes, por vezes, coletivos, e em condições precárias. Em suas letras, tais artistas optavam pela denúncia e protesto explícitos, em versos diretos, sem adornos poéticos, atacando as instituições e o caos urbano. Serão influência também para o rock *mainstream* de bandas como os Titãs.

Mas os ventos da realidade vão soprar rápidos e, na segunda metade da década, a decepção com a redemocratização vai revelar um cenário que ainda é de censura a canções e marcação cerrada sobre as liberdades, em parte até da privilegiada juventude do rock radiofônico. Arnaldo Antunes e Lobão passam por prisões por porte de drogas, a AIDS espalha o terror contra as liberdades sexuais, a violência policial é uma ameaça constante, assim como o crime organizado e o abismo da desigualdade. Já o punk e o pós-punk de Brasília, nascido principalmente entre os filhos do poder, denunciava a falência urbana, autoritarismo e alienação da capital da esperança, onde, como apontava a banda Plebe Rude, em 1985, *O Concreto já Rachou*. Também uma realidade de exclusão, como a que empurraria para a marginalidade outro anti-herói das canções do fim do século, o “João de Santo Cristo”, da épica *Faroeste Caboclo*<sup>26</sup>.

E por sua vez, o agravamento da crise urbana do Rio de Janeiro, já na segunda metade da década de 1980, será denunciada pela nova geração roqueira, como uma cidade que “cai, desaba com a chuva / alcançando um dia de paz / só durante o temporal” (na faixa Rio de Janeiro), enquanto dos escombros surge outro anti-herói dos quadrinhos, o *Supercarioca*, do álbum homônimo da banda Picassos Falsos: “Do alto da montanha com pulseiras de prata / mostrando quem manda na grande cidade (...) e era mais um corpo crivado de balas / perto do Cristo Redentor / entre fotos e manchetes de jornal / cobertas de sangue(...)”<sup>27</sup>.

Esse sentimento de uma problemática urbana que se agrava em diferentes aspectos, nas últimas décadas do século XX, vai contaminar inclusive a escrita da MPB de veteranos, como Caetano, com sua constatação de que “aqui tudo parece que ainda construção e já é ruína / tudo é menino e menina / no olho da rua / o asfalto a ponte / o viaduto ganhando pra lua / nada

<sup>26</sup> Trecho da canção *Faroeste Caboclo*, composta por Renato Russo e gravada no álbum *Que país é este?*, da banda Legião Urbana, em 1987.

<sup>27</sup> Trecho da canção *Supercarioca*, gravada no álbum homônimo da banda Picassos Falsos, em 1988.

continua.”<sup>28</sup> Ou em Gil, sentenciando que “nos barracos da cidade / ninguém mais tem ilusão / no poder da autoridade / em tomar a decisão (...) e o poder da autoridade / se pode não faz questão / se faz questão não consegue / enfrentar o tubarão”. No álbum conjunto, comemorativo, *Tropicália 2*, uma visão ácida que se vale da alusão formal ao *hip hop*, no canto falado de *Haiti*, onde a marginalização dos afrodescendentes, assim como a pobreza econômica é exposta em imagens contundentes.

Os gaúchos do Engenheiros do Hawaii farão, também, uma leitura dramática do quadro urbano do fim de século e da situação acuada da classe média: “Nas grandes cidades do pequeno dia-a-dia / O medo nos leva tudo, sobretudo a fantasia / Então erguemos muros que nos dão a garantia / De que morreremos cheios de uma vida tão vazia”<sup>29</sup>. Ironicamente, são os “Engenheiros”, denunciando o fracasso das grandes cidades e que definitivamente não há espaço para o hedonismo urbano na virada do milênio, e sim o retrato de uma classe média, agora acuada entre a condição dúbia de beneficiária acomodada das desigualdades e refém das consequências do jogo que ajudou a sustentar.

Mas nos subúrbios, além do punk, os 80 foram também um começo de virada para as vozes vindas das periferias. Ainda que no underground, o *hip hop* brasileiro surge de São Paulo e vai demarcando seu território, com pioneiros como Thaíde, DJ Hum, Racionais MC's, *Rappin Hood*. Assim como o reggae de grupos como Cidade Negra, e a intensa produção do *Funk*, as periferias vão criando novos cenários que vão ganhar força nos 90. Um destaque deve ser dado, também nos 90, ao *Manguebeat* (escrito também como manguebit ou mangue beat). Movimento de Recife, que misturou ritmos regionais, como o maracatu, com *rock*, *hip hop*, *funk* e música eletrônica, e letras críticas ao abandono econômico-social e à desigualdade da capital pernambucana, reflexos do descaso governamental fora do eixo Rio-São Paulo.

E como apontaria o antropólogo Hermano Vianna, já nas primeiras décadas do século XXI, uma tendência que irá alterar as perspectivas culturais dos grandes centros, e principalmente na música popular, será:

(...) o aparecimento da voz direta da periferia falando alto em todos os lugares do país. A periferia se cansou de esperar a oportunidade que nunca chegava, e que viria de fora, do centro. A periferia não precisa mais de intermediários (aqueles que sempre falavam em seu nome) para estabelecer conexões com o resto do Brasil e com o resto do mundo. (...) Em lugar de sumir, as periferias resistem – e falam cada vez mais alto, produzindo

<sup>28</sup> Trecho da canção *Fora da Ordem*, composta por Caetano Veloso e gravada no álbum *Circuladô*, de 1992.

<sup>29</sup> Ouvir as composições de Humberto Gessinger e Augusto Licks, gravadas por sua banda *Engenheiros do Hawaii*, sobretudo o álbum *Várias Variáveis*, de 1991.

mundos culturais paralelos (para o espanto daqueles que esperavam que dali só surgisse mais miséria sem futuro). (...) A própria idéia de inclusão cultural tem que ser repensada – ou descartada – diante dessa situação. Quando falamos de inclusão, partimos geralmente da suposição de que o centro (incluído) tem aquilo que falta à periferia (que precisa ser incluída). É – repito – como se a periferia não tivesse cultura. (...) A periferia não esperou que o centro apresentasse as novidades. Sem que o centro notasse, inventou novas culturas (muitas vezes, usando tecnologia de ponta) que podem muito bem vir a indicar caminhos para o futuro do centro, cada vez mais em pânico diante do crescimento incontrolável da periferia (RAMOS, 2007, p. 87).

E diante dessas novas vozes da periferia, que falam por si mesmas, e de suas próprias realidades, o papel que as diferentes correntes da música popular de classe média tiveram na segunda metade do século XX, de se pronunciar sobre as desigualdades do processo de urbanização, por vezes com um olhar paternalista, passa a sofrer de uma inevitável perda de vigor e uma certa obsolescência. Lançando novos olhares sobre as cidades para além do campo de visão dos artistas da classe média urbana universitária, predominantemente branca e com forte predomínio masculino nesse mercado, estes novos contextos, serão afetados também pela própria ampliação do acesso às universidades. Também se alterará o campo das temáticas, linguagens e a multiplicidade das segmentações do mercado da música popular.

As visões se multiplicaram e passaram a incluir discussões sobre o direito às cidades e à cidadania por parte de grupos historicamente oprimidos e silenciados, como afrodescendentes, mulheres, indígenas e LGBTQI+. Grupos que já não esperam que algum Chico Buarque tenha a sensibilidade poética e social, sobre suas causas, mas tomam para si a palavra, com uma contundência e verdade, que só quem vive a realidade na carne e na alma, consegue articular. Mas, esses são temas e fenômenos ainda em movimento e expansão, que demandariam alguns volumes, além de fugir a proposta desse texto. Ficamos por aqui com esse *spoiler* sobre as cenas dos próximos capítulos, que ainda estão em produção na realidade das dinâmicas socioculturais das cidades e da música popular...

## Considerações Finais

Da cidade idílica do interior e da metrópole aprazível, dos tempos da Bossa, passando pelo centro polarizador da dinâmica e da renovação cultural, a presença da cidade nas letras das canções mais reflexivas, descreve uma rota de decadência. A percepção é de uma corrosão crescente, década a década, em que o eu lírico e os personagens que ele projeta são gradativamente seres mais deslocados no cenário urbano. Acrescenta-se ainda, a percepção dos

artistas migrantes, mais atentos aos descompassos das novas realidades às quais se integram e assim como da urbanização problemática, como uma realidade que atinge o país como um todo.

Do alerta sobre as desigualdades sociais, feito na MPB nacionalista dos anos 60, por uma juventude universitária engajada, passando pelo lamento em relação à perda da qualidade de vida, até nos chocarmos com os anti-heróis marginalizados de Arrigo, Itamar, Legião e Picassos Falsos, os relatos das canções de classe média, evoluem no sentido da percepção de um crescente caos. Uma cidade que vai se tornando progressivamente hostil e excludente, refletindo a inoperância das políticas públicas em reorganizar o crescimento desordenado. Mas em todo esse percurso predomina um olhar de quem é ao mesmo tempo crítico, mas em parte, beneficiário das desigualdades que denuncia.

Se o preço mais cruel é pago pelos que habitam nas periferias do desenvolvimento urbano e econômico, também a classe média, público e principal origem dos produtores dos discursos artísticos aqui abordados, se transforma num personagem acuado, entrincheirado nos condomínios do final do milênio, reféns de uma desigualdade da qual ironicamente se beneficiou. Mas em paralelo a essa escrita da classe média sobre a decadência da vida nas grandes cidades, também novas dinâmicas culturais foram produzindo, nas periferias, cenários para o surgimento de novas vozes. Vozes que tomam para si a função de denunciar e interpretar a realidade, por ângulos novos.

## Referências

- AGUIAR, Leandro. *Ruas da cidade: a capital moderna vista pelo Clube da Esquina*. Disponível em: <[http://anais-comunicon2016.espm.br/GTs/GTPOS/GT3/GT03-LEANDRO\\_AGUIAR.pdf](http://anais-comunicon2016.espm.br/GTs/GTPOS/GT3/GT03-LEANDRO_AGUIAR.pdf)>. Acesso em: 5 fev. 2021.
- ASSUMPÇÃO, Itamar e Banda Isca de Polícia. *Beleléu, Leléu, Eu*. São Paulo: Lira Paulistana, 1980. 1 disco. 33 1/3 rpm, estéreo. Lp 0001.
- BAHIANA, Ana Maria. *Anos 70: música popular*. Rio de Janeiro: Europa, 1980.
- BARNABÉ, Arrigo e Banda Sabor de Veneno. *Clara Crocodilo*. Rio de Janeiro: Barclay, 1983. 1 disco. 33 1/3 rpm, estéreo. 813.598-1 1.
- BIVAR, Antonio. *O que é Punk*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BORGES, Lô. *A Via Láctea*. São Paulo, EMI-Odeon, 1979. 1 disco. 33 1/3 rpm, Microsulco, estéreo. 064422851.
- BOSCO, João. *Caça à Raposa*. RCA. Rio de Janeiro, 1975. 1 disco. 33 1/3 rpm, Microsulco, estéreo. 103.0112.
- BRITO, Paulo Henrique. *Eu quero é botar meu bloco na rua, de Sérgio Sampaio*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2009.

- CARVALHO, Gilmar de. Referenciais cearenses na Comunicação Musical de Ednardo. *Revista de Comunicação Social UFC*, Fortaleza, v. 13, 14, jan. /dez., 1983-1984.
- CONTIER, A. D. Edu Lobo e Carlos Lyra: o nacional e o popular na canção de protesto (os anos 60). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 35, 1998.
- DAPIEVE, Arthur. *Brock: o rock brasileiro dos anos 80*. Rio de Janeiro: 34, 1995.
- EDNARDO. *Berro*. São Paulo: RCA Victor, 1977. 1 disco. 33 1/3 rpm, Microsulco, estéreo. 103.0163.
- \_\_\_\_\_. Eu que fiz. *Revestrés*, n. 47, dez./jan., 2021. Teresina: Quimera, 2021.
- \_\_\_\_\_. *O Romance do Pavão Misterioso*. São Paulo: RCA Victor, 1974. 1 disco. 33 1/3 rpm, Microsulco, estéreo. 1090010.
- ENGENHEIROS DO HAWAII. *Várias Variáveis*. São Paulo: RCA Victor, 1991. 1 disco. 33 1/3 rpm, Microsulco, estéreo. 150.0019.
- FAVARETTO, Celso. *Tropicália, Alegoria, Alegria*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996.
- GARCIA, Luiz Henrique. Na esquina do mundo: trocas culturais na MPB através da obra do Clube da Esquina. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG.
- GIL, Gilberto. *Refavela*. Rio de Janeiro: Philips, 1977. 1 disco. 33 1/3 rpm, Microsulco, estéreo. 6349.329.
- \_\_\_\_\_. *Dia Dorim, Noite Neon*. Rio de Janeiro: Warner Brothers, 1985. 1 disco. 33 1/3 rpm, Microsulco, estéreo. 610.6012.
- HISTÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA. *Chico Buarque*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- HISTÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA. *Luiz Melodia e Djavan*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- KRISTEVA, Júlia. *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LEGIÃO URBANA. *Legião Urbana*. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1984. 1 disco. 33 1/3 rpm, Microsulco, estéreo. 064 422944.
- \_\_\_\_\_. *Que país é este*. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1987. 1 disco. 33 1/3 rpm, Microsulco, estéreo. 068 748 820 1.
- MAAKAROUN, Bertha. Livro narra violento fim do Arraial do Curral del Rei e criação de BH. *Jornal Estado de Minas*, 08 nov. 2019 (atualizado em 30 abr. 2020). Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2019/11/08/interna\\_pensar,1099299/livro-narra-violento-fim-do-arraial-do-curral-del-rei-e-criacao-de-bh.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2019/11/08/interna_pensar,1099299/livro-narra-violento-fim-do-arraial-do-curral-del-rei-e-criacao-de-bh.shtml)>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- MARTINS, Bruno Viveiros. Som Imaginário: a reinvenção da cidade nas canções do Clube da Esquina. In: XX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E LIBERDADE, Unesp, 2010, Franca. Anais... Franca, 2010.
- MEDEIROS, Paulo de Tarso Cabral. *A aventura da jovem guarda*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MELODIA, Luiz. *Mico de Circo*. Rio de Janeiro: Som Livre, 1978. 1 disco. 33 1/3 rpm, Microsulco, estéreo. 403.6173.
- NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)*. São Paulo: Annablume, 2001.
- NASCIMENTO, Milton. *Milton*. São Paulo: EMI-Odeon, 1970. 1 disco. (29:30 min) 33 1/3 rpm, Microsulco, estéreo. 064422900D.
- \_\_\_\_\_. *Clube da Esquina nº2*. São Paulo: EMI-Odeon, 1978. 2 discos. 33 1/3 rpm, Microsulco, estéreo. 164422831.
- NASCIMENTO, Milton e BORGES Lô. *Clube da Esquina*. São Paulo: EMI-Odeon, 1972. 2 discos (64:22 min) 33 1/3 rpm, Microsulco, estéreo. 164422901.
- NAVES, Santuza Cambraia. *Da Bossa Nova à Tropicália*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.



NOVA HISTÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA. *Sérgio Ricardo*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

PICASSOS FALSOS. *Supercarioca*. São Paulo: RCA, 1988. 1 disco. 33 1/3 rpm, Microsulco, estéreo. 140.0006.

PLEBE RUDE. *O Concreto já rachou*. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1985. 1 disco (Médio). 33 1/3 rpm, Microsulco, estéreo. 31C 052 422175.

PREMEDITANDO O BREQUE. *Quase lindo*. São Paulo: Lira Paulistana, 1983. 1 disco 33 1/3 rpm, Microsulco, estéreo. 1.30.404.009.

PREMÊ. *O melhor dos iguais*. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1985. 1 disco. 33 1/3 rpm, Microsulco, estéreo. 31C 062 421267.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SANCHES, Pedro Alexandre. Itamar morreu com cara de SP. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 jun. 2003, p.3.

TOM, VINÍCIUS, TOQUINHO, MIÚCHA. *Ao Vivo no Canecão*. Rio de Janeiro: Som Livre, 1977. 1 disco (46:58 min) 33 1/3 rpm, Microsulco, estéreo. 403.6142.

TROPICÁLIA. *Panis et Circensis*. Rio de Janeiro: Philips, 1968. 1 disco (38:38 min). 33 1/3 rpm, Microsulco, mono. 765.040.

VAZ, Gil Nuno Vaz. *História da Música Independente*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

VELOSO, Caetano. *Caetano Veloso*. Rio de Janeiro: Philips, 1968. 1 disco. 33 1/3 rpm, Microsulco, mono. R 765.026L

\_\_\_\_\_. *Terra*. Rio de Janeiro: Philips, 1978. 1 disco. 33 1/3 rpm, Microsulco, estéreo. 6349 382.

\_\_\_\_\_. *Circuladô*. Rio de Janeiro: Philips, 1991. 1 disco. 33 1/3 rpm, Microsulco, estéreo. 510 639 1

WISNIK, José Miguel. *O canto falado e a fala cantada do grupo Rumo*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 mai. 1987.

artes . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . letras . direito . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . ciências sociais . educação . museologia . turismo . engenharia . geografia



CLÁUDIA BAIMA MESQUISA

## PARADIGMAS DA ARQUITETURA E DO URBANISMO.

### O caso da região portuária no Rio de Janeiro.

A região portuária da cidade do Rio de Janeiro passou por severo processo de degradação ao longo de décadas. Com o objetivo de revitalizá-la, no início deste século foi desenvolvido o projeto denominado *Porto Maravilha*, uma parceria entre as esferas municipal, estadual e federal e a iniciativa privada. O resultado almejado seria atrair para tal área investimentos públicos e privados, visando transformá-la em polo turístico, cultural, empresarial e residencial. Um projeto dessa magnitude implica transformações profundas em extensa área da cidade. Considerando o impacto dessas transformações sobre a estrutura urbana, o sistema viário, a ecologia e a preservação do rico patrimônio cultural da região atingida, o presente capítulo enfoca, sobretudo, o sítio arqueológico do Cais do Valongo, percebido a partir de sua consideração como uma referência histórica da cidade, como um vestígio material do tráfico atlântico de africanos escravizados, tendo recebido o título de Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO em 9 de julho de 2017. A preservação de conjuntos urbanos representativos das diversas fases de ocupação da cidade é de grande importância para

mantermos a ambiência e a paisagem urbana da região, no caso, uma região que foi relevante para o desenvolvimento do Rio de Janeiro.

## Considerações iniciais

Visitar a região portuária da cidade do Rio de Janeiro tornou-se uma opção de lazer e uma atração turística para cariocas e visitantes, principalmente os bairros da Saúde e Gamboa, onde está localizada a maior parte dos bens tombados e preservados nas esferas municipal, estadual e federal. Seu patrimônio arquitetônico, histórico e cultural representa as diversas camadas e fases de ocupação desde o início do século XVII, passando pelas reformas urbanísticas e higienistas no início do século XX, que delinearam um novo tecido urbano para a cidade, na época e até os dias atuais. Sua revitalização foi objeto do projeto conhecido como *Porto Maravilha*<sup>1</sup>, implantado a partir de 2009, uma parceria entre os governos municipal, estadual, federal e a iniciativa privada.

A revitalização e a renovação desse porte implicam grandes transformações do tecido urbano, com mudança no parcelamento do solo, alteração nos gabaritos e nos novos usos para as edificações. Entretanto, neste artigo, vamos nos restringir à discussão dos impactos do projeto nos bens preservados ou tombados da área. O objeto de análise para este artigo terá como recorte espacial o sítio arqueológico do Cais do Valongo, localizado no limite entre os bairros da Saúde e da Gamboa, que recebeu o título de Patrimônio Histórico da Humanidade, conferido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 9 de julho do ano de 2017. Lembramos ainda que a ideia de apropriação do termo revitalização urbana de centros históricos está diretamente ligada à captura do valor simbólico desses bens culturais, uma vez que os projetos de revitalização de áreas portuárias, por suas características, repetem, por todo o mundo, os mesmos critérios de estratégias e de resgate de paisagens, em que a justificativa e um dos objetivos para o investimento é atrair novos empreendimentos públicos e turísticos

A questão que se levanta é o surgimento de eventual conflito entre permanência e preservação do patrimônio histórico e cultural edificado, especificamente a preservação de sua visibilidade e ambiência, e as propostas de implantação do projeto de renovação urbana, no caso,

---

<sup>1</sup> Nota Inicial: o presente capítulo consiste em um recorte reestruturado da tese de doutorado da autora, intitulada, *A preservação do patrimônio arquitetônico na região portuária no projeto Porto Maravilha, defendida no ano de 2015* na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ.

o projeto *Porto Maravilha*, em que um novo desenho urbano é proposto para a área, em especial a alteração dos índices urbanísticos e edifícios, como a alteração de gabarito da área. Neste sentido, sabemos que a Arquitetura e o Urbanismo são conceitos indissociáveis que atuam conjuntamente no espaço da cidade, modificando constantemente sua paisagem. A cidade não é estática e nunca permanente. Seu traçado sempre será passível de modificações para atender às demandas de cada época, e sua arquitetura se adaptará às novas exigências, sejam elas sociais, políticas ou econômicas.



**Fig. 01.** Vista do sítio arqueológico Cais do Valongo.  
**Fonte:** Autora (2021).

Como subsídio metodológico, adotamos uma metodologia específica, voltada ao “recolhimento de dados de configuração urbana em sítios tombados”, desenvolvida pela arquiteta e urbanista Maria Elaine Kohlsdorf e apresentada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2000, com o objetivo de fornecer instrumento técnico para uma melhor definição de normas e critérios de intervenção, assim como para o desenvolvimento de ações de proteção nas áreas urbanas tombadas.

Essa metodologia consiste no estabelecimento de parâmetros para recolhimento de dados, com a finalidade de se obter melhores apreensão, análise e caracterização do espaço urbano onde os bens tombados ou preservados estão localizados, com vistas a um melhor

planejamento urbano e, conseqüentemente, à preservação da identidade e memória dos lugares. A metodologia proposta nos fornece o instrumento essencial para que possamos estudar a relação entre o que existe frente ao que é proposto como intervenção urbana dentro da nossa área de estudo, sobretudo seus impactos.

## **Sítio Arqueológico Cais do Valongo**

No decorrer do século XVIII, no governo do Marquês do Lavradio (1769 – 79), Vice-Rei do Brasil, as atividades comerciais de mercadorias e escravos da atual Praça XV foram transferidas para a antiga enseada do Valonguinho, dando início ao desenvolvimento e ocupação da atual região portuária da cidade. Embora essa localidade fosse constituída de uma estreita faixa de terra e apresentasse difícil acesso devido a sua topografia, possuía excelentes condições de navegação e era protegida dentro da Baía. A região então se consolidava, pelas atividades portuárias, possuindo trapiches, mercados, armazéns, atracadouros etc. Em 1808 a família Real chega ao Brasil junto com a Corte portuguesa, e em 1809, D. João, através de decreto, destina os terrenos da Praia da Gamboa e do Saco do Alferes à construção de trapiches, e solicita a construção de um cais na Praia do Valongo. Com a abertura dos portos às nações amigas e o aumento das exportações da produção cafeeira do Vale do Paraíba, se intensifica a utilização de mão de obra escrava para as lavouras, com conseqüente aumento do tráfico de escravos.

Há controvérsia entre historiadores quanto à quantidade e quanto à data de construção do cais, mas é ponto pacífico que na região do Valongo devem ter sido desembarcados até quatro milhões de escravos, não necessariamente todos no Cais do Valongo, que teria sido construído entre 1790 e 1817. Entretanto, a data adotada pelos pesquisadores para a construção do cais, composto por calçamento em pedras de mão com formas e tamanhos diferentes, rampa e degraus, é do ano de 1811.

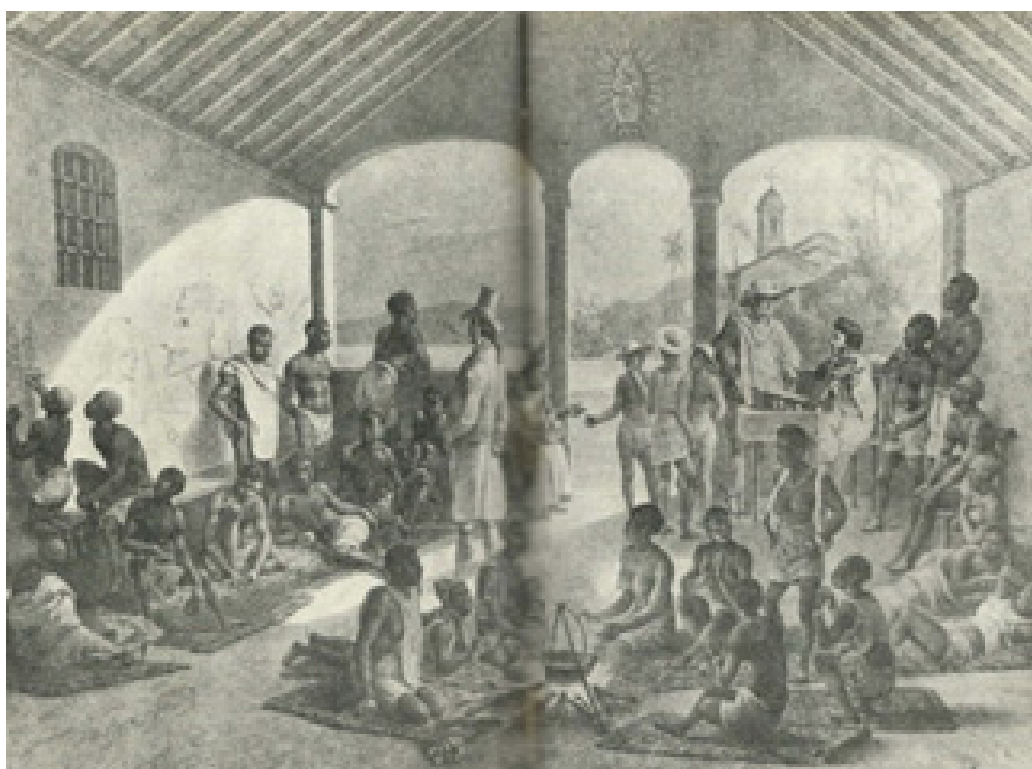




**Fig. 02:** Vista da Pedra da Prainha em desenho de Thomas Ender (1817).

**Fonte:** ABREU (2004, p. 16).

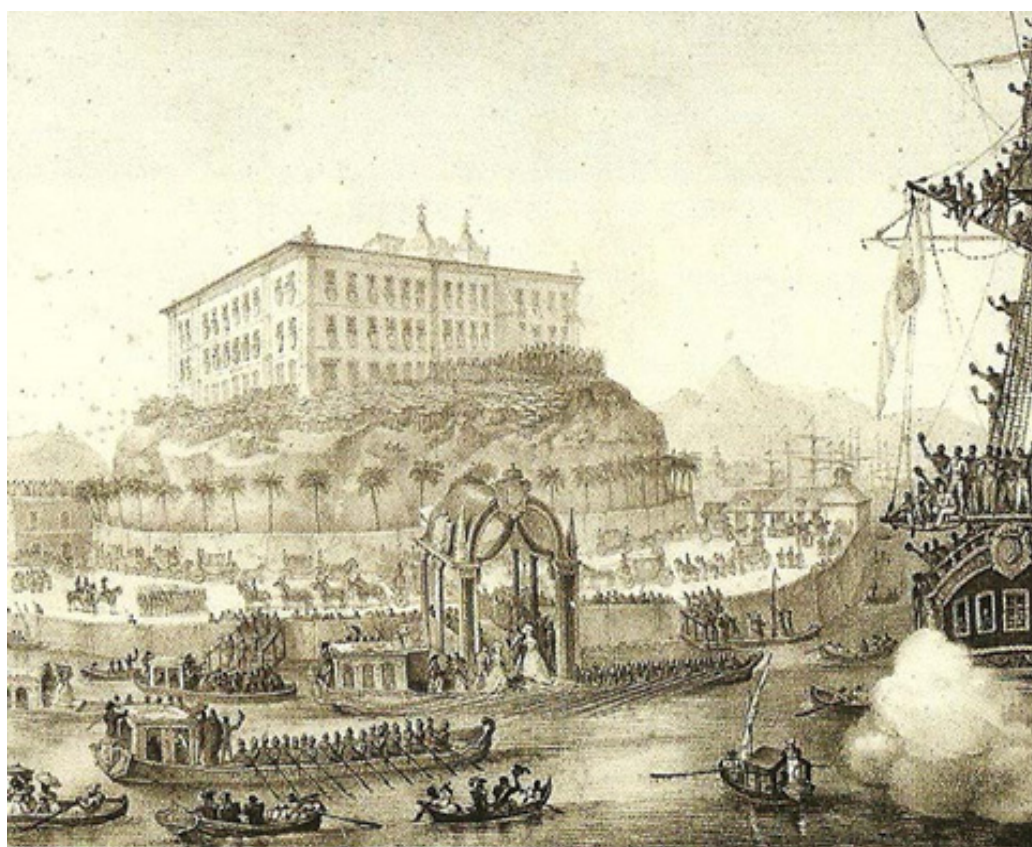
Localizado atualmente na Praça do Comércio e delimitado pela Rua Barão de Tefé, Rua Sacadura Cabral e a lateral do Hospital dos Servidores do Estado, o Cais do Valongo é considerado o principal ponto de desembarque de escravos vindos da África, tendo recebido centenas de milhares deles. Podemos dizer que a cidade do Rio de Janeiro foi a maior receptora de escravos no Brasil, com cerca de 60 % das entradas.



**Fig. 03:** Mercado de escravos no séc. XIX com vista para a Igreja de São Francisco da Prainha, na atual Rua Sacadura Cabral – desenhada por Rugendas e litografada por Thierry Frères. **Fonte:** COARACY (1965, p. 360-361).

Muitos chegavam extremamente debilitados, morriam e eram enterrados em valas comuns, em cemitério improvisado na Gamboa. O restante era separado por homens, mulheres e crianças, distribuídos em seguida para casas de engorda e venda e para trapiches da região portuária. O “cemitério dos pretos novos”, como ficou conhecido, localizado no Caminho da Gamboa (atual Rua Pedro Ernesto), entre o Valongo e o Saco da Gamboa, contribuiu para a construção de uma imagem negativa da área.

Cessado o tráfico de escravos, em 1842 o Cais do Valongo é aterrado e sobre ele construído outro cais em 1843, para receber a princesa Thereza Cristina, noiva do Imperador D. Pedro II. O novo cais recebeu calçamento com paralelepípedos e a construção de um pequeno molhe de blocos de pedras aparelhadas, passando desde então a ser chamado de Cais da Imperatriz.



**Fig. 04:** Desembarque da Princesa Tereza Cristina em gravura de Debret (1839).

**Fonte:** RABHA (2004, p. 21).

Em torno da década de 1870, a região portuária do Rio de Janeiro, localizada entre os morros e a baía, já está consolidada e ocupada por trapiches, depósitos, oficinas, pequenas

indústrias e bolsões de residências de baixa renda junto ao sopé dos morros; e nesse contexto se inicia então o processo de loteamento e ocupação destes morros, como opção também de moradia.

Especificamente ano de 1887 foram instaladas duas grandes fábricas, suas instalações transformavam a matéria-prima em produtos manufaturados, no caso, beneficiadores de trigo: O Moinho Inglês e o Fluminense, que possuíam seus próprios cais e trapiches na cidade do Rio de Janeiro.

A demanda e o volume de carga e descarga que era movimentada não eram mais compatíveis com as instalações obsoletas do porto. Urgia, portanto, a necessidade de melhorias das instalações portuárias. Em 27 de junho de 1899, pelo Decreto nº 3.323, ficou definitivamente aprovado o plano geral das obras que assim determinariam as novas condições das instalações do Porto.



**Fig. 05:** Vista de trapiches na orla do bairro da Saúde no final do séc. XIX fotografada por Elysio Belchior.

**Fonte:** FORTES ENGENHARIA (1987, p. 109).

No início do século XX (1903), o Governo formou uma equipe para estudar as obras de modernização do porto e, nesse mesmo ano, a Comissão apresentou um relatório baseado no antigo Plano de Melhoramento do Porto de 1890.

A proposta para o novo porto seria a retificação do novo cais por todo o litoral da Saúde, Gamboa e Saco de Alferes em uma extensão de 3.500 metros. Para a construção dessa grande área plana, somando ao final 17,5 hectares, as construções existentes na antiga orla foram desapropriadas e demolidas, e as enseadas e sacos, assim como as ilhas dos Melões e das Moças foram aterrados. Nesta extensa faixa de terra que se formou, foi construída a atual avenida Rodrigues Alves com 20 armazéns principais e 32 secundários e casas de máquinas.

O aterramento do Cais do Valongo teria tido também o objetivo de enterrar os vestígios e a lembrança da prática vergonhosa do tráfico de pessoas para escravizá-las. Em 1911, como parte das reformas urbanísticas da cidade, deu-se o aterramento do Cais da Imperatriz, resultando em que o cais passasse a ficar a aproximadamente 344 metros da linha do mar.

Em 1914, prosseguiram as obras de expansão, resultando na construção de um novo cais de 3.300 metros de comprimento, situado entre o Arsenal da Marinha e o prolongamento da Rua São Cristóvão, trecho conhecido como Cais da Gamboa.



**Fig. 06:** Vista da Praça Municipal (atual Av. Barão de Tefé) fotografada por Augusto Malta - esse local, denominou-se Cais do Valongo até 1843 e, depois, Cais da Imperatriz. **Fonte:** FORTES ENGENHARIA (1987, p. 92).

Em 2011, dois séculos depois de sua construção, aproveitando as obras de reurbanização do Porto Maravilha, arqueólogos resgataram o riquíssimo sítio arqueológico de onde foram



recolhidas milhares de peças que comprovam o intenso tráfego de escravos na região. Em 2012, após a remoção das camadas de terra que os recobriam, e acatando a sugestão das Organizações dos Movimentos Negros, o Cais do Valongo e o Cais da Imperatriz, foram considerados patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro, através do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH).

A janela arqueológica é formada por uma área de 105,80 m<sup>2</sup> e sua exposição à visitação pública resgata sua existência à história viva de nossa cidade. O Cais do Valongo, como é conhecido, está integrado ao Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, e junto aos demais marcos da cultura afro-brasileira, compõe o patrimônio histórico e cultural da região portuária. O Cais do Valongo, maior sítio arqueológico da diáspora africana no mundo, foi tornado pela UNESCO Patrimônio Histórico da Humanidade.

Atualmente, o Cais do Valongo é palco de manifestações culturais relacionadas com a cultura afro-brasileira. Uma delas é uma lavagem simbólica feita por sacerdotisas de religiões de matriz africana, em memória de seus ancestrais, como meio de exorcizar as atrocidades de que foram vítimas no cativeiro. Rodas de capoeira ali se juntam para exercitar essa dança-arte marcial de origem africana. A área é também ponto de encontro para celebração de datas festivas de significação para a população negra. Dessa maneira, pode-se dizer que o Cais é, ao mesmo tempo, por suas evidências materiais, um símbolo vivo das crueldades que contra seres humanos escravizados foram cometidas e da resistência dos que habitavam seu entorno, daquela época até os dias atuais.

## **Implantação do projeto *Porto Maravilha***

A implantação do projeto *Porto Maravilha* valeu-se, como base legal, da modificação e regulamentação de decretos e leis. Para delimitação da área de abrangência do projeto foi instituída a Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária do Rio de Janeiro, que inclui os bairros de Santo Cristo, Gamboa e Saúde, e partes dos bairros de São Cristóvão, Centro e Cidade Nova, totalizando uma área de em torno de cinco milhões de metros quadrados.

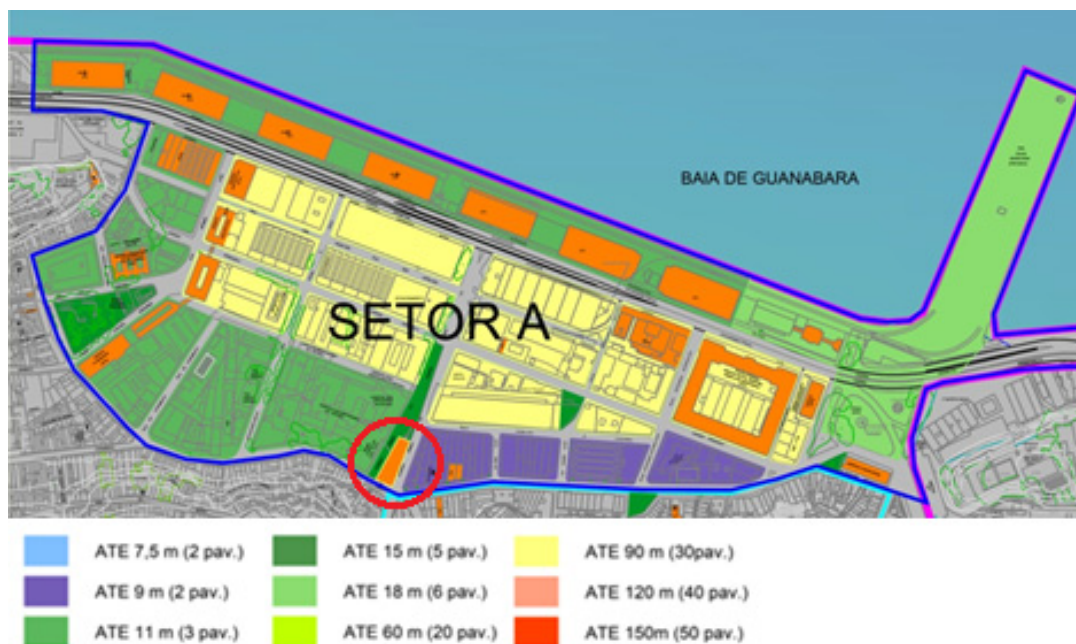
Para coordenar o processo de implantação deste projeto, foi criada a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), empresa de economia mista controlada e gerenciada pela prefeitura. Como principal função, a CDURP administrará os recursos patrimoniais e financeiros referentes ao projeto, além de implementar e gerir a concessão de obras e serviços públicos na região.

Para proporcionar viabilidade econômica ao projeto, conciliando a participação de interesses público e privados, foi instituída a Operação Urbana Consorciada (OUC), a quem compete possibilitar investimentos privados em infraestrutura, delimitar o perímetro de abrangência, estipular o estoque de área adicional a ser comercializada, estabelecer programas de investimento e de utilização dos recursos arrecadados. Estes recursos são oriundos da cobrança de outorga para construção acima do índice de aproveitamento básico (aumento de gabarito) através da emissão pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro de Certificados de Potencial Construtivo (CEPAC), que são títulos mobiliários, regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), negociados no mercado.

O Estatuto da Cidade, em sua Seção XII, “Do Estudo de Impacto de Vizinhança” (EIV), que entendemos como instrumento de mediação entre os interesses privados dos empreendedores e o bem da coletividade, garante o direito à qualidade urbana de quem mora ou transita no entorno da obra e, posteriormente, na área afetada pelas modificações e implantações. Em seus artigos 36 a 38, determina-se que o estudo seja elaborado pelo empreendedor, sendo analisado e aprovado pelo poder público. No caso em foco, o estudo foi elaborado pela OUC da Região do Porto do Rio. Logo, o relatório de Estudo de Impacto de Vizinhança elaborado pela OUC teve como finalidade o levantamento de todos os bens tombados localizados na região, com o objetivo de avaliar os impactos gerados pela implantação do projeto *Porto Maravilha* na região portuária. Porém, o fato de terem realizado o levantamento e mapeamento não significa necessariamente que os impactos negativos da implantação do projeto serão mitigados por seus executores, nem tampouco que aqueles se irão restringir à área delimitada, apesar de o texto reconhecer o valor histórico dos imóveis para a formação da história e o desenvolvimento da cidade.

Apesar do discurso do projeto de manter ou restringir o gabarito nas proximidades de áreas de preservação ambiental, ou no entorno imediato do bem tombado, não é o que vemos ao analisarmos as propostas e mapas elaborados para o projeto *Porto Maravilha*. Principalmente nas áreas correspondentes aos bairros da Saúde e Gamboa.

Para nosso estudo de caso, faremos um recorte espacial dentro das delimitações da AEIU da região portuária, utilizando a setorização feita pelo projeto *Porto Maravilha*. Restringir-nos-emos, portanto, ao setor A do projeto, que abrange parte dos bairros da Saúde e da Gamboa, em cuja área há bens tombados e preservados nas instâncias Municipal, Estadual e Federal; e onde está localizado o sítio arqueológico do Cais do Valongo.



**Fig. 07.** Mapa editado com a delimitação do setor A do Projeto *Porto Maravilha*, com as propostas de alteração de gabarito – destacado em vermelho, o sítio arqueológico do Cais do Valongo. **Fonte:** CDURP (2009).

## Metodologia aplicada ao estudo de caso

Ao tratarmos dos impactos advindos de uma proposta de intervenção urbana do porte do projeto *Porto Maravilha* devemos ter, de forma clara, sobretudo pela postura analítica que adotamos no decorrer do presente trabalho, a avaliação das consequências dos rebatimentos daqueles sobre a preservação do patrimônio cultural. A qualificação de patrimônio cultural, segundo entendemos, liga-se a sua relevância como registro e testemunho que, no caso das cidades, identifica capítulos significativos da constituição de sua espacialidade. Esta é elemento fundamental para a leitura de seus códigos, e a consequente identificação do indivíduo com o ambiente, até mesmo porque este o abriga. Boa parte da identidade socioespacial pode ser atribuída à relação de reconhecimento da vida que se liga a tal espacialidade.

Falar em patrimônio cultural edificado, ou melhor, na sua preservação, só ganha o devido sentido se atentarmos para as permanências espaço-temporais incorporadas pelos elementos que as representam e, portanto, justificam a necessidade da prática da preservação. Vale ressaltar a relação entre morfologias espaciais e percepções ambientais, ambas estabelecidas no processo de constituição da espacialidade. Importante, efetivamente, é a escala do pedestre, como medida de sua proximidade e de sua inserção nos fatos e eventos que suscitem ou suscitarão a necessidade de preservação de dado patrimônio arquitetônico ou cultural.

Para melhor compreensão da metodologia adotada utilizaremos o estudo desenvolvido por Kohlsdorf (2000), para a análise do espaço urbano, com vistas às propostas de projetos de planejamento e de renovação urbanos, preservando a identidade histórica e cultural dos lugares. A metodologia desenvolvida por Kohlsdorf (2000) permite a análise dos sítios urbanos partindo não apenas de dados recolhidos de determinada configuração urbana, mas também da observação das relações sociais historicamente estabelecidas.

Esta proposta de um procedimento de análise, pautado no estudo *Metodologia para recolhimento de dados de configuração urbana em sítios tombados* (KOHLSDORF, 2000), foi apresentada ao IPHAN, com o objetivo de fornecer um instrumento técnico para melhor definição de normas e critérios de intervenção, bem como para o desenvolvimento de ações de proteção nas áreas urbanas tombadas pela instituição. Observemos que estamos lidando com um sítio urbano de grande potencial histórico e cultural, cujas particularidades devem ser analisadas rigorosamente pelos empreendedores públicos ou privados, e que seu valor como patrimônio da cidade deve permanecer no tempo e como objeto de reconhecimento e respeito.

Sabemos que uma das finalidades da conservação do patrimônio é seu reconhecimento pelas gerações presentes e futuras, conservando registros e marcos históricos e sociais. Portanto, é importante termos claro que, ao definirmos objetivamente os elementos que caracterizam o valor cultural excepcional do lugar, também compreendamos o quanto esses elementos são reconhecidos pelos indivíduos que o habitam, frequentam, visitam ou simplesmente por ele passam.

Essas duas premissas encontram-se respaldadas no conceito de memória, no que se refere às marcas temporais deixadas no espaço socialmente utilizado, e de identidade, como um conjunto de características e elementos dos lugares, capazes de torná-los únicos e inconfundíveis:

Memória e identidade são tomadas como eixos reflexivos, associados à observação das propriedades informativas dos lugares e ao papel dos processos cognitivos, ambas condições *sine qua non* para a consecução das metas de preservação de bens culturais (KOHLSDORF, 2000, p. 6).

Nesse sentido, devemos avaliar a preservação da região portuária, vendo-a como sítio histórico urbano bastante complexo (não apenas por suas dimensões físicas ou por sua diversidade de paisagem, que o individualiza), composto por um patrimônio de natureza tanto material quanto imaterial, com uma escala ímpar de possibilidades, pela rica variação de práticas culturais que, se devidamente resguardadas, formam a memória de um povo.



É importante compreendermos que o sítio histórico urbano é um elemento vivo passível de movimentos e mudanças. Porém, é importante também atentarmos para as constantes transformações drásticas em sua malha, que podem desfigurá-lo, fazendo com que perca suas referências e raízes culturais, consequentemente sua memória e identidade, fundamentais nos processos de identificação e construção de lembranças, pois “memória e identidade são indissociáveis, porque a primeira indica a coerência da história interior e a identidade, como permanência no tempo, edifica a história do sujeito” (KOHLSDORF, 2000, p. 9).

O instrumento de ligação entre memória e identidade é dado pelas relações sociais que, intrinsecamente, compartilham códigos. Assim, para a preservação de sítios urbanos é preciso que seja revelada a face desses lugares, para que eles possam ser conhecidos e incorporados pelo sujeito.

Sabemos que a percepção dos lugares se dá de acordo com suas coordenadas, com suas características do conjunto, e nunca de forma parcial, pois a percepção é um sentido importante na produção da imagem mental dos lugares.



**Fig. 08:** Mapa do sítio Arqueológico Cais do Valongo desenhado por Guilherme Meirelles para Retroplan.  
**Fonte:** Dossiê Sítio Arqueológico Cais do Valongo - Proposta de inscrição na lista do Patrimônio Mundial (2016).



**Fig. 09:** Vista lateral do sítio Arqueológico Cais do Valongo fotografada por João Maurício Bragança.

**Fonte:** Dossiê Sítio Arqueológico Cais do Valongo - Proposta de inscrição na lista do Patrimônio Mundial (2016).

A identificação dos lugares em nossa memória se dá com muito mais facilidade no âmbito da percepção do que no da imagem visual simplesmente (KOHLSDORF, 2000). Significa que a questão da percepção de ambiência do bem tombado é primordial para a formação da nossa imagem mental do lugar, da construção de sua memória pelo indivíduo. O que nos leva a questionar mais uma vez o aumento considerável dos gabaritos, principalmente do setor A do projeto Porto Maravilha, onde, no entorno dos bens tombados da área, serão permitidas novas edificações de até 90 metros de altura.

A forma como conferimos atributos ao espaço são determinantes na forma de captação das características configurativas dos lugares da cidade, o que envolve inúmeras operações mentais revisadas pelo indivíduo através de sua percepção. Segundo Kohlsdorf (2000), o mecanismo perceptivo do ser humano faz com que os lugares sejam apreendidos através de três predicados: do movimento dos indivíduos; da seleção das informações ofertadas pela forma do espaço e da transformação de suas características morfológicas. Através do movimento, a imagem percebida mostra-se em perspectivas cônicas, que irão desconstruindo e deformando as linhas e grandezas das edificações. Assim, a percepção de certo lugar, através do movimento do indivíduo se dá por meio das sequências de cenas, que são representadas por um ou mais cones visuais (chamados também de campos visuais): “A percepção dos sítios urbanos apoia-se em duas decodificações universais: a referência de posição (topológica), e a perspectiva; tais noções

chegam-nos como efeitos visuais (topológicos e perspectivos), que são responsáveis pela formulação de campos visuais” (KOHLSDORF, 2000, p. 13).

A percepção seleciona as informações no nível cognitivo, porém, como estamos falando de espaço urbano, o principal critério para analisá-lo será a quantidade adequada de estímulos visuais, pois a qualidade e a quantidade de informações contidas nas formas físicas que compõe o espaço são responsáveis diretamente pelo estímulo, tanto visual quanto de nossa memória.

Nesse sentido, quando o indivíduo está em movimento, ele não é capaz de, em seu trajeto, captar todas as cenas possíveis, mas apenas as imagens cujo grau de estímulo forma o suficiente para que sejam captadas. Portanto, a seleção é subjetiva. Logo, os pontos de interesse, em que há um registro perceptivo, são constituídos de estações de sequências, onde se encontram os cones ou campos visuais. As informações recebidas pela apreensão dos espaços também são alteradas pela percepção e formam significados na memória do observador. Porém, o resultado dessa decodificação é subjetivo, na medida em que será atrelado às particularidades da memória de cada indivíduo. A primeira noção, a topológica, está relacionada com o corpo do observador e com os limites do espaço em que este se encontra. A segunda noção, perspectiva, é a que organiza a cena no campo visual do observador, como o perfil do conjunto de edifícios ou sua cota de coroamento. Porém, ambas as noções se manifestam pelas leis da percepção, quando apreendidas diretamente do lugar, por seus habitantes ou visitantes do sítio urbano.

Uma vez que se tenha coletado as características perceptíveis do sítio urbano, se dará então início à representação do projeto arquitetônico e urbanístico para as novas propostas de preservação para aquele determinado espaço. Portanto, deverão ser levadas em conta as informações colhidas baseadas nas percepções formadas pelo observador, pois os traços de identidade que queremos preservar devem ser investigados a partir de sua relevância na percepção dos indivíduos. Lembrando que é importante considerar que percebemos sempre o espaço em sua totalidade e não em elementos isolados:

Logo, a noção de totalidade é fundamental quando se observam os lugares de valor histórico, cultural e artístico e afetivo, pois é por meio da captura de conjuntos, via percepção, que as pessoas entrarão em contato com a memória dos povos inscrita no espaço (KOHLSDORF, 2000, p. 16).

Segundo Kohlsdorf (2000), as modalidades de projeções ortogonais e de perspectivas não são suficientes para expressar o espaço urbano. A estrutura morfológica do espaço urbano se forma a partir da articulação das projeções ortogonais, mais as categorias parciais ou elementares,

constituídas pelos três conjuntos de componentes volumétricos: os elementos do sítio físico, os elementos edifícios e os elementos complementares, que organizam o espaço da cidade.

Portanto, para a aplicação do sistema de categorias inventariais de percepção do espaço faz-se necessária as coletas de dados sobre a configuração da área tal como elas serão apresentadas à percepção do observador, a partir da observação do pedestre. A percepção dependerá necessariamente do movimento do observador, partindo de um percurso determinado. Essas categorias baseiam-se no registro sequencial, ou sequências visuais. Para tanto, é necessário identificar o percurso, ou trajeto, que será analisado na área considerada.

A percepção do observador em relação à área dá-se pela quantidade e frequência de estímulos visuais oferecidos na configuração do espaço percorrido. No decorrer do trajeto, em certo momento, cenas são registradas em intervalos de distâncias regulares ou irregulares. Esses momentos são denominados “estações”, que são pontos ou locais onde haja estímulos ao longo do trajeto, significativos para a apreensão de determinado sítio. São pontos em que o olhar do observador é atraído por uma determinada configuração ou cena. Logo, os “intervalos” são as distâncias entre os pontos ou locais onde ocorrem os estímulos para a captação da cena. (KOHLSDORF, 2000).

Durante o percurso realizado podemos ter distintas possibilidades de número e direção dos campos visuais, que irão contribuir para a construção da identidade do lugar. A composição das cenas registradas pelos campos visuais das sequências examinadas é importante para a análise de como se organizam os objetos fixos e estruturadores do espaço (edifícios e relevo), em termos de semelhanças ou diferenças morfológicas, de quantidade, da composição em relação uns aos outros e do papel em cena. Esses elementos serão partes integrantes de composições morfológicas, que poderão oferecer diferentes estímulos visuais, que registramos em termos de: efeitos topológicos, nos situam no espaço; efeitos semânticos em função de leis de organização e efeitos perspectivos, como indicadores de noções universais de lugar.

Os efeitos topológicos são noções construídas por composições de cenas contidas nos campos visuais e que indicam nossa posição no espaço. Os efeitos semânticos são as relações estabelecidas entre os elementos de configuração que formam a paisagem delimitada na cena do campo visual e que indicam como se organizam os objetos fixos e estruturadores do espaço, em termos de semelhanças ou diferenças morfológicas, suas posições em relação uns aos outros e seu papel em cena. São essas características compositivas que estabelecem as leis semânticas entre seus elementos (contrastes, continuidade, dominância, originalidade, complexidade e

associatividade) e as leis de composição plástica dos elementos (predominância ou equilíbrio entre unidade e diversidade, formação de subconjuntos por proximidade ou semelhança, grau de contraste entre o primeiro plano e fundo da cena). Para inferi-los, procuram-se também os elementos morfológicos fundamentais de organização de cena, como linhas e superfícies, e suas relações compositivas básicas (KOHLSORF, 2000).

Para análise dos impactos do Projeto sobre o patrimônio histórico e cultural da área, selecionamos as Avenidas Venezuela e Barão de Tefé que cruzam o setor A, onde haverá maior incidência de aumento significativo de gabarito e por se prestarem mais ao atendimento do efeito semântico de orientabilidade proporcionado por um marco que ofereça ao observador melhor orientação para percorrer a cidade ou parte dela. Em nosso caso, o marco seria o sítio arqueológico do Cais do Valongo.

O projeto *Porto Maravilha*, assim como os planos urbanísticos anteriores, previa o aumento de todo o gabarito da região portuária, a fim de estimular novos investidores na área. De certa forma, tal projeto é resultado de um conjunto de estudos e propostas, já elaboradas para a região portuária no decorrer das últimas décadas e que só agora estão efetivamente sendo implantados. No entroncamento da Avenida Venezuela com a Rua Barão de Tefé, percebe-se a verticalização intensa da área, com a demolição de grande parte das edificações de 2 e 3 andares existentes para construção de empreendimentos de maior altura. Segundo as categorias de percepção de Kohlsdorf (2000), os campos visuais serão consideravelmente modificados a partir do olho do observador. Na quadra seguinte a esses empreendimentos fica o sítio arqueológico do Cais do Valongo, que provavelmente perderá o equilíbrio entre essas escalas, embora, por se tratar de instalações abaixo do nível do solo, sofram mais influência de eventual cerceamento na superfície horizontal. Em seguida, definimos o sentido do percurso de onde serão feitas as visadas de suas respectivas estações, com intervalos irregulares no entorno do Cais do Valongo. O percurso inicia-se na Rua Sacadura Cabral seguindo pela Avenida Barão de Tefé em direção à Avenida Venezuela.



**Fig.10.** Vista aérea da Av. Barão de Tefé e da Praça Jornal do Comércio - destacados em vermelho, o sítio arqueológico do Cais do Valongo e antigos prédios de 2 e 3 pavimentos. **Fonte:** Autora a partir do Google Maps (2011).



**Fig. 11.** Vista aérea do sítio arqueológico do Cais do Valongo (destacado em vermelho) e do percurso feito com as sequências das quatro estações. **Fonte:** Autora a partir do Google Earth (2021).





**Fig. 12.** Estação 1: Vista do Cais de Valongo desde a R. Sacadura Cabral – ao fundo, o edifício L'Oréal Brasil com 17 pavimentos (à direita) e o edifício Vista Guanabara com 22 pavimentos (à esquerda). **Fonte:** Autora (2021).



**Fig. 13.** Estação 2: Vista do Cais do Valongo desde a Praça Jornal do Comércio – ao fundo o Hospital Pro Matre (círculo à direita), uma edificação de 2 pavimentos sem uso atual (círculo à esquerda), o Galpão em tijolos aparentes do Centro Cultural da Ação da Cidadania (à direita) e o conjunto do HFSE (à esquerda). **Fonte:** Autora (2021).





**Fig. 14.** Estação 3: Vista das pedras do Cais do Valongo desde a Av. Barão de Tefé – ao fundo o conjunto do HFSE (à direita), um edifício sem uso atual (no meio) e o Edifício Vista Guanabara (à esquerda). **Fonte:** Autora (2021).



**Fig. 15.** Estação 4: Vista do Cais do Valongo para a Av. Barão de Tefé – ao fundo o edifício do Hotel Barão de Tefé (à direita). **Fonte:** Autora (2021).



Portanto, analisando pelos critérios de Kohlsdorf (2000), a proposta do projeto *Porto Maravilha* quanto ao aumento de gabarito e o impacto dos edifícios já em construção, concluimos que o efeito perspectivo será de estreitamento, como consequência do aumento de gabarito, exageradamente maior. Lembrando que, na área do entorno ao sítio arqueológico, serão permitidas construções de até 90 metros de altura. E chamamos a atenção para as edificações ainda existentes de 2 e 3 andares respectivamente, em ambos os lados da Avenida Barão de Tefé no cruzamento com a Avenida Venezuela, ou seja, entre os dois grandes novos empreendimentos e o sítio arqueológico do Cais do Valongo estão, até o presente estudo, desocupados e em total estado de abandono, tendo um grande potencial de virem a ser demolidos e em seus lugares, novas torres construídas.

## Considerações finais

A região portuária é vista como área de grande potencial econômico e de renovação urbana, por estar perto do centro de negócios, de aeroportos e de grandes vias de acesso à cidade. Tem-se que reconhecer que o aspecto econômico é preponderante para a sustentabilidade, a longo prazo, de qualquer plano ou projeto. No caso da renovação urbana, a viabilidade econômica tem como fator intrínseco a valorização imobiliária.

Para se ajustarem à nova ordem econômica globalizada – tornarem-se globalizadas – as administrações municipais têm lançado mão de projetos de intervenção urbana espetaculares: projetos de urbanismo de grande impacto, museus de arquitetura revolucionária, megaempreendimentos e revitalização de áreas portuárias obsoletas, voltados à cultura e lazer e a eventos internacionais. Tudo, dentro da lógica capitalista, torna-se mercadoria ou instrumento de marketing para “vender” a cidade, como destino turístico ou de investimentos. Os imensos recursos exigidos para a realização desses empreendimentos são obtidos graças à adoção do relativamente recente sistema de parceria público-privada. Pelo menos no que tange à renovação ou revitalização urbana, algumas dessas experiências têm levado à gentrificação, à valorização do capital privado investido e à especulação imobiliária.

O aumento dos gabaritos pelo Projeto *Porto Maravilha* foi visto como uma forma de viabilizar a revitalização da região portuária, ao permitir a construção de prédios com até 90 metros nos bairros da Gamboa e da Saúde. Entretanto, um aumento de gabarito dessa magnitude contraria o teor Cartas e Recomendações patrimoniais, e o espírito dos Decretos e Portarias governamentais vigentes.

Percebemos que, pouco a pouco, novas edificações estão sendo construídas na área em estudo, transformando-a e a verticalizando-a. Porém, se atentarmos para o relatório de Estudo de Impactos de Vizinhança (EIV), elaborado pela OUC, no item 12, em que aborda a questão da “Paisagem Urbana: patrimônio Cultural e Arqueológico”, veremos que é feito um estudo sobre os “impactos previstos – e situação futura”, e que o texto avalia “o impacto dos gabaritos propostos sobre a preservação da ambiência e visibilidade de bens tombados”. Entretanto, o relatório apenas recomenda que a análise dos projetos e de seus impactos merece ser feita pelo órgão responsável pela preservação.

Quanto à “Mitigação dos Impactos”, assim se manifesta: “Em relação aos gabaritos propostos para as áreas de entorno de bens tombados, medida mitigadora importante seria estabelecer critérios de ambiência para as construções lindeiras aos bens tombados” (EIV, 2009, p. 381). E expõe nas “Conclusões”, nos parágrafos e item seguintes que: “Entende-se que se forem adotadas as medidas mitigadoras recomendadas, estarão atendidas as preocupações relativas à preservação do patrimônio histórico” (EIV, 2009, p. 381), em que é mantido o tom tíbio de suas observações e conclusões. O problema pode estar no fato de que o EIV é realizado pelo próprio executor do projeto, embora seja imprescindível a realização também do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), de acordo com a legislação. É previsto que o EIA também contemple os impactos dos empreendimentos sobre o meio ambiente natural, social e cultural. Há então uma aparente redundância. A solução pode ser transferir as atribuições de realizar o EIV para o órgão que realiza o EIA, que tem maior poder de imposição de suas conclusões.

Há uma postura ou solução completamente subjetivas com relação a novos empreendimentos. Simplesmente mudou-se a legislação do uso e ocupação do solo e do aumento de gabaritos, porém, com relação à aprovação dos novos projetos junto às instâncias de preservação, não há uma determinação clara por parte do EIV. O resultado é que as decisões com relação às tímidas recomendações decorrentes do EIV, quanto à preservação do patrimônio arquitetônico e cultural na área do projeto *Porto Maravilha* serão tomadas pelos próprios envolvidos e interessados no empreendimento.

Logo, percebemos com este discurso do relatório que é imprescindível a participação ativa das instâncias de preservação municipal, estadual e federal e da população atingida, no acompanhamento da implantação de obras de grande abrangência e porte como o projeto *Porto Maravilha*, pois estas transformações rápidas e progressivas na paisagem da região portuária podem afetar de forma substancial e até mesmo irreversível, a relação e a contribuição do

entorno para a formação do significado de um bem de valor patrimonial. De acordo com o conceito de efeitos perspectivos de Kohlsdorf com relação ao sítio arqueológico do Valongo, este estará irremediavelmente comprometido no caso das construções com gabaritos extremamente altos em seu entorno imediato.

## Referência

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IplanRIO/Zahar, 1988.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. (Coleção Rio 4 séculos).

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA REGIÃO DO PORTO DO RIO. Disponível em: <<http://www.portomaravilha.com>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

DOSSIÊ SÍTIO ARQUEOLÓGICO CAIS DO VALONGO - PROPOSTA DE INSCRIÇÃO NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL. Janeiro, 2016.

ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA. *Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/estudosImpactosVizinhanca.aspx>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

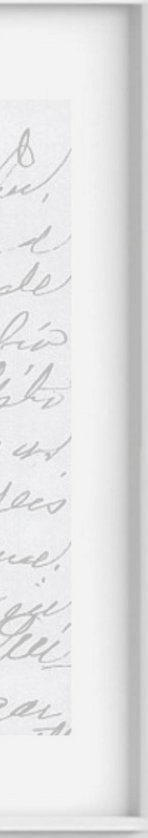
FORTES ENGENHARIA, João. *História dos Bairros*. Rio de Janeiro: Index, 1987.

KOHLSDORF, Maria Elaine. *Metodologia para recolhimento de dados de configuração urbana em sítios tombados*. Brasília: UnB, 2000.

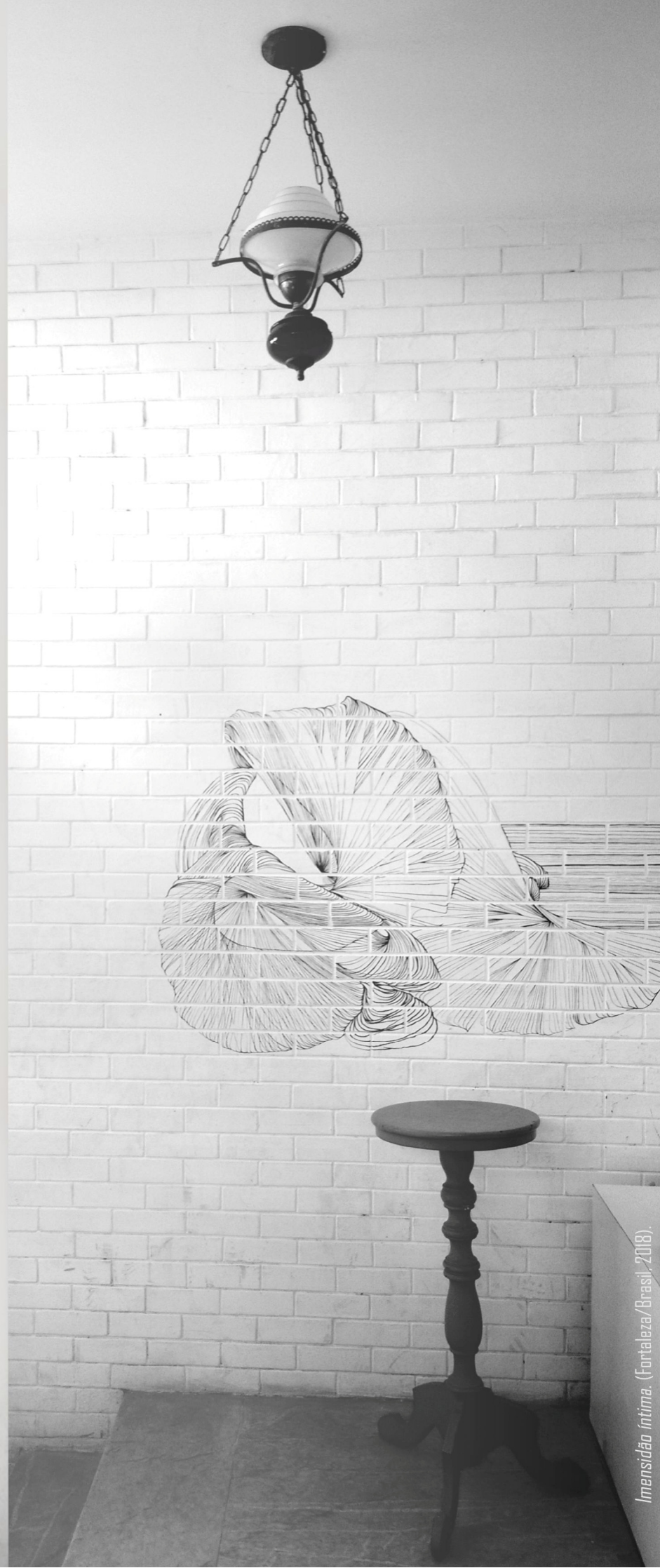
MESQUITA, Claudia Baima. *A preservação do patrimônio arquitetônico na região portuária no projeto Porto Maravilha*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ.

RABHA, Nina & PINHEIRO, Augusto Ivan. *Porto do Rio: história da construção do Porto do Rio*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio, 2004.

artes . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . letras . direito . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . ciências sociais . educação . museologia . turismo . engenharia . geografia



artes . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . **LETRAS** . direito . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . ciências sociais . educação . museologia . turismo . engenharia . geografia



SANDRA ARAÚJO DE LIMA DA SILVA

## **A CASA QUE NOS HABITA.**

### **Espaço e poesia na intimidade das cidades.**

Muitos estudos sobre o feminino na literatura têm-se debruçado sobre a questão do espaço, não apenas o espaço urbano das cidades, mas, sobretudo, o espaço privado, o qual sempre foi associado à mulher, como uma espécie de cárcere – local de onde ela não poderia sair para expressar-se, nem tão pouco para afirmar-se como sujeito. Esses estudos são de grande importância porque destacam uma voz que precisou desconstruir uma história de submissão para reconstruí-la de outra forma, como sujeito de uma produção literária. Contudo, o espaço privado – a casa – que aparece nas obras da escritora mineira Adélia Prado, tanto em poesia quanto em prosa, não tem essa conotação de cárcere. Esse espaço constitui-se como local de aconchego, intimidade, onde o “cuidar” é exercitado como uma das expressões do feminino. Para a poeta, a casa é um local de onde emergem imagens poéticas que são representações do íntimo do ser. Assim, elementos que aparentemente não teriam beleza ganham um novo status e passam a configurar um mundo de imagens transcendentais. Uma taça, uma licoreira, uma cesta de frutas, ou mesmo gavetas, armários, até os alimentos e a alquimia da cozinha se transformam em matéria poética, revelando a alma da casa - elementos que podem também ser percebidos como representações da própria alma humana. Tudo isso é revelado pelo olhar e pela voz da mulher. Assim, amparado nos estudos do pensador francês Gaston Bachelard sobre *A poética do espaço*, este trabalho apresenta uma análise da poesia de Adélia Prado, procurando evidenciar de que forma a autora revela o feminino, o cenário cotidiano e a cena

do amor familiar, tendo como espaço inspirador a casa, abrigo arquitetônico símbolo da intimidade nas cidades.

Oh! Não mudeis de casa! Mudai de roupa, mudai de fortuna, de amigos, de opinião, de criados, mudai de tudo, mas não mudeis de casa.

Machado de Assis

Entendida como algo mais amplo do que simplesmente o local no qual se habita, a casa tem sido estudada por vários campos do conhecimento. Ao longo da história do homem no mundo, ela veio se transformando e, hoje, sabe-se que a casa pode ser entendida como um espaço para se viver, só ou em família. É local também de troca, de relações, afetos, memória. Espaço privado que tem se tornado cada vez mais público por meio das redes sociais, com a possibilidade de ser mostrada em registros de cenas cotidianas.

A escritora mineira Adélia Prado diz, em um de seus poemas, que tudo o que a memória ama fica eterno. Pode-se estabelecer uma conexão desse pensamento com a ideia de casa<sup>1</sup>. As experiências vividas nesse espaço de habitação ficam registradas em seus moradores. Objetos, móveis, disposição dos cômodos, materiais de que é feita, tudo o que se remete à casa pode ficar guardado na memória de quem lá viveu.

O filósofo Bachelard (1978, p.199) formula o seguinte problema a respeito da casa:

A casa nos fornecerá simultaneamente imagens dispersas e um corpo de imagens. Num e noutro caso, provaremos que a imaginação aumenta os valores da realidade. Uma espécie de atração concentra as imagens em torno da casa. Através das lembranças de todas as casas em que encontramos abrigo, além de todas as casas em que já desejamos morar, podemos isolar uma essência íntima e concreta que seja uma justificativa para o valor singular que atribuímos a todas as nossas imagens de intimidade protegida? Eis o problema central.

A partir dessa questão pode-se inferir que a casa é, então, formada também pela imaginação de quem nela habita. O significante ganha significado pela invenção e pela percepção de seus moradores. Há algo de especial, peculiar, particular para cada um deles. Ela registra e fixa histórias individuais e, assim, a ganha contornos, sentidos.

Diante disso, a casa torna-se o espaço ideal para a experiência da criação poética. Imagens ligadas à casa já foram descritas por inúmeros poetas. O olhar atento do poeta para os

<sup>1</sup> Nota inicial: Este capítulo é parte integrante da tese de doutorado intitulada *Onde pousa a poesia: Adélia Prado e Circe Maia*, apresentada pela autora ao Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), em 2015.

elementos da vida na casa é ideal para eternizar esse canto do ser no mundo. O poeta Carlos Drummond de Andrade, cuja obra tem como uma das temáticas o sentimento do homem no mundo, em sua experiência cotidiana, falou sobre a valoração da casa no poema intitulado *Liquidação* (ANDRADE, 1968):

A casa foi vendida com todas as lembranças  
todos os móveis todos os pesadelos  
todos os pecados cometidos ou em via de cometer  
a casa foi vendida com seu bater de portas  
com seu vento encanado sua vista do mundo  
seus imponderáveis  
por vinte, vinte contos.

O valor da venda da casa, “vinte contos”, não alcança o tamanho de sua importância para quem lá viveu. Ainda que esteja vazia e vendida, restam a lembranças, uma memória residual que não se apaga com o fechamento de um negócio. O poema de Drummond ilustra o que o linguista Ferdinand Saussure disse sobre o significado, que este é a alma da palavra. O significante “casa” tem como significado a alma que a preencheu por determinado tempo e que constitui as lembranças: “móveis”, “pecados cometidos ou em via de cometer”, “bater de portas”, “vento encanado”, “sua vista do mundo”, “seus imponderáveis”. Ainda que venham novos moradores ocupar essa moradia, ela continua guardando os seus mistérios, ela não se esvazia, ainda que não haja nem mesmo móveis dos antigos habitantes.

Adélia Prado, escritora citada no início deste artigo, tem a temática da casa recorrente em sua obra. Vejamos exemplos do modo como ela registrou esse local de nossa experiência no mundo em *A rosa mística* (PRADO, 2002, p.316):

A primeira vez  
que tive a consciência de uma forma, disse  
à minha mãe:  
dona Armanda tem na cozinha dela uma cesta onde  
põe os tomates e as cebolas;  
começando a inquietar-me pelo medo do  
que era bonito desmanchar-se,  
até que escrevi:  
‘neste quarto meu pai morreu, aqui  
deu corda ao relógio  
e apoiou os cotovelos  
no que pensava ser uma janela e  
eram os beirais da morte’.



Entendi que as palavras daquele  
modo agrupadas  
dispensavam as coisas sobre as quais versavam, meu  
próprio pai voltava, indestrutível.  
Como se alguém pintasse a cesta  
de d. Armanda me dizendo em  
seguida:  
agora podes comer as frutas.  
Havia uma ordem no mundo, de  
onde vinha?  
E por que contrastava a alma sendo  
ela própria alegria  
e diversa da luz do dia, banhava-  
se em outra luz?  
Era forçoso garantir o mundo,  
da corrosão do tempo, o próprio tempo burlar. Então  
prossigui: 'neste quarto meu pai morreu... podes  
fechar-te, ó noite,  
teu negrume não vela esta lembrança'.  
Foi o primeiro poema que escrevi.

No poema, Adélia Prado trata da criação poética a partir da consciência de determinados elementos que estão inseridos na casa e que inspiram eventos cotidianos. Por meio deles, o eu lírico apreende a forma estética, vendo beleza no que é comum e expressando um certo medo de que isso tudo acabe. Mas os elementos captados pelo olhar poético resistem ao tempo e se materializam na casa. O pai já falecido volta à cena, só que agora na condição de imortal.

Depois de entender a matéria da qual as coisas são feitas, esse eu lírico entende o mundo e a ordem das coisas. Toda compreensão se dá por elementos que fazem parte da casa, são eles que a preenchem de vida, inclusive pela memória do pai que partiu. Da mesma forma, a casa de dona Armanda está na memória do eu lírico.

Assim como descrito no poema, não só as casas em que moramos ficam em nossa memória, mas todas aquelas com as quais tivemos algum tipo de relação. A casa de dona Armanda é o gatilho para a experiência da enunciação poética. Esta se dá por uma necessidade de apreensão do tempo, para ressignificá-lo, redimensioná-lo.

Na poesia de Adélia Prado, a casa é vinculada à experiência cotidiana, com as atividades rotineiras e a passagem do tempo. No poema a seguir, por exemplo, o fluxo da vida é descrito com os estágios de nascer, crescer, envelhecer e morrer. Contudo, esse transcorrer da existência é algo que dá vibração à casa, como em *Resumo* (PRADO, 2002, p. 15):

Gerou os filhos, os netos,  
deu à casa o ar de sua graça  
e vai morrer de câncer.  
O modo como pousa a cabeça para um retrato  
é o da que, afinal, aceitou ser dispensável.  
Espera, sem uivos, a campa, a tampa, a inscrição: 1906-1970  
SAUDADE DOS SEUS, LEONORA.

O poema apresenta a síntese da vida de alguém que cumpriu a sua sina e se resigna diante do tempo e dos acontecimentos. A forma de disposição dos versos em uma única estrofe, curta, indicando ao final o ano de nascimento e de morte de alguém, lembra as inscrições feitas em lápides, com dizeres de apreço ao morto. O tempo que se passou, enquanto Leonora preencheu a sua casa com o seu ser, com “o ar de sua graça”. A casa teve vida conforme os cuidados da personagem. Esta não apenas cumpriu a sua sina, ela percorreu um caminho, deixou marcas: “gerou filhos”, emprestou a casa a sua presença. Ao sugerir que a personagem fez tudo o que deveria ser feito, mas chega agora ao final de sua existência e não há mais nada a fazer, irá morrer por um câncer, desperta no leitor a sensação de acomodação ou até mesmo de resiliência diante da finitude do ser e das coisas. A casa certamente ficará com a atmosfera de sua dona, até que a família se reinvente e remodele o que ficou na habitação.

Para Adélia Prado, a poesia pode morar em qualquer lugar, pois trata de qualquer assunto: “[...] A arte fala de absolutamente tudo. E qualquer lugar é a casa da poesia. Ela não escolhe tema, nem enredo, nem assunto. Ela pousa onde lhe apraz, e é esse momento que é apreendido pelo poeta, ou pelo cineasta, enfim pelo homem criador” (PRADO, 2008).

Nesse sentido, a poeta mineira de Divinópolis ousou pousar a sua poesia na casa, o lugar de se morar, com as rotinas cotidianas do espaço privado. Este, de acordo com estudos do feminino e do feminismo na literatura, geralmente está associado à mulher e se apresenta como uma espécie de cárcere – local onde ela não poderia expressar-se, nem tão pouco se afirmar como sujeito. Esses estudos são de grande importância porque destacam uma voz que precisou desconstruir uma história de submissão para reconstruí-la de outra forma, como sujeito de uma produção literária. Contudo, o espaço privado – a casa – que aparece nas obras de Adélia Prado não tem essa conotação de cárcere. Tal espaço constitui-se como local de aconchego, intimidade, onde o “cuidar” é exercitado como uma das expressões do feminino.

A casa é local de onde emergem imagens poéticas que são representações do íntimo do ser. Assim, elementos que aparentemente não teriam beleza ganham um novo status e passam a

configurar um mundo de imagens transcendentais. Uma taça, uma licoreira, uma cesta de frutas, ou mesmo gavetas, armários, até os alimentos e a alquimia da cozinha se transformam em matéria poética, revelando a alma da casa, elementos que podem também ser percebidos como representações da própria alma humana. Tudo isso é revelado pelo olhar e pela voz da mulher que vive na casa e que dela resguarda a memória.

Para Bachelard (1978, p.200), a casa é mais que um simples espaço no qual:

É preciso dizer então como habitamos nosso espaço vital de acordo com todas as dialéticas da vida, como nos enraizamos, dia a dia, num "canto do mundo". Pois a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. Até a mais modesta habitação, vista intimamente, é bela. Os escritores de "apostos simples" evocam com frequência esse elemento da poética do espaço.

Assim, o pensador francês compartilha do mesmo pensamento dos gregos, de que a casa é um local de felicidade e de beleza. Em grego, "Kósmos" significa ordem, organização, harmonia e beleza. Esse espaço é onde o ser cria as suas raízes, onde se fixa para constituir o seu lugar de segurança no mundo. Na casa encontram-se a história de vida e a memória, como no poema *A casa* (PRADO, 2002, p. 149):

É um chalé com alpendre, Forrado  
de hera.  
Na sala,  
tem uma gravura de natal com neve.  
Não tem lugar pra estacas em ruas que se conhecem. Mas  
afirmo que tem janelas,  
claridade de lâmpada atravessando o vidro, um  
noivo que ronda a casa  
- esta que parece sombria -  
e uma noiva lá dentro que sou eu.  
É uma casa de esquina, indestrutível. Moro  
nela quando lembro,  
quando quero acendo o fogo, as  
torneiras jorram,  
eu fico esperando o noivo, na minha casa aquecida.  
Não fica em bairro esta casa infensa  
à demolição.  
Fica num modo tristonho de certos entardeceres,  
quando o que um corpo deseja é outro corpo pra escavar.  
Uma ideia de exílio e túnel.

O poema inicia com a descrição desse local que é o abrigo da alma. É um “chalé com alpendre forrado de hera”, planta trepadeira que se expande e preenche espaços. Para os gregos essa planta representava a fertilidade e era dada aos noivos como símbolo de felicidade. Eles também tinham a deusa Hera, ligada à proteção da mulher e do casamento. Assim, a imagem da hera como o desejo que se alastra pela casa – que é a representação do íntimo do ser – vai aos poucos sendo acentuada ao longo do poema, quando aparece a referência ao noivo que ronda a casa e à noiva que o espera em sua “casa aquecida”.

A descrição da casa, feita por esse eu lírico feminino, parte do exterior para o interior da morada. Depois de descrever o alpendre, a sala é retratada como algo idealizado “uma gravura de natal com neve.” Obviamente, não se trata de nenhuma realidade brasileira, por certo é um desses quadros que retratam a imagem comumente associada ao natal europeu, norte-americano ou de algum outro país em que o inverno é a estação dessa data. A presença da gravura na sala é um indício de que ali é um lar, certamente com uma família, com uma moça que desperta o desejo de um rapaz de alguma outra rua. O natal é data associada a comemorações em família. Contudo, a poeta não trata efetivamente disso, ela evoca apenas os elementos que envolvem esses dois personagens – noivo e noiva – que estão ligados pelo desejo do encontro. Vale destacar também que não aparece a palavra “parede”. A poeta não diz onde está colada ou pregada aquela gravura. Este é um indício de que se trata de uma casa que se construiu e se instalou na memória dessa voz feminina que descreve a sua intimidade.

Para o eu lírico, não existe lugar material para essa casa “em que as ruas se conhecem”. Assim como Bachelard nos diz que a casa é nossa morada, o nosso universo, para a mulher que aqui fala, essa casa não fica em nenhum outro lugar que não seja na mulher mesma, casa construída a partir de seu desejo e assim retida em sua memória. Não um espaço que contém algo, mas um ser que contém um espaço. Essa noiva é tomada pelo desejo de ter o noivo que ronda a casa, o que se confirma em seguida com a referência às “janelas” e à “claridade de lâmpada atravessando o vidro”. As “janelas” representam a receptividade, a abertura para o que vem de fora, nesse caso, o noivo. A “claridade” e a “lâmpada” que perpassam o vidro são um sinal da transparência, da entrega total a esse desejo, do revelar-se, sem medos ou amarras. A voz feminina do poema revela-se para o homem que ronda a sua casa. A lâmpada do desejo foi acesa no interior do ser. E, mesmo que esta pareça “sombria”, há nela um sinal de vida, expressado pelo desejo do eu lírico que lá habita e que quando bem quer “acende o fogo” e deixa “jorrar pelas torneiras” o que deseja desse homem que está à sua procura. Tais elementos são um reflexo do

poder de sedução dessa mulher, um insinuar-se para esse homem, como em uma dança. Ela abre as “janelas”, acende o “fogo”, deixa as “torneiras” jorrarem. Dessa forma, todas as palavras empregadas pela poeta encontram-se no campo semântico da receptividade ao outro e da ideia de entrega.

Porém, a casa só passa a ser habitada quando essa mulher traz à tona a sua memória. Essa casa possui uma ideia antagônica à “demolição”, ela não se desfaz como tempo, é perene, pois está dentro dessa mulher que fala. A morada é “de esquina, indestrutível”. A esquina representa o ponto de convergência entre as ruas, um encontro. Então, fatalmente noiva e noivo se encontrarão nessa casa, o que se reforça pela explicação no antepenúltimo e no penúltimo verso, uma vez que eles apresentam a designação da localidade da casa: “Fica num modo tristonho de certos entardeceres,/ quando o que um corpo deseja é outro corpo para escavar.” Então, essa casa é um universo de sentimento, memória e desejo. O emprego do verbo “ficar” em três versos seguidos, encaminhando o fim do poema, indica a permanência do desejo do eu lírico feminino e o local onde essa casa se fixa, que é na memória.

O poema é finalizado, então, pelo verso “Uma ideia de exílio e túnel”. O “exílio” – que é a saída de um país de forma voluntária ou involuntária – traz a ideia de que por alguma força essa mulher busca a casa como refúgio. O acesso à casa, ao universo íntimo do eu lírico, é feito por meio do túnel, elemento que representa a passagem de um estado para outro. Então, por desejo, em algum momento a mulher vai em busca dessas lembranças, do acesso a uma memória que a transporta novamente àquela casa, à sua morada íntima.

É possível observar referências a dois estágios distintos desse poema, o exterior e o interior dessa morada. Primeiramente, um grupo de palavras que se referem à descrição da casa – parte concreta: chalé, alpendre, janelas, sala, gravura, lâmpada, vidro. Todas essas palavras constituem um campo semântico com elementos que dão ao texto uma concepção de um universo constituído, com o qual todos nós temos familiaridade, uma casa como tantas outras casas que nós já conhecemos.

É uma casa construída com elementos concretos, mas que têm seus significados metafóricos explorados pela linguagem poética de Adélia Prado. Depois, há outro grupo de palavras que traduzem uma natureza viva, uma presença: hera, neve, claridade e fogo. Todos esses elementos transmitem a sensação de que não podem ser apreendidos: a hera se espalha por todos os cantos, a neve derrete, a claridade não dura e o fogo não se pode pegar. Por isso, podem ser associados ao desejo que o eu lírico não pode ou não quer conter e que, de alguma forma, não

segura. Assim, há um diálogo entre os elementos concretos – que expressam o exterior – como elementos de características transitórias – que estão associados ao desejo, ao íntimo do eu lírico. E tudo isso é apreendido por uma mulher, que constrói na memória a morada de um tempo.

Retomando a ideia de casa para Bachelard (1978, p.200):

Assim, a casa não vive somente o dia-a-dia, no fio de uma história, na narrativa de nossa história. Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos. Quando, na nova casa, voltam as lembranças das antigas moradas, viajamos até o país da Infância Imóvel, imóvel como o Imemorial. Vivemos fixações, fixações de felicidade. Reconfortamo-nos revivendo lembranças de proteção. Alguma coisa fechada deve guardar as lembranças deixando-lhes seus valores de imagens. As lembranças do mundo exterior nunca terão a mesma tonalidade das lembranças da casa. Evocando as lembranças da casa, acrescentamos valores de sonho; nunca somos verdadeiros historiadores, somos sempre um pouco poetas e nossa emoção traduz apenas, quem sabe, a poesia perdida.

Assim, o poema de Adélia Prado fala de um “tesouro dos dias antigos”, que chega a trazer até certa melancolia por ser lembrado: “Fica num modo tristonho de certos entardeceres”. A voz feminina no poema evoca as lembranças de uma casa, na qual ela só vai morar quando deseja lembrar a experiência vivida no passado. Tem-se, então, a associação da vida íntima com a casa, morada íntima do ser, local de abrigo e proteção. Para guardar vivo na memória o desejo, a poeta constrói a imagem da casa, preservando-o, assim, em um lugar seguro.

Na obra de Adélia Prado a casa é retratada como um espaço que traduz o ponto de apoio do ser, um lugar seguro, do qual ele enxerga a realidade a sua volta e tem a opção de fazer as suas escolhas por destinos que não são necessariamente reféns do espaço privado. Não há a perspectiva de prisão. A casa pode ser um abrigo para os sonhos, para os desejos, como também pode ser um receptáculo para o que vem de seu exterior. Referências à luminosidade da casa também são recorrentes. Não há casas sombrias, que escondem mistérios, são casas cheias de vida, como se percebe no poema *Impressionista* (PRADO, 2002, p. 37):

Uma ocasião

Meu pai pintou a casa toda de alaranjado brilhante. Por muito tempo moramos numa casa,

como ele mesmo dizia, constantemente amanhecendo.

Essa casa é luminosa, viva, traz a energia constante do amanhecer. É uma casa que se renova todos os dias. O ato de cobrir de tinta, que normalmente está associado à limpeza, possui no poema uma conotação que transcende esse sentido. O pai pintou a casa para fazê-la ressurgir, “constantemente”. Um momento qualquer – “Uma ocasião” – tornou-se um momento singular. Note-se que o pai pintou a casa “toda”, não houve distinção de cômodos. Certamente, todos os locais e todos os habitantes dessa morada são atingidos pela luminosidade que emana de uma vontade de fazer a vida brotar como todas as manhãs.

A imagem poética transcrita no poema dialoga com o pensamento expresso abaixo por Bachelard (1978, p. 218):

A poesia nos dá não tanto a nostalgia da juventude, que seria vulgar, mas a nostalgia das expressões da juventude. Ela nos oferece imagens como deveríamos tê-las imaginado no "impulso inicial" da juventude. As imagens- príncipes, as gravuras simples, os devaneios da cabana, são também convites a recomendar a imaginar. Elas nos transmitem estágios do ser, casas do ser, em que se concentra uma certeza de ser. Parece que habitando tais imagens, imagens que nos tornam estáveis também, recomendaríamos outra vida, uma vida que seria nossa, nas profundezas do nosso ser.

A casa alaranjada brilhante é um convite à imaginação. O poema convida o leitor a observar o que há de subjetivo na cor dessa casa. Nada mais sobre ela é descrito, nem paredes, nem janelas, nem portas. Só há uma cor, que diz tudo sobre esse local de aconchego e que transmite a sensação de uma radiante alegria. O outro poema em que a casa aparece com essa conotação de uma luz de alegria chama-se *Solar* (PRADO, 2002, p. 153):

Minha mãe cozinhava exatamente:  
Arroz, feijão-roxinho, molho de batatinhas.  
Mas cantava.

Aqui se tem a referência a outro elemento também muito importante na casa: a cozinha – local onde se dá a alquimia da comida. O alimento, assim como a casa, também é uma referência ao que dá sustentação ao ser. É na cozinha que se prepara o que os habitantes dessa morada vão comer. E, pelo que se revela no poema, a mulher cozinheira é pura luz. Está radiante, repetindo os ingredientes, porém cantando.

Dessa forma ela expressa sua felicidade, mostra que ali está envolvida por um campo energético de alegria. A cozinha não é serviço pesado, que lhe possa causar dor ou tristeza. Parece



algo muito leve e prazeroso. A cantiga embala o trabalho de preparar o alimento para os outros, revelando a alegria dessa atividade.

A poesia pausa em um lugar que é o da experiência poética de Adélia Prado: a casa. Ao leitor, fica a identificação com a habitação recriada em imagens, uma vez que todos trazem em si a memória de alguma casa – com vivências e experiências.

## Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. Liquidação. In: *Boitempo*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1968. Disponível em: <<http://www.algumapoesia.com.br/drummond/drummond21.htm>>. Acesso em: 23 ago. 2020.

BACHELARD, Gaston. *A poética do Espaço*. Tradução de Joaquim José Moura Ramos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Série Os Pensadores).

PRADO, Adélia. Bagagem. (1976). In: *Poesia reunida*. 10 ed. São Paulo: Arx, 2002.

PRADO, Adélia. *Entrevista: sempre um papo*. 06 ago. 2008. Entrevista concedida a Afonso Borges. Disponível em: <<http://www.sempreumpapo.com.br/audiovideo/player.php?id=127>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

SILVA, Sandra Araújo de. *Onde pausa a poesia: Adélia Prado e Circe Maia*. 2015. Tese (Doutorado em Letras). - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte.



PERCEPÇÕES  
INQUIETAÇÕES  
PROPOSIÇÕES



Nem retorno (para a cidade tradicional), nem fuga para  
a frente (para a aglomeração colossal e informe). [...].  
O passado, o presente, o possível não se separam.

Henri Lefebvre, **O direito à cidade**, 1968.



artes . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . letras . direito . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . ciências sociais . educação . museologia . turismo . engenharia . geografia





artes . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . letras . **DIREITO** . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . ciências sociais . educação . museologia . turismo . engenharia . geografia

DENISE SETSUKO OKADA AHMED

## **CIDADE CIDADÃ.**

### **Utopia jurídica?**

A partir da Constituição de 1988 a cidade deixou de ser considerada em seu aspecto meramente físico, como simples delimitação de território e ganhou dimensão constitucional. Nesse novo cenário jurídico restou consagrado o direito à cidade enquanto direito fundamental, núcleo-síntese de outros direitos fundamentais como o direito à moradia, ao saneamento, ao trabalho, ao meio ambiente equilibrado, ao lazer - direitos estes condizentes a uma vida humana com qualidade e dignidade. Atendendo a esse escopo constitucional, o Estatuto da Cidade outorgou à cidade a dimensão ambiental, qualificando tal direito fundamental como direito a uma cidade sustentável. O presente trabalho contextualiza a vocação consagrada à cidade na Carta Constitucional de 1988 e as múltiplas implicações daí decorrentes – direitos reconhecidos e correlatos deveres impostos aos atores presentes nesse espaço: o habitante, o Estado, a sociedade e, permeando tais relações, o meio ambiente, aqui considerado em sua concepção jurídica.

## Considerações iniciais

A questão urbana no mundo contemporâneo demanda especial investigação na medida em que é nas cidades onde as redes de informação e de articulação da economia capitalista têm seu principal espaço de comando.

Não há dúvidas que o processo de crescimento e de expansão urbana no Brasil se deu vinculado à forma como foram implementadas, desde o início do século XX, as sucessivas políticas econômicas, impulsionadas por um Estado eminentemente desenvolvimentista e em seguida intervencionista, preocupado em promover o desenvolvimento econômico através de melhorias na infraestrutura e proteção a determinados setores industriais.

A produção do espaço urbano brasileiro obedeceu, pois, à lógica do capital que teve no processo de industrialização um momento importante, verificando-se uma ocupação crescente e desordenada do território brasileiro ao ritmo desse processo ditado pelas classes hegemônicas. Como assinala Lefebvre, “o espaço inteiro torna-se o lugar da reprodução das relações de produção” (2008, p. 53).

Para Rolnik (2001), o que se verificou não foi ausência de planejamento, “mas sim de uma interação bastante perversa entre processos socioeconômicos, opções de planejamento e de políticas urbanas, e práticas políticas, que construíram um modelo excludente em que muitos perdem e pouquíssimos ganham”, ensejador da disparidade histórica existente entre a porção da cidade legal, rica e com infraestrutura, mas também a cidade ilegal, pobre e precária.

Nesse mesmo sentido corrobora Maricato (2006), para quem a formação das cidades brasileiras se deu sob forte peso das heranças colonial e escravista em que prevaleciam as relações políticas marcadas pela troca de favores de forma a manter a concentração de patrimônio, do poder econômico e do poder político nas mãos de poucos.

Verifica-se que, durante o período do milagre brasileiro<sup>1</sup>, os modelos de política e de planejamento urbanos então praticados foram marcados por uma visão estadista fulcrada na crença do Estado financiador do desenvolvimento urbano, situação esta modificada com a crise fiscal que atingiu o país em 1980. Assim, seja pelo impacto da crise fiscal, seja pelo processo de

---

<sup>1</sup> Duas fases distintas na trajetória recente das políticas públicas no Brasil são apontadas por Low-Beer (2002): de 1930 ao final dos anos 1960, de caráter desenvolvimentista e no período seguinte, do início da década de 70 até final dos anos 1980, o Estado se revelou fortemente intervencionista. O período de 1968 a 1973, marcado por crescentes taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e intensa dinamização da economia com o aumento do investimento do capital internacional, ficou conhecido como o período do “milagre econômico”.



redemocratização, seguiu-se um vazio institucional deixado pelo governo federal no que dizia respeito à política urbana e ao destino das cidades.

A urbanização somada à estagnação do processo de expansão da economia brasileira acarretaram um panorama de injustiças e desigualdades sociais enquanto questão urbana de impactante significado. Conforme destaca Maricato:

A última proposta de política urbana implementada pelo governo federal se deu no regime militar (1964-1985). Com a crise fiscal que atingiu o país em 1980 e a falência do Sistema Financeiro da Habitação e do Sistema Financeiro do Saneamento, a política urbana e as políticas setoriais formuladas e implementadas pelo Regime Militar entram em colapso (2006, p. 214).

A partir dos anos 80 as reivindicações populares quanto ao direito de todos os cidadãos à cidade, à moradia e ao acesso a melhores serviços públicos foram determinantes à aprovação de uma Emenda de iniciativa popular que incluiu na Constituição de 1988 a função social da propriedade e a função social da cidade. Como narra Maricato:

O Movimento Nacional de Reforma Urbana constituiu uma experiência rara de movimento social que reuniu diferentes setores em torno de alguns pontos prioritários da política urbana que ganharam unanimidade. Esses pontos foram organizados em uma agenda que constituiu uma proposta de Emenda Constitucional de Iniciativa Popular, subscrita por 131 mil eleitores, que foi apresentada à Assembleia Nacional Constituinte. Pela primeira vez na história do Brasil, a Constituição Federal passou a contar com um capítulo dedicado ao tema das cidades e incorporar a função social da cidade e a função social da propriedade (2010, p. 16).

Assim, pela primeira vez a cidade foi tratada na Constituição Federal, tendo sido dedicado todo um Capítulo à política urbana, composto pelos artigos 182 e 183, determinando que a política de desenvolvimento urbano tenha “por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (caput do Artigo 182<sup>2</sup>).

<sup>2</sup> Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.”

## Cidades e acolhimento

Não se discute que é nas cidades que se percebem “as exclusões espaciais respeitantes à moradia, ao acesso a equipamentos e serviços públicos básicos, ao direito à livre circulação, ao trabalho e a atividades de lazer” e que será através do cumprimento das funções sociais da cidade que se assegurará a interação dos indivíduos entre si e com esse espaço ocupado (LUFT, 2011, p. 99). Para se compreender a relação indivíduo-sociedade com o espaço de modo geral e, mais especificamente, com o espaço citadino, importa no presente trabalho compreender a noção de lugar enquanto sensação de pertencimento do indivíduo com o espaço geográfico, enquanto referencial simbólico de sua identificação e do grupo ou classe a que pertence. Lugar tem aqui sua relevância destacada por sua dimensão cultural e sociopolítica.

E não só. Elementos outros como indivíduo, pertencimento, identificação, dignidade, qualidade de vida, bem-estar, diversão, felicidade, arte, são fundamentais para entender o espaço citadino como um bem jurídico de uso comum e a relevância da tutela lhe assegurada na Carta Cidadã em uma realidade onde as práticas do modo de produção capitalista amesquinham uma gestão da cidade que se pretende não apenas democrática, mas que atenda a necessidades elementares para uma qualidade de vida digna. Segundo Celso Antonio Pacheco Fiorillo:

Todas as cidades no Brasil estão diretamente relacionadas à sua estrutura econômica. Ou seja, existem em decorrência dos produtos e serviços que criam, destinados a satisfazer as necessidades do consumo interno (em seu território) e externo (fora de seu território), o que representa acrescentar ao novo conceito jurídico constitucional do que significa uma cidade as relações econômica de consumo (art. 170 a 192 da Constituição Federal), assim como as relações sociais que fundamentam juridicamente o PISO VITAL MÍNIMO (art.6º da Constituição Federal), destacando-se as relações laborais (arts. 7º a 8º da Carta Magna) que ocorrem no território da mesma (2008, p. 31).

Sob essa nova matriz jurídica, as cidades passam a ser consideradas não apenas em razão do seu território, mas também de sua disciplina e estrutura econômica, pelos bens e serviços que criam e em razão das relações que fundamentam os direitos sociais e o que se denomina como piso vital mínimo. No dizer de Milton Santos:

O nível mínimo deve ser capaz de responder às necessidades consideradas mínimas, aquelas que não são adiáveis, nem compreensíveis e exigem resposta imediata, se realmente queremos, através de tais núcleos, assegurar aos cidadãos aquele mínimo de dignidade e decência que é um direito indiscutível de todos (1985, p. 86).

Evidencia-se assim que os institutos e os instrumentos jurídicos se projetam na sua faceta transformadora não apenas visando a “paz social” e nem exclusivamente direcionados para o

“ordenamento” naquilo que diz respeito a mecanismos de disciplina de exercício do Poder Político das classes hegemônicas, mas para a efetivação do que se convencionou chamar de catálogo dos direitos fundamentais sociais como moradia, saúde, lazer, transporte, educação, entre outros elencados no artigo 6º da Constituição da República. Esse conjunto de necessidades, de dores, de urgências, de sintomas, de querereres – verbos e objetos – nos é apresentado por Arnaldo Antunes, Sérgio de Britto Álvares Affonso e Marcelo Fromer na composição da música *Comida*, interpretada originalmente pela banda de rock *Titãs*:

Bebida é água / Comida é pasto  
 Você tem sede de quê?  
 Você tem fome de quê?

A gente não quer só comida  
 A gente quer comida  
 Diversão e arte  
 A gente não quer só comida  
 A gente quer saída  
 Para qualquer parte

A gente não quer só comida  
 A gente quer bebida  
 Diversão, balé  
 A gente não quer só comida  
 A gente quer a vida  
 Como a vida quer

Bebida é água  
 Comida é pasto  
 Você tem sede de quê?  
 Você tem fome de quê?

A gente não quer só comer  
 A gente quer comer  
 E quer fazer amor  
 A gente não quer só comer  
 A gente quer prazer  
 Pra aliviar a dor

A gente não quer só dinheiro  
 A gente quer dinheiro  
 E felicidade  
 A gente não quer só dinheiro  
 A gente quer inteiro  
 E não pela metade

Diversão e arte  
 Para qualquer parte  
 Diversão, balé  
 Como a vida quer  
 Desejo, necessidade, vontade  
 Necessidade, desejo (é)  
 Necessidade, vontade (é)  
 Necessidade<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Letra da música *Comida*, de composição da banda *Titãs* gravada e lançada no ano de 1987, em seu disco intitulado *Jesus não tem dentes no país dos banguelas*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=hD36s-LiKlg>

Conclui-se, pois, que o que embasa o ordenamento constitucional é a salvaguarda da qualidade de vida dos habitantes de uma cidade e se insere no conceito de promoção da saúde humana, em sua integral abrangência – física, psíquica, emocional –, pressuposto para o exercício do direito a uma cidade qualificada pelo Estatuto da Cidade como cidade sustentável. Rosângela Cavallazzi, a partir de considerações epistemológicas sobre esse direito, assinala que:

Consideramos o direito à cidade, expressão do direito à dignidade da pessoa humana, o núcleo de um sistema composto por um feixe de direitos que inclui o direito à moradia [...] à educação, ao trabalho, saúde, aos serviços públicos – implícito o saneamento – ao lazer, à segurança, ao transporte público, à preservação do patrimônio cultural, histórico e paisagístico, ao meio ambiente natural e construído equilibrado – implícita a garantia do direito às cidades sustentáveis como direito humano na categoria dos interesses difusos (2011, p.50).

E, considerando que a maior parte da população se concentra cada vez mais no espaço urbano, de fato, “a qualidade de vida para a maioria das pessoas no futuro será determinada pela qualidade das cidades” (ZWINGLE, 2002).

### **Cidade planejada, cidade sustentável – bem ambiental**

A partir da matriz constitucional determinando que a política urbana a ser implementada pelo Poder Público municipal há de trabalhar “o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade” e de garantir “o bem-estar de seus habitantes” (art. 182), foi editada a Lei federal nº 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade, contendo “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (art. 1º).

A construção deste diploma foi árdua, demandando muita negociação política no Congresso Nacional durante os onze anos de tramitação legislativa. Muitos foram os embates que evidenciaram os conflitos entre inúmeros e diversificados interesses em jogo sobre o destino futuro das cidades, restando ao final garantidos em seu texto princípios caros à democracia e uma nova ordem jurídico-urbanística baseada na função social da cidade e da propriedade urbana.

O Estatuto da Cidade veio, assim, instituir e disciplinar a política de desenvolvimento urbano fundada na priorização e na valorização das funções sociais, tanto das cidades como da propriedade urbana, consagrando expressamente em seu artigo 2º a garantia aos cidadãos e às futuras gerações do direito a cidades sustentáveis, assim entendido como “direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços

públicos, ao trabalho e ao lazer” (art. 2º, inciso I), convergindo, assim, para o atendimento do pressuposto de que o espaço urbano pertence ao cidadão, cidadão este a quem a Constituição da República assegurou o supramencionado piso vital mínimo indispensável a uma vida humana com qualidade.

Para se compreender bem a adjetivação sustentável ao espaço citadino, intrinsecamente vinculada à noção de meio ambiente, importa aqui salientar o enquadramento jurídico-constitucional do meio ambiente e as conformações do Estado Brasileiro em relação a este. A Constituição de 1988, inovando ao romper com a tradição privatista contida nos anteriores textos constitucionais, consagrou o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental, qualificando-o como essencial à sadia qualidade de vida do ser humano e impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225<sup>4</sup>). Conforme explica José Afonso da Silva:

A Constituição de 1988 foi, portanto, a primeira a tratar deliberadamente da questão ambiental. Pode-se até dizer que ela é uma constituição eminentemente ambientalista. Assumiu o tratamento da matéria em termos amplos e modernos. Traz um capítulo específico sobre o meio ambiente, inserido no título da Ordem Social. Mas a questão permeia todo o seu texto, correlacionada com os temas fundamentais da ordem constitucional (1994, p. 26).

Ao conferir uma salvaguarda protecionista e conservacionista ao meio ambiente sob a forma de “ordem pública ambiental constitucionalizada” (BENJAMIN, 2007, p. 84), acabou categorizando-o como bem jurídico ambiental – nem público, nem privado, mas um bem de uso comum de todos – de forma que qualquer indivíduo e a coletividade podem indistintamente exigir a implementação de políticas públicas destinadas a zelar pela qualidade de vida.

Reconhecendo que o universo compreendido em matéria ambiental envolve todos os aspectos que possam repercutir, direta e indiretamente, na qualidade de vida do ser humano em sua esfera individual, coletiva, social, o ordenamento jurídico brasileiro contempla o meio ambiente em quatro dimensões – o meio ambiente natural (os recursos naturais); o meio ambiente artificial (espaço urbano construído); o meio ambiente cultural (se traduz em todos os valores que identificam a interação homem e seu meio, compreendendo os valores artísticos, estéticos, paisagísticos, históricos, arqueológicos, monumentos, tradições, comidas típicas etc) e o meio ambiente do trabalho (condições do ambiente laboral propícias à salubridade e à

---

<sup>4</sup> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

incolumidade física e psicológica do trabalhador, independente de atividade, do lugar ou da pessoa que a exerça).

Consignado, pois, que o ordenamento constitucional consagra e assegura a proteção ao (integral) meio ambiente essencial à sadia qualidade de vida, ao mesmo tempo que prima pelo estabelecimento de uma política urbana “a não mais considerar a cidade como mero aglomerado de indivíduos, e sim como conjunto de indivíduos que estavam por merecer o desfrute do bem-estar em relação ao local de sua permanência” (CARVALHO FILHO, 2005), fica fácil compreender que da intersecção de tais comandos constitucionais é que exsurge o conceito de cidade sustentável.

Na execução da política urbana, torna-se verdadeiro afirmar que o meio ambiente artificial passa a receber uma tutela mediata (revelada pelo art. 225 da CF, em que encontramos uma proteção geral ao meio ambiente como tutela da vida em todas as suas formas, centrada na dignidade da pessoa humana) e uma tutela imediata (que passa a receber tratamento jurídico aprofundado em decorrência da regulamentação dos arts. 182 e 183 da CF), relacionando-se diretamente às cidades, sendo, portanto, impossível desvincular da execução da política urbana o conceito de direito à sadia qualidade de vida assim como do direito à satisfação dos valores da dignidade da pessoa humana e da própria vida (FIORILLO, 2005).

A partir da Constituição de 1988 a cidade passa, pois, a ser juridicamente concebida como bem ambiental, a ponto de se falar na existência de um direito ambiental da cidade. Assim, em razão da sua natureza jurídica de bem ambiental, sobre o qual se estabelece um direito- que é o direito à cidade sustentável – entende-se que o regramento sobre o uso e ocupação do espaço urbano importa em vislumbrar a sua concretização jurídica sob a condição de seu pressuposto ambiental. Como bem destaca Fiorillo (2008, p. 30):

Com a edição da Constituição Federal de 1988, fundamentada em sistema econômico capitalista que necessariamente tem seus limites impostos pela dignidade da pessoa humana (art. 1º, III e IV), a cidade – e suas duas realidades, a saber, os estabelecimentos regulares e os estabelecimentos irregulares – passa a ter natureza jurídica ambiental, ou seja, a partir de 1988 a Cidade deixa de ser observada a partir de regramentos adaptados tão somente aos bens privados ou públicos, e passa a ser disciplinada em face da estrutura jurídica do bem ambiental (art. 225da CF) de forma mediata e de forma imediata em decorrência das determinações constitucionais emanadas dos arts. 182 e 183 da Carta Magna (meio ambiente artificial). Portanto, a cidade a partir da Constituição Federal de 1988 passa a obedecer à denominada ordem urbanista dentro de parâmetros jurídicos adaptados ao final do século XX e início do século XXI (grifo do autor).

A sustentabilidade urbana vem cravada no ordenamento constitucional e infraconstitucional brasileiro não apenas como um princípio, mas como um direito, consistindo-se

um dos mais importantes desafios da atualidade: direcionar as estratégias menos para a quantidade do crescimento - voltada para o incremento da produção material de riqueza – e mais para a qualidade, implicando em redução de desigualdades sociais e em aumento do nível de bem-estar da população.

Mais do que meros postulados ideológicos, usufruir de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e de uma cidade sustentável constituem direitos contemplados no âmbito normativo-constitucional, de forma a exigir que a pauta econômica governamental não seja dissociada da social, da ecológica, da cultural. Trata-se de opção do legislador brasileiro, contida na Constituição quando trata da Ordem Econômica (art. 170) e na Lei federal nº 6.938/1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente. Mesmo editada anteriormente à Constituição Federal de 1988, representa um marco na legislação ambiental brasileira e inaugurou um paradigma de abordagem jurídica ambiental no Brasil em que se afirma o papel do meio ambiente enquanto condição para o gozo de uma vida saudável e com dignidade.

## Considerações finais

Contribuir com um artigo que traduza o lugar jurídico das cidades e da relação cidadão-espço em uma obra multidisciplinar recheada de abordagens abertas, limpas e claras de autoria de um time de excelência, afigura-se uma missão hercúlea. Como inserir a letra aparentemente fria e dura da norma positivada em uma seara reflexiva de saberes e de querer sobre a cidade que possa ser habitada com dignidade, que seja saudável e promotora do bem-estar de seus habitantes – uma cidade não ideal, mas que atenda ao princípio da dignidade da pessoa humana em um Brasil 2020?

A tarefa de pensar a cidade e o seu processo de planejamento implica considerar, segundo a perspectiva assinalada pelo atual sistema jurídico-constitucional, não apenas a gestão democrática, mas especialmente o paradigma da sustentabilidade. E sustentabilidade hoje não se consiste apenas em conceito, inclusive, bastante banalizado atualmente, mas em direito consagrado no modelo constitucional brasileiro voltado ao engrandecimento da importância da tutela ambiental e de destaque na concepção de desenvolvimento das funções sociais da cidade. Esse é o direito posto, direito pressuposto. O que por óbvio não afasta a imperiosa necessidade de averiguar se o Estado Brasileiro cumpre o seu papel. Imaginar que sim seria abstrair todas as ciências sociais e fazer tábula rasa das mesmas, ignorando a história.



Os múltiplos aspectos e complexos desdobramentos implicados no estudo da relação do homem com seu espaço de ocupação e de identificação demanda uma pesquisa multi, inter e transdisciplinar, a exigir do estudioso uma flexibilidade tal que o possibilite não só a investigar diferentes áreas do saber, mas também a transitar livremente entre elas para vir a alcançar movimentos pendulares que impulsionem sua reflexão a instâncias cada vez mais altas, de forma a galgar posições privilegiadas pela visão mais larga, clara e densa do objeto.

Fica, pois, o convite, como um balanço pendurado no galho forte de uma árvore que leva a criança encantada a se jogar em impulsos fortes, a alçar voos em busca de uma liberdade que só o conhecimento amplo e nada estático é capaz de proporcionar.

## Referências

- BENJAMIN, Antonio Herman V. Constitucionalização do Ambiente e Ecologização da Constituição Brasileira. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (org.). *Direito constitucional ambiental brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Comentários ao Estatuto da Cidade*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- CAVALLAZZI, Rosângela L. O Estatuto Epistemológico do Direito Urbanístico Brasileiro: possibilidades e obstáculos na tutela do direito à cidade. In: COUTINHO, Ronaldo e BONIZZATO, Luigi (org.). *Direito da cidade: novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano*. 2ª ed., rev. at. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Estatuto da cidade comentado: Lei n. 10.257/2001 - Lei do meio ambiente artificial*. 2ª ed. rev. at. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Estatuto da Cidade comentado: Lei 10.257/2001 - Lei do meio ambiente artificial*. 3ª ed. rev. at. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LUFT, Rosangela Marina. *Políticas públicas urbanas: premissas e condições para efetivação do direito à cidade*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.
- MARICATO, E. O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*, IPEA, n. 12, p. 211-220, fev., 2006.
- \_\_\_\_\_. O estatuto da cidade periférica. In: CARVALHO, C. S.; ROSSBACH, A. (orgs.). *O estatuto da cidade: comentado*. São Paulo: Ministério das Cidades/Aliança das Cidades, 2010, p. 5-22. Disponível em: <<https://secid.ma.gov.br/files/2014/09/Estatuto-da-Cidade-comentado.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- ROLNIK, Raquel. (org.). *Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SILVA, José Afonso da. *Direito ambiental constitucional*. São Paulo: Malheiros, 1994.
- ZWINGLE, Erla. Cities: Challenges for Humanity. *National Geographic Magazine*, nov., 2002.

artes . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . letras . direito . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . ciências sociais . educação . museologia . turismo . engenharia . geografia



JULIANO DE CASTRO SILVESTRE

## **ADMINISTRANDO A ECONOMIA DA CULTURA.**

**Aportes para o desenvolvimento regional em Goiás e Pirenópolis.**

O desenvolvimento, expresso em suas diversas formas, envolve as transformações estruturais ocorridas em termos econômicos, sociais e humanos, estando, dessa forma, intimamente relacionado à economia e à cultura. Neste contexto, este estudo tem como objetivo investigar a economia da cultura como fator desencadeador ou propulsor do desenvolvimento regional em pequenos municípios do Estado de Goiás. A análise desses municípios foi fundamentada em duas dimensões: economia e trabalho, que compõem o Índice de Desempenho dos Municípios (IDM) do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB). Estes indicadores têm o objetivo de comparar os desempenhos dos municípios a fim de propor melhorias em políticas públicas e no planejamento da administração pública. O recorte espacial para esta pesquisa considerou dois municípios históricos – Goiás e Pirenópolis – contemplados por uma riqueza material e imaterial que extrapola a área central de suas cidades. A problematização deste estudo analisa como as atividades culturais desenvolvidas nesses municípios impactam na economia local e de que forma o mercado de trabalho absorve essas novas formas de desenvolvimento. Como resultado, observou-se neste artigo situações que demonstram as dimensões da economia e do trabalho local aplicadas à dinâmica cultural numa perspectiva de promover o desenvolvimento regional.

## Considerações iniciais

Estudar o território é tentar alargar o espaço geográfico numa perspectiva de compreender as dimensões política, cultural e econômica de cada local; é estabelecer conexões com os atores sociais destas localidades, na intenção de desenvolver a economia local por meio das vocações territoriais e culturais dos seus municípios. Este artigo analisa a territorialidade de dois pequenos municípios do estado de Goiás<sup>1</sup> carregados de uma histórica influência cultural, arquitetônica e turística, que ultrapassa a economia local e regional.

Aqui neste artigo vamos adotar o termo município por entender que os estudos acerca do desenvolvimento local não atingem apenas a área urbana de um território, e sim alcança os distritos, vilas, vilarejos e outros tipos de aglomeração que pertencem geograficamente aos municípios.

O estado de Goiás, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) é a nona maior economia do país. Pesquisas do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB, 2017) retratava, em 1995, o Estado de Goiás com um valor nominal do PIB (Produto Interno Bruto) na ordem de R\$ 14 bilhões e participação no PIB nacional de 2,05%. Após 20 anos, o Estado tem um PIB aproximado de R\$ 170 bilhões e participação nacional de 2,9%.

Este crescimento econômico foi importante para o desenvolvimento do estado em algumas regiões, principalmente, a Sul, pelo agronegócio. Contudo, o motivo de discutir os pequenos municípios de Goiás e a relação deles com a economia e a cultura faz sentido por entender que, dos 5.570 municípios brasileiros (IBGE, 2017), 80% deles têm até 20 mil habitantes e com uma economia pouco diversificada ou dependente da administração pública.

De acordo com levantamento da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2018), no Estado de Goiás, dentre os seus 246 municípios, pouco mais de 25% deles não têm arrecadações próprias que cubram suas despesas com custeio<sup>2</sup>. Esse retrato financeiro de dependências de repasses estadual e federal diminui a importância destes municípios no cenário

---

<sup>1</sup> Nota inicial: o presente capítulo consiste em um recorte reestruturado da Dissertação de Mestrado do autor, intitulada *Economia da Cultura e os seus desafios para a promoção do desenvolvimento regional em pequenos municípios do estado de Goiás*, defendida no ano de 2019 na Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

<sup>2</sup> Despesas de custeio de manutenção das atividades dos órgãos da administração pública, como por exemplo: despesas com pessoal, juros da dívida, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, telefone etc. Disponível em:

<http://plataformamaisbrasil.gov.br/ajuda/glossario/despesacorrente#:~:text=Despesas%20de%20custeio%20de%20manuten%C3%A7%C3%A3o,%C3%A1gua%2C%20energia%2C%20telefone%20etc.> Acesso em: 19 out. 2020.

político e econômico regional e nacional. Poucas são as oportunidades criadas para que seus cidadãos se fixem nos seus próprios municípios quando atingem a maioridade.

Dentro do universo de municípios goianos, somente 10 (dez) apresentam uma população acima de 50 mil habitantes, de acordo com estimativa do IBGE (2017). Esta pesquisa analisou dois municípios goianos: Goiás (homônimo do estado), localizada na mesorregião nordeste e o município de Pirenópolis, na mesorregião leste. São dois municípios que carregam uma história cultural de séculos que, com este valor material e imaterial, pode se transformar em melhorias na economia local e na geração de emprego.

Ao longo deste capítulo pretendemos buscar resposta para a seguinte pergunta-problema: de que forma estes municípios pesquisados exploram suas riquezas materiais e imateriais de modo que possam convergir para o desenvolvimento regional e urbano?

Este trabalho está dividido em três partes. Na primeira parte há um breve estudo da cultura e da economia atrelado ao desenvolvimento regional. Já na segunda parte, são abordadas a criatividade e seus bens simbólicos numa visão de economia e emprego. E, na terceira parte, são apresentados os municípios de Goiás e Pirenópolis, objetos de estudo desta pesquisa, junto à análise de seus indicadores de desempenho nas dimensões economia e trabalho. Por fim, nas considerações finais, são relatadas as observações extraídas deste estudo e sua conexão com a economia e a cultura em pequenos territórios goianos com baixa diversificação econômica.

## **A cultura como expressão do desenvolvimento regional**

Economia e cultura são duas ciências de difícil definição e interpretação por parte de uma maioria da população brasileira. Por várias razões que vão desde a nossa colonização exploratória até os fracassados planos econômicos que antecederam o Plano Real, em 1994, muito se fala da economia e da cultura nos meios de comunicação, mas com pouca penetração nas camadas mais simples da população.

Estes cidadãos se tornam vítimas e sujeitos passivos da globalização, conforme Sassen (1998). A expressão “lógica da expulsão” retrata o atual estágio que vivenciam os municípios brasileiros. Com poucos investimentos públicos e, quase nenhum investimento privado nestas localidades, muitos cidadãos acabam se transferindo para municípios maiores, onde poderão se aproximar de uma oferta mais ampla em serviços públicos como: saúde, educação, transporte e lazer. Porém, este fluxo migratório acaba gerando uma pressão sobre estas regiões mais

desenvolvidas, saturando a oferta de serviços públicos. Para corroborar sobre o papel dos pequenos municípios na economia local, Pires (et al., 2018, p. 210) traz a seguinte afirmação:

O tamanho dos municípios é também, em parte, o retrato das estruturas econômicas do país. Se a economia nacional se compõe de indústrias pouco sensíveis às economias de aglomeração, e se os custos de transporte são elevados, o país se caracterizará por uma rede urbana de inúmeros municípios pequenos e de tamanho médio.

Discutir o desenvolvimento regional e urbano no Brasil é apontar que aproximadamente 80% da população, segundo o IBGE (2018), vivem em municípios de grande porte ou em aglomerados urbanos. Muito se discute, tanto em nível federal como estadual, sobre estratégias de desenvolvimento local. Todavia, pouco se faz em ações que possam minimamente transformar uma economia local, predominantemente pouco diversificada, em produtos e serviços que visem apoiar estes cidadãos na criação e no empreendedorismo, cuja matéria-prima seja pautada nas vocações culturais e territoriais de cada município.



**Fig. 01.** Cidades de Goiás e Pirenópolis em mapa do Estado de Goiás dividido por mesorregiões geográficas.

**Fonte:** SILVESTRE (2021) a partir de IMB (2017) e <https://www.encontragoias.com.br/> (2020).

Como estimular o crescimento local sem perder a conexão com o mundo global? Talvez seja esse um dos grandes desafios para os gestores públicos neste século. Não deixar que os municípios fiquem marginalizados em relação ao eixo de crescimento e desenvolvimento, e cujo estímulo não seja só econômico, mas humano, social e ambiental. Investir em desenvolvimento social e humano é permitir que os cidadãos se aproximem dos governos, que possam ter voz ativa.



A “economia da cultura” é uma nova força motriz econômica do século XXI, na qual a criatividade e o uso de recursos (in)tangíveis são a matéria-prima do desenvolvimento sustentável. Estudiosos têm apontado que, devido à tecnologia e, simultaneamente, à globalização, o modelo econômico baseado em processos de criação de polos ou distritos industriais não funciona em pequenas localidades; e que este modelo, adotado no Brasil a partir da década de 1970, já sofre um processo de desindustrialização, principalmente, por causa dos produtos fabricados na Ásia, sobretudo na China, que apresentam baixo valor agregado e o emprego de uma mão de obra barata.

A infraestrutura urbana ainda é um grande entrave para o desenvolvimento local e regional. Apesar de dos esforços governamentais, muitas oportunidades econômicas e sociais são desperdiçadas em razão da falta de uma estrutura que possibilite atender os cidadãos em todas as suas demandas, principalmente, nas esferas da educação e saúde.

A cidade e o espaço urbano têm de ser criativos, proporcionar uma inteligência territorial compondo uma gama de conhecimentos tecnológicos e inovadores (DALLABRIDA, M. COVAS E A. COVAS, 2017). Nesse panorama, a cultura constitui-se como um elemento de considerável importância para o desenvolvimento econômico e social dos municípios. O Brasil das “belas-artes”, da música erudita e das expressões culturais, que estava restrito a pequenos grupos, tem se descoberto, junto à valorização da cultura popular, à medida que mais grupos sociais produzem e consomem cultura resgatando as origens históricas e culturais de cada região e transformando este patrimônio histórico e cultural em bens e valores simbólicos.

Na visão de Dallabrida e Ferrão (2016), a vertente cultural é o local de apropriação do território pelo cidadão, a valorização da regionalidade cultural ao espaço ocupado. A economia entende o território como fonte de recursos ou como divisão territorial do trabalho. O desafio a ser enfrentado por gestores públicos e moradores de pequenos municípios, como estes goianos aqui analisados, é tentar buscar soluções criativas e empreendedoras que possibilitem diminuir o fluxo migratório destes cidadãos para os grandes centros urbanos.

Segundo Benhamou (2007), três fatores contribuíram para o reconhecimento da economia da cultura por meio de pesquisas publicadas no *Journal of Economic Literature*: i) a geração de fluxos de renda ou de empregos; ii) a necessidade de avaliação das decisões culturais; iii) a evolução da economia política para campos novos. Esses fatores expuseram a cultura num campo econômico no qual seus valores constituíam uma experimentação dos conceitos econômicos fundamentais.

## Indústria Criativa no Estado de Goiás

Trabalhar os municípios é entendê-los dentro da nova realidade pós-moderna. É analisar o contexto sociocultural nas quais estão inseridos. Identificar novas opções de desenvolvimento partindo de uma ideologia de “indivíduo singular”. Mas, dentro desta singularidade, onde as pessoas se comunicam quase que instantaneamente, percebe-se que a cultura de massa estimula a prática do igual, conforme evidenciado por Jameson (2006). Essa “imitação” e/ou padronização de ideias e serviços levam os municípios a adotarem discursos criativos, como se estes fossem a solução para os problemas urbanísticos, sociais e econômicos do território.

Tony Blair, no início da década de 90 do século passado, estimulou o desenvolvimento de uma nova ordem econômica na Inglaterra, apoiando empresas e negócios cujo trabalho fosse desenvolvido sob a ótica da criatividade e inovação. O surgimento de *clusters* criativos permitiu que alguns municípios se tornassem “polos criativos mundiais”.

Numa recente entrevista divulgada no *site* do Ministério da Cultura, John Newbiggin, fundador da *Creative London*, expôs seu raciocínio sobre o desenvolvimento de novos mercados e serviços baseados na capacidade intelectual do indivíduo, no qual podemos destacar: i) “talento está em toda parte, mas a oportunidade não”; ii) “cada cidade, cada região, cada país é diferente e tem de ser construído em suas próprias tradições criativas, suas habilidades, sua herança, sua cultura”.

Somente essas duas afirmações, extraídas de tal entrevista, já nos permitem dizer que a cultura pode ser tratada como um novo eixo de desenvolvimento regional. Mas, para que aconteça esse fomento à criatividade e à inovação, os municípios precisam criar condições para seu cidadão, precisam estimular a arte e a cultura juntas e em conjunto com outras pessoas, formando uma conexão em comum de serviços e produtos advindos da criatividade.

Para uma melhor compreensão e análise é importante pontuar a diferença entre desenvolvimento e crescimento. Bugs e Bassan (2013) propõem o desenvolvimento como resultado de melhorias no bem-estar da sua população. O crescimento está relacionado ao índice quantitativo referendado pelo seu PIB. Amartya Sen<sup>3</sup>, Prêmio Nobel de Economia, enfatizou uma

---

<sup>3</sup> Sen é um economista indiano que além de atuar em importantes universidades da Índia, Inglaterra e EUA, ocupou papel importante no Banco Mundial e ganhou grande projeção ao ser laureado com o Prêmio Nobel de Economia no ano de 1998. Também é de sua autoria o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano –, que foi adotado pela ONU e se consolidou como a principal referência para medir o nível de desenvolvimento de determinado território. Fonte: Oliveira, V.L. Liberdade e Poder em Amartya Sen: uma leitura crítica. Disponível em:

relação entre liberdade e desenvolvimento, apontando que, somente indicadores econômicos não suprem à dignidade humana. Na visão de Sen (1999), a liberdade humana é conseguida também pelo fortalecimento de indicadores sociais (educação e saúde), além da liberdade de escolha.

Contudo, governos e sociedade não conseguem se libertar da falta de criatividade em áreas sociais, a qual gera uma estagnação no desenvolvimento social do país. Sobre essa afirmação, Furtado (1984, p. 51) cita “as forças que alimentam a capacidade criativa da sociedade em todos os planos, forças que entre nós têm profundas raízes regionais”. E a criatividade é considerada a principal matéria-prima da “economia da cultura”.

Essa regionalidade terá protagonismo neste novo século caso haja políticas públicas que efetivamente procurem estimular o desenvolvimento local com foco no cidadão e naquilo que é produzido nestes locais. O Informe Técnico n. 10/2018 do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) descreve a “criatividade como uma poderosa ferramenta para os momentos de crise além de servir para a diminuição das desigualdades sociais” (p. 1).

Na Cidade de Goiás (Fig. 02), antiga capital do Estado (ainda chamada de Vila Boa de Goiás ou Goiás Velho), houve o primeiro e grande movimento para incentivar as economias locais. Em 2001, a história cultural, a arquitetura colonial e as ruas com calçamento de pedra foram fundamentais para o reconhecimento da Cidade de Goiás como Patrimônio Histórico da Humanidade, título concedido pela UNESCO. Com este incentivo e apoio dos poderes públicos junto à iniciativa privada, demandou-se mais significativamente profissionais culturais no Estado.

Já na cidade de Pirenópolis (Fig 03), o governo goiano, por meio de uma forte política de apoio ao turismo e à cultura, promoveu várias atividades culturais e artísticas no município. A intenção era desenvolver localmente e regionalmente estes municípios, criando empregos e gerando riquezas. O *Festival da Primavera*, a *Feira de Livros* e os eventos gastronômicos movimentam o local. Consequentemente, ao invés de as pessoas saírem do município para buscar novas oportunidades, muitos empreendedores, inclusive de fora do Estado, chegaram a Pirenópolis atraídos por esse *boom* de eventos.

## As cidades de Goiás e Pirenópolis: caminhos distintos

Maia (2010, p.38) relata que os municípios de pequeno porte “pouco ou mesmo nada representam para se entender a dinâmica urbana, com raríssimas exceções”. Para ela, o

pagamento dos benefícios sociais e as transferências obrigatórias da União e Estado a estes municípios constituem a base da economia local, não existindo outras opções econômicas que promovam a geração de impostos. A globalização aumentou o abismo entre pequenos e grandes municípios ao impor um processo mercadológico definido por um sistema capitalista, em que os produtos e as empresas precisam se adaptar às características específicas não da sua região, mas de um mercado estrangeiro, ao qual muitos municípios não têm estrutura urbana, tecnológica e mão de obra qualificada para responder às demandas dessa nova dinâmica econômica.



**Fig. 02.** Vista parcial da cidade de Goiás (antiga Vila Boa de Goiás).

**Fonte:** Wikimedia Commons.



**Fig. 03.** Vista parcial da cidade de Pirenópolis.

**Fonte:** Wikimedia Commons.

Em Goiás, segundo IMB (2018), a economia é representada em quase 7% dentro do segmento cultural e criativo. Na perspectiva de novos desafios a economia da cultura se configura

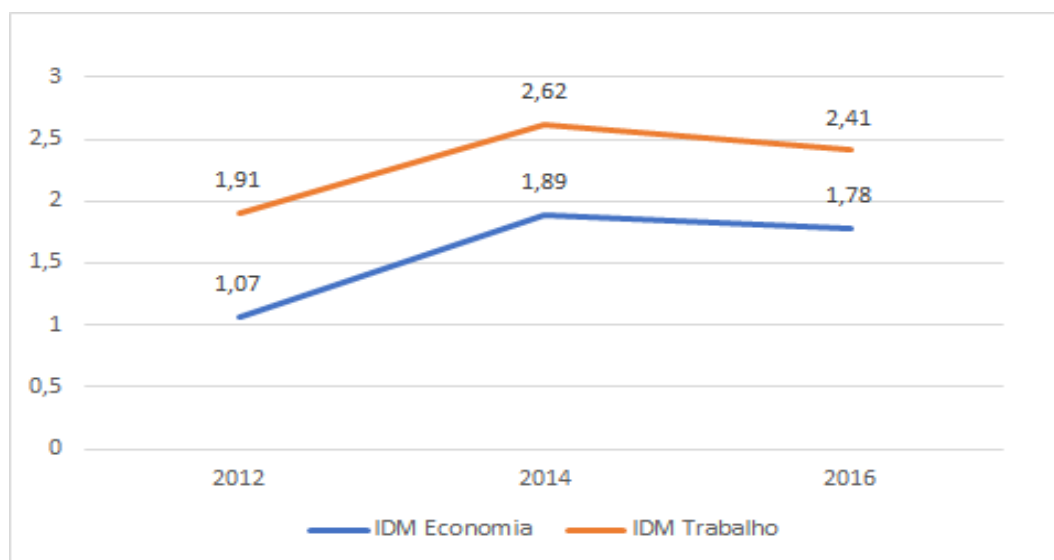
como uma nova oportunidade de desenvolvimento econômico e social para a população que vive, principalmente, em pequenos municípios, nos quais a cultura, as artes e o turismo podem ser alternativas de empreendedorismo cultural. Este novo cenário social e econômico do mundo globalizado, no qual o segmento de serviços atinge uma maior fatia do PIB (Produto Interno Bruto) em detrimento à indústria, permite que os gestores e os munícipes invistam em aprimoramento e qualificação profissional dentro da área da economia criativa. “À medida que mais pessoas trabalham na economia de serviços, podemos esperar que elas separem suas identidades ‘reais’ das formas de produção nas quais trabalham” (ZUKIN, 2000, p. 99).

O município de Goiás, antiga capital do estado de Goiás por quase dois séculos, é considerado Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO desde 2001. Está localizado na mesorregião Noroeste e apresenta uma densidade demográfica de 7,96 hab/km<sup>2</sup> dentro de uma área territorial de 3.108 km<sup>2</sup>, sendo, dentre vários municípios locais similares, o maior território. A população estimada pelo IBGE (2016) o aproxima dos 24.262 habitantes, o 47º dentre os 246 municípios do Estado, com PIB apresentando, em 2016, um valor de R\$ 410,9 milhões, correspondendo à posição 69 no *ranking* do Estado. Goiás, que surgiu através da Carta Régia de 11 de fevereiro de 1736, desmembrando-se do município de São Paulo por ordem da coroa portuguesa, tem em seu espaço urbano, segundo o IBGE (2009), dois aglomerados – Areias e Ferreiro e cinco distritos (Calcilândia, Buenolândia, Davidópolis, São João e Uvá) e um povoado (São João da Lajinha). O IDH-M de Goiás, em 2000, apresentou um índice de 0,563, considerado de baixo desenvolvimento. Em 2010, o índice de Goiás subiu para 0,709, um aumento de quase 26% na melhoria das condições de vida local, o que faz o PNUD considerar um alto desenvolvimento.

As ruas de pedras, os palácios, museus e construções que remetem aos séculos XVII e XVIII, transformaram Goiás num lugar reconhecido internacionalmente, pelas suas riquezas históricas, culturais e naturais. Um símbolo da cultura vilaboense é a poetisa Cora Coralina (1889-1985) que ali viveu a maior parte da sua vida – às margens do rio Vermelho, declamando e escrevendo poesias e crônicas, o que a fez receber o respeito e admiração de críticos e amantes da literatura brasileira. Sua casa hoje é o Museu Cora Coralina, onde se conservam e se expõem mobiliários, relíquias, suas receitas culinárias e suas poesias. Goiás é um município com várias atividades culturais e artísticas produzidas durante o ano. O destaque é o *Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental* (FICA), que acontece há mais de 20 anos, promovendo a cultura do audiovisual e a relação com a natureza. A Serra Dourada tem um parque ambiental, no qual o turista pode apreciar as riquezas rochosas e as espécies típicas do cerrado.

Uma peculiaridade deste município é a concentração de três *campi* educacionais: da Universidade Federal de Goiás (UFG), da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Considerado um município de pequeno porte dentro do estado de Goiás, essa especificidade o torna uma referência de estudos e conhecimento para muitos jovens estudantes, que saem de outros locais para ingressarem em cursos técnicos, licenciatura, bacharelado e pós-graduações *lato e stricto sensu*, sendo que alguns são voltados para a preservação do patrimônio material e imaterial, gestão cultural, ao cinema e audiovisual.

Ao analisar o gráfico abaixo (Fig. 04), percebe-se uma queda nos índices de desempenho nas dimensões economia e trabalho no último período analisado. Na economia, entre 2012 e 2014, houve um aumento no seu desempenho próximo de 77%. Mas, de 2014 para 2016, o município de Goiás sofreu um decréscimo de quase 6%. Essa queda pode ser explicada pela redução do seu PIB entre os anos de 2014 e 2015. O PIB de 2014 ficou aproximado em R\$ 424 milhões, e em 2015 caiu para R\$ 391 milhões, uma redução de 8% nas riquezas produzidas. Esse período coincide com uma crise financeira que se instalou no Brasil, cuja redução pode ser sentida tanto pelos estados como nos municípios. Seu IDM economia, de 2016, ficou em terceiro lugar entre municípios locais similares.

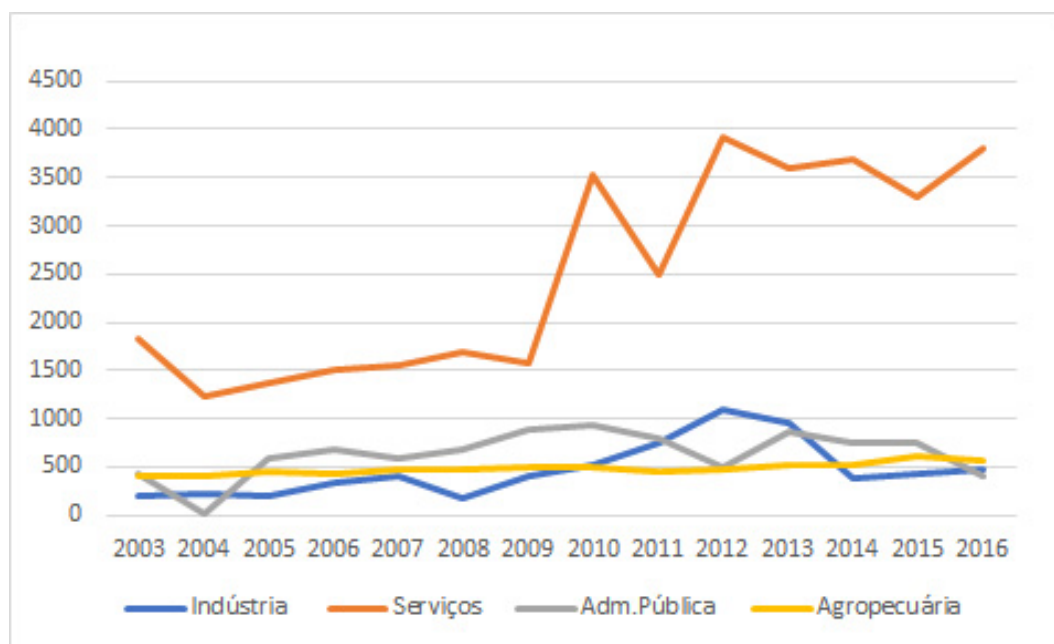


**Fig. 04.** Índice de Desempenho do Município de Goiás – dimensões: Economia e Trabalho.

**Fonte:** IMB/Segplan. Elaboração do autor (2019).

Na evolução dos empregos formais, o gráfico abaixo (Fig. 05) demonstrou um crescimento entre 2012 a 2014 na ordem 37% e, após dois anos, uma retração de 8%. Ao se fazer uma comparação com o gráfico 11, a oferta de vagas de empregos na atividade econômica de serviços oscila para cima e para baixo, de 2009 até 2016. Há momentos de aceleração nas

contratações e outras de recuo. Esse fato demonstra que a economia, mesmo local, sente os efeitos globais da desaceleração econômica do Brasil. Mesmo assim, o setor de serviços em 2016 representou 72% dos empregos formais no município. O setor agropecuário, com 11%, a indústria com 9% e administração pública com 8%, retratam o desempenho da oferta de empregos em Goiás. No período analisado, de 2003 a 2016, o setor de serviços cresceu 108% no número de empregos gerados, por ter uma economia cultural e turística que abarca o segmento de serviços.



**Fig. 05.** Evolução dos empregos formais em cada atividade econômica – Goiás (2003-2016).

**Fonte:** IMB/RAIS. Elaboração do autor (2019).

Já o município de Pirenópolis, está localizado na mesorregião geográfica do leste goiano, com uma área territorial de 2.205 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 10,43 hab/km<sup>2</sup>. A população estimada pelo IBGE (2016) apresentava 24.183 habitantes. A origem desse território remonta à antiga capital do Estado, quando, em 1853, o povoado foi elevado à condição de vila, com a denominação Meia Ponte e, em 1890, pelo Decreto n. 18 tornou-se o município de Pirenópolis

Por ter sido antigo território do município de Goiás, muitas construções de Pirenópolis, como igrejas, ruas e casarões conservam características do século XVIII. O PIB de Pirenópolis está ranqueado na posição 78 entre os 246 municípios goianos, no valor de R\$ 347,5 milhões, em 2016. Um ponto levantado por esta pesquisa é o IDH-M do município apontar um índice de 0,693, registrando um médio desenvolvimento. Sua extensão territorial é composta por nove localidades (IBGE, 2009); são seis aglomerados (Bom Jesus, Goianópolis, Índio, Capela do Rio do Peixe, Radiolândia e Santo Antônio), um distrito (Lagolândia) e dois povoados (Caxambú e Jaranópolis).

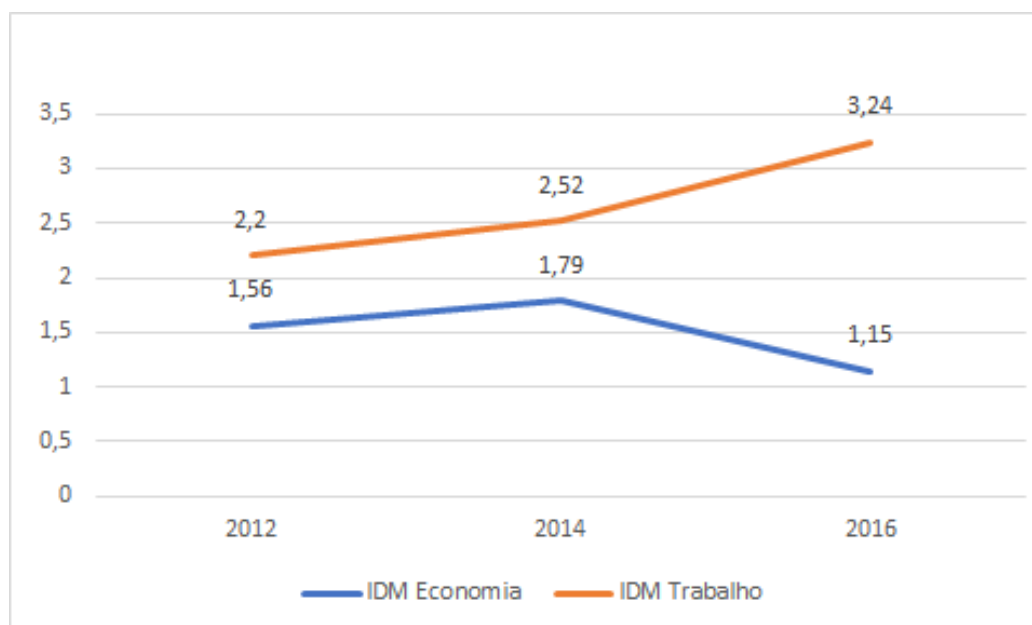


Situada próxima à Serra dos Pirineus, Pirenópolis conserva os recursos naturais do seu território como a principal atividade econômica do município. Inúmeras atividades culturais e artísticas são desenvolvidas no município, e sua proximidade com a capital federal, Brasília, a fez ser um município referência em lazer, esporte e cultura.

Desde 2000 acontece o *Canto da Primavera*, evento musical realizado em setembro, e que atrai visitantes de todo o país. Na literatura, a *Feira Literária de Pirenópolis* (FLIPIRI) é outra modalidade de evento cultural que movimenta a economia local. Apresenta ainda como atividade cultural no *Cavalcadouro de Pirenópolis* – uma simulação das batalhas entre os mouros (vestidos de vermelho) e os cristãos (azul e branco)<sup>4</sup>. São atividades culturais como essas que fazem o comércio e, conseqüentemente, a economia local, se amparar no turismo e na cultura regional. O município de Pirenópolis consegue, assim, ter uma agenda cultural efervescente, o que o faz ser um ponto obrigatório para a cultura goiana e brasileira, tanto pela diversidade de apresentações culturais e artísticas quanto por suas variadas riquezas naturais.

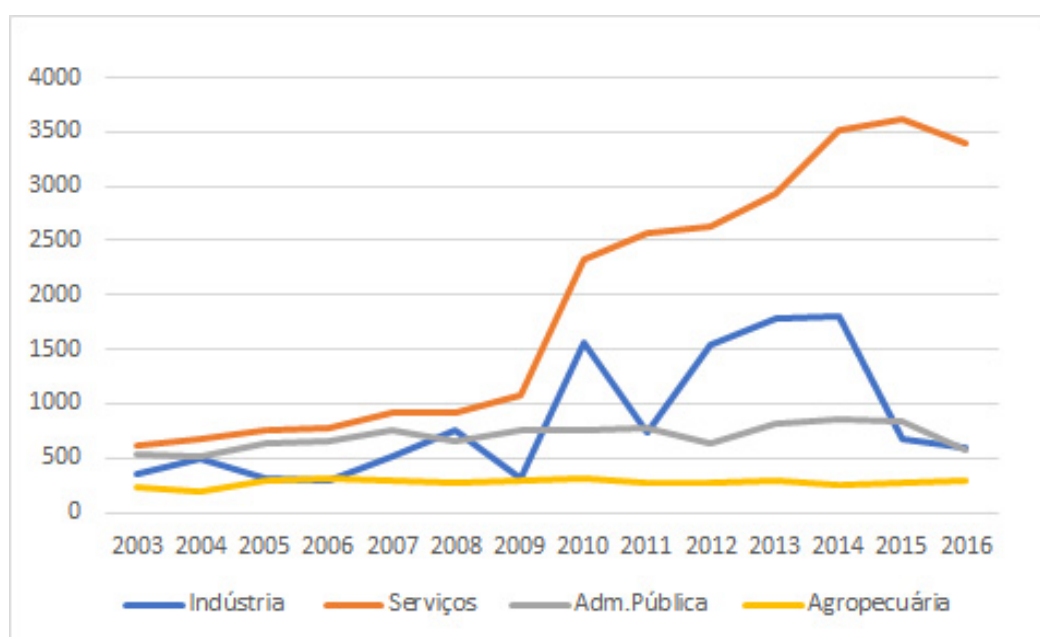
O próximo gráfico (Fig. 06) indica que o município de Pirenópolis apresenta uma redução de 1,79, em 2014, para 1,15, em 2016, no que se refere ao IDM economia. Um dos fatores que ocasionou esta queda foi a diminuição do seu PIB, entre 2014 e 2016, em quase 13% em valores totais. Na composição da receita municipal, os recursos próprios sofreram um recuo de 33,5%. Todas estas variáveis que compõem a dimensão economia do IDM mostraram que, mesmo municípios cujas atividades econômicas estejam ligadas ao turismo e à cultura, acompanharam a desaceleração que o Brasil enfrentou, principalmente, no período entre 2014 a 2016, cujo PIB brasileiro decresceu 7,5%. Já na dimensão trabalho, Pirenópolis teve o seu IDM, em 2016, de 3,24, uma alta de 29% no seu desempenho se comparado ao período de 2012 a 2014. As variáveis que mais sofreram impactos positivos foram o nível de escolaridade dos trabalhadores, que aumentou de 0,54, em 2014, para 8,13, e os empregos formais, excetuando-se a indústria que, mesmo na crise econômica, se manteve estável. Se numa crise econômica cada município pode responder com distintos indicadores, Pirenópolis teve uma redução no IDM economia, mas conseguiu manter seus empregos formais no segmento de serviços, o qual constitui sua principal atividade econômica.

<sup>4</sup> No século XVIII, motivada por novos conflitos religiosos, a rainha Isabel, de Portugal, instituiu uma representação teatral a ser encenada por cavaleiros. Introduzida no Brasil pelos padres jesuítas com a função de catequizar índios e escravos, a festa das Cavalhadas é uma tradição que, desde 1820, mobiliza e emociona a população de Pirenópolis. Fonte disponível em: <<https://www.pirenopolis.com.br/folclore/550-cavalhadas-de-pirenopolis>>. Acesso em 30SET2020.



**Fig. 06.** Índice de Desempenho do Município de Pirenópolis – Dimensões: Economia e Trabalho.  
**Fonte:** IMB/Segplan. Elaboração do autor (2019).

No gráfico a seguir (Fig. 07), fica evidente a perda de empregos no segmento industrial de Pirenópolis durante o período de 2014 a 2016, uma redução de 67% dos empregos formais. O setor de serviços perdeu 3,6% dos seus empregos. Entretanto, o município tem nas atividades ligadas ao serviço seu maior potencial econômico. Em 2003, por exemplo, representava 36% da classe trabalhadora e, após 13 anos, já alcançava 70% o número total de empregos formais.



**Fig. 07.** Evolução dos empregos formais em cada atividade econômica – Pirenópolis.  
**Fonte:** IMB/RAIS. Elaboração do autor (2019).

## Considerações finais

O século XXI é reconhecido como a Era da Informação e do Conhecimento. O grande capital foi, de fato, substituído pelo da inovação e da criatividade. Habilidades que estão muito associadas ao campo da arte e da cultura, visto que é expressivo o poder de criação, adaptação e construção subjetiva e simbólica de todos os profissionais envolvidos na cadeia de produção.

A integração territorial, social e política entre os municípios fortalece o desenvolvimento de atividades culturais e sociais e, como afirma Santos e Silveira (2014), o uso desses serviços, que não necessariamente precisam ser materiais, facilitam a convivência das modernas formas de cultura, promovendo verdadeiros círculos de cooperação. O avanço dessa integração, além dos limites territoriais dos municípios, estimula à troca de experiências, conhecimentos e inovações, tornando possível o uso desses territórios combinados com práticas que estimulem a cultura regional.

Ao se levar em consideração os municípios de Goiás e Pirenópolis, nenhum deles exerce uma soberania hierárquica regional dentro das suas mesorregiões. Por se tratar de localidades com menos de 30 mil habitantes, existem outros municípios dentro de suas mesorregiões que têm o poder de centralidade e influência sob os menores municípios.

De acordo com Durand (2013), os municípios, ao estarem mais próximos da realidade do cidadão, podem ser considerados instâncias mais sensíveis às artes e às minorias que compõem a sociedade. Ao conservarem os seus interesses locais, estes municípios podem agir de forma colaborativa e cooperativa, especificamente, no desenvolvimento da cultura local, por meio de parcerias, seja com a iniciativa privada ou municípios com que fazem limite.

Esse novo papel da cultura como estratégia de desenvolvimento regional permite aos municípios propor projetos e empreendimentos culturais para alavancar a economia local. Entretanto, observa-se nos pequenos municípios uma ausência de infraestrutura institucional e de governança que os inibe a propor projetos culturais que contemplem a diversidade cultural e a identidade local. Poucos são os empreendimentos culturais que valorizam a identidade e as características locais. Segundo Reis (2007), esse processo de exclusão das minorias e das suas manifestações culturais é resultado dos privilégios obtidos pelas elites nacionais vindas dos séculos passados. E essa afirmação fica evidente em Goiás e Pirenópolis por seu protagonismo político e econômico entre os séculos XVIII e XIX, quando toda riqueza passava por essa região. As

famílias tradicionais e os seus descendentes, principalmente em Goiás, são refratários ao desenvolvimento do município.

Além disso, a falta de pessoas melhor qualificadas nestas localidades para pensarem e trabalharem alternativas para a promoção do desenvolvimento regional fica bem evidente ao se constatar que, os esforços do poder público, infelizmente, ainda são voltados para atração de empresas e indústrias que, muitas das vezes, são atraídas por incentivos fiscais, poluição ambiental e pouca geração de emprego.

Por fim, este estudo permitiu observar que no município de Pirenópolis há um avanço maior na questão dos indicadores de trabalho. Isto prova que, mesmo tendo o município de Goiás três *campi* de universidades públicas, elas não conseguem sozinhas fornecer uma mão de obra mais qualificada. Por outro lado, nos índices de desempenho econômico, o município de Goiás apresentou indicadores melhores que Pirenópolis, visto um investimento vultoso nos últimos 10 anos na restauração de vários patrimônios históricos de Goiás.

Portanto, percebe-se que estes dois municípios pesquisados, apesar de toda sua história e patrimônio cultural, carregam obstáculos que precisam ser vencidos: além da valorização dessas esferas pela administração pública, notadamente, a autoestima da população local em produzir bens e serviços advindos da sua cultura e criatividade. Faz-se necessário um desenvolvimento que traga um pouco de dignidade e cidadania, para quem, muitas vezes, é esquecido e negligenciado, algo ocorrente por vários séculos, marcados pelo autoritarismo, coronelismo e submissão.

## Referências

BENHAMOU, F. *A economia da cultura*. Cotia: Ateliê, 2007.

BUGS, J; BASSAN, D. A busca do desenvolvimento através da cultura. *COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional*, Faccat, v. 10, n. 1, p. 147-162, jan./jun., 2013.

BRANT, L. *O poder da cultura*. São Paulo: Peirópolis, 2009.

CALABRE, L. Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 161-181, 2003.

CUNHA FILHO, F.H. *Teoria e prática da gestão cultural*. Fortaleza: UNIFOR, 2002.

DALLABRIDA, V.R.; COVAS, M.M.C.M.; COVAS, A.M.A. Inovação, Desenvolvimento e Espaço Urbano: uma relação necessária, mas não suficiente. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 19, n. 2, p. 360-378, 2017.

\_\_\_\_\_. AGOSTINI, C. Desenvolvimento local e regional em questão: uma compreensão a partir do enfoque de uma 'Economia Política Neogramsciana' do desenvolvimento contemporâneo. *Desenvolvimento em Questão*, Unijuí, ano 7, n. 14, jul/dez, p. 9-41, 2009.

\_\_\_\_\_. FERRÃO, J. Governança territorial em arranjos cooperativos institucionais e organizacionais: aportes teórico-metodológicos e avaliação de experiências brasileiras e portuguesas. In: BADALOTTI, R. M.; COMERLATTO, D. (orgs.). *Território, territorialidades e estratégias de desenvolvimento regional*. Passo Fundo: IMED, 2016, p.28-46.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN. *Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil*. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2014. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/economiacriativa/download/mapeamento-industria-criativa-sistema-firjan-2016.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. FIRJAN. *Criação de Municípios: mais impostos e menos serviços à população*. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2018. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/criacao-de-municipios-mais-impostos-e-menos-servicos-a-populacao-1.htm>. Acesso em: 01 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Conheça Cidades e Estados do Brasil*. Disponível em: <[http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=\\_EN](http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_EN)>. Acesso em: 14 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. IBGE. Sistema IBGE de recuperação automática: SIDRA. *Banco de dados agregados*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp>, 2015>. Acesso em: 20 out. 2017.

\_\_\_\_\_. IBGE. *Estimativas de População 2018*. Disponível: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/03-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 14 out. 2018.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – IMB. *Goiás em Dados*. Disponível em: <[http://www.imb.go.gov.br/viewnot.asp?id\\_cad=1209&id\\_not=3](http://www.imb.go.gov.br/viewnot.asp?id_cad=1209&id_not=3)>. Acesso em: 05 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. IMB. *Índice de desempenho dos municípios*. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. IMB. *Painel das Profissões 2018*. Disponível em: <<http://profissoes.imb.go.gov.br/profissoes/view/mercado.php>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. IMB. *Caracterização da Economia Criativa em Goiás*. Informe Técnico n. 10, 2018. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/informes-tecnicos/2018/10-caracterizacao-da-economia-criativa-em-goias-201806.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2018.

JAMESON, F. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MINISTÉRIO DA CULTURA – MINC. *Relatório de economia criativa 2010: economia criativa, uma opção de desenvolvimento*. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

\_\_\_\_\_. MINC. *Gestor público britânico defende criatividade na economia*. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset\\_publisher/waaE236Oves2/content/gestor-publico-britanico-defende-criatividade-na-economia/10883?redirect=http%3A%2F%2Fwww.cultura.gov.br%2Fo-dia-a-dia-da-cultura%3Fp\\_p\\_id%3D101\\_INSTANCE\\_waaE236Oves2%26p\\_p\\_lifecycle%3D0%26p\\_p\\_state%3Dnormal%26p\\_p\\_mode%3Dview%26p\\_p\\_col\\_id%3Dcolumn-1%26p\\_p\\_col\\_count%3D1](http://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/gestor-publico-britanico-defende-criatividade-na-economia/10883?redirect=http%3A%2F%2Fwww.cultura.gov.br%2Fo-dia-a-dia-da-cultura%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_waaE236Oves2%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D1)>. Acesso em: 30 out. 2018.

SASSEN, S. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SEN, A.K. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ZUKIN, S. Paisagem urbana pós-moderna: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papius, 2000.

artes . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . letras . direito . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . ciências sociais . educação . museologia . turismo . engenharia . geografia



Memorabilia. (Rio de Janeiro/Brasil, 2018).



artes . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . letras . direito . administração . **PATRIMÔNIO CULTURAL** . meio ambiente . ciências sociais . educação . museologia . turismo . engenharia . geografia



**RAQUEL MIRANDA BARBOSA**

**ALINE AMARAL DI SALVO**

## **DESAFIOS CONHECIDOS E CAMINHOS A TRILHAR NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO.**

**Considerações a partir da política do patrimônio cultural material do IPHAN de 2018.**

Este artigo prioriza algumas análises sobre a Política do Patrimônio Cultural Material (PPCM) que, implementada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2018, passou a nortear suas ações político-administrativas com apoio nos dezoito princípios que constituem esse documento. Destacam-se, ainda, o contexto de criação, as principais diferenças entre a política atual e a anterior e seus objetivos abalizados formalmente por esses parâmetros. Propõem-se apreciações pormenorizadas desses referenciais em diálogo com as reflexões de especialistas na temática do patrimônio cultural. Primordialmente, busca-se investigar quais as probabilidades que esse documento institucional tem de encaminhar respostas às indagações - ainda que algumas - referentes à gestão do patrimônio de natureza material, um objeto que produz constante reflexão de estudiosos e profissionais da área. As discussões sobre reconhecimento e apropriação da comunidade em relação ao bem cultural material estão alinhavadas nesse estudo, assim como as reflexões sobre participação ativa e ressignificação sociocultural previstas a partir destes princípios/diretrizes.

## Considerações iniciais

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia do Governo Federal que completa 84 anos em 2021. Ao longo de todas essas décadas, a instituição passou por adaptações importantes com a finalidade de acompanhar os processos de transformações ocorridos na sociedade e nos conceitos norteadores de sua missão: identidade e memória<sup>1</sup>. Embora tenha iniciado sua atuação com foco na proteção de bens materiais portadores de características excepcionais, atualmente tem-se um cenário diferente, no qual os gestores contam com uma série de normativas específicas<sup>2</sup> capazes de contemplar a identificação, proteção e gestão do patrimônio cultural, em sua visão ampla e diversa.

Conforme apontado por Ollaik e Medeiros (2011), na administração pública é comum observar reformas que visam a melhoria da gestão governamental. Segundo as autoras, essas mudanças podem ser motivadas por adequações necessárias decorrentes de sua evolução ou por uma busca de soluções para os problemas públicos identificados. No caso do Iphan, constata-se que tanto o corpo técnico como a sociedade civil, principalmente representada pela comunidade acadêmica, sempre estiveram atentos às lacunas de sua atuação institucional, fomentando reflexões e buscando soluções aos desafios postos.

Neste sentido, em 2017, durante as comemorações dos 80 anos da Instituição, foi realizado o seminário internacional, “O Futuro do Patrimônio”, que possuiu como objetivo refletir sobre a evolução da política de preservação e a gestão do Patrimônio Cultural (IPHAN, 2017). Nessa mesma ocasião, foi lançada a edição comemorativa da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional composta por dois números com aspectos ligeiramente distintos. Enquanto um deles se propôs olhar criticamente para o passado da Instituição, o outro lançou de forma prospectiva olhos para o futuro do patrimônio brasileiro (BOGÉA, 2017). Trata-se, portanto, de uma edição especial, na qual se buscaram avaliações qualitativas, quantitativas e técnicas sobre diferentes temáticas ligadas à preservação do patrimônio cultural, como: patrimônios culturais indígenas, salvaguarda do patrimônio imaterial, patrimônio arqueológico, patrimônio contemporâneo, dentre outros.

---

<sup>1</sup> Segundo informações presentes na Carta de Serviços ao Cidadão (IPHAN, 2014) a missão do Iphan é promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural brasileiro, para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país.

<sup>2</sup> São elas: a Lei nº 3924/1961, que permite o reconhecimento e cadastramento dos bens arqueológicos; o Decreto nº 3551/2000 que regulamenta a proteção dos bens de natureza imaterial; a Lei nº 11.483/2007 de valoração do patrimônio cultural ferroviário; a Portaria nº 127/2009 que instrumentaliza a Chancela da Paisagem Natural; o Decreto nº 7387/2010 que versa sobre o Inventário Nacional da Diversidade Lingüística; e a Instrução Normativa nº 1/2015 que estabelece procedimentos administrativos a serem observados nos processos de licenciamento ambiental.

Acredita-se que à luz desses encaminhamentos científicos e propositivos constituintes do segundo volume comemorativo da Revista do Iphan, no ano seguinte instituiu-se a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM), sendo sua principal finalidade nortear as ações e os processos de identificação, reconhecimento, proteção, normatização, autorização, licenciamento, fiscalização, monitoramento, conservação, interpretação, promoção, difusão e educação patrimonial relacionados, todos eles, à dimensão material do Patrimônio Cultural Brasileiro (IPHAN, 2018b).

Esse artigo centra-se em suscitar reflexões que se encaminham no seguinte sentido: a PPCM será capaz de implementar uma “nova” gestão do patrimônio de natureza material? O ditame legal possui instrumentos para melhor comunicação entre o institucional e o social para fins culturais da geração atual e futura? As respostas não são exatamente os objetivos deste estudo. Considerando que é parte do processo o entendimento seja da instituição, seja dos pesquisadores revisitar os impactos sociais e culturais das políticas públicas do patrimônio, buscase, portanto, explicitar problemáticas vividas pela comunidade de tempos em tempos no que se refere a apropriação e construção da identidade por meio da cultura material ou imaterial. Sendo assim, entende-se que as ações demandadas pelas políticas públicas podem impactar positiva ou negativamente uma comunidade e, por essa razão, devem estar atentas ao que, possivelmente, merecem continuidade ou descontinuidade.

## **Política do Patrimônio Cultural Material**

Antes de encaminhar as discussões com base na regulamentação prevista na Política do Patrimônio Cultural Material de 2018, convém destacar que no Brasil não há consenso sobre as terminologias que subdividem as categorias de cultura. Algumas instituições utilizam-se do termo patrimônio cultural de natureza material e imaterial. Outras, por sua vez, preferem a utilização dos termos, tangível e intangível, para se referir aos modos em que a cultura e legados do passado se manifestam. Independente da nomenclatura adotada, o patrimônio cultural material ou tangível se subdivide nas categorias de bens móveis, imóveis ou integrados. Resumidamente, trata-se de tudo que é palpável e que, ao ser selecionado, apresentou justificativas que, no caso do Iphan, fundamentaram a inscrição em pelo menos um dos quatro livros do tomo<sup>3</sup>. Conforme exposto por Fonseca (1997), a Política de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro implementada pelo

---

<sup>3</sup> O Decreto-Lei nº 25/1937 estabeleceu quatro livros de tomo para inscrição de bens de natureza material: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; Belas Artes e das Artes Aplicadas.

Iphan, se iniciou com a seleção e proteção de bens imóveis de características monumentais, dos séculos XVI, XVII e XVIII, primordialmente da arquitetura religiosa, possuidores de valores excepcionais. Dentre tantas abordagens presentes em sua publicação, a autora também reflete sobre a problemática em torno do conceito difuso de excepcionalidade. Segundo ela, fica patente o caráter discricionário no momento de aferição do “excepcional valor”, visto que se tratava de ação realizada caso a caso, sendo, no momento de suas reflexões - 1997 - de competência exclusiva do órgão federal.

Indiscutivelmente, as práticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro passaram por adaptações e transformações ao longo de suas oito décadas, de forma a se distanciar das características monumentais e excepcionais e se aproximar das referências culturais. Nesse sentido, é possível afirmar, quase em caráter de unanimidade, que uma das principais refere-se à incorporação de bens de natureza imaterial, implementada a partir do Decreto nº 3551/2000.

Quanto ao patrimônio de natureza material, nota-se que as práticas de seleção dos bens também se tornaram mais abrangentes e representativas. Em breve análise da Lista de Bens Tombados pelo Iphan (IPHAN, 2019), pode-se selecionar os seguintes exemplos de tombamento: a Ponte Pênsil Affonso Penna, no Município de Itumbiara/GO, em 2014; o Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde, localizado em Cachoeira/BA, assim como a Coleção Lasar Segall, localizada em São Paulo/SP, com processos finalizados em 2015 e os Lugares Indígenas Sagrados denominados Kamukuwaká e Sagihenku do Alto Xingu/MT, tutelados em 2016.

Revisitando historicamente as origens da política setorial do Patrimônio Material de 2018, depara-se com a publicação do Decreto nº 9.238/2017 que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos e das Funções de Confiança do Iphan. Comparando o texto atual com o instrumento anterior que foi revogado, a saber, Decreto nº 6.844/2009, percebe-se que a previsão de elaboração de políticas setoriais específicas foi o ponto alto quanto à inovação do atual decreto. Desta forma, desde dezembro de 2017, o Iphan possui como missão a elaboração das seguintes políticas setoriais: (I) de Preservação do Patrimônio Cultural de Natureza Material; (II) de Salvaguarda do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial; (III) de Cooperação e Fomento à Preservação e de Salvaguarda do Patrimônio Cultural; (IV) de Documentação.

Visando atender ao decreto presidencial e coletar o máximo de contribuições para a atualização do texto da política de patrimônio material, entre os meses de março e abril de 2018, uma proposta inicial do referido documento foi disponibilizada no site do Iphan para Consulta Pública (IPHAN, 2018a, p. 14). Após a consolidação do documento final, em setembro de 2018,

através da Portaria Iphan nº 375/2018, ocorreu a instituição da Política do Patrimônio Cultural Material – PPCM. Nas palavras introdutórias da publicação lançada em razão da implementação da PPCM, a então presidente do Iphan, Kátia Bogéa, a caracteriza como uma “desejável semente da renovação” (IPHAN, 2018, p.3) admitindo-se, desta forma, que se tratava de algo em fase inicial de implementação, com a qual se esperava motivar uma mudança de paradigma na gestão patrimonial. Temos ainda, um indicativo que a instituição estava atenta à necessidade de renovação. Mas qual era a política anterior que se encontrava em vigor?

A Portaria da PPCM revogou a Portaria nº 299/2004 que havia instituído o Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano – PPSH. O plano anterior possuía foco nos conjuntos urbanos protegidos e um caráter normativo, estratégico e operacional. Seus objetivos eram: (I) Preservar o patrimônio cultural da cidade para a sua população e para a coletividade; (II) Propiciar o estabelecimento de diretrizes e regulamentos para orientação, planejamento e fomento das ações de preservação de sítios históricos urbanos; (III) Promover uma atuação pública concertada; (IV) Integrar ações propostas com vistas a alcançar um processo de preservação urbana; (V) Focalizar e territorializar políticas setoriais nos sítios históricos urbanos; (VI) Promover o compartilhamento de responsabilidades entre os diversos agentes públicos envolvidos e a sua aplicação comum (IPHAN, 2004).

Uma breve análise comparativa entre os objetivos do PPSH – Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano de 2004 e da PPCM – Política do Patrimônio Cultural Material de 2018, percebe-se que estes não ficaram restritos aos sítios históricos protegidos.

Para tanto, em seus objetivos lê-se: (I) Qualificar e ampliar as ações e atividades de preservação do patrimônio cultural de natureza material; (II) Estabelecer práticas para a construção coletiva dos instrumentos de preservação, de forma a ampliar a legitimidade perante as comunidades locais e agentes públicos e facilitar a definição de estratégias de gestão compartilhada dos bens acautelados; (III) Institucionalizar as práticas e instrumentos da preservação desenvolvidos ou sugeridos pelo comitê do patrimônio mundial e pela comissão cultural do MERCOSUL; (IV) Precisar os entendimentos institucionais sobre termos ou conceitos específicos aplicáveis à preservação do patrimônio cultural de natureza material; e (V) Fortalecer a preservação do patrimônio cultural de natureza material de povos e comunidades tradicionais portadores de referência à identidade, à ação, à memória do país (IPHAN, 2018a, p. 9). Destaca-se uma busca por facilitar, ampliar e compartilhar ações concretas que visam a preservação e o reconhecimento pluricultural do patrimônio cultural brasileiro.

Além de objetivos mais abrangentes no tocante ao patrimônio de natureza material, entende-se que o grande avanço da PPCM foi contemplar dezoito princípios norteadores das ações e atividades institucionais que deverão guiar as ações e a conduta dos servidores e colaboradores do Iphan (IPHAN, 2018a, p. 9).

Especificamente, são os seguintes princípios: (I) Princípio da Humanização; (II) Princípio da Indissociabilidade; (III) Princípio da Ressignificação; (IV) Princípio da Responsabilidade Compartilhada; (V) Princípio da Colaboração; (VI) Princípio da Participação Ativa; (VII) Princípio da Atuação em Rede; (VIII) Princípio do Desenvolvimento Sustentável; (IX) Princípio da Integração; (X) Princípio do Direito à Cidade; (XI) Princípio do Acesso Equitativo; (XII) Princípio da Prevenção; (XIII) Princípio da Prevenção; (XIV) Princípio da Reparação; (XV) Princípio do Respeito às Diversidades locais e regionais; (XVI) Princípio da Transversalidade; (XVII) Princípio do Direito à Informação e (XVIII) Princípio do Direito ao Controle Social.

Pontuar criteriosamente cada um desses princípios desdobra os desafios a serem trilhados para melhor gestão e concepção do patrimônio sociocultural institucionalmente. São propostas que vislumbram uma convivência harmônica socialmente e equânime culturalmente. Tratam-se de proposições inovadoras e que buscam reparar inúmeras (in)justiças histórico-sociais, não nos restam dúvidas. Todavia, garantir meios institucionais para sua efetiva aplicabilidade é um debate que segue em curso.

## **Princípios da PPCM e desafios conhecidos pelos especialistas**

Entende-se como Princípio da Humanização a necessidade de garantir a cidadania e a dignidade da pessoa humana, ou seja, de deslocar o foco das ações dos bens para o homem, em outras palavras, dos monumentos para os habitantes. Já o princípio da Indissociabilidade versa sobre a impossibilidade de separação das comunidades locais de seus bens, assim como das naturezas de bens material e imaterial. Esses dois primeiros princípios são amplamente trabalhados por Chuva (2011) que, sinteticamente, afirma:

A percepção da cidade apenas como patrimônio cultural material induz a um entendimento limitado dos moradores e usuários cujos modos de vida estão vinculados àquele espaço. Se esta população for expulsa do sítio tombado, cabe perguntar o que exatamente se pretendia preservar naquele amontoado de pedra e cal.(...) A divisão entre patrimônio material e imaterial é, conceitualmente, enganosa, posto que qualquer intervenção na materialidade de um bem cultural provocará modificações na sua imaterialidade. Além disso, essa divisão artificial implica uma política institucional que promove uma distribuição desigual de recursos (CHUVA, 2011, p. 162).

Meneses (2012) acrescenta reflexões sobre a indissociabilidade, as quais ampliam o pensamento anterior, por meio das seguintes considerações:

Podemos concluir que o patrimônio cultural tem como suporte, sempre, vetores materiais. Isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois se todo patrimônio material tem uma dimensão de imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se. As diferenças não são ontológicas, de natureza, mas basicamente operacionais (MENESES, 2012, p. 31).

O princípio da Ressignificação é o caminho que se tem para atribuição de novos significados/valores aos bens já protegidos, significados contemporâneos, que visam atender os anseios da comunidade. Os especialistas Sant'Anna (2017); Chuva (2011) e Meneses (2012) tecem importantes considerações no tocante ao princípio da resignificação. Segundo as colocações de Sant'Anna (2017):

No que toca mais especificamente à cidade-patrimônio, a superação do esteticismo e da visão histórica rasa da cidade-monumento, bem como do pragmatismo econômico-excludente da cidade-atração, será igualmente necessária, em favor de uma concepção mais próxima da noção de cidade-documento e do que ela implica em termos de valorização das funções cognitivas, memoriais, afetivas e sociais do patrimônio urbano (SANT'ANNA. 2017, p. 154)

Sob essa linha de pensamento acerca do tema em questão, ainda é possível perceber que o entendimento de Chuva (2011, p. 163) também caminha na mesma direção de Sant'Anna (2017), quando:

Os valores identificados nos bens culturais, visando a sua patrimonialização, são atribuídos pelos homens e, portanto, não são permanentes, tampouco são intrínsecos aos objetos ou bens de qualquer natureza. Logo, os processos de patrimonialização de qualquer tipo de bem cultural de qualquer natureza devem colocar em destaque os sentidos e os significados atribuídos ao bem pelos grupos de identidade relacionados a ele. Contudo, os instrumentos a serem adotados para sua efetiva proteção ou salvaguarda podem variar e serem aprimorados de acordo com a natureza e o tipo do bem cultural.

Mantendo no diálogo teórico entre os autores, em Meneses (2012) é possível verificar as seguintes reflexões acerca da Carta Magna e, também, a valoração do patrimônio cultural à medida em que:

Ao examinar a Constituição de 1988, vê-se que sua grande novidade, no tema, foi deslocar do estado para a sociedade e seus segmentos a matriz do valor cultural. Impõe-se, assim, repensar o quadro de valores culturais vigentes e que precisaríamos formular do ponto de vista das práticas culturais e seus praticantes, não mais supondo que tais valores sejam imanentes às coisas (MENESES, 2012, p. 25).



Legalmente, a responsabilidade compartilhada entre as instâncias federal, estadual e municipal se encontra assegurada desde a Constituição de 1934<sup>4</sup>, ou seja, mesmo antes da criação do Iphan. Entende-se, desta forma, que é um dos desafios mais difíceis de serem superados. Soares (2009) alerta sobre a necessidade de fortalecimento dos órgãos e institutos ligados à cultura e à proteção dos bens culturais.

No mesmo sentido, Sant’Anna (2017) defendeu a criação de um Sistema Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural (SNPC). Sobre esta temática, faz-se importante destacar que, entre os anos de 2007 e 2012, muitos esforços foram empreendidos pelo Iphan para o estabelecimento e consolidação deste Sistema. Como principais ações observam-se a reorganização da Associação Brasileira de Cidades Históricas (ABCH); o apoio à pactuação do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura (FNSDEC) para a criação do SNPC; a realização de oficinas regionais para discutir o quadro do patrimônio e a construção do SNPC; e elaboração dos Planos de Ação para Cidades Históricas. (IPHAN, 2012). Com o passar dos anos, observou-se o enfraquecimento desta linha de atuação, dando espaço para outras agendas de governo existentes, em especial o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC-CH).

Entendido como cooperação entre as diferentes esferas do Poder Público e sociedade, o Princípio da Colaboração vai ao encontro da Responsabilidade Compartilhada. Por sua vez, são conceitos que tangem os seguintes princípios: o da “participação ativa” e o da “atuação em rede”. Conforme apontado por Sant’Anna (2017), é necessária uma participação da sociedade em diferentes etapas que vão desde a identificação e seleção dos bens às ações de gestão dos mesmos. Da maneira similar, Soares (2009) reflete sobre a temática:

Por outro lado, a ausência de mecanismos participativos, que permitam não somente o acesso dos cidadãos às informações e ao conhecimento acerca do conjunto cultural, como também sua participação nas tomadas de decisões, é um problema que depende menos de regulamentação e mais do fortalecimento dos órgãos e institutos ligados à cultura e à proteção dos bens culturais (SOARES, 2009, p. 39).

Sobre o desenvolvimento sustentável, entende-se como a necessidade da geração atual suprir suas necessidades sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Trata-se de princípio com estreita relação com o princípio da integração, no qual o meio ambiente é entendido como a associação de elementos naturais e culturais. Ao refletir sobre questões afetas ao licenciamento ambiental, Miranda (2012) aborda a temática de forma similar, caracterizando o

---

<sup>4</sup> Artigo 10º, inciso III e Artigo 148 (BRASIL, 1934).

meio ambiente como “interação do conjunto de todos os elementos naturais, artificiais e culturais que propiciam o desenvolvimento equilibrado da vida em suas variadas formas, constituindo a ambiência na qual se move, desenvolve, atua e se expande toda a vida, inclusive a humana” (p.17).

Os próximos princípios também estão relacionados entre si, tratam-se do Direito à Cidade e do Acesso Equitativo. Enquanto o primeiro prevê o usufruto da estrutura, serviços, equipamentos e espaços públicos de forma equânime e inclusiva, o segundo versa sobre o direito de utilizar os bens culturais materiais e os recursos do meio ambiente. Não por acaso, Sant’Anna (2017) defende o fortalecimento de usos habitacionais e sociais para os sítios tombados.

Os próximos três princípios são contribuições da gestão do patrimônio arqueológico ora estendidas à toda a gestão de patrimônio de natureza material. Tratam-se da Prevenção, Prevenção e Reparação. Como precaução, tem-se a necessidade de aferir se uma intervenção não será adversa ao bem. A prevenção é formada pelo caráter prévio e sistemático da apreciação, acompanhamento e avaliação das intervenções. Por fim, reparação é o entendimento dado às reversões de danos cometidos a um bem cultural .

O Princípio do Respeito às Diversidades locais e regionais versa sobre a necessidade de reconhecimento e consideração da diversidade geográfica, socioeconômica e cultural. O Princípio da Transversalidade prevê a necessidade de articulação e de envolvimento harmonioso de todas as políticas setoriais que influenciam ou dizem respeito ao Patrimônio Cultural Material. Sobre este desafio, com foco no patrimônio urbano, Sant’Anna (2017) defendeu a necessidade de articulações sistemáticas e duradouras com políticas públicas das áreas de planejamento, desenvolvimento urbano e social, produção habitacional, provisão de infraestrutura e transportes, educação, saúde e cultura. Já o texto da PPCM possui integração com os seguintes temas específicos: (I) povos indígenas; (II) povos e comunidades tradicionais de matriz africana; (III) patrimônio cultural material quilombola; (IV) patrimônio arqueológico; (V) paleontológico; (VI) patrimônio espeleológico; (VII) do patrimônio cultural material da extinta rede ferroviária federal s.a; (VIII) patrimônio material reconhecido internacionalmente (IPHAN, 2018b).

Listados ao final, porém não menos relevantes, têm-se os Princípios do Direito à Informação e do Direito ao Controle Social. Enquanto o primeiro prevê a necessidade de compartilhamento do conhecimento produzido em linguagem e meios acessíveis à sociedade, o segundo legitima a participação do cidadão no monitoramento das ações implementadas pela instituição. Nota-se estreita relação entre eles, afinal, sem o devido acesso à informação, a prática

do controle social se torna difícil, quase inviável essa relação e integração entre os princípios e, sobretudo, seus objetivos.

## Considerações finais

Conforme apontado, vários especialistas e profissionais da área do patrimônio cultural já se debruçaram em produções acadêmicas com o objetivo de listar lacunas e propor soluções aos desafios da gestão do patrimônio cultural material. Logo, entende-se que além de ser considerada uma mudança necessária, o documento buscou solucionar problemáticas atuais, trabalhadas em gestões anteriores ou demandadas pela sociedade civil.

Ao se analisar instrumentos passados, não há dúvidas que se trata de um documento de grande avanço se comparado ao texto do Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano de 2004. Olhar para além dos sítios tombados significa olhar de forma mais abrangente e diversa para o patrimônio de natureza material. Significa, ainda, considerar valores que vão além dos estéticos e históricos que nortearam a construção de uma identidade nacional. Entende-se que os Princípios da Ressignificação, aliado ao da Participação Ativa, poderão ser norteadores para a diminuição dos atritos existentes entre a instituição e a sociedade civil. Em sintonia com os anseios da comunidade, estes e todos os demais princípios, estão aptos a proporcionar uma atualização das posturas institucionais.

Contudo, os desafios estão apenas começando. Na prática, o diagnóstico dos problemas, aliado ao estabelecimento de premissas e princípios, não são capazes de estabelecer o alcance dos objetivos traçados. Nas disposições finais da PPCM tem-se o estabelecimento de prazo de até três meses para a publicação das seguintes portarias específicas: (I) Critérios e procedimentos para a elaboração das Listas Indicativas; (II) Critérios e procedimentos para a homologação de sítios arqueológicos; (III) Critérios e procedimentos para o reconhecimento dos Lugares de Memória; (IV) Revisão da Portaria que estabelece os procedimentos a serem observados nos processos de tombamento; (V) Revisão da Portaria que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira; (VI) Revisão da Portaria que dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno (IPHAN, 2018b). Desta forma, podemos considerar que instrumentalizar os servidores, a sociedade civil e os demais órgãos de proteção do patrimônio cultural para a devida aplicação prática desta política pública é uma tarefa urgente que requer esforços de todos os segmentos envolvidos.

## Referências

BOGÉA, K. Apresentação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Iphan 1937 - 2017*, Brasília, n. 35, p. 7-9, 2017.

BRASIL. *Constituição* (1934). [Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil]. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. *Constituição* (1988). [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988]. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 25* (1937). [Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional]. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 6.844* (2009). [Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências]. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6844.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6844.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 9.238* (2017). [Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE]. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9238.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9238.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CHUVA, M. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: História e Patrimônio*, Brasília, n. 34, p. 147-165, 2011.

FONSECA, M. C. L. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1997

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Carta ao cidadão*. Organização de Haley Maria de Sousa Almeida. Brasília: Iphan, 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Ouro Preto/MG, 2009. Anais, vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN, 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Iphan e os estados brasileiros discutem a construção do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural*. Portal Iphan, Brasília, 23 nov. 2008. Seção Notícias. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2144>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Lista dos bens tombados e processos em andamento (1938 – 2019)*. [S.l.], 25 nov. 2019. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20de%20bens%20tombados%20e%20processos%20de%20tombamento%2025-11-2019.xlsx>>. Acesso em: 07 ago. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Política do Patrimônio Cultural Material*. Brasília: Iphan, 2018a.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Portaria nº 299* (de 6 de julho de 2004). [Cria o Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano – PPSH]. Brasília: IPHAN, 2004. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_n\\_299\\_de\\_6\\_de\\_Julho\\_de\\_2004.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_299_de_6_de_Julho_de_2004.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Portaria nº 375* (de 19 de setembro de 2018). [Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências]. Brasília: IPHAN, 2018b. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1837>>. Acesso em 10 ago. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Iphan e os estados brasileiros discutem a construção do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural. *Portal Iphan*, Brasília, 23 nov. 2008. Seção Notícias. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2144>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DISCUTE FUTURO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2017, Brasília. *Portal Iphan*. Seção Notícias. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4374>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MENESES, U.T.B. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: SISTEMA NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL – DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E EXPERIÊNCIAS PARA UMA NOVA GESTÃO, 2009, Ouro Preto. *Anais...* v. 2, tomo 1, Brasília: IPHAN, 2012.

MIRANDA, M. P.S. Análise dos Impactos ao Patrimônio Cultural no Âmbito dos Estudos Ambientais. In: RODRIGUES, J.E.R.; MIRANDA, M.P.S. (orgs.). *Estudo de direito do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 17-46.

OLLAIK, L. G.; MEDEIROS, J. J. (orgs.). Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, FGV, 2011.

PELEGRINI, S. C. A. Patrimônio Cultural: Conhecendo um pouco mais. In: *Patrimônio Cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SANT'ANNA, M. A. Cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Iphan 1937 - 2017*, Brasília, n. 35, p. 139-155, 2017.

SOARES, I. V. P. Patrimônio Cultural Brasileiro: conceituação, natureza jurídica e funções. In: *Direito Ao (Do) Patrimônio Cultural Brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

artes . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . letras . direito . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . ciências sociais . educação . museologia . turismo . engenharia . geografia







BARBARA FRANZ

BIANCA DUARTE

FELIX CARRIELLO

## **VULNERABILIDADE AMBIENTAL A ALAGAMENTOS EM REGIÕES METROPOLITANAS.**

**Um estudo de caso pautado na cidade de São Gonçalo.**

Em meados do século XX, muitas pessoas migraram do campo para as cidades, sendo que depois da década de 1960, ocorreu um processo acelerado de urbanização, concentrando-se em regiões metropolitanas. A vegetação que cobria o solo foi substituída por pavimentos impermeáveis e edificações, reduzindo a taxa de infiltração da água pluvial e aumentando o escoamento superficial, contribuindo para os eventos de alagamentos. Nesse contexto, a partir da industrialização em São Gonçalo-RJ, ocorreu uma aceleração da expansão urbana entre as décadas de 1960 e 1980, criando a necessidade de adquirir novos espaços para edificações e obras de infraestrutura, levando a alterações na dinâmica hidrológica das bacias que drenam o município. Essa situação de expansão desordenada, que tende a propiciar a ocorrência de alagamentos, continua sendo uma realidade em regiões metropolitanas, de modo que urge estabelecer propostas de intervenção. O objetivo do presente trabalho é analisar a vulnerabilidade ambiental da cidade de São Gonçalo em relação a alagamentos, cujo processo de urbanização assemelha-se a outras áreas metropolitanas do Brasil. Além de pesquisa gráfica e documental, relacionou-se (a partir da elaboração e análise de mapas), os eventos de alagamento na bacia do Rio Alcântara no período estudado pela Defesa Civil (1995 a 2015) com as curvas de nível e uso e cobertura do solo quanto aos locais de ocorrência. Resultados mostram que essas áreas baixas do município e com predominância de uso urbano são altamente vulneráveis a alagamentos, agravadas pela ineficiência do sistema de drenagem, retenção da água no escoamento devido pontes mal projetadas, obstrução por resíduos sólidos e recebimento de esgotos.



## Considerações iniciais

O Brasil deixou de caracterizar-se como país essencialmente rural para um país urbano a partir das migrações internas que, segundo Brito e Souza (2005), redistribuíam a população do campo para as cidades, entre os estados e as diferentes regiões do Brasil, a partir da segunda metade do século XX. Esta população migrou principalmente, segundo os mesmos autores, para as regiões metropolitanas (criadas no início dos anos 1970), principalmente para as regiões metropolitanas do Sudeste. O processo de urbanização acelerado ocorreu depois da década de 1960, concentrando-se em Regiões Metropolitanas e cidades polos regionais, estabelecendo em área com uma infraestrutura inadequada (TUCCI, 1999). Em relação às regiões metropolitanas, as inadequações no uso e ocupação do solo são derivadas da ausência histórica de políticas integradas de desenvolvimento urbano e de ações articuladas (próprias de uma gestão compartilhada), gerando impacto ambiental significativo (GROSTEIN, 2001).

A partir da expansão urbana, a vegetação que cobria o solo é retirada e substituída por pavimentos impermeáveis e edificações, reduzindo a taxa de infiltração da água pluvial e aumentando o escoamento superficial, contribuindo para o transbordamento dos rios urbanos. Com o fim de transferir a enchente de um ponto a outro na bacia urbana, a canalização tem sido extensamente utilizada sem que sejam avaliados os efeitos da jusante ou os reais benefícios das obras (TUCCI, 1999). Infelizmente, políticas públicas inadequadas de uso do solo urbano, de drenagem urbana e de gestão de resíduos sólidos têm contribuído para agravar o problema das enchentes urbanas em todo País (TUCCI, 2001).

Os alagamentos<sup>1</sup> correspondem, segundo Manual de Proteção e Defesa Civil (BRASIL, 2017, p. 61) em “um acúmulo momentâneo de águas em determinada área (ruas, calçadas ou outra infraestrutura urbana) decorrente de fortes precipitações pluviométricas e problemas ou deficiências no sistema de drenagem, podendo ter ou não relação com processos de natureza fluvial”. Os condutos para escoamento pluvial, construídos como parte da infraestrutura do solo urbano, não têm sido eficientes para evitar os alagamentos.

Para Pompêo (2000), a impermeabilização do solo, o loteamento ilegal de áreas de risco, a ocupação de áreas ribeirinhas (como áreas de várzea, áreas de inundação frequente e zonas alagadiças), o bloqueio de canais por resíduos sólidos e por sedimentos, bem como a estruturação

---

<sup>1</sup> Nota inicial: Os resultados deste trabalho constituem parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso de Duarte (2019) do curso de Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense, elaborado sob orientação de Barbara Franz, sendo que outro desdobramento do mesmo foi artigo publicado no *5º Simpósio sobre Sistemas Sustentáveis* (DUARTE e FRANZ, 2019).

inadequada para a rede de drenagem, são alguns dos diversos fatores responsáveis pelas situações de alagamento, como consequência de uma expansão mal planejada ou de uma expansão não planejada, sendo que ao haver algum planejamento, este está focado em atenuação das cheias.

Em algumas cidades, onde a frequência de inundação é alta, essas áreas de risco, segundo Tucci (1999), são ocupadas por sub-habitações, pois correspondem a espaços urbanos pertencentes ao poder público ou desprezado economicamente pelo poder privado. Nesse caso, o administrador municipal depara-se com a questão de transferir essa população para uma área segura, mas outros tendem a se alojar no mesmo lugar, como resultado das dificuldades econômicas e das diferenças sociais (TUCCI, 1999).

As áreas periféricas e de ocupação irregular são aquelas que apresentam os piores índices de atendimento no saneamento, ocupadas normalmente por população de menor renda, que tem sido a classe em áreas urbanas no Brasil mais prejudicada, entre outras questões, pelos alagamentos (TUCCI, 2001), caracterizando-se como as mais vulneráveis nesse contexto. A vulnerabilidade, segundo Manual de Proteção e Defesa Civil (BRASIL, 2017, p. 18) corresponde a “exposição socioeconômica ou ambiental de um cenário sujeito à ameaça do impacto de um evento adverso natural, tecnológico ou de origem antrópica”.

O município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro (RJ), é pertencente a RMRJ (Região Metropolitana do Rio de Janeiro), situa-se a leste da Baía de Guanabara e faz limite com os municípios de Niterói a sudoeste, Maricá a Sul e Itaboraí a Norte e Leste.

O processo de urbanização desse município, segundo Rosa (2010), o qual é percebido como cidade dormitório, assemelha-se ao ocorrido no recorte conhecido como Baixada Fluminense, onde a expansão da linha férrea, aliada ao baixo valor dos terrenos (sobretudo à baixa oferta de saneamento, transportes e serviços públicos básicos), configurou como uma periferia marcada por oferecer muita mão-de-obra pouco qualificada para o centro metropolitano. Esses trabalhadores eram principalmente migrantes oriundos do interior do RJ quanto Norte-Nordeste do país e que não conseguiram se instalar (ou se manter) em uma metrópole de solo urbano muito caro (ROSA, 2010).

Muitos bairros de São Gonçalo são, naturalmente, vulneráveis à ocorrência de alagamentos por se encontrar em área de “baixada” (ARMOND et. al., 2007), que corresponde uma área localizada próxima a um declive – depressão entre terrenos elevados – e ao nível do

mar. As baixadas e as planícies costeiras sofreram um processo de urbanização residencial e industrial mais intensificado pela facilidade de acesso, favorecendo a ocupação (DANTAS et. al., 2005).

A abordagem da problemática socioambiental urbana a partir da perspectiva dos impactos, do Sistema Ambiental Urbano e vulnerabilidade socioambiental são instigantes para uma construção teórico-metodológica aos estudiosos e gestores da cidade do presente, que podem culminar em propostas as quais, no geral, ainda se encontram em estágios relativamente embrionários para o tratamento dos problemas socioambientais urbanos numa nova perspectiva (MENDONÇA, 2004).

Diante do panorama descrito, o objetivo do presente trabalho é analisar a vulnerabilidade ambiental da cidade de São Gonçalo em relação a alagamentos, cujo processo de urbanização assemelha-se a outras áreas metropolitanas do Brasil.

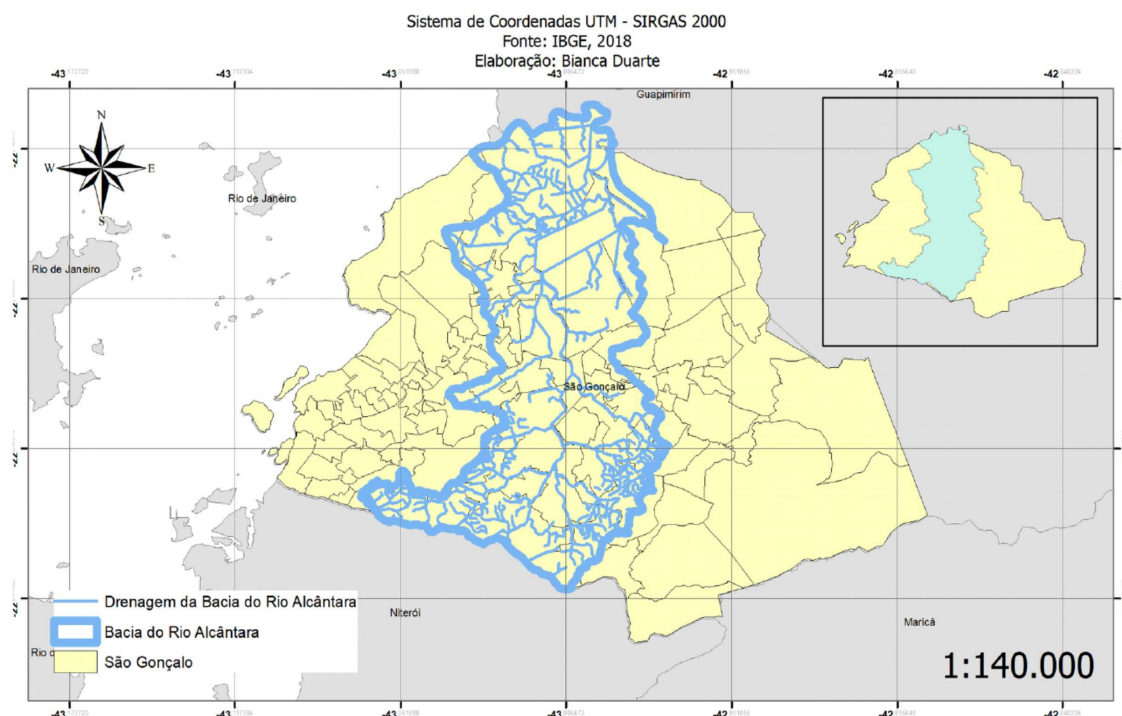
## **Procedimentos metodológicos para uma análise**

A primeira etapa na conformação da metodologia deste estudo consistiu em pesquisa bibliográfica e documental, a partir de publicações científicas em revistas de circulação nacional e internacional, artigos, livros, além de consulta em legislação e órgãos ambientais relacionados à temática.

O principal documento corresponde a um inventário de movimentos de massa e enchentes disponibilizado pela Defesa Civil (OLIVEIRA e DELAZERI, 2016), contendo as localizações das áreas mais sujeitas aos alagamentos e seus impactos, através da evidenciação de quantidades de alagamentos registrados num período de tempo de 20 anos a partir de 1995 (até 2015). Esses registros foram utilizados como dados norteadores para conduzir à definição da faixa de tempo desse estudo.

São Gonçalo é dividido em 5 distritos e 90 bairros; 53 deles estão localizados na bacia do Rio Alcântara (Fig. 01), definida como área de análise deste trabalho quanto à ocorrência de alagamentos.

Esta bacia está situada ao leste da Baía de Guanabara, cuja nascente situa-se no bairro Maria Paula, em Niterói e uma parcela menor está localizada no município de Itaboraí (DUARTE, 2019). A extensão da área de drenagem da bacia é de aproximadamente 130 km<sup>2</sup> e seu canal principal possui uma extensão de 29 km (VIEIRA et al., 2016).



**Fig. 01.** Localização da Bacia do Rio Alcântara.

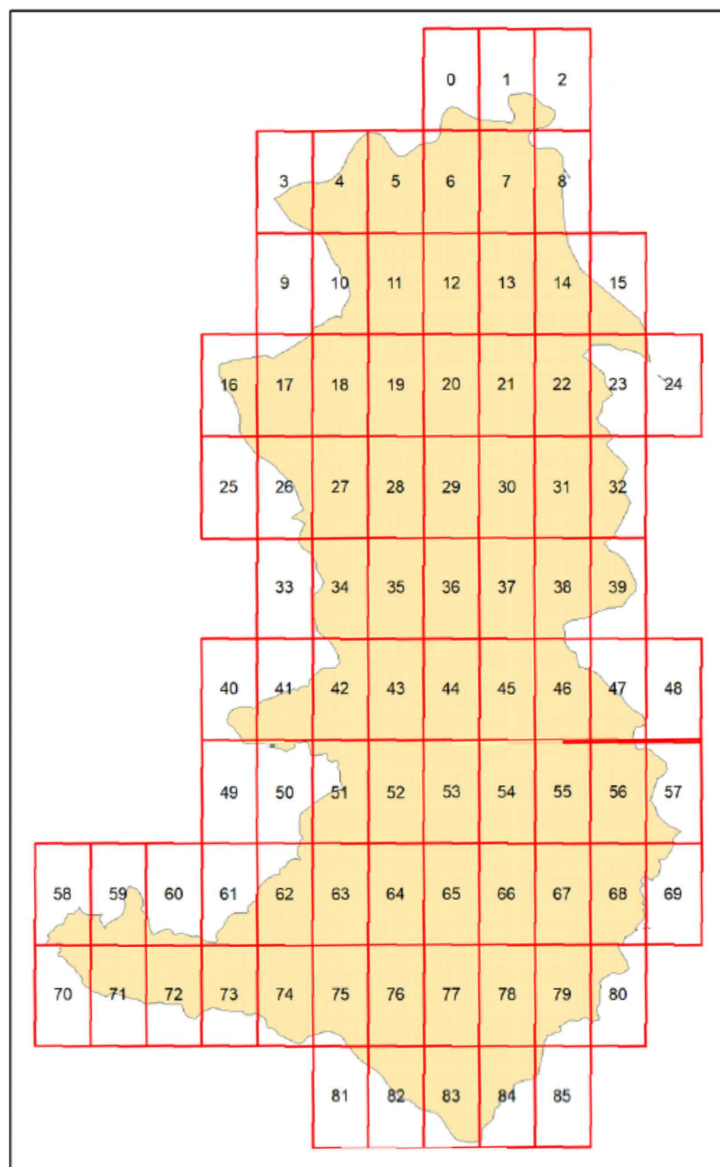
**Fonte:** Elaborado por DUARTE (2019), a partir de dados cartográficos do IBGE (2018)

Também foi utilizado o software de geoprocessamento *ArcGis* para elaborar mapas quanto à ocupação do solo (sendo considerado que a área construída possui alto índice de impermeabilidade) e topografia, utilizando arquivos *shapefile* disponibilizados pelo IBGE Cidades (2018), através dos polígonos de cada tipo de uso de solo, sendo eles respectivamente: área urbana, massas hídricas, gramíneas ou coberturas, herbáceas, cultivos de culturas diversas, florestas e formação rochosa, e as curvas de nível do município.

A partir desses mapas, identificam-se as áreas consideradas baixas e impermeáveis, as quais tendem a aumentar a vulnerabilidade de ocorrência dos alagamentos na cidade de São Gonçalo.

Para avaliar as ocorrências de alagamento na bacia Rio Alcântara no período estudado pela Defesa Civil – 1995 a 2015 (OLIVEIRA e DELAZERI, 2016), foi gerado um mapa onde a bacia foi dividida em quadrículas de 1 km<sup>2</sup> (Fig. 02), utilizando a ferramenta *fishnet* do programa *ArcGIS*.

A numeração mostrada nas quadrículas da figura 2 é utilizada para sua identificação, pois na seção 3 elas são mostradas com a mesma configuração, mas com número de ocorrências de alagamentos por quadrícula.



**Fig. 02.** Divisão da bacia do Rio Alcântara em quadículas para análise de ocorrência dos alagamentos  
**Fonte:** DUARTE (2019).

Considerando que vulnerabilidade ambiental, segundo Manual de Proteção e Defesa Civil (BRASIL, 2017), refere-se ao grau de esgotamento dos recursos naturais e seu estado de degradação, bem como à falta de resiliência dos ecossistemas e à exposição a contaminantes tóxicos e perigosos, a discussão baseia-se abordando aspectos dessa categoria de vulnerabilidade.

### **Análise da vulnerabilidade ambiental do município de São Gonçalo**

O município de São Gonçalo foi emancipado de Niterói em 1890 e, até década de 1930, segundo Araújo e Melo (2014), a economia era essencialmente agrícola, cuja produção era beneficiada com a existência de inúmeros pequenos portos, o que facilitava o escoamento da produção. Estes autores apontam que a industrialização no município começou a ser incentiva na

década de 1920, sendo que até meados do século XX constituía-se num dos mais importantes distritos industriais do antigo RJ, mas desde a década de 1970 já não figura entre os mais industrializados do Estado.

A partir da industrialização em São Gonçalo, ocorreu uma aceleração da expansão urbana entre as décadas de 1960 e 1980, criando a necessidade de adquirir novos espaços para edificações e obras de infraestrutura (AFONSO et al., 2008), acarretando transformações ambientais nas encostas e modificações na dinâmica hidrológica das bacias que drenam o município (VIEIRA et al., 2016). As alterações na fisiografia do Rio Imboaçu (AFONSO et al., 2008), e do Rio Alcântara (VIEIRA et al., 2016), correspondem a obras de canalização, retificação, colocação de manilhas, pontes e travessias sobre os canais para facilitar as edificações e aumentar a infraestrutura urbana (AFONSO et al., 2008; VIEIRA et al., 2016).

A condição de cidade periférica é marcada pela articulação com o seu exterior e pela fragmentação intra-citadina, sendo que alguns problemas identificados na cidade de São Gonçalo corroboram para sedimentar esse panorama, como por exemplo, vias marginais ou coletoras com pavimentação de má qualidade ou incompletas, coleta de lixo irregular e incipiente e poluição visual nas principais vias da cidade (ROSA, 2010).

Quanto às precipitações pluviométricas em São Gonçalo, a análise de séries históricas de precipitação diária em seis postos pluviométricos por Salgado et al. (2002), situados no entorno do município de São Gonçalo (RJ), concluiu que há uma grande variabilidade espacial, sendo que as estações situadas nas áreas mais elevadas apresentaram pluviosidade anual alta (devido principalmente a chuvas fortes acima de 25mm em 24h).

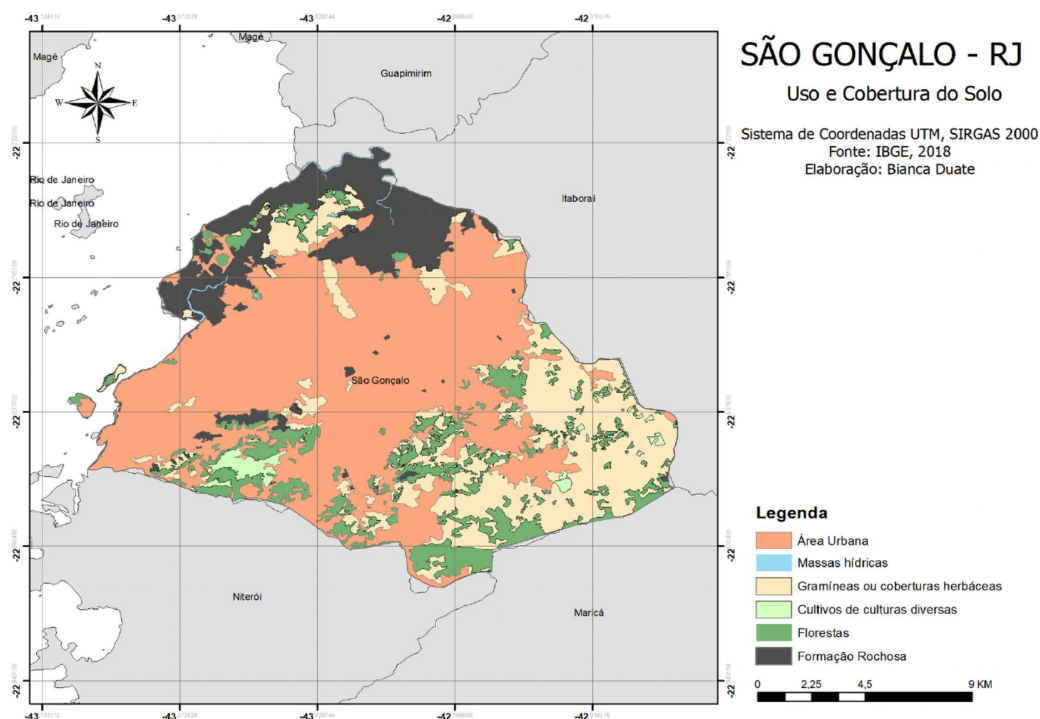
As áreas verdes nas cidades, além de amenizar o calor, tendem a aumentar a infiltração das águas das chuvas, diminuindo as vazões dos seus canais. Em muitos centros urbanos no Brasil a diminuição da área verde em detrimento de outros interesses, como construções de condomínios ou terminais de ônibus, contribuiu para diminuir os espaços de lazer da população e aumentar a temperatura, dado que houve aumento das áreas impermeáveis (ZUFFO, 2007).

Os alagamentos em áreas urbanas ocorrem devido ao aumento da ocupação do solo, tornando as superfícies impermeáveis, agravado pela obstrução do escapamento por aterros e pontes, drenagens inadequadas e assoreamento. Além disso, o volume que não se infiltra permanece na superfície, já o escoamento subterrâneo é reduzido e dessa maneira aumenta o

escoamento superficial. Assim, as vazões máximas aumentam, antecipando seus picos no tempo (TUCCI, 1999).

A opção de desenvolvimento predominante, segundo Grostein (2001) consolidou um uso e ocupação do solo que transformou fundos de vale em avenidas, áreas protegidas em loteamentos, ocupando várzeas, desconsiderando o território e perpetuando os transbordamentos, sendo que a responsabilidade pública é evidente. Esta autora aponta que a origem dos problemas urbanos ambientais deve ser diferenciada para se evitar o escamoteamento de problemas e responsabilidades, como também evitar a generalização de soluções.

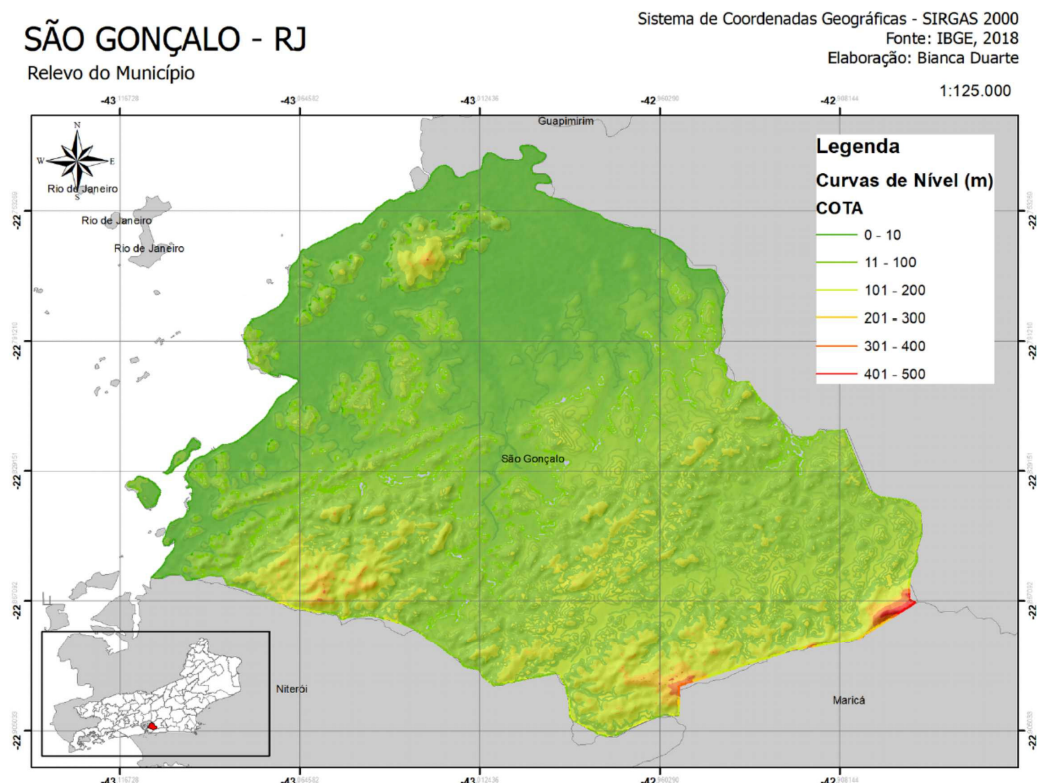
A permeabilidade do solo, a área, a forma e o relevo da bacia são fatores influentes a serem considerados para a identificação das causas naturais dos alagamentos (DUARTE e FRANZ, 2019). No contexto do município de São Gonçalo, considerando os índices pluviométricos conjugados ao uso e cobertura de solo (Fig. 03) e à topografia (Fig. 04), identifica-se que o solo do município é predominantemente urbano, plano e baixo, o que o caracteriza como muito vulnerável a alagamentos. Além disso, o município de São Gonçalo está entre os piores do estado do RJ em relação aos índices de saneamento básico (SANTOS, 2016). Logo, em dias de chuvas intensas, quando ocorrem os transbordamentos dos canais levando aos alagamentos, a população que está exposta a esse evento também está vulnerável a doenças de veiculação hídrica.



**Fig. 03.** Uso e cobertura do solo no município de São Gonçalo.

**Fonte:** DUARTE (2019).





**Fig. 04.** Topografia de São Gonçalo.  
**Fonte:** DUARTE (2019).

A figura 5 mostra a ocupação inadequada e o acúmulo de resíduos às margens de um canal inserido na bacia hidrográfica do Rio Alcântara (bairro Tribobó), que além de propiciaram à ocorrência de alagamentos, tornam a população do entorno vulnerável a doenças quando esses eventos ocorrem.

Como agravante da vulnerabilidade a alagamentos, também deve-se considerar a obstrução dos sistemas de macrodrenagem devido aos resíduos que são lançados, represando as águas e incrementando a vazão (ZUFFO, 2007). No Rio Imboaçu, em São Gonçalo, além dos resíduos, outros impactos apontados por Afonso (2008) são a devastação da vegetação ciliar, aterros nas margens do rio para construção de residências e lançamento de esgoto. No Rio Alcântara, por sua vez, Vieira (2016) aponta, como impactos, o lançamento de resíduos, a liberação de esgoto in natura e o assoreamento, como é mostrado na figura 6.

Os impactos de ambos os rios aumentam a vulnerabilidade a alagamentos. Destaca-se que, ao longo do tempo, os fatores ambientais podem aumentar a vulnerabilidade, pois criam padrões novos e indesejáveis de discórdia social, privações e econômicas que, eventualmente, provocarão a migração de comunidades inteiras (BRASIL, 2017).



**Fig. 05.** Ocupação inadequada e acúmulo de resíduos.  
**Fontes:** DUARTE (2019).



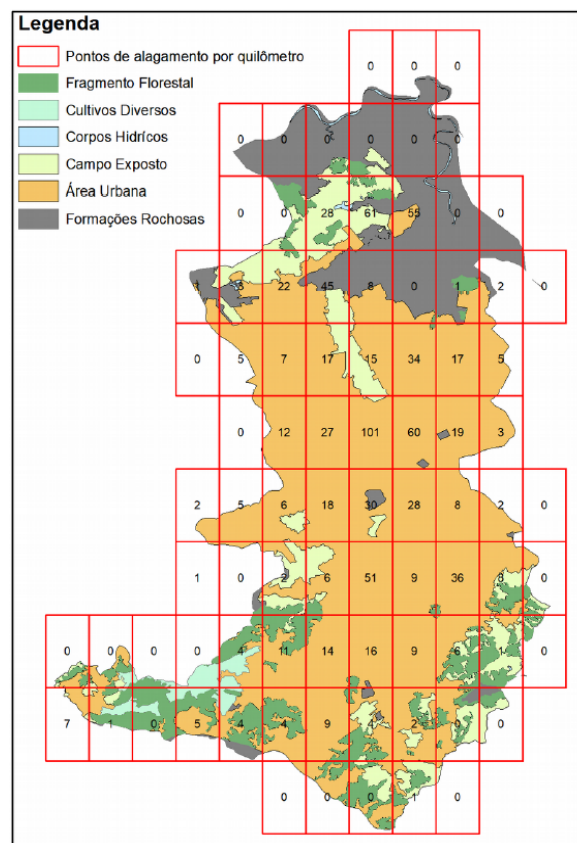
**Fig. 06.** Liberação de esgoto e acúmulo de resíduos.  
**Fontes:** DUARTE (2019).

A partir de contextos como esses, no que diz respeito ao total de ocorrências de alagamentos na bacia do Rio Alcântara entre os anos de 1995 e de 2015, e que se encontram representadas nas quadrículas das figuras 7 e 8, este número é de 851, o que gera uma média de 43 ocorrências de alagamento registradas por ano.

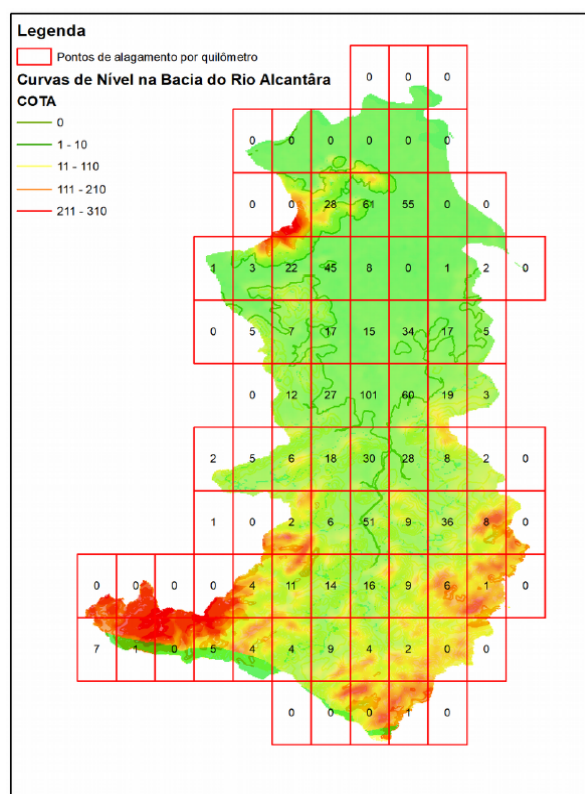
Comparando os dois mapas (Figs. 07 e 08), é possível perceber que, na área urbana da cidade (Fig. 07), com relevo de 1 a 10 metros (Fig. 08), houve aproximadamente 741 ocorrências de alagamento registradas nos 20 anos analisados, correspondendo às quadrículas de número 18, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 53, 54, 55, entre outras – numeração apresentada na figura 02. Tendo como parâmetro esses mesmos pontos de alagamento, a quadrícula com maior número de ocorrências é representada pela de número 36, com um total de 101 ocorrências de alagamento, caracterizada por ocupação urbana e cota próximo de zero metro.

Quanto à área urbana com relevo acima de 10 metros (Fig. 08), houve aproximadamente 28 ocorrências de alagamento registradas nos 20 anos analisados, correspondendo às quadrículas 56, 63, 66 e 67 (Fig. 02).

Na quadrícula 13, o número de alagamentos corresponde a 55 ocorrências nos 20 anos estudados, área situada entre 1 a 10 metros, ocupada com predomínio de formação rochosa e uma pequena porcentagem de área urbana (Fig. 07), mostrando que, provavelmente, ocorre o escoamento da chuva pela rocha e, ao atingir uma cota mais baixa (que é impermeável), acarreta o alagamento nessa área.



**Fig. 07:** O uso e cobertura do solo na bacia do Rio Alcântara e número de ocorrências de alagamento por quadricula. **Fonte:** DUARTE (2019) com base no inventário de Oliveira e Delazeri (2016).



**Fig. 08:** Topografia representada por curvas de nível da bacia do Rio Alcântara e número de ocorrências de alagamento por quadricula. **Fonte:** DUARTE (2019) com base no inventário de Oliveira e Delazeri (2016).

As quadrículas que apresentam predominantemente áreas de fragmento florestal, campo exposto, cultivos diversos ou formações rochosas não apresentam uma concentração de ocorrências de alagamento relevantes para a pesquisa. Avaliando os mapas é possível perceber que, na área da bacia do Rio Alcântara, existe ocupação urbana em áreas de cota 0 (zero metro), seguindo o caminho dos afluentes da bacia. As áreas urbanas situadas nas cotas mais baixas do relevo possuem cerca de 20 vezes mais ocorrências de alagamento se comparadas àquelas com relevo acima de 10m, mostrando que as cotas até 10 metros possuem alta vulnerabilidade. Por outro lado, as áreas mais altas (Fig. 08) correspondem, em sua maioria, a áreas de uso voltado a cultivos diversos, área florestal e campo exposto (Fig. 07), mostrando que a área onde a população se concentra está naturalmente vulnerável a alagamentos devido ao relevo e às características de ocupação do solo.

## Considerações finais

O planejamento urbano de grandes metrópoles tendeu a não ser realizado de forma a atender todas as áreas em expansão, de modo que uma parte da população ocupa atualmente as áreas de risco, onde a infraestrutura urbana presente agrava ainda mais sua vulnerabilidade aos desastres naturais, entre estes os alagamentos. O resultado desse crescimento urbano interferiu no ciclo hidrológico, principalmente no que tange à impermeabilização do solo, aumentando a vazão do escoamento superficial e diminuindo o subterrâneo. Ou seja, o ritmo de crescimento da ocupação urbana em direção às planícies de inundação, gerando e/ou agravando as ocorrências de alagamentos, é mais rápido que o ritmo que a cidade se adequa com sua infraestrutura para se adaptar a esses eventos.

A ocupação urbana em São Gonçalo, assim como outras cidades periféricas de regiões metropolitanas, expandiu-se para áreas de várzea e planícies de forma inadequada, aterrando algumas dessas áreas para ocupação urbana, tornando maior parte do solo impermeável. Logo, essas áreas são altamente vulneráveis a alagamentos, como é o caso da bacia do Rio Alcântara, em que as áreas com cotas mais baixas do relevo possuem cerca de 20 vezes mais ocorrências de alagamento quando comparadas com aquelas de relevo acima de 10m.

Ao longo dos anos, se agravou a ineficiência do sistema de drenagem em São Gonçalo em devido à retenção da água no escoamento ocorrida em razão de pontes mal projetadas, obstrução por resíduos sólidos e recebimento de esgotos. Portanto, a população além da vulnerabilidade ao alagamento, também é vulnerável a doenças de veiculação hídrica.

## Referências

- AFONSO, A. E. *et al.*. Análises da dinâmica fluvial do Rio imboaçu (São Gonçalo,RJ): um enfoque a partir da consciência ambiental. In: II SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DO SUL-SUDESTE, 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2008.
- ARAÚJO; V. L.; MELO, H. P. O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da “Manchester Fluminense”. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 4, mai., 2014.
- ARMOND, B. N. et al. Variabilidade espaço-temporal da precipitação na região do município de São Gonçalo – RJ. In: IX SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CLIMATOLOGIA GEOGRÁFICA, 2010, Fortaleza. *Anais...*, Fortaleza, 2010.
- BRASIL. *Manual de Proteção e Defesa Civil: entendendo os riscos de desastres no Brasil*. Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, Departamento de Prevenção e Preparação. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2017.
- BRITO, F.; SOUZA, J. Expansão urbana nas grandes metrópoles o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 4, out./dez., 2005.
- DANTAS, M. E. et al. *Diagnóstico Geoambiental do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Repositório Institucional de Geociências, 2005.
- DUARTE, B. *Risco em relação a alagamentos em São Gonçalo/RJ: Natural ou antrópico?*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciência Ambiental) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- DUARTE, B.; FRANZ, B. Fatores relacionados a alagamentos na bacia hidrográfica urbana do Rio Alcântara em São Gonçalo/RJ. In: 5º SIMPÓSIO SOBRE SISTEMAS SUSTENTÁVEIS, 2019, Porto Alegre. *Anais...* 5º Simpósio sobre Sistemas Sustentáveis. Porto Alegre: GFM, 2019. v. 1. p. 688-697.
- GROSTEIN, M. D. Metrópole e Expansão Urbana: a persistência de processos “insustentáveis”. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 13-19, jan./mar., 2001.
- MENDONÇA, F. Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 10, p. 139-148, jul./dez., 2004.
- OLIVEIRA, A. C. B.; DELAZERI, E. M. *Inventário dos movimentos de massa e enchentes – 1995 a 2005*. São Gonçalo: Defesa Civil de São Gonçalo, 2016.
- POMPÊO, C. A. Drenagem urbana sustentável. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*, v. 5, n. 1, 2000.
- ROSA, D. P. São Gonçalo, divisão do trabalho na metrópole e a formação da nova periferia metropolitana. *Tamoios*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 1, 2010. ISSN 1980-4490.
- SALGADO, C. M. et al. Caracterização temporal e espacial da precipitação no entorno do município de São Gonçalo (RJ) considerando a série histórica de 1968 a 2002. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 19-31, 2007.
- SANTOS, L. B. A evolução dos indicadores de saneamento de Niterói e de São Gonçalo. Fórum Ambiental da Alta Paulista. *Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista*, ANAP, v. 12, n. 3, p. 29-43, 2016.
- TUCCI, C. E. M. Água no meio urbano. In: REBOUCAS, A.C., et al. (orgs.). *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*. São Paulo: Escrituras, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Gestão da água no Brasil*. Brasília: UNESCO, 2001.
- VIEIRA, C. D. Análise da degradação ambiental na bacia hidrográfica do Rio Alcântara no município de São Gonçalo, leste metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Equador*, UFPI, v. 5, n. 4, Edição Especial 03, p. 93-105, 2016.
- ZUFFO, A. C. Drenagem urbana. In: SANTOS, Rozely Ferreira (org). *Vulnerabilidade Ambiental*. Brasília: MMA, 2007. p. 07-122.

artes . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . letras . direito . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . ciências sociais . educação . museologia . turismo . engenharia . geografia





artes . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . letras . direito . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . CIÊNCIAS SOCIAIS . educação . museologia . turismo . engenharia . geografia



## **A COMPLEXIDADE RESIDENCIAL NAS CIDADES BRASILEIRAS.**

### **Estrutura social e (des)igualdades espaciais.**

Este ensaio é fruto do cotidiano como docente e do exercício de exploração, via pesquisa bibliográfica, de um conjunto alargado, espacial e temporalmente, de estudos urbanos acerca da produção de espaços residenciais nas grandes cidades latino-americanas – estudos que perpassam campos disciplinares inter-relacionados, baseados, sobretudo, em preocupações caras às Ciências Sociais. A análise desses estudos e dados foi guiada pelas quatro principais hipóteses sobre a correlação entre estrutura social e diferenciação residencial, elaboradas por David Harvey. Em linhas gerais, a primeira hipótese sustenta que a diferenciação residencial deve ser interpretada como reflexo da dinâmica de reprodução social no âmbito das sociedades capitalistas. A segunda hipótese afirma que as áreas residenciais promovem distinções nos padrões de interação social, em função do modo como seus indivíduos constroem seus valores, expectativas, hábitos de consumo e consciência de classe. Já, a terceira hipótese, considera que a fragmentação de grandes concentrações populacionais em distintas comunidades promove divisão da consciência de classe e mina as perspectivas de superação do capitalismo pela via da luta de classes. E, por fim, a quarta assertiva considera que os processos que criam e sustentam esses padrões de diferenciação são consequentemente o locus de instabilidade e de contradição.

## Considerações iniciais

As grandes cidades brasileiras são marcadas por processos de ocupação do território em que a associação da ação do estatal e do mercado ora produzem urbanizações precárias ora induzem novos vetores de crescimento, novos empreendimentos de grande vulto, novas espacialidades, reproduzindo, assim, fortes desigualdades socioespaciais. Essas desigualdades socioespaciais revelam o modo como fatores sociais – renda, escolaridade, ocupação profissional, gênero, idade, cor/raça – configuram padrões espaciais, por dispersão ou concentração no espaço físico. Na medida em que as diferenças entre esses padrões conformam (des)vantagens para uma das partes, essas desigualdades socioespaciais constituem um problema social (TILLY, 2006) e um fértil campo de estudo para as Ciências Sociais.

Na interpretação sociológica clássica marxista, a relação entre estrutura de classe e diferenciação residencial pressupõe que a posição de classe de um indivíduo determina as oportunidades e as expectativas de futuro e que as classes e as desigualdades de classe, apesar de fundadas sobre uma base material, estão muito além da mera produção econômica/material (DUBET, 2001; COLLINS, 2009). Assim, para a configuração das posições de classe, além da análise de fatores como renda e/ou posição na estrutura sócio-ocupacional, há que se considerar também outros fatores tais como: religião, etnia, atributos culturais, diferenças simbólicas e de poder político.

Neste contexto, as cidades são um objeto precioso de análise uma vez que o espaço construído revela tanto as dinâmicas do capital, do uso da terra, da produção, quanto das relações sociais, observadas, por exemplo, por Zukin (1996), na forma de cultura e poder. A configuração da estrutura de classes de uma determinada sociedade dá origem aos diferentes estilos de vida que se apresentam, espacialmente, nos padrões de segregação, característicos dos bairros operários, guetos, condomínios fechados, vilas, favelas, etc. Vale sublinhar que corroboramos as perspectivas que compreendem a segregação como um processo em que a segmentação da sociedade está fundada na “crença coletivamente compartilhada sobre a necessidade da manutenção – ou mesmo aumento - das barreiras materiais ou simbólicas que bloqueiam a livre circulação dos indivíduos entre as categorias e, conseqüentemente, entre as localizações espaciais” (Observatório das Metrópoles, apud MENDONÇA et. al, 2015, p. 15).

Os estudos acerca das cidades e da produção e reprodução das desigualdades podem ser realizados no âmbito local, com ênfase nas relações socioeconômicas territorialmente

circunscritas, ou mesmo, à escala mundial, por meio da observação dos fluxos financeiros, comunicacionais, de conhecimento, de população e de poder. Esses fluxos, que configuram e conectam as chamadas cidades globais, definidas por Saskia Sassen (2013, p.76) como “un constructo analítico que sirve para capturar o especificar dos funciones de producción particular: uma económica y otra política”, traduzem as novas formas globais das estruturas econômicas, políticas e culturais<sup>1</sup>.

Cada vez mais as cidades exigem olhares transdisciplinares que visem captar suas dinâmicas, já que essas se articulam em escalas globais, em fluxos, em redes, em circuitos de produção, circulação e consumo, pautados pela lógica neoliberal. Ao mesmo tempo, esses processos evidenciam a atualidade de perspectivas como as anunciadas por David Harvey desde a década de 1980. Com efeito, diante dos acelerados processos de urbanização e de diferenciação das classes, em 1989, David Harvey (2010) elaborou quatro principais hipóteses sobre a correlação entre estrutura social e diferenciação residencial que motivam as reflexões deste ensaio, especialmente alicerçadas na seguinte questão: essas hipóteses estariam adequadas aos contextos socioespaciais da realidade brasileira? Ao nos interrogarmos a este respeito encontramos um conjunto de eixos analíticos e dados empíricos, acumulados ao longo das últimas décadas, sobre as grandes cidades, o que nos motivou a explorar essas hipóteses, tendo como percurso metodológico a pesquisa bibliográfica.

Nosso percurso, portanto, será a descrição e análise de cada uma das hipóteses de Harvey (2010) e sua correlação com a realidade empírica nas grandes cidades brasileiras. Em linhas gerais, a primeira hipótese sustenta que a diferenciação residencial deve ser interpretada como reflexo da dinâmica de reprodução social no âmbito das sociedades capitalistas. A segunda hipótese afirma que as áreas residenciais (vizinhanças, comunidades) promovem distinções nos padrões de interação social, em função do modo como seus indivíduos constroem seus valores, expectativas, hábitos de consumo e consciência de classe. Já, a terceira hipótese, considera que a fragmentação de grandes concentrações populacionais em distintas comunidades promove, por sua vez, divisão da consciência de classe, nos termos marxistas, e minam as perspectivas de superação do capitalismo pela via da luta de classes. E, por fim, a quarta assertiva considera que os padrões de diferenciação residencial refletem e incorporam muitas das contradições das sociedades capitalistas, desse modo, os processos que criam e sustentam esses padrões são consequentemente o *locus* de instabilidade e de contradição.

---

<sup>1</sup> Ver mais em: <http://www.saskiasassen.com/>

## Estrutura social e diferenciação residencial: a realidade brasileira

No caso das cidades brasileiras, os fatores sociais e espaciais se relacionam gerando uma tensão desde o início de nossa urbanização até os dias atuais. Se, no início do século XX, a crise sanitária revelava que nossa tensão estava na desordem provocada pelos cortiços, no final do mesmo século, sob a égide da “cultura do medo”, são as favelas e as periferias, os espaços nomeados como responsáveis pela manutenção da tensão e de uma suposta desordem. Em ambos os períodos são os espaços das classes baixas e populares, bem como as suas práticas, que “estruturam” a organização espacial fragmentada e uma sociedade política que, segundo Ribeiro e Santos Junior (2005, p. 87), assemelham-se ao antigo regime, “onde as elites passam a controlar de maneira exclusivista a ordem poliárquica deformada, abandonando ao hobbessianismo os deserdados da nova ordem do mercado”. Neste contexto, quais seriam os mecanismos de produção e reprodução dessas desigualdades no âmbito das cidades brasileiras?

Os estudos sobre a questão fundiária na América Latina revelam que um dos principais mecanismos, histórico, é a articulação entre Estado e burguesia, denominada “sagrada aliança” (LESSA e DAIN, 1982), que garante mutuamente a perpetração do lucro e do poder<sup>2</sup>. Temos inúmeros exemplos dessa articulação e um retrato produzido por Kelly Hoffman e Miguel Centeno (2006) indica que:

Os padrões de posse da terra continuam medievais em todo o continente. Em praticamente todos os países, a elite agrária reteve o poder político e social em níveis profundos [cf. Conde, 1964], e a noção de um “colonialismo interno” se mantém relevante [cf. González Casanova, 1970; Paige, 1997]. No Brasil, até os anos de 1980, 80% da terra era ocupada em porções de cem hectares ou mais, enquanto propriedades de menos de dez hectares contabilizavam apenas 2,5% [cf. Reynolds, 1996]. Menos de 1% das posses da terra era de mais de mil hectares, mas elas respondiam por 43% da terra [cf. Wood e Carvalho, 1988] (HOFFMAN e CENTENO, 2006, p. 15).

Nos estudos brasileiros acerca da terra urbana, a “sagrada aliança”, definiu e ainda define desde as políticas públicas urbanas, aos investimentos urbanos, até a presença ou ausência de política habitacional<sup>3</sup>. Vários são os estudos brasileiros que analisam a configuração da estrutura urbana a partir da ação desses dois fortes atores que teriam “o poder de controlar as melhores localizações, especular com a terra desocupada e lucrar com mudanças na utilização das propriedades e suas redondezas” (TORRES et al, 2003, p. 98).

<sup>2</sup> Sobre política fundiária, ver Lojikine (1981), Maricato (1996).

<sup>3</sup> A respeito das políticas urbanas e habitacionais, ver Azevedo (1988), Cardoso (2011).

Essa articulação dos poderes políticos, por via do Estado, e econômicos, pela atuação da burguesia, congrega os quatro tipos-ideais de mecanismos de desigualdade concebidos por Therborn (2006): exclusão, exploração, hierarquização e distanciamento. Os mecanismos de exclusão podem ser observados na geração de desigualdades por efeito de restrições seletivas em que certos grupos colocam ao acesso de outros recursos e oportunidades. Já os mecanismos de exploração são propalados pela geração de desigualdades por efeito de apropriação assimétrica, por alguns grupos/pessoas, de bens e valores, em larga medida, produzidos por outros. Os mecanismos de hierarquização são frutos da geração de desigualdades por efeito de institucionalização de posições de superioridade ou inferioridade nas organizações formais. E, por fim, os mecanismos de distanciamento são resultantes da geração de distâncias sociais, econômicas, simbólicas (THERBORN, 2010, p. 147).

Com efeito, as grandes cidades latino-americanas, algumas delas cidades globais, são um mapa das múltiplas formas de desigualdade vivenciadas por sua população e das relações sistêmicas que essas desigualdades estabelecem entre diversos aspectos da vida social. Esse continente entornado, na concepção de Hoffman e Centeno (2006), tem historicamente altos índices de desigualdade comparada a outras regiões do mundo, o que gera implicações concretas do ponto de vista da distribuição desigual, por exemplo, do acesso à saúde às condições de infraestrutura e mobilidade urbana. Mais uma vez a título de exemplo, dentre inúmeros outros, podemos observar que:

Em Buenos Aires, a porcentagem da população sem cobertura de saúde vai de 19,5% em bairros ricos a 40% em muitos bairros pobres, enquanto a porcentagem de residências sem vasos sanitários estende-se de menos de 2% a quase 17% da população. A mortalidade infantil é superior ao dobro em alguns bairros se comparada a áreas mais ricas [cf. Arrossi, 1996] (HOFFMAN e CENTENO, 2006).

Esse pequeno fragmento reverbera o entrelaçamento de três dimensões analíticas das desigualdades sociais contemporâneas propostas por Therborn (2010): as desigualdades “vitais”, “existenciais” e “materiais” ou de recursos. A mortalidade infantil e a longevidade, condições de (des)igualdades vitais, são associadas às (des)igualdades materiais, expressas na correlação entre mortalidade infantil e condições de moradia. Desse modo, a falta de acesso à infraestrutura e a desigual distribuição de acessos a direitos essenciais como saúde e saneamento básico perpassam as desigualdades existenciais na medida em que “significam a negação de (igual) reconhecimento e respeito” (THERBORN, 2010, p. 146). Pelo seu caráter sistêmico, é imperioso reforçar que “as

desigualdades sociais são múltiplas e, apesar de suas características distintas, se relacionam e interagem entre si” (SILVÉRIO, 2010), o que impõe às análises acerca do tema uma reflexão multidimensional.

Se avançarmos em direção à segunda hipótese de Harvey – de que as áreas residenciais (vizinhanças, comunidades) promovem distinções nos padrões de interação social, em função do modo como seus indivíduos constroem seus valores, expectativas, hábitos de consumo e consciência de classe – podemos observar que, no Brasil, as pesquisas do Observatório das Metrópoles e do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) evidenciam duas tendências históricas de padrões de diferenciação residencial: a dualidade (centro-rico e periferia-pobre) e fragmentação (grande crescimento das periferias).

Esses padrões se mantêm predominantes nas dinâmicas socioespaciais das principais metrópoles, ainda que seja essencial observar que as periferias não são totalmente homogêneas. Há processos de aumento e crescimento das favelas, inclusive com o crescimento vertical daquelas localizadas nas áreas centrais e de disseminação dos condomínios fechados, em geral, localizados nas áreas limítrofes dos grandes centros, ou seja, em regiões periféricas (BALTRUSIS e D’OTTAVIANO, 2009; IVO, 2012; TORRES, 2004; ANDRADE, 2006).

Nesse contexto, as práticas segregacionistas das elites e dos grupos de classe alta e média têm orientado boa parte do olhar sobre as dinâmicas de segregação socioespacial das grandes cidades a partir dos precursores estudos de Mike Davis (1993), sobre Los Angeles. No Brasil, os trabalhos também pioneiros, sobre São Paulo, de Teresa Caldeira (1997; 2000) e de Heitor Frúgoli Jr. (1992), iniciam a abordagem da temática na realidade das nossas grandes metrópoles; circulando entre as novas formas de sociabilidade nos condomínios fechados e nos shoppings centers, respectivamente.

Tais estudos sugerem que as cidades brasileiras, desde o final da década de 1990, configuram novas articulações espaciais que expressam movimentos de homogeneização de redes entre iguais. Nasce desta realidade a cunhagem do termo “enclaves fortificados”, o que evidencia a propagação de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho; como indica Teresa Caldeira:

Na São Paulo contemporânea, com seus altos muros e grades, porteiros e seguranças privados armados, tecnologias de vigilância de toda sorte (câmeras de vídeo, cercas elétricas sobre os muros, portões eletrônicos etc.) e com seus contrastes impressionantes de riqueza ostensiva e extrema pobreza, muitas vezes vivendo lado a lado, o novo padrão de segregação espacial revela-se com clareza (CALDEIRA, 1997, p. 156).

É vertiginoso o crescimento deste processo. Em São Paulo, em 1992, os condomínios horizontais representavam apenas 2% do total de lançamentos residenciais na região metropolitana; em 1999, essa porcentagem alcança 14% do total, atingindo a marca dos 35% em 2004 (BALTRUSIS e D'OTTAVIANO, 2009).

Sob a égide da “cultura do medo”, um modo de vida “refugiado” é explorado pelo mercado imobiliário distinguindo elementos que compõem desejos e expectativas de classe, tais como “viver bem”, “ter uma vida saudável”, “vida feliz” e “vida em liberdade”. Como aponta Ivo (2012), esses elementos distintivos de classe estão muito presentes desde a própria definição dos nomes dos espaços: “Residence, Club, Resort, Ville ou Villa são recorrentes na denominação desses complexos, assim como os marcadores simbólicos de apelo ecológico: Brisa, Horto, Park.” (IVO, 2012, p. 137).

Ainda que tenhamos que relativizar e cada vez mais analisar a heterogeneidade, a diversidade e os conflitos que também são inerentes a essas novas formas de viver e conviver em sociedade, esses condomínios fechados evidenciam a produção de um espaço com alto grau de homogeneidade e de concentração de capitais culturais, sociais e financeiros, quando comparado às demais regiões das cidades<sup>4</sup>.

No outro lado dessa moeda estão estampadas áreas de vilas e favelas, um objeto de difícil mensuração, que gera dados censitários controversos; entretanto, em síntese, suas taxas de crescimento dos domicílios no Brasil têm ultrapassado o crescimento dos domicílios por município desde 1980. Os dados dos Censos analisados por Pasternak (2006) apontam que: “entre 1980 e 1991, os domicílios totais para o país cresceram 3,08% ao ano, enquanto os favelados cresceram 8,18% anuais. No período seguinte – entre 1991 e 2000 – os domicílios totais aumentaram 3,05% anuais, enquanto os favelados tiveram uma taxa de incremento anual de 4,18%” (PASTERNAK, 2006, p. 184). O aumento de domicílios é acompanhado *pari passu* pelo incremento de população favelada que “em 1980 alcançava 2,25 milhões de pessoas, a de 1991, mais de 5 milhões, e a do ano 2000, em torno de 7,2 milhões” (PASTERNAK, 2006, p. 184).

Essa fragmentação do território urbano das grandes metrópoles brasileiras é demarcada por fronteiras físicas, como no caso dos condomínios fechados, ou por limites simbólicos que distinguem favelas, e, notadamente, atendem “cada vez mais à construção de uma linguagem que,

---

<sup>4</sup> A este respeito, sugiro os estudos de Luciana Andrade (2006) sobre os condomínios fechados de Nova Lima, cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte.



classificando e estigmatizando o subproletariado e seus territórios, produz um efeito naturalizador das diferenças e das práticas discriminatórias de apropriação dos espaços das metrópoles” (RIBEIRO e SANTOS Jr., 2005, p. 102).

Este contínuo processo de segregação ou de exclusão também pode ser observado nas análises sobre uso e apropriação dos espaços públicos das grandes cidades. Alguns estudos recentes têm apontado uma busca cada vez maior pela convivência entre iguais – o que revela que a segregação socioespacial que se observa na cidade é também reproduzida nos seus espaços públicos. Ou seja, não há uma recusa à praça, mas uma recusa em interagir com as diferenças. As formas de apropriação estabelecem limites claramente perceptíveis, pois há um acordo tácito celebrado, explícita ou implicitamente, que sustenta e orienta as condutas dos assíduos frequentadores (ANDRADE, JAYME e ALMEIDA, 2009).

Em dois dos casos analisados pelas referidas autoras, na cidade de Belo Horizonte, as estratégias de determinados grupos para o controle dos espaços ficaram muito evidentes. Tanto o uso de um alambrado para cercar um dos espaços públicos quanto a não instalação de bancos no outro espaço, expõem atitudes que visam evitar o uso e a permanência de população de rua ou de pessoas que possam permanecer nessas áreas por um tempo mais prolongado. Além disso, alguns depoimentos dos usuários também esclarecem a motivação destas ações:

A ausência de bancos foi uma decisão nossa. Ela partiu do princípio: a praça vai ser uma praça de lazer, para criança andar no sábado e domingo, de velocípede, brincar e as pessoas andarem. Porque o primeiro banco que nós colocamos, no domingo veio uma família, infelizmente de uma menor posição social no país, veio da favela com sete mulheres e dez meninos, trouxeram cachaça, deu polícia e já deu confusão (ANDRADE, JAYME e ALMEIDA, 2009, p. 143).

De um modo geral, a configuração dessas práticas segregativas evidencia as distâncias sociais, os limites físicos e/ou simbólicos, a dualidade da estrutura de classes e “a consequência de tudo isso é que o tema da ordem e da integração social torna-se quase uma obsessão [...]”, se mantendo intenso na agenda política e midiática. E, nesta aparente disjunção, há um ponto comum, em ambos os casos, “[...] o esforço de organização da sociabilidade reduz-se a tentativas de isolamento e a uma construção restrita da alteridade, que, no limite, não passa de mera variação entre iguais” (SILVA, 2010, p. 287). Tanto que esse isolamento ou exclusão das camadas mais baixas tem se tornado o eixo central de vários estudos acerca dos tipos de segregação que refletem “as novas características da pobreza relacionadas com o impacto da crise do mundo do trabalho sobre os segmentos com baixa qualificação”, uma vez que essa “dinâmica tem efeitos

sobre a convivência social e pode colocar bloqueios à construção de projetos coletivos no plano das cidades e da sociedade” (KATZMAN e RIBEIRO, 2008, p. 251).

É imperioso, portanto, observar que esses padrões de segregação estão configurando a terceira hipótese de Harvey: a fragmentação de grandes concentrações populacionais em distintas comunidades promove a fragmentação da consciência de classe, nos termos marxistas, e minam as perspectivas de superação do capitalismo pela via da luta de classes.

A abordagem relativa à consciência de classe nos remete ao princípio básico materialista de que a consciência humana repousa sobre algumas condições materiais, o que implica em enfatizar que as relações entre classes são também consideradas como relações de dominação, uma vez que as ideias predominantes de uma época são as ideias da classe dominante, porque ela controla os meios de produção (COLLINS, 2009). Assim, no âmbito da cultura, as classes mais altas controlam os meios de produção econômico e intelectual, possuindo ideologias que são mais abstratas e que promovem a auto exaltação, assegurando também uma dominação ideológica e política, a chamada ‘violência simbólica’, segundo Bourdieu (2007).

Essa relação de dominação é sustentada pela desigualdade de recursos disponíveis para os distintos grupos sociais. Na estrutura urbana, a estrutura de poder é expressa na capacidade diferenciada dos grupos e classes de desencadear ações que lhes permitam disputar recursos urbanos como infraestrutura, saneamento, transporte, serviços e habitação. Com efeito, é fato que essa distribuição desigual de recursos configura também uma repartição díspar do próprio poder<sup>5</sup>. Nesse sentido, toda relação é medida em certas circunstâncias como uma relação de poder e, conseqüentemente, de dominação, ou seja, naquelas situações específicas em que um agente obedece a uma ordem específica dada por outro. Essa aceitação da dominação, segundo a perspectiva weberiana, baseia-se em motivos muito diferentes que vão desde o hábito, dominação tradicional, à promoção dos próprios interesses; todavia, é importante sublinhar que “o sustentáculo da dominação é o caráter legítimo que a dominação se reveste aos olhos dos próprios subordinados” (GIDDENS, 2005, p. 218).

A realidade contemporânea associa outras dimensões ao instituído processo de dominação das elites e que afetam consideravelmente as experiências de sociabilidade de classes. Os estudos de Santos Junior revelam que nas favelas, as fortes clivagens sociais e o aumento da

---

<sup>5</sup> O poder é interpretado como “a probabilidade de um dado agente de conseguir realizar os seus próprios objetivos, mesmo que para tal tenha que entrar em oposição a outros com os quais mantém uma relação social” (GIDDENS, 2005, p. 218).

violência estão induzindo a um tipo de individualismo que não encontra, na experiência coletiva, o substrato para a construção de identidades coletivas. Com a expansão das formas criminosas e perversas de sociabilidade, “(...) o sentimento de insegurança e de desconfiança em relação aos vizinhos têm destruído os laços de sociabilidade, enfraquecido os processos identitários no lugar de residência e, conseqüentemente, gerado obstáculos à formação de ações coletivas” (RIBEIRO e SANTOS Jr., 2005, p. 94).

Por outro lado, os moradores das áreas nobres ou centrais reformulam inclusive o vocabulário, expressando a nova forma de se relacionar com o poder público, por via de práticas marcadas pelo utilitarismo, constituindo-se assim enquanto “clientela”, “consumidor”, “parceiro”<sup>6</sup>.

Em síntese, os estudos do tecido associativo das metrópoles contemporâneas, desenvolvidos por Ribeiro e Santos Junior (2005), apontam a coexistência de dois padrões em termos de organização e mobilização: o comunitário-religioso, presente nas periferias e favelas, e o corporativo, nas áreas nobres e centrais. Os moradores das favelas, periferias e bairros populares frequentam mais as associações religiosas e comunitárias e são menos participativos nos sindicatos, associações profissionais e partidos políticos. Enquanto os moradores das áreas centrais estão organizados em sindicatos, associações e partidos políticos. Esse esvaziamento das ações coletivas das camadas populares indicia a fragilidade da consciência de classe.

A observação acurada às dinâmicas de exclusão e isolamento das classes populares é preciosa e sustenta a quarta hipótese de Harvey: os padrões de diferenciação residencial refletem e incorporam muitas das contradições das sociedades capitalistas; os processos que criam e sustentam esses padrões são conseqüentemente o “locus” de instabilidade e de contradição. Essa temática – exclusão e isolamento das classes populares, bem como suas dinâmicas – foi abordada por Katzman (2001), desencadeando a produção de um modelo de análise. Em linhas gerais, o argumento principal do autor aponta que o atual padrão de produção dos espaços urbanos metropolitanos nas cidades latino-americanas tem provocado um isolamento social dos pobres e esse processo “se convierte en un obstáculo importante para acumular los activos que se necesitan para dejar de ser pobre, lo que hace que la pobreza urbana socialmente aislada se constituya en el caso paradigmático de la exclusión social” (KATZMAN, 2001, p. 173).

---

<sup>6</sup> A este respeito, ver Maricato e Ferreira (2002), Operação urbana consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade?

Em seu modelo de análise, a segregação residencial, a segmentação laboral e a segmentação educativa se correlacionam na produção de um padrão socioespacial com fortes marcas excludentes. O autor explica que o atual sistema econômico reforça as precárias e frágeis condições de ingresso no mercado de trabalho, pois o mesmo é um espaço também privilegiado para acesso às redes de relacionamento que garantem a continuidade da inserção no trabalho e inclusive ampliam as chances de acesso a serviços. Concomitantemente, a segmentação do acesso aos serviços reduz as probabilidades de acesso a recursos vitais, como saúde, e essenciais para ultrapassar essa condição vulnerável, como a educação. A educação é uma via de mobilidade, de integração social, de constituição de redes de relacionamento, vínculos de solidariedade, de afeto, de autoestima. “A universalização da educação, não obstante sua baixa qualidade, cria a expectativa de integração social pelo mérito e eleva as aspirações de sucesso” (KATZMAN e RIBEIRO, 2009, p. 253).

Associa-se ainda a redução dos espaços públicos, o que restringe as possibilidades de estabelecimento de contatos informais entre classes, fato que atenua ainda mais as chances de acesso ao mercado de trabalho e consequente ascensão social. Este isolamento se converte em um obstáculo importante para o acúmulo de ativos/capitais que permitam ultrapassar a condição de pobreza. Isolados do mercado de trabalho, da educação formal, das redes de sociabilidade vão se constituindo e reproduzindo desigualdades e exclusões cumulativas. Em síntese: “um dos mais dramáticos desafios das políticas sociais nas áreas metropolitanas está em transformar estas ‘externalidades negativas’ em positivas, isto é, fazendo com que as características do local de residência deixem de constituir os fatores decisivos para a reprodução da pobreza” (TORRES e MARQUES, 2004).

## Considerações finais

Nesse ensaio foi possível explorar quatro hipóteses elaboradas por David Harvey (2010), assentes na teoria do conflito, referentes à correlação entre estrutura social e diferenciação residencial, a partir de dados empíricos e modelos de análise que exploram os contextos socioespaciais das grandes cidades latino-americanas.

Cabe ainda, antes de encerrar, traçar pequenas notas sobre a atual estrutura de classes presentes nas sociedades contemporâneas que se delineiam por uma multiplicação de grupos, constituídos por uma gama de vínculos laborais, de rendimentos, de posições nos diversificados setores das atividades que ultimamente movimentam as economias globalizadas e que aguçam as

críticas à noção de classes sociais. Nesse cenário, como se estabelecem essas relações de classes, ou como são interpretadas essas relações?

Além disso, a atual complexidade das sociedades contemporâneas sublinha ainda a necessidade de se considerar, nas análises acerca dessa temática, as desigualdades categoriais, que envolvem gênero, idade, cor/raça, nacionalidade e identidade cultural. Com efeito, a despeito dos avanços na produção e divulgação de indicadores, estudos e pesquisas acerca das desigualdades sociais contemporâneas estão se multiplicando e adquirindo novos contornos em função das interdependências sociais globais à escala planetária.

É preciso considerar que tais categorias geram diferenças e não necessariamente desigualdades. Entretanto, é no espaço urbano e na interação social que essas diferenças podem se impor estabelecendo limites entre os que estão dentro e os que estão fora, conduzindo assim à delimitação de fronteiras materiais e simbólicas, associadas a distribuições desiguais de acesso aos recursos e oportunidades, de forma mais acentuada e duradora. Neste sentido, é essencial salientar que as relações de dominação ganham ainda mais relevância na medida em que, além da dificuldade em construir uma escala de estratificação a partir da ideia de classes antagônicas, há que se considerar os limites em evidenciar de forma objetiva desigualdades reais que muitas vezes ganham mais e mais matizes. Assim como as desigualdades se apresentam de forma multiplicada, as formas de dominação se diversificam. Tais desigualdades podem não ser tão recentes e estar mais ou menos acentuadas, quando comparadas a outrora, mas constituem-se como novos desafios para as análises no âmbito das Ciências Sociais.

## Referências

- ANDRADE, Luciana Teixeira. Estilos de vida nos condomínios residenciais fechados. In: FRÚGOLI Jr., Heitor; ANDRADE, Luciana T.; PEIXOTO, Fernanda Áreas (orgs). *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: PUCMinas/Edusp, 2006.
- \_\_\_\_\_; JAYME, Juliana Gonzaga; ALMEIDA, Rachel de Castro. Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 21, p. 131-151, 2009.
- AZEVEDO, Sérgio de. Vinte e dois anos de política habitacional (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. *Revista de Administração Pública FGV*, v. 22, n. 4, out./dez., 1988, p. 107-120, 1988.
- BALTRUSIS, Nelson; D'OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo. Ricos e pobres, cada qual em seu lugar: a desigualdade socioespacial na metrópole paulistana. *Cad. CRH* [online], v. 22, n. 55, p. 135-149, 2009.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 2007.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: 34, 2000.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; ARAUJO, Flávia de Sousa. Habitação de Interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, ANPUR.

COLLINS, Randall. *Quatro tradições sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 2009.

COSTA, Antonio Firmino. Desigualdades globais. *Sociologia, problemas e práticas*, n. 68, pp. 9-32, 2012.

\_\_\_\_\_. *Desigualdades sociais contemporâneas*. Lisboa: Mundos Sociais, 2012.

DAVIS, M. *Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo, Scritta, 1993.

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. *Revista Brasileira de Educação*, p. 5-19, mai./ago., 2001.

FRÚGOLI JR. Heitor. Os shoppings de São Paulo e a trama do urbano: um olhar antropológico. In: PINTAUDI, Silvana Maria; FRÚGOLI JR. Heitor (coords.). *Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1992. p. 75-92.

GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e Moderna Teoria Social*. Lisboa: Presença, 2005.

HARVEY, David. *The urban experience*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2010.

HOFFMAN, Kelly; CENTENO, Miguel Angel. Um continente entortado (América Latina). *Tempo social* [online], v. 18, n. 2, p. 11-46, 2006.

IVO, Any Brito Leal. Jardins do Éden: Salvador, uma cidade global-dual. *Cad. CRH* [online], v. 25, n. 64, p. 131-146, 2012.

KAZTMAN, Ruben. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. *Revista de la Cepal*, n. 75, p. 171-189, 2001.

\_\_\_\_\_; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Metrôpoles e sociabilidade: os impactos das transformações socioterritoriais das grandes cidades na coesão social dos países da América Latina. *Cadernos Metrôpole*, São Paulo, n. 20, p. 241-261, 2008.

LESSA, Carlos & DAIN, S. Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento. In: BELLUZZO, L. G. & COUTINHO, R. (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LOJIKINE, J. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARICATO, Ermínia. *A metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_; FERREIRA, João Sette Whitaker. Operação Urbana Consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade? In: OSÓRIO, Letícia Marques (org.). *Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: novas perspectivas para as cidades brasileiras*. Porto Alegre/São Paulo: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

PASTERNAK, Susana. São Paulo e suas favelas. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, n. 19, p. 176-197, 2006.

QUADROS, Waldir José de; MAIA, Alexandre Gori. Estrutura sócio-ocupacional no Brasil. *Revista de Economia Contemporânea* [online], v. 14, n. 3, p. 443-468, 2010.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. Democracia e cidade: divisão social da cidade e cidadania na sociedade brasileira. *Análise Social*, v. XL (174), p. 87-109, 2005.

\_\_\_\_\_. Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano. In: CARNEIRO, Sandra de Sá; Sant'Anna, Maria Josefina Gabriel (orgs.). *Cidades, olhares, trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SASSEN, Saskia. Economía y Ciudad. Entrevista concedida a Raquel Azpíroz. *Forbes Life*, n. 9, 2013. Disponível em: <<http://www.saskiasassen.com/pdfs/interviews/economia-cuidad.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Violência urbana, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. *Cad. CRH* [online], v. 23, n. 59, p.283-300, ago., 2010.

SILVÉRIO, Maria. BRICS: desigualdades sociais nos países emergentes. *Observatório das Desigualdades*. Lisboa, CIES, 2010. Disponível em: <<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=123>>. Acesso em: 11 de set. 2013.

THERBORN, Göran. Os campos de extermínio da desigualdade. *Novos Estudos* [online], CEBRAP, n. 87, p. 145-156, 2010.

TILLY, Charles. O acesso desigual ao conhecimento científico. *Tempo Social* [online], v.18, n. 2, p. 47-63, 2006.

TORRES, Haroldo da Gama. Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online], v. 19, n. 54, p. 41-55, 2004.

\_\_\_\_\_; MARQUES, Eduardo. Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana. *São Paulo em Perspectiva*, n. 18(4), p. 28-38, 2004.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. FERREIRA, Maria Paula; BITAR, Sandra. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estudos Avançados*, n. 17 (47), p. 97-128, 2003.

WIEVIORKA, Michel. *Nove Lições de Sociologia: como abordar um mundo em mudanças?* Lisboa: Teorema, 2012.

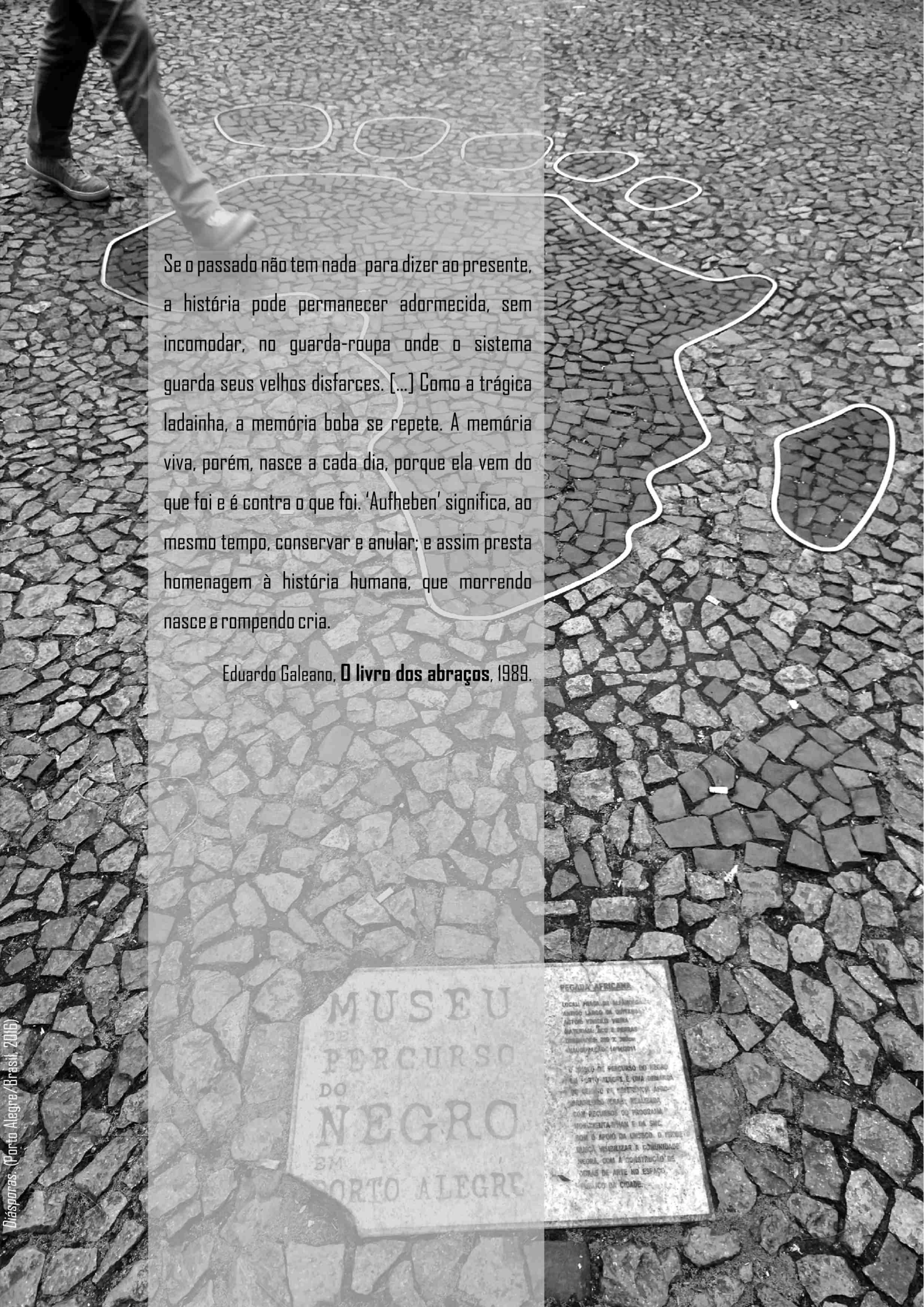
ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio Augusto (org). *O espaço da diferença*. Campinas, Papirus, 2000, p. 80-103.





PERCEPÇÕES  
INQUIETAÇÕES  
PROPOSIÇÕES





Se o passado não tem nada para dizer ao presente, a história pode permanecer adormecida, sem incomodar, no guarda-roupa onde o sistema guarda seus velhos disfarces. [...] Como a trágica ladainha, a memória boba se repete. A memória viva, porém, nasce a cada dia, porque ela vem do que foi e é contra o que foi. 'Aufheben' significa, ao mesmo tempo, conservar e anular; e assim presta homenagem à história humana, que morrendo nasce e rompendo cria.

Eduardo Galeano, **O livro dos abraços**, 1989.





artes . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . letras . direito . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . ciências sociais . educação . museologia . turismo . engenharia . geografia



artes . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . letras . direito . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . ciências sociais . **EDUCAÇÃO** . museologia . turismo . engenharia . geografia

## **PASSEANDO PELAS RUAS, NÓS FAZEMOS A HISTÓRIA.**

**O direito à cidade e a cidadania ativa em práticas escolares de São Paulo.**

Este artigo descreve duas experiências pedagógicas desenvolvidas no ano de 2019, com alunos do 9º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Virgílio de Mello Franco, localizada na periferia da cidade de São Paulo e onde o autor do presente texto atua como diretor. De um lado, a experiência de contato dos educandos com o jogo *Passeando pelas Ruas*, elaborado pelo coletivo de mesmo nome que desenvolve ações de democratização do patrimônio cultural da cidade de São Paulo. Por meio de um tabuleiro que emula o mapa da cidade e tematiza seus principais monumentos, personagens, lugares de interesse e regiões. De outro lado, o projeto *Nós Fazemos a História: a Escola e os Movimentos Sociais*, que trouxe ativistas de distintos grupos e coletivos para dialogar com os educandos sobre suas pautas, demandas e mobilizações como sujeitos históricos, em interação com a proposta do Currículo da Cidade de São Paulo. Ao relacionar ambas as experiências pedagógicas, refletimos sobre possibilidades de construção curricular que mobilizem metodologias ativas da aprendizagem e tematizem o direito à cidade (HARVEY, 2013) e a construção de uma cidadania ativa (BENEVIDES, 1994).

## Considerações iniciais

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Virgílio de Mello Franco está localizada no extremo leste da cidade de São Paulo, no distrito do Jardim Helena, cerca de vinte quilômetros distante do centro da cidade. É uma região que figura entre os números de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) mais baixos dentre os dos bairros periféricos da metrópole<sup>1</sup>. No entorno do terreno onde se construiu a escola, ainda são comuns enchentes e alagamentos, por ser uma região de várzea do Rio Tietê e parca a presença do poder público, o que se reflete na falta de saneamento básico para todos e no problema de moradias ainda em situação irregular. Apesar do contexto desfavorável, testemunhamos como educadores a busca dos educandos pelo acesso a conhecimentos cada vez mais complexos e, de suas famílias pela garantia de escolaridade aos filhos, além de nossa própria busca pelo oferecimento de ensino de qualidade, em um ambiente democrático e respeitoso.

No ano de 2019, dois projetos realizados com as turmas de 9º ano puseram em prática alguns valores do Projeto Político-Pedagógico da escola, a saber, o diálogo com a realidade e demandas do território e da cidade, e a construção do protagonismo estudantil pelo diálogo com práticas de cidadania ativa.

O primeiro projeto foi a vivência do jogo *Passeando pelas Ruas*, criado pelo coletivo de mesmo nome, que desenvolve ações de democratização do patrimônio cultural da cidade de São Paulo, por meio de visitas aos seus bairros, museus, festas e manifestações culturais. O jogo possui um tabuleiro que emula o mapa da cidade e tematiza seus principais monumentos, personagens, lugares de interesse e regiões. A experiência de contato dos educandos com esse recurso lúdico como metodologia de aprendizagem permitiu a nós refletir sobre como eles, moradores de um bairro periférico da cidade de São Paulo, se relacionam com o espaço urbano e são capazes de ressignificá-lo.

O outro projeto, *Nós Fazemos a História: a Escola e os Movimentos Sociais*, trouxe ativistas de distintos grupos e coletivos para dialogar com os educandos sobre suas pautas, demandas e mobilizações enquanto sujeitos históricos que mobilizam formas de cidadania ativa. Em diálogo com a proposta curricular oficial da cidade, indagamos o papel dos movimentos sociais

---

<sup>1</sup> Dados específicos a respeito do distrito do Jardim Helena, em São Paulo, podem ser obtidos em: <<https://www.redesocialdecidades.org.br/br/SP/sao-paulo/regiao/+jardim-helena>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

como produtores de conhecimento, cuja presença na escola pode potencializar uma educação necessária para a construção de outro projeto de cidade e de sociedade.

Assim, o principal objetivo deste texto é entender como as práticas escolares podem ser compreendidas a partir de dois pressupostos básicos: a necessidade de apropriação do espaço urbano e o diálogo entre escola e sociedade. Para desenvolver essas reflexões, descreveremos a seguir cada um dos projetos, seus objetivos, metodologias e resultados, ressaltando aspectos pertinentes que nos levem a pensar o papel da escola como promotora de uma educação para o direito à cidade e para a construção de uma cidadania ativa, conceitos que devem permear vivências curriculares emancipatórias.

### **Passeando pelas ruas “sem catracas...”**

No ano de 2019, uma das estratégias utilizadas em nossa escola para tematizar conceitos estruturantes da Geografia no ensino fundamental, conforme a proposta curricular oficial da cidade de São Paulo (SÃO PAULO, 2019, p. 80), foi a aproximação com o coletivo Passeando pelas Ruas, que desenvolveu um jogo de tabuleiro sobre a cidade. O tabuleiro em si emula o mapa de São Paulo permeado por percursos que saem de uma região da cidade até outra com as pequenas peças representando monumentos conhecidos: Edifício Martinelli (centro), Museu do Ipiranga (zona sul), Memorial da América Latina (zona oeste), Capela de São Miguel Arcanjo (zona leste) e Sítio Morrinhos (zona norte). Para avançar com as peças no tabuleiro, cada jogador deve acertar as adivinhações de uma das 240 cartelas com nomes de logradouros, patrimônios, personalidades e entretenimentos, todos ligados à vida cultural e geográfica da metrópole paulistana. O recurso do jogo atende à necessidade de garantir o conhecimento sobre o espaço geográfico urbano e, ao mesmo tempo, a demanda dos alunos por estratégias de aprendizagem ativas e lúdicas.<sup>2</sup>

A vivência do jogo foi experimental. Duas turmas de 9º ano tiveram contato com ele através de uma atividade dividida em três partes: o pré-jogo; o jogo em si; e o pós-jogo. No pré-jogo, reunimos alunos de cada turma e propomos um diálogo através de questões sobre o conhecimento e a vivência que tinham da cidade, a partir do lugar em que vivem. Duas questões nos chamaram a atenção. Primeiro, a maioria dos educandos diz não conhecer muitos lugares da cidade, sempre com o olhar voltado para regiões mais centrais e lugares e/ou estabelecimentos

---

<sup>2</sup> A atividade realizada na escola pelo coletivo Passeando pelas Ruas foi tema de reportagem do SPTV, telejornal local da Rede Globo, no dia 31 de agosto de 2019. Ver mais em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/videos/t/sptv-1-edicao/v/grupo-de-historiadores-cria-jogo-para-falar-sobre-a-cidade/7886660/>>. Acesso em: 20 nov. 2020.



socialmente considerados “turísticos”, devido a questões de paisagem ou conteúdo histórico; sua vivência de cidade está circunscrita ao espaço local. Segundo, a experiência de cidade para além do território local (conhecimento de logradouros, monumentos, museus, espaços públicos) se dá fundamentalmente através da escola e também das atividades que esta realiza, como passeios, excursões, etc.

Após essa atividade inicial, os alunos foram apresentados ao jogo e suas regras, assim como conheceram as peças e o tabuleiro. Para facilitar, escolhemos as cartas com graus de dificuldade adequados, que remetessem a pessoas, lugares e monumentos mais conhecidos. Percebemos, durante o jogo, grande envolvimento dos estudantes a partir dos objetivos estabelecidos, concentração e descontração ao longo da partida, de modo a se configurar um momento de lazer.

Os jovens interagiram com as regras, criaram estratégias para lidar com os desafios, mostraram-se curiosos para conhecer informações que ainda não possuíam e trouxeram à tona experiências de cidade que já tinham com lugares, pessoas ou espaços que apareciam no jogo. Vale lembrar que a proposta do Passeando pelas Ruas inclui tematizar todas as regiões da cidade, inclusive os bairros mais afastados do centro. Há, inclusive, menção, em uma das cartas, ao distrito do Jardim Helena, onde se localiza a escola e onde vivem os educandos.

No pós-jogo, imediatamente após o término das partidas, pedimos que os estudantes registrassem oralmente suas percepções a respeito da atividade. Todos demonstraram ter gostado da experiência, por ter sido um momento lúdico e que, ao mesmo tempo, mobilizou e ampliou conhecimentos deles sobre a cidade. Uma das turmas, inclusive, manifestou o desejo de conhecer mais determinados espaços, em especial a Avenida Paulista e o MASP (Museu de Arte de São Paulo). Segundo eles, trata-se de um espaço conhecido, de que eles ouvem muito falar, mas não tiveram, até aquele momento, oportunidade de conhecer. Alguns deles afirmaram que, o que queriam era “dar um rolezinho” por lá. De fato, antes de encerrar o ano letivo (o último deles na escola), realizamos o passeio com mais ou menos 40 alunos e conhecemos, além do MASP, outros museus e espaços localizados na Avenida Paulista.

A partir da descrição acima, avaliamos a atividade no que diz respeito ao diagnóstico que permite fazer sobre as percepções de espaço urbano que têm os alunos, a importância do lúdico como meio de apropriação simbólica desse espaço e a ressignificação concreta da cidade por parte dos educandos.

Em primeiro lugar, o jogo permitiu verificar que as percepções dos estudantes sobre o espaço urbano separam nitidamente o que seria “a cidade” (seus espaços centrais e lugares mais valorizados), o bairro e a região onde vivem. Sua socialização se dá no território local e a ida para “a cidade” para fruição de seus espaços e equipamentos é circunscrita a situações muito especiais, em geral mediadas pela escola. Essa percepção revela traços da composição da cidade e seus “desenvolvimentos geográficos desiguais” (HARVEY, 2013, p. 29).

Nessa lógica, revela-se a composição deste território onde se localiza a escola: região periférica, bairro de trabalhadores, com forte presença de imigrantes nordestinos (e também, nos últimos anos, bolivianos e de nacionalidades africanas), conhecido como “bairro dormitório”, ou seja, bairro afastado do centro e, onde vivem os trabalhadores que, durante o dia, enfrentam verdadeiras viagens de transporte público para chegar ao trabalho, em geral nas regiões centrais. É possível imaginar que os momentos não marcados por atividades obrigatórias (estudos e trabalhos) para as famílias residentes desse território sejam vivenciados como momentos de descanso, vivência do cotidiano local e, do espaço familiar, devido sobretudo aos altos custos do deslocamento na cidade.

Ao mesmo tempo, isso aponta o papel da escola na socialização urbana desses cidadãos (SIMÕES, 2016). É a instituição educativa que permite a eles vivenciar experiências de cidade para além do seu contexto social imediato. A escola foi a agência socializadora que possibilitou desfrutar do espaço urbano de modo lúdico, sem o peso da obrigação do trabalho, sem as amarras que o alto custo do transporte e a baixa qualidade de vida acarretam para a mobilidade urbana. Como instituição pública, a escola também tem “um papel fundamental na estruturação das cidades e no desenvolvimento da vida social” (SIMÕES, 2016, p. 13) e, portanto, deve ser reestruturada como lugar privilegiado para o desenvolvimento de uma noção e uma experiência de direito à cidade.

Em segundo lugar, o jogo *Passeando pelas Ruas*, pelo seu evidente caráter lúdico, permitiu aos estudantes vivenciar uma experiência simbólica de cidade com autonomia, prazer e autotelismo (fim em si mesmo), características essas que definem uma situação de lazer autêntica ou o “estado de felicidade” (VENTOSA, 2016, p.22). Pela presença de um desafio a ser superado, com regras claras para se chegar ao objetivo e grau de dificuldade adequado, fez vivenciarem ainda um momento de concentração, autocontrole, satisfação pessoal e alteração da percepção de tempo, associado aos conhecimentos que permeiam e compõem a cidade. Na ausência de

condição financeira ou idade suficientes para passearem livremente na metrópole, os jovens tiveram o sonho da autonomia realizado de forma simbólica, abrindo caminho para serem trabalhados conceitos relacionados ao espaço urbano.

Em terceiro lugar, vale dizer, para além da dimensão simbólica, que a autêntica experiência de lazer vivenciada na escola pelos educandos com o jogo foi capaz de despertar-lhes o desejo de ocupação real da cidade. É o que percebemos a partir da demanda levantada por eles mesmos de realizar um “rolezinho” na Avenida Paulista, coração financeiro e cultural da metrópole. A palavra “rolezinho” tem sido empregada nos últimos anos para referir-se ao desejo, por parte da juventude periférica de grandes metrópoles, de apropriar-se dos espaços das cidades, aos quais em geral não têm acesso. A emergência dessa expressão no discurso dos estudantes evidencia a busca por superar a dimensão simbólica do tabuleiro e partir para uma expedição real, com o intuito de vivenciar ludicamente a cidade de São Paulo, sem perder de vista seu lugar de origem.

Dessa forma, o jogo, ao ser apropriado pela escola pública, funcionou como um “passe livre” que eliminou catracas e barreiras no deslocamento pela cidade, permitiu superar o caráter puramente utilitário e alienado que as relações de trabalho àquelas famílias estabelecem com a metrópole e garantiu aos educandos o reapropriar-se do espaço urbano com liberdade e autonomia.

Se as catracas simbolizam “a barreira física que discrimina, segundo o critério de concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 15), o jogo serviu aos estudantes como disparador de uma consciência do espaço capaz também de, simbolicamente, fazê-los “assumir coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano” (op. cit., 2013, p. 16).

Para nossa escola, a avaliação que fazemos dessa atividade aponta para sua pertinência em relação ao nosso Projeto Político-Pedagógico, à proposta curricular municipal e ao compromisso sociotransformador que deve ter a escola pública, em especial no contexto de periferia. A “ocupação” da cidade, realizada pelos jovens no “rolezinho”, transformou-se, dessa forma, em um gesto de reivindicação que aponta para a emergência de uma consciência de direitos de locomoção e de expressão, o que remete, para além do espaço geográfico como paisagem, também ao território, lugar de relações de poder, onde se faz necessário constituírem-se como cidadãos e buscarem sua transformação.

## “Nós fazemos a história...”

O segundo projeto desenvolvido em 2019 com as turmas de 9º ano teve como objetivo permitir aos estudantes o contato com movimentos sociais e populares que ocupam a arena pública e propõem projetos de país e de cidade mais inclusivos e democráticos. A ideia do projeto *Nós Fazemos a História: a Escola e os Movimentos Sociais* nasceu do diálogo entre a professora de História, os estudantes e o diretor: os segundos reivindicaram aulas mais “dinâmicas” e, a primeira atendeu pedindo ajuda ao terceiro, autor deste artigo. Diretor e professora identificaram interesses dos estudantes por conhecer determinados movimentos e, a partir daí, elaboramos o projeto.<sup>3</sup>

Nas duas aulas introdutórias, a partir do uso de metodologias ativas e recursos lúdicos, apresentamos os principais movimentos sociais que atuam no país e personalidades importantes das lutas sociais contemporâneas. O caráter dialógico dessas atividades despertou o interesse dos jovens para conhecer mais profundamente cada movimento social. Assim, na segunda parte do projeto, recebemos diversos ativistas de grupos, coletivos e movimentos, para rodas de conversa com os estudantes na escola.

A estrutura dessas atividades era simples: uma vez por semana, as turmas de 9º ano se reuniam em rodas de conversa e o(a) ativista convidado(a) podia se apresentar, falar de sua história, do movimento a que fazia parte e das pautas que o marcavam. Os educandos podiam interagir com o palestrante, algo que se tornou mais habitual conforme se acostumavam com a metodologia. Foram oito encontros que ficaram registrados em um documentário<sup>4</sup>. No último dia, visitamos o Espaço Alana, ONG localizada próximo à escola, para uma roda de conversa final com lideranças do bairro.

A proposta desse projeto provocou na escola um conjunto de importantes deslocamentos em relação à sua rotina, sua cultura, seu currículo. Identificamos a seguir três características importantes para nossa reflexão: o caráter dialógico da metodologia utilizada, a “ocupação” da escola por parte dos movimentos sociais e a cultura escolar em processo de transformação.

---

<sup>3</sup> O projeto foi registrado na forma de um documentário, disponível na página Caroline Fagundes no Youtube. Cf.: <<https://youtu.be/RISHSQIUMjk>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

<sup>4</sup> Os alunos conheceram: Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, movimentos de juventude, movimentos religiosos comprometidos com os direitos humanos, movimento feminista, movimento indígena, movimento negro e movimento LGBT.

Em primeiro lugar, ressaltamos o caráter dialógico, na concepção freiriana, da metodologia utilizada. Por demanda dos próprios alunos, nenhuma das atividades do projeto manteve a rotina habitual de aulas da escola, sendo todas elas marcadas por diferentes usos do espaço e do tempo em sala, propostas de participação ativa dos estudantes e diálogo constante com professores e ativistas. Isso permitiu aprofundar o caráter crítico-transformador do projeto, visto ser o diálogo uma práxis social que “abre caminhos para repensar a vida em sociedade, discutir sobre nosso *ethos cultural*, sobre nossa educação, a linguagem que praticamos e a possibilidade de agirmos de outro modo de ser, que transforme o mundo que nos cerca” (ZITKOSKI, 2017, p. 117). A metodologia mostrou-se coerente com a temática do projeto.

Em segundo lugar, aprofundou-se a relação entre escola e sociedade, através de seus movimentos organizados. Utilizando uma metáfora cara a esses campos, os movimentos sociais “ocuparam” a escola, trazendo para dentro dela seus saberes, suas histórias, suas memórias. É importante ressaltar que os movimentos sociais são espaços de prática educativa não formal muito importantes na consolidação da democracia: “além de reeducar quem deles participa, os movimentos sociais reeducam a sociedade porque 'põem nu' as contradições sociais” (PALUDO, 2005, p. 12). As práticas de Educação Popular que os movimentos levam a cabo permitem um diálogo entre realidade e conhecimento teórico que se direciona à qualificação de uma práxis transformadora. Levar para a escola, ambiente formal de educação, os movimentos sociais como objeto de estudo e como protagonistas do processo pedagógico, considerando que a escola tem um importante papel de formação para a cidadania, traz à tona a necessidade de ambas as formas de educação (formal e popular/não formal) dialogarem, a partir da percepção da realidade concreta como ponto de partida para a conscientização dos sujeitos. Como bem sintetizado por Paludo (2005, p. 14):

Não há como, portanto, fazer a formação tendo como base o movimento concreto da realidade, sem retomar um vínculo consistente com as discussões mais amplas dos sujeitos organizados (movimentos sociais) que fazem, cotidianamente, a luta de resistência e pela instituição de direitos.

Como consequência de tudo isso, percebemos movimentos importantes de modificação da cultura escolar a partir dessa experiência. Entendemos a cultura escolar como:

Um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a

incorporação desses comportamentos, normas e práticas, coordenadas às finalidades que podem variar segundo a época (JULIA, 2001, p. 10, grifo nosso).

Percebemos que o projeto interveio na forma tradicional de organização da escola, tanto do ponto de vista das normas, quanto das práticas. Quanto às normas, na perspectiva de Julia (2001), ao definir conhecimentos e condutas que devem ser objeto de ensino, a escola adentra a dimensão do currículo. Nesse sentido, por um lado, o projeto que aqui descrevemos, pôs em prática um conjunto de saberes já presentes na proposta curricular oficial da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, especialmente no que diz respeito à necessidade de entender os movimentos sociais no contexto do desenvolvimento capitalista nos séculos XX e XXI; e, por outro lado, a presença concreta de ativistas fez com que os “conhecimentos a ensinar e as condutas a inculcar” ultrapassassem o prescrito no currículo e se inscrevessem em um processo de conscientização para além do acúmulo de conhecimentos escolares. Na perspectiva freiriana, a conscientização é um processo de “crítica das relações consciência-mundo” que “aliada à curiosidade epistemológica, potencializa a criatividade da ação transformadora ante as situações-limite” (FREITAS, 2017, p. 87). O diálogo com militantes de movimentos gerou, portanto, não apenas saberes teóricos sobre esses coletivos, mas posturas novas em relação à compreensão de seu papel e a importância de assumir posturas ativas de transformação social.

Em relação às práticas, o papel das metodologias utilizadas no projeto – marcadas pelo diálogo e pela circularidade dos saberes, construídos horizontalmente – o papel mediador dos professores e o papel ativo dos militantes modificaram o modo tradicional de ensino vigente na escola. De fato, o projeto surgiu da demanda dos próprios alunos por aulas mais “dinâmicas”, ou seja, aulas que despertassem neles motivação para estudar e conhecer. O fato dos alunos terem a coragem de expor isso à professora e o fato dela ter tido a sensibilidade de entender a demandas dos alunos, também apontam a importância da escola desenvolver espaços de escuta mútua entre docentes e estudantes e relações marcadas pelo respeito e construção da autonomia destes. Ao mesmo tempo, o caráter dialógico das aulas permitiu que fosse vivenciado um espaço de construção e partilha de conhecimentos na forma de “um encontro em que se busca o conhecimento, e não em que este é transmitido” (FREIRE, 2011). Tratando-se de aulas construídas a partir de elementos simples – modificação do espaço e, debate com ativistas, mediado por professores – o que tivemos foram momentos de capacidade de se “reorientar os estudantes para a sociedade de forma crítica” e “estimular o pensamento crítico” (FREIRE E SHOR, 1987, p. 53).

## Considerações finais

A partir da descrição dos projetos aqui elencados, entendemos ser pertinente relacioná-los aos conceitos de direito à cidade e cidadania ativa, visando entender como a escola pode dar conta de uma formação realmente emancipadora. Segundo Tavolari (2016), o conceito de direito à cidade possui uma longa trajetória, desde que Henri Lefebvre o cunhou em 1968. De lá para cá, tanto a academia quanto os movimentos sociais se apropriaram de diferentes formas do conceito, dando-lhe uma pluralidade de significados possíveis. No Brasil, depois dos protestos de 2013, o conceito voltou a figurar como central nas reivindicações de movimentos sociais. Entre suas releituras possíveis está a de David Harvey (2013, p. 34), para quem o direito à cidade é:

O direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades e a nós mesmos é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados.

A partir dessa definição de Harvey, inferimos que a vivência da cidade como direito supõe uma cidadania ativa, posto que se trata de um direito coletivo, capaz de encaminhar um exercício coletivo do poder no sentido de “remodelar os processos de urbanização”. Por cidadania ativa entendemos “aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente participante da esfera pública e criador de novos direitos para abrir espaços de participação” (BENEVIDES, 1994, p. 9).

Ao atrelar o direito à cidade à noção de cidadania ativa, adentramos o terreno da educação e das práticas educativas. De fato, se o gozo do direito à cidade é uma consequência da mobilização social a partir de uma cidadania ativa, existe a necessidade premente de que o conjunto dos cidadãos, em especial aqueles que menos têm acesso aos bens materiais e simbólicos produzidos pela sociedade, possa desenvolver seu senso de cidadania, ou seja, ter acesso à informação e à formação capazes de despertar seu interesse pelos assuntos públicos, que dizem respeito diretamente à sua vida em sociedade. Nesse sentido, a escola cumpre um papel essencial: enquanto instituição de frequência obrigatória a todas as crianças e adolescentes, tem o potencial de interferir positivamente na construção de uma consciência cidadã que encaminhe para a intervenção social concreta.

Cidade e escola precisam entender-se como parte constitutiva uma da outra. Harvey (2013, p. 30), ao mesmo tempo em que afirma que “a cidade tem sido por muito tempo epicentro



de uma criatividade destrutiva”, também reconhece que esse espaço geográfico “sempre foi um lugar de encontro, de diferença e de interação criativa”. Ora, as mesmas afirmações podem ser feitas em relação à escola: lugar de construção do conhecimento, espaço de reprodução da ordem social, mas instância de socialização que permite que sejam experimentadas formas alternativas de vivência social. O que este artigo propõe é a necessidade e a possibilidade da escola se converter em um *epicentro de criatividade construtiva*, capaz de encaminhar processos emancipadores, a partir de sua realidade local aberta à dimensão global da vida social.

O direito à cidade é um grito, uma demanda, então é um grito que é ouvido e uma demanda que tem força apenas na medida em que existe um espaço a partir do qual e dentro do qual esse grito e essa demanda são visíveis. No espaço público- nas esquinas ou nos parques, nas ruas durante as revoltas e comícios [e, por que não, nas escolas?] – as organizações políticas podem representar a si mesmas para uma população maior e, através desta representação, imprimir alguma força a seus gritos e demandas. Ao reclamar o espaço em público, ao criar espaços públicos, os próprios grupos sociais tornam-se públicos (HARVEY, 2013, p. 30).

Reinterpretando, livremente, as palavras de Don Mitchell acima (apud HARVEY, 2013, p. 33), é preciso que a escola assuma seu papel como um “espaço público” onde ecoe o grito por outra cidade, outra sociedade possível. A escola precisa ocupar a cidade, tornar o espaço urbano um lugar de construção de conhecimentos a partir de experiências concretas de circulação e usufruto livre do que ela tem a oferecer. Ao mesmo tempo, os movimentos sociais podem ocupar a escola, contribuindo para que essa instituição se converta em espaço de construção efetiva da cidadania ativa, espaço em que a cidade toma consciência de seus próprios direitos.

## Referências

- BENEVIDES, M. V. Cidadania e democracia. *Lua Nova*, São Paulo, n. 33, p. 1-16, ago., 1994. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ln/n33/a02n33.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- FREIRE, P. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 2011.
- \_\_\_\_\_, P.; SHOR, I. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, A. L. S. Conscientização. In: STRECK, D.R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J (orgs.) *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 88-89.
- HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 27-34.
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n. 1, p. 9-443, jan/jun., 2001, Disponível em: <<http://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/39195/Dominique%20Julia.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 14-21.

PALUDO, C. Educação Popular e Movimentos Sociais na atualidade: algumas considerações. In: RIBEIRO, J. A. R. da; ROBEIRO, M.. (orgs.). I SEMINÁRIO DO TRAMSE: TRABALHO, MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO - REDES DE PESQUISA. 2011, Porto Alegre, Itapuy. *Anais...* Porto Alegre, Itapuy: 2011, p. 22-35.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. *Currículo da Cidade: Geografia*. São Paulo: SME/COPED, 2019.

SIMÕES, M. J. M. *Espaço público e socialização urbana: uma visão relacional*. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Lusíada, Lisboa/Portugal. Disponível em: <[http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/2159/1/mia\\_maria\\_simoes\\_dissertacao.pdf](http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/2159/1/mia_maria_simoes_dissertacao.pdf)>. Acesso em 20 nov. 2020.

TAVOLARI, B. *Direito à cidade: uma trajetória conceitual*. *Novos Estudos*, n. 104, p. 93-109, mar., 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/nec/v35n1/1980-5403-nec-35-01-93.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

VENTOSA, V. J. *Didática da participação: teoria, metodologia e prática*. São Paulo: SESC, 2016.

ZITKOSKI, J. Diálogo/Dialogicidade. In: STRECK, D.R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J (orgs.) *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 117-118.

artes . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . letras . direito . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . ciências sociais . educação . museologia . turismo . engenharia . geografia

artes . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . letras . direito . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . ciências sociais . educação . **MUSEOLOGIA** . turismo . engenharia . geografia



## **DE ONDE VÊM AS NARRATIVAS MUSEOLÓGICAS?**

**As comunidades no processo de construção de museus afro em Recife e Camaçari.**

O presente artigo tem por objetivo demonstrar, através de experiências em dois museus, as modificações de narrativas em instituições museais, em busca do direito à memória da população africana em diáspora. São analisados o Museu da Abolição em Recife/PE, criado por decreto lei em 1953; e o recém inaugurado Museu Afro-Brasileiro Pai Procópio de Ogunjá, fruto de uma iniciativa de uma comunidade afro religiosa. A proximidade das autoras com as duas instituições fez com que a análise pudesse contemplar a construção dessas narrativas que, no primeiro caso, se modificam a partir de anseios comunitários e, no segundo caso, já nascem sob a perspectiva “contaremos a nossa própria história”. Todo o contexto do artigo perpassa a importância da comunidade para construção das narrativas museais e como a Museologia perpassou e perpassa por um paradigma, visto que são instituições que nascem com a função de contar histórias oficiais e, nessas histórias, a comunidade afro-brasileira, até recentemente, não era contemplada ou representada em sua plenitude. Mas o progresso da área tornou possível agregar ao museu uma função social, pautada na construção de identidades e no desenvolvimento da sociedade. O paralelo entre essas instituições permite refletir sobre a importância dos museus afro enquanto agregadores para a comunidade negra, nas perspectivas de atrativo cultural e de lazer, mas também como palco de lutas e possibilidades de negociação e tomadas de decisão frente à preservação de suas memórias. Consideramos que o museu afro tem um lugar nessa luta, o de conchamar e reunir comunidade e museus tradicionais para se reinventarem a partir da escuta e do diálogo.

## Os museus e as narrativas

É suposto que contemporaneamente a minoria<sup>1</sup> tem voz. E essa voz ecoa por todos os cantos: mídias, redes sociais, mensagens instantâneas, passeatas, protestos, intervenções artísticas, exposições e museus. Quando se trata da população negra, seus gritos e protestos tem ganhado cada vez mais destaque na busca por desenvolver uma sociedade pautada em equidade e respeito às diferenças, visto que a trajetória histórica dos negros no Brasil iniciou-se com o processo de diáspora forçada do continente Africano para as Américas, que sustentou a economia escravagista por séculos e, também, inaugurou um dos crimes mais cruéis, que é a discriminação racial, envolvendo preconceitos e diabolização da cultura e da religiosidade de origens e bases africanas.

A busca pela reparação social<sup>2</sup> por meio de políticas de ações afirmativas e da exigência por representatividade e pelo direito à memória e história, contada de forma a identificar e valorizar a presença e participação africana na formação sociocultural brasileira, emerge no contexto atual de reivindicações e denúncias dos privilégios de grupos dominantes. O que nos instiga a identificar em que medida estes fenômenos são refletidos nas ações preservacionistas, tomando como foco museus, instituições vocacionadas à preservação da memória, história e valores sociais.

Para tal, entendemos que “a ação de preservação deve se voltar à criação de uma comunidade sensibilizada para exercitar seus olhares em relação às suas próprias memórias e patrimônios” (CUNHA, 2017, p. 80), sendo assim, os museus, “como palco de representação e de discurso” devem ser pensados para acompanhar os contextos presentes na sociedade, suas agências e insurgências. Dessa maneira, visualiza-se o propósito de estar a serviço tanto da sociedade quanto de seu desenvolvimento<sup>3</sup>, incrementando processos democráticos dentro da sociedade.

Por sua vez, esta perspectiva de processos democráticos, principalmente no que refere ao relacionamento mais profundo entre museu e comunidade, é gestada nas últimas décadas, notadamente nos finais de 1960, com o movimento do Ecomuseus desenvolvido por Hugues de

---

<sup>1</sup> Aqui estamos tratando das minorias sociais, ou seja, dos grupos de pessoas que se encontram em situação de dependência ou desvantagem social, cultural, política, étnica, física, religiosa ou econômica em relação a outro grupo “majoritário” dentro da sociedade.

<sup>2</sup> Sabe-se que o Brasil tem uma dívida histórica, que não foi acabada/perdoada/quitada com a abolição da escravidão; ao contrário, criou-se um abismo de exclusão social que vem paulatinamente sendo ressaltado.

<sup>3</sup> Conforme preconiza a definição de museus no Estatuto de Museus, Lei nº 11.904, de 2009.

Varine, seguidas de várias reuniões internacionais voltadas para repensar o papel dos museus. Ganha força com a criação em 1984 do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), durante o primeiro Atelier Internacional de Ecomuseus e Nova Museologia<sup>4</sup> em Quebec, e distingue-se a partir de um novo campo denominado Museologia Social.

Essa movimentação no campo museológico ficou conhecida por alterar as preocupações dos museus: *I) do edifício para o território*, passando a abranger em sua estrutura e atuação não apenas os tradicionais limites arquitetônicos e institucionais, mas também o desenvolvimento do seu entorno, a partir do fomento de novas experiências; *II) da coleção para o patrimônio*, ampliando sua natureza para natural, cultural, material, imaterial e aproximando-os dos seus contextos; *III) e do público para a comunidade*, levando-o a relacionar-se de forma mais próxima com às diversas camadas da população, visando não apenas ter um ponto de vista representacional mas sim, participativo, ativo e gestor (SANTOS, 2017).

Diversas iniciativas museológicas são desenvolvidas a partir de então; museus comunitários, sociais e ecomuseus, entre outros “novos museus” que são (re) criados para subsidiar a preservação, e em alguns casos a construção, das memórias coletivas em âmbito local, buscando um contraponto aos museus tradicionais, marcados pela herança colonial, desigual e de perspectiva única, conforme denuncia Cunha:

Museus refletem as sociedades às quais pertencem, ao tempo em que podem também influenciar e contribuir para a transformação das mesmas. No Brasil, o Estado tem sido o principal fomentador de ações de preservação, fato que reforça a necessidade de que os museus contemplem o maior espectro possível de segmentos sociais em suas abordagens. No entanto, no quadro geral da configuração de nossos museus, há o privilégio de alguns enfoques em detrimento de outros, colocando à margem, ou mesmo excluindo, várias memórias que compõem o tecido das memórias nacionais (CUNHA, 2017, p. 80).

É visando dar vozes a diversas camadas excluídas da sociedade, que os museus vêm buscando vincular-se aos conceitos de museus comunitários, muito embora sem estabelecer vínculos fiéis aos paradigmas propostos por essa nova abordagem, por exemplo, por sua dependência a instituições públicas federais, o que põe em risco a autonomia dos museus e limita a participação da comunidade como gestora, pois é muito difícil conciliar as aspirações desta com a rigidez das normas administrativas.

---

<sup>4</sup> Nova Museologia atualmente é um conceito polissêmico que se refere a uma corrente de revitalização da Museologia com diferentes princípios e métodos que se originam a partir da crise desta e dos museus de meados do séc. XX.



Portanto, apresentaremos a iniciativa de dois museus, com perspectivas de criação, gestão e vinculação diferenciadas, mas com compreensões muito próximas em relação a “comunidades”, principalmente no que relaciona-se a transformá-la em sujeito autônomo dos processos memorialísticos.

O Museu da Abolição (MAB) é um museu dito “tradicional” criado em 1953 para homenagear a história oficial da Abolição da escravidão no Brasil, em 1888, mas a partir de vários processos, e ao longo dos últimos dez anos, é possível verificar tentativas de se vincular aos princípios de democracia participativa e autogestão comunitária. E o Museu Afro-Brasileiro Pai Procópio de Ogunjá (MAPPO), que é uma iniciativa da própria comunidade religiosa para contar sua história.

A escrita é próxima<sup>5</sup>, com ares de um esboço etnográfico, uma vez que vivenciamos estas experiências ora enquanto autoras, ora participantes, ou mesmo como espectadoras, num processo dinâmico, em que atuamos a cada tempo de acordo com a necessidade da situação, visto nosso vínculo empregatício com o MAB, e voluntário com o MAPPO, além de nos relacionarmos enquanto comunidade identitária, que compartilha, além dos traços raciais, como pessoas negras, crenças, valores e interesses culturais.

### **Exposição em processo, experiência dialógica no Museu da Abolição**

O Museu da Abolição - MAB, localizado na cidade de Recife, capital do Estado de Pernambuco, é um museu público federal, criado por decreto de Lei<sup>6</sup>, destinado a homenagear os abolicionistas pernambucanos Joaquim Nabuco e João Alfredo. Atualmente é administrado pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, órgão regulamentador do campo museológico, que tem como missão preservar o patrimônio cultural musealizado e a memória brasileira, por meio da gestão da política pública de museus, que tem no Estatuto dos Museus<sup>7</sup> seu maior instrumento conceitual e jurídico.

---

<sup>5</sup> Faz-se necessário pontuar aqui a proximidade das autoras com as instituições. Daiane Silva Carvalho é museóloga no Museu da Abolição desde 2011, escrevendo sua dissertação de mestrado sobre a documentação da referida instituição. Daisy Conceição Santos, também museóloga, é Iyá Kekerê (Mãe Pequena) do Ilê Axé Ojisé Olodumare, terreiro que promoveu todo o projeto do Museu Afro-Brasileiro Pai Procópio de Ogunjá, do qual assinou a supervisão museológica.

<sup>6</sup> Lei Federal nº 3.357, de 22 de dezembro de 1957.

<sup>7</sup> Lei nº 11.904/2009, primeira lei abrangente para os museus brasileiros, em vigor para os museus federais desde 2011 - define as normas gerais a serem observadas tanto dos museus e dos processos museológicos.



**Fig. 01.** Fachada do Museu da Abolição em Recife/PE.

**Fonte:** Arquivo do Museu da Abolição.

Apesar do ato de criação ser em 1957, o MAB foi inaugurado oficialmente apenas em 13 de maio de 1983, em comemoração a assinatura da Lei Áurea, com a exposição intitulada *O Processo Abolicionista Através dos Textos Oficiais*, que exibiu representações da casa grande e da senzala, num enfoque que privilegiou a história oficial da escravidão e da abolição. Ficou aberta até 1990, momento do primeiro fechamento do Museu da Abolição<sup>8</sup>. Não por acaso, em tal ocasião o museu foi duramente criticado pela comunidade<sup>9</sup> negra local (MUSEU DA ABOLIÇÃO, 2012), haja visto que:

O que a memória da escravidão contém, ou o que o seu esquecimento oculta é, de início, a presença do Estado em uma operação de violência. Perseguição, sequestro e tortura faziam parte deste empreendimento que tinha, também, por característica, a tentativa de alienar o indivíduo da sua identidade inicial, privando-o, inclusive do seu nome, obrigando-o a desligar-se dos laços culturais e históricos que apoiavam a sua existência. Tentativa esta que não se concretizou por conta das várias estratégias de resistência logradas pelas mulheres e homens africanos escravizados que aqui chegaram e por seus descendentes, ao longo dos últimos cinco séculos (CUNHA, p. 88).

<sup>8</sup> “Decorridos sete anos de sua abertura, o museu foi fechado em 1990, permanecendo seis anos apenas com atividades administrativas. Voltou a abrir suas portas em 1996 e funcionou com seu espaço e acervo reduzidos: contava apenas com um memorial e duas salas de exposições temporárias, um auditório com capacidade para 50 pessoas e uma sala de administração.” (Assis, 2014, p.7)

<sup>9</sup> Segundo o Plano Museológico do MAB essa comunidade contempla os movimentos negros organizado, religiões de matriz africana, centro de estudos afro-brasileiros, associações culturais negras e a própria população negra recifense.

A abolição tampouco significou, para a maioria dos afro-descendentes, liberdade ou conquista de direitos. Isso é explícito, ao considerar o mote mais persistente entre os grupos de trabalho, reunidos por meio do Seminário<sup>10</sup> *O Museu que Nós Queremos* para planejar a reabertura do Museu da Abolição, após seu segundo fechamento em 2005. Assim, em virtude dos percalços acumulados em sua história, de diversos fechamentos, desvalorização e em alguns momentos até disputa litigiosa, foi necessário ao Museu da Abolição se “reinventar” e refletir sobre a temática da Abolição e sobre as expectativas da comunidade afrodescendente em relação ao Museu.

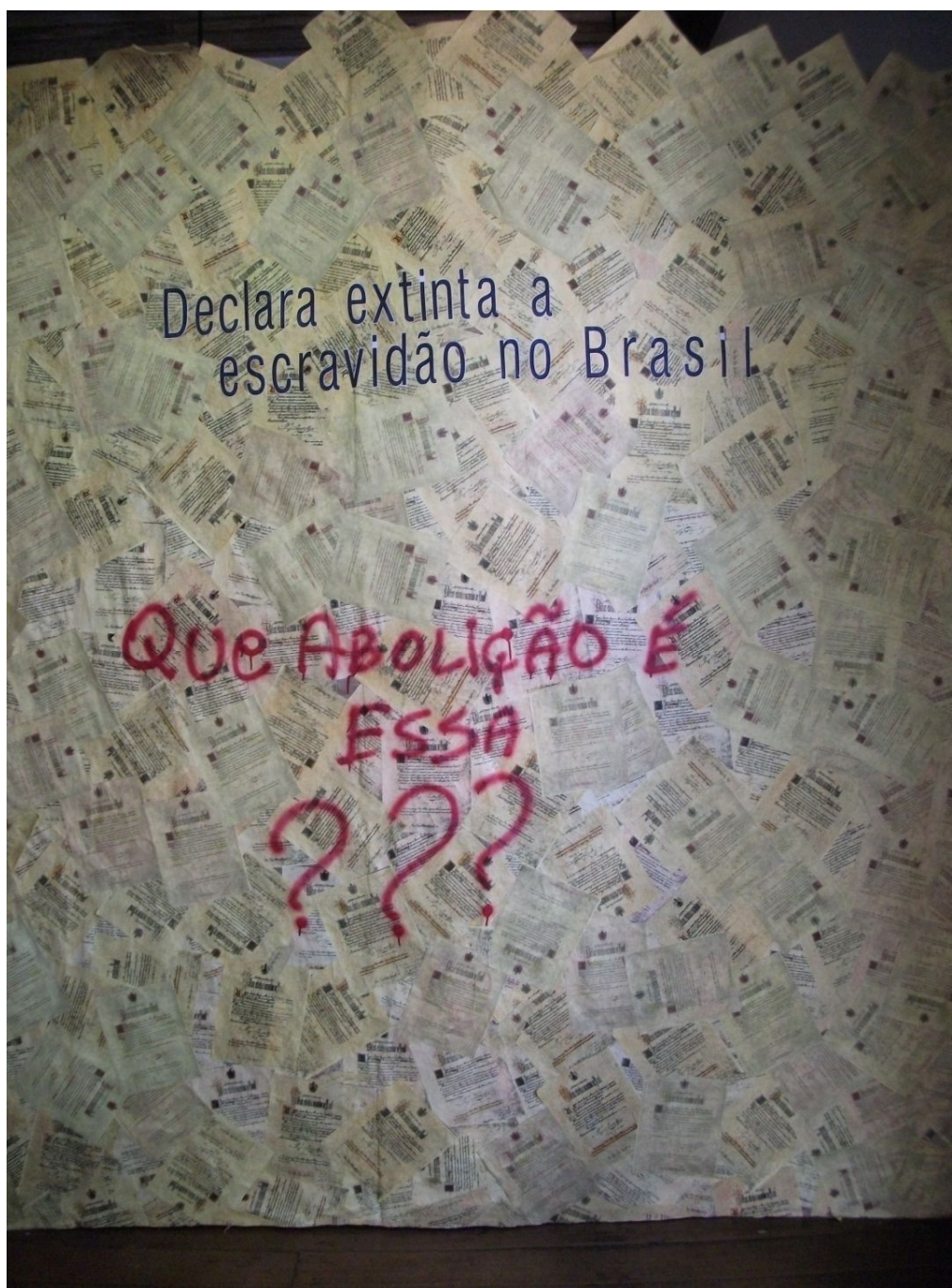
Em continuidade às ações de reabertura e com a proposta de participação, o MAB realizou a exposição campanha *O que a abolição não aboliu* (2008), que tinha por propósito “além do debate sobre o tema abolição, a participação do visitante, que podia “plantar” suas sugestões e ideias em um canteiro destinado a isto” (MUSEU DA ABOLIÇÃO, 2012, p. 13), durou cinco meses e com a “colheita” houve a possibilidade de alimentar novos processos que posteriormente desencadearam no Projeto de Elaboração Participativa.

Realizou também encontros variados, como rodas de diálogos, oficinas e palestras, mantendo um fórum de discussão continuado, objetivando reunir um número expressivo e diversificado de pessoas para desenvolver as diversas fases da construção do *Projeto de Elaboração Participativa da Exposição de Longa Duração do MAB*. Outro objetivo foi apresentar à sociedade o museu como espaço para reflexão sobre a temática abolição, em uma perspectiva histórica das lutas sociais e da resistência do povo negro, e estabelecer canais de participação efetiva da sociedade na sua gestão.

Ao analisar esse período, percebemos que o MAB buscou estruturar-se como um centro comunitário, a partir do esforço investido em sua reabertura, admirável sob todos os aspectos, posto haver sido o primeiro museu federal a assumir os riscos implícitos na gestão participativa, sobretudo quando não há, como não havia, maiorias que pudessem garantir, por um lado o imprescindível consenso e, por outro, minorias que assegurassem a pluralidade das propostas. Razão pela qual o Museu da Abolição é visto, e deve continuar a ser visto como um museu, diga-se, felizmente, em processo.

---

<sup>10</sup> Realizado em 2005, após o segundo fechamento do MAB por iniciativa de sua gestão, no intuito de criar estratégias para aproximação com o público, visando sua manutenção, e a reapropriação de sua sede, uma vez que esta havia sido ocupada pelo atual Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural - IPHAN, restringindo o museu a duas salas.



**Fig. 02.** Detalhe da Exposição *Em Processo* no MAB (2010).

**Fonte:** Arquivo do Museu da Abolição.

A exata semelhança de um museu comunitário, não obstante, vai de si, a diferença de escala, o MAB possui potencial de se transformar e aglutinar seu público-alvo, como já vem sendo feito nas diversas programações já realizadas, entre elas, o seminário *O Museu que Nós Queremos* (2005), a exposição *Em processo* (2010), cuja a ideia básica foi o engajamento e a participação da comunidade, em torno de uma “curadoria compartilhada, para a concretização expográfica da instituição” (VALENÇA, 2014, p.353).



Nosso interesse recai nesta experiência, concretizada na exposição *Em processo*, por seu caráter marcadamente social, na busca pela construção de uma narrativa expográfica compartilhada, capaz de desencadear conflitos e tensões do ponto de vista das diferentes acepções que foram necessárias articular em torno da apresentação do tema. O que sem dúvida não foi uma tarefa fácil:

Acalorados debates se sucederam durante várias sessões daqueles fóruns. Ao término de intensas negociações, chegou-se a um acordo sobre algumas ideias gerais para o projeto expográfico, que previa a criação de vários espaços temáticos relacionados à África e à presença do Negro na sociedade brasileira. Entre os que participaram das etapas de concepção e de montagem do projeto havia a nítida predominância daqueles que se reivindicavam como afrodescendentes, seguidos de outros simpatizantes da ideia da exposição e, finalmente, de alguns africanos que se encontravam na qualidade de estudantes conveniados em instituições de ensino superior no Brasil (MOTTA, 2012, p. 246).

Tarefa ainda mais árdua, ao considerar que o Museu da Abolição é, por vocação, um museu identitário ao qual cumpre representar o processo de emancipação das comunidades afrodescendentes no panorama da nacionalidade brasileira: híbrida, sincrética. Ora, identidades são processuais: evoluem, alteram-se, retificam-se, e portanto, são conflitantes e não cabem apenas em enfoques redutíveis a um atributo étnico: afro-descendente.

Tais desafios conceituais e metodológicos não passaram ao largo da construção dessa exposição, conforme evidencia Assis (2014, p. 14):

Se, por um lado, o processo resultou na acentuação das disputas conceituais e simbólicas, revelou, por outro lado, os conflitos existentes dentro dos diversos movimentos sociais, sejam eles culturais, religiosos ou políticos, demonstrando que este universo não é consensual nem tampouco coeso. Ou seja, expôs sua complexidade e diversidade. Com isto, o papel do museu, que se distancia do lugar do consenso, nos leva a refletir sobre a função social dos museus, não só quanto ao processo de patrimonialização e musealização, mas, sobretudo, quanto ao que é escolhido para expor, comunicar, informar; e também quanto à forma de expor, comunicar, informar. Vale dizer, uma reflexão sobre a autoridade do discurso na curadoria.

Memórias são silenciadas o tempo inteiro na construção de uma narrativa expográfica. Com efeito, independe da tipologia do museu. O processo de disputas é salutar e deve ser incentivado e gerido pelo museu, visto que este “não é espaço do consenso, mas o local em que os conflitos podem ser revelados” (ASSIS, 2014, p. 17).

A saída para todos esses desafios, no caso do Museu da Abolição, foi manter o processo participativo independente do produto, a exposição. Ou seja, a gestão compartilhada foi

pretendida mais como função normativa do que propriamente executiva. Assim, o foco foi a construção de um “macro roteiro”, para uma exposição de longa duração com questões que delimitaram os temas relevantes para a comunidade, quais sejam:

1. África como berço da humanidade;
2. Correlação entre África e Brasil ao longo da história numa perspectiva cronológica;
3. Contribuição dos povos negros na formação da sociedade brasileira;
4. Visão crítica sobre o processo abolicionista e seus resultados na atualidade;
5. Destaque para as lutas e movimentos de resistência negra;
6. África na atualidade (Museu da Abolição, 2012, p.26).

Por fim, entendemos, que as transformações trazidas a partir da efervescência da sociedade brasileira, no que tange às discussões atuais sobre questões raciais, direitos sociais, etnicidade, e representatividade, aos poucos atingiram a museologia brasileira, e exigiu uma redefinição do papel dos museus:

Nessa nova ordem discursiva e política, há uma tendência à recusa, por parte de alguns museus, a se identificarem apenas como espaços depositários e legatários associados a coisas passadas, resultado de coletas seletivas e acumulativas. São museus que buscam, cada vez mais, integrar processos sociais dinâmicos que, em última instância, revelem e deem novos sentidos aos artefatos neles conservados e expostos. Alguns chegaram inclusive a romper em algum momento com as fórmulas canônicas de exibir artefatos culturais, com o intuito de, ao invés disso, estabelecer um diálogo com grupos sociais subalternos, convidados para neles intervirem e se verem representados (MOTTA, p. 245).

O MAB é um exemplo dessa “nova tipologia” de museu, e mesmo por ser um museu de feição tradicional, ligado a um órgão público, conseguiu potencializar espaços de participação comunitária, ampliando suas funções sociais, e buscando legitimar-se e ratificar a comunidade local e nacional enquanto protagonista de uma discussão pertinente na contemporaneidade, essa que permeia as temáticas afrodescendentes. Visto não se tratar apenas da história, mas também do presente, tentando revelar um futuro mais promissor, em que se sobreponha o protagonismo, a emancipação e ascensão do povo negro.

### **Museu Afro-Brasileiro Pai Procópio de Ogunjá, compartilhando ideias e saberes para sua concepção**

O Museu Afro-Brasileiro Pai Procópio de Ogunjá (MAPPO) é um projeto do Ilê Asè Ojisé Olodumare (também conhecida como Casa do Mensageiro<sup>11</sup>), comunidade religiosa de Candomblé

---

<sup>11</sup> Trata-se de uma tradução do nome iorubano do Ilê Axé Ojisé Olodumare. A denominação Ojisé está relacionada ao orixá Esú (Exu), patrono deste terreiro. Ojisé é uma das denominações de Esú, o Mensageiro entre os Deuses e os homens na cosmogonia iorubana.

de Nação Ketu<sup>12</sup>, que através do seu instrumento civil, a Associação Afro-Brasileira Casa do Mensageiro (AFROCANTE) tornou possível a construção, produção e montagem dessa instituição museológica em tempo recorde. Faz-se necessário ressaltar a questão da temporalidade, pois para os africanos em diáspora, que passam pelo processo iniciático dentro do Candomblé, a noção de tempo é outra. Segundo Prandi (2001) “(...) no candomblé (...) tudo tem seu tempo, e cada atividade se cumpre no tempo que for necessário. É a atividade que define o tempo e não o contrário” (p. 45). E assim, o MAPPO foi criado e concebido; foi construído, teve suas paredes erguidas, sua expografia definida, sua montagem e sua abertura, no dia sete de novembro de 2020. Tudo isso ocorreu em um prazo de trinta dias. Trata-se de uma lógica outra, se formos estabelecer um comparativo com os museus ligados à administração pública, com uma distância temporal considerável entre decretos de criação e inaugurações.

Assim como a noção de tempo, a noção de preservação e patrimônio dentro de uma comunidade afro-religiosa também é outra. A noção de pertença é o que acaba dando sentido à necessidade de preservar e de cuidado com o patrimônio. Como explica Prandi (2001):

Num terreiro de candomblé, praticamente todos os membros da casa participam dos preparativos, sendo que muitos desempenham tarefas específicas de seus postos sacerdotais. Todos comem no terreiro, ali se banham e se vestem. Às vezes, dorme-se nos terreiros noites seguidas, muitas mulheres fazendo-se acompanhar de filhos pequenos. É uma enormidade de coisas a fazer e de gente as fazendo.

Também dessa enormidade de coisas a fazer e de pessoas fazendo surge a demanda do MAPPO, prontamente abraçada pela comunidade. Na Casa do Mensageiro, assim como ocorre em outras casas de candomblé, caso haja uma necessidade de construção ou de realização de alguma obra/reforma/reparo, os membros dessa comunidade se organizam para participar financeiramente ou com trabalho a partir da expertise que cada um sabe e pode desenvolver. Logo, seja participando de processos diários do terreiro, ou de projetos como o de concepção de um museu, o sentimento de pertencimento àquele local e àquela comunidade floresce e/ou se intensifica. O MAPPO surge já como um grande laço afetivo com a comunidade, pois foi construído pelos membros da Casa do Mensageiro, desde sua fundação estrutural, a concepção museológica, montagem, curadoria e organização do evento de abertura. A união dos fatores

<sup>12</sup> O termo *nação* na realidade dos cultos afro-brasileiros significa uma determinada forma organizacional em bases religiosas. Na Bahia, tanto em estudos antropológicos como na realidade dos cultos há uma tríade notória: a nação angola que descende da linhagem banto, a nação jeje descendente dos povos fon e nação ketu de descendência nagô iorubana.



tempo e sentimento de pertença fez com que o Museu saísse do mundo das ideias para concretude.



**Fig. 03.** Inauguração do Museu Afro-Brasileiro Pai Procópio de Ogunjá. Babalorixá Rychelmy Imbiriba e Tia Neide de Oxóssi (iniciada por uma das filhas de Pai Procópio). **Fonte:** Fotografia Arthur Seabra.

Mas, a intenção do museu é muito anterior e, toda a trajetória do sacerdote da Casa do Mensageiro, Babalorixá Rychelmy Imbiriba Veiga, Rychelmy Esutobi, as trajetórias e formações dos membros da comunidade e a própria cosmogonia em que essa mesma comunidade está envolta contribuíram veementemente para que o Museu Afro-Brasileiro Pai Procópio de Ogunjá tivesse

seu projeto executado, sem impasses, em trinta dias. Pai Procópio de Ogunjá faz parte da linhagem de Axé da Casa do Mensageiro. Pai Procópio<sup>13</sup>, bisavô de santo de Pai Rychelmy, foi um homem a frente do seu tempo; foi iniciado quando não se iniciavam homens para o transe do orixá nas casas tradicionais de nação ketu<sup>14</sup>; foi duramente perseguido pela polícia, através da Delegacia de Jogos e Costumes<sup>15</sup> tendo objetos de culto apreendidos e sendo detido por professar sua fé; e foi no seu terreiro que surgiu a hoje tradicional Feijoada de Ogum, rito alimentar disseminado para outros terreiros em todo território nacional. Todas essas histórias de Pai Procópio sempre foram ouvidas pelo Babalorixá Rychelmy na casa onde foi iniciado, pois o seu sacerdote, Pai Gilson, é sobrinho carnal de Pai Procópio, assim como é detentor de vários saberes do mesmo.

Foi baseado nessas histórias orais e na falta de estudos anteriores sobre Pai Procópio que o Babalorixá Rychelmy, formado em Pedagogia, ingressa, em 2012, no Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia com objetivo de estudar a história de Pai Procópio e do Ilê Ogunjá, fundado por esse personagem da história do Candomblé da Bahia em 1907. A dissertação de mestrado deu origem ao livro *Um menino na Bahia: em busca de Pai Procópio de Ogunjá* publicado em 2015.

---

<sup>13</sup> Segundo a tradição oral, Procópio Xavier de Souza nasceu em Salvador, aproximadamente entre 1860 e 1865. Filho de escravizados, nasceu livre e foi levado ao candomblé por problemas de saúde, em meados da década de 1880. Foi iniciado para o Orixá Ogunjá por Marcolina Osunoyin, uma exceção dentro da linhagem matriarcal dos Candomblés de nação Ketu à época. Instaurou seu terreiro em 1907 no bairro de Matatu de Brotas, o Ilê Ogunjá, também conhecido como Baixão. O terreiro de Procópio ganhou grande visibilidade, respeito e prestígio, passando a ser visitado por estudiosos da cultura afro-brasileira. Mas apesar desse prestígio, foi duramente perseguido pela polícia sendo alvo constante da delegacia de Jogos e Costumes. Pai Procópio faleceu em novembro de 1958, com pouco mais de noventa anos de idade. O terreiro do Ogunjá continuou suas atividades por um tempo, porém por falta de uma sucessão direta, acabou tendo suas atividades minadas ao longo do tempo. Os cuidados com os assentamentos continuaram sendo feitos por sua neta, Mãe Edna. Muitas de suas filhas abriram casas de santo, dando continuidade a sua linhagem ancestral.

<sup>14</sup> É relevante entender como se dava o arranjo hierárquico das casas de candomblé na década anterior e o fato de que as casas, denominadas por antropólogos como ortodoxas, estavam todas sob o comando de mulheres. Seguindo a lógica de alguns estudiosos à época (década de 1930), o transe masculino era visto como uma anomalia, já que a natureza do homem não era considerada compatível com os instintos religiosos necessários para dirigir uma casa de candomblé. Logicamente esse tabu foi findando ao longo do tempo e nomes como o de Pai Procópio, que conseguiu erguer e gerir uma casa de prestígio e notoriedade, contribuíram veementemente para a extinção dessa interdição.

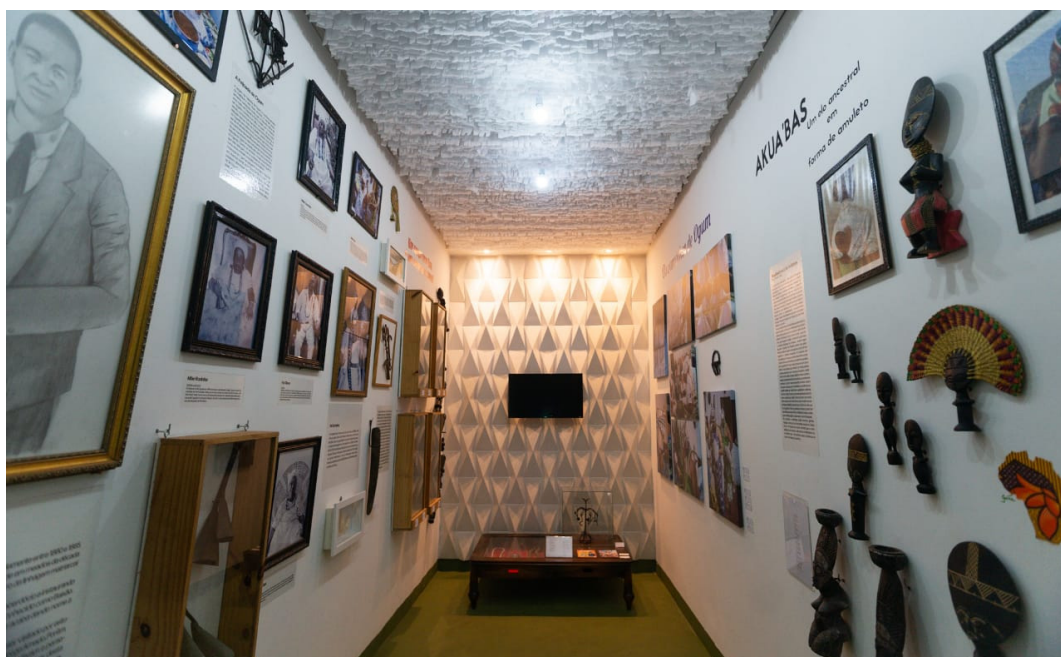
<sup>15</sup> “Muito embora [Getúlio] Vargas tenha descriminalizado o Candomblé, a repressão injusta e arbitrária não teve fim. Para exercer o culto religioso, o Terreiro necessitava de um alvará de funcionamento expedido pela Delegacia Especial de Jogos e Costumes, órgão subordinado à Secretaria de Segurança Pública. A licença policial não oferecia nenhum tipo de proteção. Mesmo sendo obrigados a comunicarem o dia que iriam realizar o batuque, quase sempre a polícia aparecia nos terreiros, para dar uma batida, quando não destruía os instrumentos e demais objetos, e levava todo o pessoal para a delegacia, com os atabaques na cabeça. (...) O exercício do culto, sem pagamento de taxas e registros na polícia, só veio a acontecer em 1976, quando, o então governador da época, Roberto Santos, assinou um decreto liberando os terreiros da obrigatoriedade da licença da Delegacia de Jogos e Costumes” (SILVA, 2009, p. 04).

E, ao longo deste processo de estudo o acervo do MAPPO veio se formando, por doações da família detentora direta dos objetos de culto do Ilê Ogunjá e casas amigas, como o Ilê Maroialaji Alaketu, no qual Procópio tinha grande acesso e influência. Também, ao longo de todo o processo de amadurecimento religioso e de exercício do sacerdócio, Pai Rychelmy e posteriormente a comunidade como um todo vêm trabalhando a desmistificação do orixá Esú, patrono do terreiro, que por influência européia colonial foi associado ao demônio e a algo negativo. Esú, o grande mensageiro do universo para a cosmogonia iorubana, adentra a narrativa do MAPPO através do acervo de esculturas e objetos de culto de origem africana que ajudam a entender a complexidade dessa divindade. Aliado a essas duas vertentes de preservação e construção de narrativa o MAPPO conta também com o acervo fotográfico e audiovisual da Casa do Mensageiro, constituído por imagens e registros feitos por fotógrafos profissionais ao longo dos anos, das cerimônias e celebrações públicas do terreiro.

Apesar de haver ainda interdições em algumas casas tradicionais quanto a fotografia e filmagem, a liderança da Casa do Mensageiro e a comunidade entendem que o que é de caráter público pode e deve ser registrado, não só a nível de documento para o coletivo e seus membros, mas também para auxiliar na desmistificação das religiões de matriz africana a partir da arte da fotografia e do auxílio que o audiovisual traz para nós hoje, nesse mundo extremamente conectado. Martin Schärer (2014) diz que o processo de musealização “é um ato de vontade”. Dito isto, segundo o Instituto Brasileiro de Museus:

Consideram-se bens culturais passíveis de musealização os bens móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, Lei 11.906/2009, IBRAM, 2009b).

A trajetória aqui relatada revela que já existia um processo museológico em curso, a medida que um acervo estava sendo coletado, uma narrativa sendo construída e a intenção de preservar e comunicar esses objetos e documentos para que os mesmos, a serviço da sociedade, cumprissem seu papel de desmistificar o Candomblé contando sua história e mostrando toda a sua complexidade plástica e filosófica. Logo, o Museu Afro-Brasileiro Pai Procópio de Ogunjá faz jus a seu nome, pois para além de abarcar a memória de Pai Procópio e seus descendentes se propõe a comunicar o universo afro-brasileiro de uma maneira mais ampla.



**Fig. 04.** Detalhe do interior do MAPPO.

**Fonte:** Fotografia Arthur Seabra.

A potencialidade do MAPPO também deve-se ao contexto comunitário em que o mesmo surge. Trata-se de um Terreiro que têm no sacerdócio um pedagogo em exercício, Mestre em Estudos Étnicos e Africanos; a Yakekerê do terreiro é museóloga e doutoranda do Programa de Antropologia; para além disso o egbé é composto por diversos graduados nas mais diversas áreas, destacando aqui quatro mulheres pretas historiadoras, sendo duas doutoras e duas mestras. Através desse breve panorama queremos relatar que, para além de pessoas de Candomblé, trata-se de uma comunidade que acessou o ensino superior em sua máxima potência e utilizou desse conhecimento formal, ocidental, caucasiano para se auto afirmar a partir de uma perspectiva outra. Como relata Sheiva Sörensen (2015):

Nesse contexto, a atuação de atores outrora marginalizados reabre a possibilidade de (re) escrita ou (re) interpretação da história, através de outras e novas narrativas, o que transforma os museus em um campo privilegiado na discussão antropológica. Na esteira dessa discussão, os museus organizados pelas comunidades afro-religiosas passaram a configurar-se como formas legítimas de musealização de um tipo específico de acervo, com peculiaridades e características únicas, unida à vontade comunitária em assumir o controle das representações museográficas a respeito do povo de santo.

E essa filosofia do crescimento ligado à divindade Esú, mais uma vez cumpre seu papel. O Museu Afro-Brasileiro Pai Procópio de Ogunjá vem para comunicar, traçar um novo caminho, a partir de uma nova narrativa, um novo jeito de contar a história do povo de axé, pelo próprio povo de axé. Em um espaço físico inicial de 2,30m por 5,50m, com três paredes de pé direito alto,

bandeirolas ao teto, o MAPPO surge, fruto de um trabalho comunitário e carregado de possibilidades. A sua proposta é de crescimento, como o Okotô, caracol espiral, símbolo de expansão, um dos principais elementos do culto a Esú.

## As diversas narrativas

O paralelo entre essas instituições nos faz refletir o quanto os museus afro, a exemplo do MAB, que traz discussões para dentro do seu espaço, é de salutar importância e agregador para a comunidade negra, num contexto mais amplo. Trata-se de um museu que se adequou ao longo de sua trajetória às necessidades e anseios da comunidade negra. José Valladares, em sua obra *Museus para o Povo: um estudo sobre museus americanos*, edição original de 1946, já destacava:

Garantidos os meios de fazer atividade cultural, é preciso também assegurar os de tornar o museu um lugar atraente, onde seja um prazer passar algumas horas de convívio. O museu moderno tem como objetivo ser um local de aprendizagem e difusão cultural, sem deixar de ser um lugar de ameno refrigério para o espírito. Fora desse critério, estará condenado à situação de casa onde é penoso fazer uma visita, a não ser para o pesquisador em busca de dados. Mas, não se pode consentir que a atração de um museu se limite ao pequeno grupo de estudiosos. Especialmente quando financiado pelo poder público, ele está na obrigação precípua de servir a toda a comunidade. Não só indiretamente, por intermédio de seus homens eruditos, mas trabalhando sem cessar pelo levantamento do nível cultural da população (p. 98).

O MAB, museu mantido pelo poder público, se enquadra na perspectiva de atração da comunidade a partir de suas ações. É um museu que surge engessado em “textos e narrativas oficiais”, mas que, ao longo de sua trajetória, se modifica para que a comunidade negra o veja como centro de referência e seja vista nas narrativas e no próprio planejamento da instituição. O esvaziamento do museu seria o resultado, caso o museu não modificasse sua abordagem. O que demonstra também a força da comunidade organizada frente as instituições museológicas: a mudança de narrativa do MAB deve-se também a questionamentos dessa comunidade à forma como a história e memória afro-brasileira estava ali retratada.

E, são esses questionamentos que levam as comunidades religiosas a observar suas necessidades de preservação de memória, tanto para fins de estudo e pesquisa, como para manutenção de suas crenças. Raul Lody (2005), afirma: “Assumir e comunicar as histórias dos terreiros, seus dirigentes, os estilos de condução religiosa, processos conscientes de manutenção de cultura própria, peculiar de cada comunidade, aufere autoridade e legitimação a cada terreiro perante sua própria imagem e condição de preservar acervos materiais” (p. 154). Assim, as

comunidades se legitimam e, ainda segundo o mesmo autor: “O terreiro ganha dimensões formais com a instituição de metodologia museográfica e ganha também uma amplitude de representação, de auto-representação, comunicando de maneira integrada o vínculo religioso com um assumido e expressivo significado de cultura” (p. 155).

Trata-se de uma representação fidedigna do ato de falar por si, de ser sujeito e objeto de estudo. O caminho, de falar por nós mesmos, ganha força à medida que um instrumento oficial como o museu é inserido no espaço comunitário.

Assim sendo, cabe aos museus afros, sejam eles institucionalizados ou de caráter comunitário, caminhar lado a lado, convocando a comunidade e os museus tradicionais (que não possuem a alcunha do afro) a se repensarem e pensar possíveis museus que, de uma maneira ou de outra, possam e queiram estar para “trocar”, afinal, a cada narrativa construída deve haver também alguma troca. “A banca do mercado tem dois lados”, assim diz um provérbio africano. Nessa relação entre narrativas, a ideia é que nossa história e nossa memória sejam contadas de diferentes ângulos, dos dois lados (ou mais) da mesma banca.

## Referências

- ASSIS, M.E.A. (2014). O Museu da Abolição (MAB) e os movimentos sociais de Pernambuco. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.4, n.11, jul./dez., 2014. ISSN- 2177-4129. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9419>>. Acesso em: 02 nov. 2020.
- BRASIL. Lei n.º 11.906 (de 20 de janeiro de 2009). [Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM]. *Diário Oficial da República Federativa*, Brasília, DF, 21 jan. 2009b.
- CARVALHO, D. S. O caráter da produção, organização e uso da informação em museus: o caso do Museu da Abolição em Recife-PE. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25343>>. Acesso em: 02 nov. 2020.
- CUNHA, M. N. B. Museus, memórias e culturas afro-brasileiras. *Revista do centro de pesquisa e formação*, n. 5, set., 2017. Disponível em: <<https://www.sescsp.org.br/files/artigo/4e6f109d/d1c0/4350/953c/c36cbae0f9fc.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2020.
- LODY, Raul. *O negro no museu brasileiro: construindo identidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005.
- MOTTA, A. Da África em Casa à África fora de Casa (notas sobre uma exposição em trânsito). In: DIAS, Juliana Braz; LOBO, Andréa de Souza (orgs.). *África em movimento*. Brasília: UnB/ABA, 2012. Disponível em: <[http://www.portal.abant.org.br/publicacoes2/livros/Livro\\_%C3%81frica\\_em\\_Movimento\\_IV.pdf](http://www.portal.abant.org.br/publicacoes2/livros/Livro_%C3%81frica_em_Movimento_IV.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2020.
- MUSEU DA ABOLIÇÃO. *Plano Museológico do Museu da Abolição*. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus, 2012. Disponível em: <<http://museudaabolicao.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/Plano-Museologico-Museu-da-Abolicao-2012-2016.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PRANDI, Reginaldo. *O Candomblé e o Tempo: concepções de tempo, saber e autoridade da África para as religiões afro-brasileiras*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 47, out., 2001. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092001000300003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092001000300003&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SANTOS, S. S. Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil: estudo exploratório de possibilidades museológicas. 2020. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo. DOI: 10.11606/D.103.2017.tde-13122017-091321. Disponível em: <[www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br)>. Acesso em: 31 out. 2020.

SCHÄRER, M. Things + ideas + musealization = heritage a museological approach. *Revista Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 85-89, jan./jun., 2009. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/>>. Acesso em: 31 out. 2020.

SÖRENSEN, Sheiva. De tombamentos e museus: estratégias político-culturais no candomblé de Salvador. 2015. Dissertação (Mestrado) – UFSCar, São Carlos. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/ppgas/wp-content/uploads/sheiva-sorensen-m.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2020.

SILVA, Maria Alice Pereira da Silva. Candomblé. *Revista VeraCidade*, ano IV, n. 05, out., 2009. Disponível em: <<http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/>>. Acesso em: 31 out. 2020.

VALLADARES, José Antônio do Prado. Museus para o povo: um estudo sobre os museus americanos. *Publicações do Museu do Estado da Bahia*, Bahia, 1946.

VALENÇA, V.V. (2014) Qual o museu que nós queremos? O processo participativo do Museu da Abolição. *Sebramus*, 2014. ISSN 2446-8940. Disponível em: <<http://sebramusrepositorio.unb.br/index.php/1sebramus/1Sebramus/paper/view/466>>. Acesso em: 02 nov. 2020.

VEIGA, Rychelmy Imbiriba. *Um menino na Bahia: em busca de Pai Procópio de Ogunjá*. Salvador: Vento Leste, 2018.



artes . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . letras . direito . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . ciências sociais . educação . museologia . turismo . engenharia . geografia



## **TURISMO GASTRONÔMICO E INOVAÇÃO SOCIAL.**

Uma proposta para a Rota da Tapioca na cidade de Fortaleza.

O turismo gastronômico é uma atividade que tem como base a gastronomia local e por isso relaciona-se com a história e a cultura dos povos. Ao mesmo tempo em que impacta na economia dos destinos. Essa dinâmica toca diretamente na vida das comunidades locais, quer no seu patrimônio cultural, quer no seu desenvolvimento local. Por isso as ações de planejamento que a envolvam, devem estar centradas nela, na busca de promover a inovação social e consequentemente em melhorias na qualidade de vida. As rotas gastronômicas são o produto ideal para desenvolver este cenário, contribuem para a valorização de produtos, criam cooperação e parceria entre as comunidades e podem constituir-se como um caminho para o desenvolvimento econômico. O artigo analisa o caso da tapioca em Fortaleza, e tem como objetivo compreender de que modo o planejamento de rotas gastronômicas, pode contribuir para o desenvolvimento do turismo na cidade e ao mesmo tempo promover inovação social. A partir de um estudo quanti-quali, foram analisadas entrevistas e questionários aplicados a atores ligados a produção de tapioca e direta e indiretamente ao desenvolvimento turístico. A proposta da *Rota da Tapioca* resulta de um modelo de planejamento centrado na comunidade e apresenta propostas de valorização da cultura, do desenvolvimento local, e constitui para o destino uma oferta que pode agregar valor ao turismo de sol e praia já consolidado.

## Considerações iniciais

O turismo gastronômico tem como principal recurso a gastronomia local e todos os aspectos histórico-culturais que a envolve, como tradições, rituais de produção ou preparo, festas, etc, os quais identificam as comunidades locais e oferecem ao visitante um conhecimento mais aprofundado sobre a cultura do lugar.

Nessa perspectiva este segmento revela-se ainda como uma ferramenta importante de inovação social, capaz de promover o desenvolvimento local, especialmente nas suas esferas econômica e sociocultural, porque contribui para estimular a produção local, o aumento de renda nos destinos, a afirmação de uma identidade gastronômica local, etc.

As rotas gastronômicas dentro dessa atividade destacam-se como um dos principais produtos a criar uma dinâmica de valorização e preservação do patrimônio gastronômico, ao mesmo tempo em que impulsionam a divulgação e venda dos produtos, a geração de postos de trabalho e outros fatores que podem promover a qualidade de vida das comunidades locais.

Diante deste cenário o estudo tem como objetivo compreender de que modo o planejamento de rotas gastronômicas, pode contribuir para o desenvolvimento do turismo e ao mesmo tempo promover a partir dessa atividade inovação social nas cidades.

O estudo empírico de caráter qualitativo/descritivo foi realizado a partir da aplicação de questionários a comerciantes de tapiocas e de entrevistas realizadas com comunidades produtoras de tapioca e responsáveis pelo poder público (ligados ao planejamento turístico)<sup>1</sup>.

## O desenvolvimento do turismo gastronômico como propulsor da inovação social em comunidades locais

Na ótica de Martins (2016, p. 86) o Turismo Gastronômico é um conjunto de atividades turísticas desenvolvidas com a gastronomia, com o objetivo de promover o consumo de alimentos típicos (pratos e bebidas), e a interação e conhecimento dos visitantes de modo a preservar e afirmar a cultura da comunidade local, bem como estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos, através da realização de experiências agroalimentares, restaurantes, festivais, rotas etc.

---

<sup>1</sup> Nota inicial: Esse capítulo é parte integrante do resultado da tese de doutorado intitulada: *Turismo Cultural e Gastronômico no Brasil: nas rotas da tapioca em Fortaleza*, apresentada pela autora, no ano de 2016, na Universidade de Aveiro - Portugal.

Nesse contexto, o desenvolvimento desta atividade implica a participação de diversos atores, desde o setor público ao setor privado. Contudo, dentro dessa dinâmica de interação existe um elemento com o maior destaque: a comunidade local. É a comunidade quem define o que é o seu patrimônio gastronômico, é ela que o produz, comercializa e detém todo o conhecimento técnico e cultural sobre ele (MARTINS, 2016). Sendo o turismo gastronômico uma atividade que tem, como recurso, os alimentos tradicionais dos destinos e, como motivação principal, o encontro com a cultura da população local através destes alimentos, é importante que a comunidade seja um elemento com participação ativa no planejamento e na criação de produtos turístico-culturais nos destinos (ABREU e COSTA, 2014).

Ao longo do século XX, a participação ativa dos cidadãos nos processos de planejamento foi sendo amadurecida com o objetivo de construir laços fortes e mutuamente benéficos entre as partes interessadas e membros da comunidade local. Muitos órgãos públicos e privados adotaram estruturas de planejamento objetivando construir relações com os atores locais, a fim de incentivá-los a participar ativamente na mudança de condições que afetam a qualidade de suas vidas (MALEK & COSTA, 2014). De acordo com a Organização Mundial do Turismo – OMT, a participação das comunidades no processo de planejamento turístico permite que elas compreendam essa atividade e isso significa que “terão maiores condições de lidar com esse novo desenvolvimento em sua área, bem como de participar dos seus benefícios, sendo, portanto, mais provável que apoiem o turismo” (2012, p. 95).

Nesse contexto Cabral e Cyrillo (2008) compreendem que, quando o planejamento turístico é bem estruturado, “incluindo a visão por parte daqueles que ficam na linha de frente, citando a comunidade como o agente que convive com o turismo na prática, o referido planejamento terá maiores condições de sanar os imprescindíveis impactos que o turismo causa, isto porque, se o Estado vê a comunidade como agente “globo ocular” do turismo no seu contexto prático, de certeza a longevidade da sustentabilidade do turismo em uma destinação será garantida, trazendo benefícios tanto aos turistas e ao núcleo receptor, em geral”.

Por ser o turismo gastronômico uma atividade desenvolvida com base em produtos e pratos tradicionais dos destinos, implica a participação efetiva da comunidade local. Nesta perspectiva, este segmento turístico pode contribuir para o desenvolvimento social, a partir da criação de estratégias que envolvam as comunidades locais como agentes-chave na tomada de decisões e no planejamento turístico dos destinos, de modo a que o desenvolvimento dessa atividade propicie melhorias positivas para a comunidade e qualidade de vida (MARTINS, 2016).

Nesse contexto Zuin & Zuin (2007, p. 114) recordam que “por meio da produção de alimentos tradicionais, o produtor rural de pequeno porte pode afastar-se da marginalização social, pois a identidade cultural presente nos produtos locais e regionais pode emancipá-los economicamente”. Na dimensão econômica, os autores destacam ainda que “a produção desses alimentos, busca gerar rendimentos às famílias locais, em particular das mais pobres, objetivando induzir melhorias e avanços qualitativos das condições materiais de existência desses pequenos produtores rurais” (ZUIN & ZUIN, 2007, p. 115).

O planejamento turístico participativo implica que cada um dos atores envolvidos ocupe uma função e a realize. No caso da comunidade local, os sujeitos já não assistem mais ao usufruto e às transformações do seu território de forma passiva, sem sequer ser consultada (NOVO & SILVA, 2010); a comunidade deixa de ser espectadora e passa a ser produtora do turismo.

Contudo, na perspectiva de Abreu e Costa, (2014), para que o processo de planejamento turístico possa ser participativo e sustentável, a comunidade deverá opinar a respeito da implantação de determinados procedimentos que poderão afetar diretamente seu modo de vida, será o momento em que a população local terá vez e voz. Diante desse cenário, as rotas gastronômicas revelam-se como um produto turístico dinâmico e ideal para colocar as comunidades no centro do planejamento, e contribuir para promover a inovação social.

### **As rotas gastronômicas como produto turístico cultural**

Para Martins (2016, p. 103) as rotas gastronômicas configuram-se como “a integração de um conjunto de atividades e atrações relacionadas com a gastronomia local e o patrimônio cultural, infraestrutura e serviços (direta ou indiretamente ligados ao setor do turismo), baseado num tema, prato, cozinha produto específico, que se realiza através de um percurso organizado a partir dos objetivos que se deseja alcançar. Essa dinâmica articula uma rede de cooperação entre os diversos participantes da rota, a qual contribui para a promoção do local, a preservação e sustentabilidade do patrimônio cultural e gastronômico, bem como para o desenvolvimento local dos destinos”.

Como produto turístico-cultural, as rotas gastronômicas passaram a desenvolver-se potencialmente no início do século XXI, em comunhão com o aumento da procura pela gastronomia como um elemento revelador de identidades e, em consequência das preferências

dos “novos turistas”, relacionadas com o desejo em conhecer e interagir com a cultura local. Assim, as rotas apresentam-se como um produto “ideal”, por permitir aos destinos promoverem a interação direta entre turistas e comunidade local a partir de experiências e atividades relacionadas com a gastronomia tradicional, vinculada a produtos diversos, sejam alimentos e bebidas ou pratos típicos (BRIEDENHANN & WICKENS, 2004; LÓPEZ-GUZMÁN & JESUS, 2011).

Na perspectiva dos destinos, as rotas gastronômicas emergem como uma estratégia para resolver as dificuldades de comercialização dos produtos alimentícios regionais (porque são um instrumento de promoção e consumo desses alimentos), bem como para promover o desenvolvimento local e sustentável, especialmente das zonas rurais (BRIEDENHANN & WICKENS, 2004; FAGLIARI, 2005; LÓPEZ-GUZMÁN & JESUS, 2011).

Tradicionalmente, esse tipo de rotas é desenvolvido em zonas rurais, porque muitas das experiências ofertadas estão relacionadas com atividades agrícolas e agropecuárias, cite-se como exemplo as rotas do vinho em Portugal, nas quais é possível participar do processo de vindima<sup>2</sup> e da produção desta bebida. Com efeito, encontram-se também rotas no contexto urbano, onde as experiências são ofertadas através de visitas a mercados, restaurantes, bodegas etc (MARTINS, GURGEL, E MARTINS, 2016).

No âmbito da sua concepção, as rotas têm, como base, especialidades distintas dos locais, de modo a atrair turistas para conhecer e saborear algo singular. Nesse sentido Zainal et al. (2010) afirmam que uma experiência com uma comida nova e tentadora pode ser considerada uma atividade agradável para atrair e satisfazer os turistas. E por isso, oferecer serviços únicos como uma cozinha local pode ser um ponto forte de diferenciação (BOYNE, HALL & WILLIAMS, 2003).

Com efeito, as funções das rotas gastronômicas são variadas e estão de acordo com os objetivos que cada destino deseja alcançar com a sua construção. Elas podem incentivar o consumo de determinado produto e conseqüentemente aumentar o desenvolvimento da sua área rural e desenvolver produtos locais distintos dos industriais. Através da interação de atrativos, as rotas gastronômicas podem, ainda, contribuir para a valorização de outros produtos locais (paisagem, patrimônio material, religião, música), promover uma região turística, divulgar a cultura regional, desenvolver a economia local, dentre muitas outras funções (ARAÚJO, 2005; M. A. CORIGLIANO & BAGGIO, 2002; G FAGLIARI & MASANO, 2003).

---

<sup>2</sup> A vindima é a colheita da uva. Num sentido mais lato a vindima engloba o período entre a colheita das uvas e o início da produção do vinho (Priebam).



Na perspectiva de Fagliari (2005) para além desses fatores, as rotas gastronômicas podem contribuir para uma maior permanência do turista no destino, pois em geral compõem-se de diversos atrativos e equipamentos de oferta técnica, sobretudo meios de hospedagem. Esse tipo de atrativo ainda incentiva o consumo e a compra de produtos tradicionais do local.

De acordo com Araújo et al. (2005) as rotas gastronômicas são construídas com base em um elemento-chave, com forte relação com a identidade gastronômica do local. Este elemento pode ser um “tema” que conecte diversas experiências com a gastronomia (*Mountain Gastronomy Bicycle Route*– Canadá, *Ruta Gastronómica - The Cradle of History Romanticism* - México), um “prato típico” (mussel route, rota da lampreia) ou um “produto característico” do destino (Ruta de la Leche – Argentina), (Barrera, 2003; Fagliari, 2005; Montecinos, 2012; Schlüter, 2003; Vázquez de la Torre & Gutiérrez Agudo, 2010).

De acordo com Fagliari & Masano (2003), a identidade da rota é o ponto de partida para sua boa organização e funcionamento. Para definir o produto que identificará uma rota, é necessário levar em consideração a receita que cada produto na região alcança, a superfície que cobre e os postos de trabalho que gera. A escolha de um alimento como elemento principal da rota não exclui que este seja vinculado a outras cadeias produtoras, contando que elas estejam relacionadas com a produção de gêneros tradicionais. Há rotas gastronômicas que têm como fio condutor pratos de cozinha tradicional, cujo elemento mais importante é a preparação e apresentação dos alimentos.

São muitas as possibilidades de planejamento das rotas gastronômicas, sobretudo pela realidade de cada local e pelos objetivos que os destinos desejam alcançar com a rota, contudo o trabalho apresenta, a seguir, diretrizes em que se compreende, como essenciais para formatar rotas que possam trazer o desenvolvimento local e promoverem a inovação social, através da participação ativa da comunidade.

## Planejamento de Rotas Turísticas e Gastronômicas

O planejamento das rotas turísticas e Gastronômicas implica a integração de diversos atores, no qual cada um ocupa um papel diferente, tendo uma maior ou menor participação no desenho do itinerário e na gestão operacional da rota. Do mesmo modo, são os objetivos com que se quer construir a rota que vão direcionar todas as interações, ou seja, quem é necessário participar da rota (atores ligados ao turismo) e a posição de cada ator (central ou secundária).

Nesse processo e, sobretudo, por estarmos tratando de um recurso turístico como a gastronomia, que tem uma relação forte com a cultura da comunidade local, sendo um elemento que a identifica e a diferencia, é determinante considerá-la como um componente central do planejamento (MARTINS, 2016).

De acordo com Fagliari (2005, p. 67), para que as rotas gastronômicas se desenvolvam, é necessário haver cooperação de diversos órgãos, entidades e empresas. Por isso, é preciso que os elementos gastronômicos já estejam bem constituídos e organizados como atrativos na localidade, e que todos os agentes envolvidos tenham conhecimento da atividade e de seus benefícios. Ou, no mínimo, que atores da atividade turística da localidade sejam muito bem organizados.

Para Barrera, (2003), as rotas gastronômicas devem oferecer uma experiência turística memorável. A marca do percurso e, especialmente, a comida devem ocupar na mente dos consumidores características associadas ao local. Na perspectiva desse autor, um produto memorável deve oferecer uma experiência sensorial (a gastronomia envolve os cinco sentidos, você sente, vê, tem sons, cores, aromas e sabores), deve ser divertida, educativa, diferente e agradável. Sem esses elementos-chave não pode ser fornecida uma experiência completa. A vivência destas rotas deve ser mais rica do que a prática turística tradicional. Deve-se fornecer uma maneira dos turistas se relacionarem com elementos da natureza e da cultura que não podem ser adquiridos em outros lugares.

No que se refere à estrutura organizacional das rotas gastronômicas, Fagliari & Masano (2003) consideram que devem se sustentar em quatro pilares: capacitação, estratégia associativa (nada se sustenta sozinho em uma rota e, por outro lado, o apoio do Estado é imprescindível para promover a rota), visão comercial (análise permanente da estrutura de custos) e visão empresarial da atividade. De modo geral, as rotas gastronômicas são desenvolvidas por meio de parcerias entre produtores, órgãos públicos, entidades não-governamentais e empreendedores do setor turístico. A função de tais parcerias é desenvolver e promover a rota proposta (FAGLIARI, 2005).

Quanto à escolha dos atrativos os membros participantes, Fagliari (2005, p. 69) ressalta que são os gestores ou responsáveis das rotas que o definem: “são as entidades gestoras que costumam definir o tipo de propriedades que poderão participar. Algumas entidades gestoras das rotas criam certas premissas para que os possíveis participantes sejam ou não aceitos, de forma a garantir o padrão de qualidade e originalidade dos atrativos promovidos”. Para Fagliari e Masano (2003), as parcerias estabelecidas nas rotas gastronômicas podem ser feitas em diversos âmbitos. Incluem desde a relação entre o proprietário rural e o organismo centralizador até associações

sem fins lucrativos, empresas de publicidade e operadoras de turismo. Cada parceria estabelecida em uma rota gastronômica possui responsabilidade de relações específicas estabelecidas entre elas, as quais devem ser seguidas para o sucesso do atrativo.

Schlüter (2003), baseada na criação de rotas em cidades históricas mexicanas apresenta uma metodologia que destaca alguns fatores gerais para o planejamento de rotas gastronômicas:

- A criação de uma base de dados com todos os atrativos turísticos, culturais e gastronômicos;
- Preparação de um mapa, onde se localizam os atrativos mais importantes;
- Projeto de circuitos que combinem arte e gastronomia, assim como outros aspectos de interesse turístico;
- Realização de visitas de campo para assegurar que os serviços oferecidos reúnam o mínimo de qualidade e o tempo estimado para as visitas seja correto;
- Submissão das propostas a um painel de especialistas, composto por operadores de turismo e agentes de viagem das cidades onde se quer captar o fluxo turístico, para conhecer sua opinião.

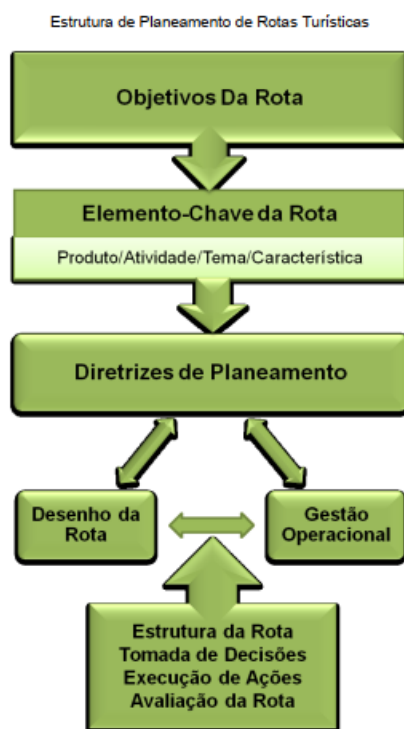
Na proposta apresentada por Schlüter, destaca-se a importância da criação de uma base de dados com informações acerca da gastronomia e de outros atrativos do destino, para que se possam definir os atrativos mais importantes e as suas possíveis ligações. A autora destaca ainda a visita de campo aos locais de realização da rota, de forma a assegurar o sucesso do seu desenvolvimento, ou seja, se a estrutura definida está a funcionar. Por fim, revela a importância de se conhecer a opinião dos atores ligados direta e indiretamente ao desenvolvimento do turismo no destino.

Para a proposta de planejamento da *Rota da Tapioca* será considerado todo o estado da arte acima destacado para além do modelo teórico de planejamento utilizado por Martins (2016), apresentado a seguir nos procedimentos metodológicos.

## Metodologia

O desenvolvimento do turismo gastronômico com foco no desenvolvimento local é complexo, envolve uma série de atores públicos e privados, relacionados direta e indiretamente com o setor do turismo e da alimentação, para além da comunidade local, que é um elemento de forte referência nessa atividade, porque é detentora de todo o conhecimento

técnico e histórico-cultural da gastronomia tradicional. A construção de rotas turístico-culturais e gastronômicas nos destinos demanda interação entre estes atores, para que possam se realizar. A partir dessa perspectiva e com base na revisão de literatura apresentada para pensar uma *Rota da Tapioca*, foi pensada a metodologia de construção da rota, sob a seguinte estrutura:



**Fig. 01.** Rotas Turísticas  
**Fonte:** Autora (2016).

Os primeiros dois pontos dessa estrutura foram definidos inicialmente, para dar suporte às diretrizes de planejamento. A seguir, o desenho da rota destaca-se como a dimensão teórica desse planejamento. Enquanto a gestão operacional da rota revela-se como uma parte prática, onde se estruturam e se tomam decisões, é nela que se executa o que foi definido no desenho. Por isso, para o estudo empírico que iremos apresentar, devemos considerar ambas as perspectivas. Nesse âmbito, a estrutura da rota é formada por um lado pela dimensão local (produtores de tapioca) da relação do comércio da tapioca no contexto turístico, bem como uma dimensão de governança, formada por órgãos oficiais do turismo no destino Fortaleza e órgãos de educação e apoio social aos produtores de tapioca.

Para compreender o modo como cada um destes atores poderia atuar na rota de modo a que pudesse contribuir com a sustentabilidade e inovação social para o destino Fortaleza, foram realizadas de julho a outubro de 2014 entrevistas com uma comunidade tradicional de 23

produtores de tapioca e com estruturas de governança ligadas direta e indiretamente ao turismo (Secretaria de Turismo do Estado do Ceará e do Município de Fortaleza, SEBRAE-CE e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS). Por outro lado, aplicaram-se questionários semiestruturados a 33 hotéis e 11 restaurantes em Fortaleza, situados na zona turística e que ofertavam em seus cardápios a tapioca.

Os dados coletados nas entrevistas foram submetidos a uma análise de conteúdo, enquanto os dados resultantes dos questionários dos hotéis e restaurantes foram tabulados no Excel. As análises resultantes de ambas as ferramentas em conjunto com as teorias do planejamento de rotas gastronômicas e aspectos estruturais da oferta turística de Fortaleza e de ordem histórico-cultural, permitiram construir uma proposta da *Rota da Tapioca*.

## A Tapioca como oferta turístico-gastronômica de Fortaleza

A tapioca é um prato de origem indígena, que se desenvolveu e perdurou até os dias de hoje nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. A definição dessa palavra de origem tupi pode ter dois significados. De acordo com Bezerra (2005) “tapi” significa pão e “oca” quer dizer casa, deste modo, traduz-se este nome como “pão de casa”. Para Ribeiro, (1987) citado por Lima (2007) no sentido etimológico, “Typy-oca” significa o sedimento, o resíduo do sumo da mandioca. Este resíduo seria a matéria-prima baseada produção de tapioca.

A iguaria é feita de goma de mandioca, água e sal. Esta é a receita base da massa e, de acordo com cada região, pode-se acrescentar ainda o côco ralado na massa. Em Fortaleza ela constitui um dos principais alimentos da dieta da comunidade local, e é tão importante como o pão, podendo ser consumida em qualquer uma das refeições diárias (MARTINS, 2016).



**Fig. 02.** Tapioca tradicional. **Fig. 03.** Tapioca fina, recheada com carne de sol.

**Fontes:** Autora (2014).

A grande relevância deste produto no cotidiano alimentar da capital fez com que esta iguaria ultrapassasse o contexto do lar e ganhasse espaço nas ruas e em diversos estabelecimentos comerciais como lanchonetes, bares, restaurantes típicos e tapiocarias.

Como produto turístico em Fortaleza, a tapioca passou a ganhar grande projeção a partir de uma comunidade de descendentes dos índios potiguaras, que habita no bairro da Paupina, distrito de Messejana, em Fortaleza: as tapioqueiras da Paupina. A relação desta comunidade com a atividade turística foi fortalecida com os “fluxos de fins de semana da população veranista de Fortaleza direcionada para as casas de praia, e com a expansão do turismo” (BEZERRA, 2005).



**Fig. 04.** Antigo ponto de venda de tapiocas. **Fig. 05.** Avenida da antiga venda das tapiocas.

**Fontes:** Salvador (2014).

Essa comunidade difundiu o consumo turístico da tapioca, comercializando o produto na frente de suas casas, numa avenida que dava acesso às praias mais famosas do litoral leste do Estado do Ceará. Os hotéis e os restaurantes tradicionais da zona turística, também nos últimos 15 anos, passaram a incluir esta iguaria em sua oferta. Posteriormente essa relação da tapioca como produto turístico de Fortaleza veio potencializar-se com a mudança dessa comunidade para um atrativo turístico-cultural criado pelo Governo do Estado: o Centro das Tapioqueiras e do Artesanato de Messejana (CERTAME), inaugurado em 2002.



**Fig. 06.** Vista panorâmica do Centro das Tapioqueiras e do Artesanato de Messejana (CERTAME), em Fortaleza.

**Fontes:** Salvador (2014).



Por essa dinâmica comercial, visível aos olhos do turista, pelos hotéis terem entendido que acrescentar a tapioca no seu cardápio era uma forma de apresentar a gastronomia da cidade aos visitantes, e por cada vez mais a demanda turística revelar-se interessada em conhecer produtos turístico-culturais e gastronômicos, que permitem conhecer a identidade cultural de um povo, a tapioca passou a ocupar um lugar de destaque nas preferências gastronômicas de quem visita o destino.



**Fig. 07.** Produtora de Tapioca no CERTAME. **Fig. 08.** Clientes nos estabelecimentos do CERTAME.  
**Fontes:** Salvador (2014).

## Resultados e Discussões – atores envolvidos na *Rota da Tapioca*

O comércio da tapioca em Fortaleza no contexto turístico desenvolve-se em duas dimensões. A primeira dimensão está formada pelos produtores de tapioca, os quais, nesta investigação, são representados pela comunidade tapioqueiras do Centro das Tapioqueiras, os hotéis e os restaurantes delimitados na zona turística da cidade. Por outro lado, a dimensão de governança está formada por atores ligados ao desenvolvimento do comércio das tapiocas e também em sua promoção como um produto turístico gastronômico vinculado ao destino à cidade de Fortaleza.

Pela dimensão desse artigo a análise apresentada a seguir é de forma delimitada e aborda as principais considerações resultantes das entrevistas e questionários realizados com os atores da dimensão local e de governança. Na análise realizada junto da comunidade de tapioqueiras sobre a sua relação com história e cultura ligada à tapioca, o seu desenvolvimento como produto turístico e a economia a ela associada, identificou-se que:



- A produção de tapioca tem uma identidade gastronômica singular, formada pela oferta das tapiocas, e pela tradição e os rituais de produção trazidos desde a herança familiar;
- Os tapioqueiros apresentam desejo de dar continuidade a esta produção, o que significa que é uma oferta que terá grande durabilidade, ou seja, não estará propensa a desaparecer, pelo menos nos próximos anos;
- Os produtos utilizados para a confecção de tapioca são de fácil acesso porque a grande maioria pertence à produção local. Esse é um fator importante, porque não se pode criar a oferta de um produto gastronômico se não há condições para produzi-lo;
- A comunidade local tem uma forte relação com a tapioca e o Certame, esse fator pode reduzir riscos relacionados com o usufruto do patrimônio gastronômico pelo turismo. Se a tapioca é ofertada, respeitando os aspectos culturais que envolvem essa relação, consequentemente será motivo de orgulho para os fortalezenses. Isso para os visitantes é também relevante porque atribui um carácter autêntico ao produto a ser ofertado;
- A forte dimensão cultural da produção de tapioca no Certame e a sua relação com a comunidade local de Fortaleza podem ainda contribuir para que esta iguaria torne-se uma marca do local, que permita criar uma imagem positiva da cultura da cidade, e posicioná-la como um elemento diferenciador na escolha do destino.

Contudo, pensar no futuro do Certame e da produção de tapioca como atrativos do destino Fortaleza requer algumas intervenções nesse comércio, dentre as quais a principal delas é conscientizar os tapioqueiros sobre o seu papel nesse cenário. Tais intervenções para o desenvolvimento da *Rota da Tapioca* devem passar sobre a estrutura física do centro, a acessibilidade local, melhorias na forma de comercializar a tapioca e desenvolvimento de ações de marketing.

No âmbito dos atores de Governança, primeiramente destaca-se o posicionamento da STSD, que é responsável pela administração do prédio onde funciona o centro das tapioqueiras. Identificou-se que este órgão tem uma relação muito enfraquecida com os tapioqueiros, por questões de prioridades políticas.

No entanto, essa relação tem voltado a se restabelecer e a secretaria apresenta que um dos seus grandes desafios é de convencer os tapioqueiros de que eles têm capacidade de dinamizar o Certame sem esperar do governo, especialmente porque o verdadeiro papel desta secretaria é proporcionar condições de estrutura física para que eles possam desenvolver o trabalho da melhor forma possível.

A STDS pode também ser um órgão forte para contribuir no desenvolvimento da tapioca como produto turístico, porque é ela que interage mais facilmente com outros órgãos envolvidos com o Certame e a promoção da tapioca. De modo geral, este órgão apresenta uma postura bastante positiva sobre o desenvolvimento da tapioca como um forte produto turístico, revelando ainda uma sensibilidade e preocupação com a dimensão cultural deste produto.

Quanto à entrevista aplicada ao SEBRAE, órgão responsável pela formação dada à comunidade de tapioqueiros, quer no âmbito alimentar, quer no âmbito comercial, foi destacado que os tapioqueiros necessitam de formação com maior frequência, especialmente porque, por exemplo, no contexto do atendimento, esse conhecimento se perde com a constante mudança de funcionários. No contexto turístico, outro fator que revela o pouco conhecimento deste órgão acerca dos tapioqueiros é o reconhecimento de que o centro está “cheio de turistas”, que chegam lá naturalmente.

Esse discurso, comparado às entrevistas com os tapioqueiros, revela-se contraditório, uma vez que o que mais falta no Certame são clientes e turistas; conhecer e dialogar com os tapioqueiros as suas verdadeiras necessidades é crucial para que possam emergir benefícios desta relação. Por não existir essa dinâmica mais aprofundada é que o SEBRAE reclama da postura dos tapioqueiros em relação à participação: “muitos não aderem aos cursos”. A interação que este órgão tem realizado com a STDS pode, futuramente, permitir um conhecimento mais profundo e a tomada de decisão mais acertada sobre que cursos oferecer. Para além do atendimento, os tapioqueiros têm uma grande necessidade de criar uma consciência de cooperação, de manter constantemente seus conhecimentos renovados sobre questões sanitárias na produção dos alimentos (porque são supervisionados por órgãos desta área), de uma formação a longo prazo em inglês, dentre outros cursos. Cabe ao SEBRAE identificar aqueles que, neste momento, devem ser prioritários, consoante a realidade do centro.

A análise dos dados da entrevista com a Secretaria de Turismo do Ceará - SETUR-CE revela que o órgão considera que a gastronomia é uma via de promoção da cultura local. Com efeito, reconhece que a gastronomia do Estado do Ceará é rica e diversificada, mas não apresenta nenhum produto específico como foco, ou seja, uma marca do local.

A Secretaria de Turismo reconhece a tapioca como um produto turístico com forte representação cultural. Com efeito, promove-o de modo geral, em conjunto com outros produtos gastronômicos. A promoção que se encontra no site deste órgão está inclusive desatualizada em face da realidade do centro atualmente. É curioso perceber que, embora o Certame tenha sido

construído para ser um atrativo turístico, a Secretaria reconhece que o maior público deste local é a comunidade de Fortaleza e, neste sentido, não apresenta nenhum projeto que contribua para atrair turistas a este local. Parece que de forma “natural” os turistas devem chegar ao centro, pelo simples fato de estarem numa estrada situada na rota do litoral leste.

Outro fator que não é tido em conta pela Secretaria do Turismo é a acessibilidade a este local. Mesmo que se resolva a questão da promoção, é preciso criar condições para que os turistas cheguem até este local em transportes públicos. Atualmente, para se deslocar da zona com maior fluxo turístico até ao centro (considerando que nem todos os visitantes de Fortaleza vão às praias do litoral), é necessário apanhar três autocarros e mesmo assim ainda é necessário caminhar alguns minutos para chegar até o local. A criação de uma linha direta ao Certame, mesmo que em dias pontuais na semana, facilitaria o acesso a mais pessoas. Deve-se destacar ainda que, na questão de comunicação, a secretaria ainda não reconhece a importância dos tapioqueiros em aprender outra língua para que possam se comunicar de forma mais direta com os visitantes estrangeiros.

De modo geral, não se encontram ações futuras a desenvolver prioritariamente a tapioca como produto turístico, nem outro produto gastronômico como a marca local de Fortaleza. É verdade que este é um destino de lazer, com foco para o sol e a praia, por isso a pouca ênfase em promover produtos gastronômicos. Por outro lado, a Secretaria perde a capacidade e o potencial que a tapioca tem para se desenvolver como um produto cultural, que agrega valor a este turismo de sol e praia. Principalmente no contexto atual, em que os turistas buscam interagir e conhecer a comunidade local.

Em relação aos dados analisados dos questionários aplicados aos restaurantes, identificou-se que a tapioca é percebida pelos restaurantes como um produto típico que representa esse destino, e por isso faz parte do menu destes estabelecimentos. Com efeito, no âmbito cultural, a produção da tapioca não possui uma herança familiar, nos restaurantes essa iguaria é confeccionada por funcionários da cozinha, que muitas vezes não necessitam do conhecimento para preparar a massa base (porque utilizam uma pré-pronta). Esse fator também desencadeia uma série de diferenças no comércio desse produto, dentre elas, uma maior oferta das tapiocas finas, ao invés das tradicionais. Os restaurantes apresentam alguns sabores de tapioca, dentre os quais destacam como preferência dos clientes as de sabores doces, como no caso da que é recheada com doce de leite. Contudo, deve-se destacar que também se encontra um grande apreço por tapiocas recheadas com produtos típicos do local, como a de carne de sol.

A nível econômico, isso poderia ser um fator positivo para os produtores locais de Fortaleza, mas a maioria dos restaurantes possui fornecedores da indústria alimentar. A zona em que estão situados os restaurantes é extremamente favorável para a comercialização turística, por isso o público que frequenta os restaurantes são, em sua maioria, turistas. Com efeito, os restaurantes não aproveitam para potencializar essa visita, pouco ou nada fazem para aprofundar o conhecimento e dos turistas acerca da tapioca.

Por fim, deve-se destacar que a venda de tapiocas revela-se muito lucrativa para os restaurantes. E que no período de alta estação o volume de vendas é mais favorável ainda. Isso quer dizer que o aumento do fluxo turístico eleva as vendas da tapioca nos restaurantes.

Nesta análise os hotéis revelam-se como um dos principais canais de promoção da tapioca para os turistas. Esse contato com a iguaria acontece por norma no café da manhã. Estes estabelecimentos optaram por incluir a tapioca na sua oferta gastronômica por considerarem-na um produto típico de Fortaleza. As tapiocas servidas nos hotéis normalmente são confeccionadas a partir de sete sabores, onde a maior parte é salgada (queijo, manteiga, carne, queijo e fiambre), destacam-se apenas dois sabores doces (doce de leite e goiabada). Assim como nos restaurantes, a produção de tapioca nos hotéis também tem um formato industrial, usam-se ingredientes pré-prontos e qualquer funcionário da cozinha está apto a fazer a tapioca.

De acordo com os hotéis, o contato deste público com a tapioca é positivo e dele podem emergir questões sobre o que é a tapioca e qual a sua origem. Neste caso, cada um dos funcionários que estão no salão do restaurante, respondem a partir do seu conhecimento pessoal. Por fim, os hotéis consideram que a tapioca é sim um produto típico de Fortaleza, que atrai os clientes, porém nem de forma isolada ou em conjunto com a Secretaria do Turismo, nunca fizeram nenhuma ação de promoção deste produto. A postura é de que a tapioca já é um produto típico, “todos conhecem”. E isso deve fazer os gerentes de alimentos e bebidas acreditarem que não é necessário ir mais além.

A partir destes dados, em comunhão com o enquadramento teórico construído, é que na sessão a seguir apresenta-se uma proposta da *Rota da Tapioca*.

## **A Proposta da Rota da Tapioca**

A proposta da *Rota da Tapioca*, com base no levantamento teórico e empírico realizado reflete a realidade do destino Fortaleza, tendo em conta as possibilidades de articulações dos

principais atores envolvidos no turismo e na produção e comercialização da tapioca. E considera ainda a oferta de recursos histórico-culturais ou de natureza, que fazem sentido e podem ser contextualizados no desenho da *Rota da Tapioca*. Recorde-se que Fortaleza é um destino de sol e Praia, já consolidado, ao mesmo tempo também é a terra de José de Alencar, o famoso escritor da obra *Iracema*, livro que trata das tribos indígenas do Ceará e da colonização. Por ser a tapioca um produto de origem indígena, também exploramos este aspecto para agregar valor à rota.

Definir os papéis dos principais atores envolvidos foi o primeiro passo, para que nesse planejamento a comunidade local estivesse centralizada no processo, uma vez que ela é o principal elemento da rota. A comunidade é quem detém todo o conhecimento técnico, cultural e imaterial da produção de tapioca, fatores estes que motivam a procura turística. Portanto, o papel dos tapioqueiros nesta *Rota da Tapioca* é interagir com os visitantes, oferecendo um produto autêntico, de qualidade, que, sobretudo, revele a identidade cultural e gastronômica da comunidade.

Os hotéis de Fortaleza normalmente são responsáveis pelo primeiro contato dos turistas com a tapioca. Essa experiência acontece por norma no café da manhã. Embora o contato com a tapioca no hotel não tenha esse papel cultural e mais forte como encontrado no Certame, ele serve para quebrar barreiras e criar interesse do turista em visitar o Centro das Tapioqueiras. Nesse contexto, os estabelecimentos hoteleiros podem funcionar na rota como um canal de promoção, indicando a existência desse atrativo, bem como oferecendo aos visitantes a oportunidade de participar de uma experiência gastronômica e cultural mais autêntica, por estarem em contato com uma comunidade produtora de tapioca.

Os Restaurantes típicos produtores de tapioca, localizados na zona turística de Fortaleza, têm uma grande similaridade com o papel dos hotéis. Em alguns desses estabelecimentos já se ofertam tapiocas recheadas, parecidas com as que são ofertadas no Certame. Portanto, podem atuar como um canal de promoção da *Rota da Tapioca*, oferecendo aos turistas uma oportunidade de aprofundar seus conhecimentos acerca da produção de tapioca e experienciar novos sabores. No futuro, os restaurantes também podem ser incluídos como “restaurantes oficiais” desta rota, ou seja, turistas que vêm realizar este percurso em Fortaleza podem fazer outras refeições nestes restaurantes, que também servem outros pratos típicos da cidade e da região Nordeste.

A matéria-prima base da confecção da tapioca é a goma, um produto extraído da raiz de mandioca. Entendeu-se que no desenvolvimento de rotas gastronômicas é importante para os visitantes, aprofundar os conhecimentos dos visitantes nessa área de produção, por isso sugere-se

ainda para a rota a participação de casas de farinha, local onde esse produto é produzido artesanalmente.

Considera-se, ainda, outros produtores para a funcionalidade da rota. Os produtores locais têm um papel fundamental de garantir produtos de qualidade e que sejam suficientes para atender a procura turística. Um destino não pode oferecer um produto, que também estará associado à sua imagem, sem ter possibilidade de ofertá-lo. No contexto da *Rota da Tapioca*, todos esses produtores devem ser conscientizados e comprometidos com essa realidade. O papel dos fornecedores dos produtos necessários para a confecção de tapiocas também é fundamental. Estes sujeitos devem ter o mesmo comprometimento dos produtores de matéria-prima, para que a produção final não seja prejudicada e possa atender à procura.

Os operadores turísticos se ocupam com dois papéis determinantes na *Rota da Tapioca*. Por um lado, são responsáveis por parte da promoção e comercialização desse atrativo, e por outro, pela sua execução, ou seja, condução dos clientes pelo “caminho que deve ser percorrido”. Nesse contexto, os guias turísticos, funcionários destas operadoras, possuem um papel essencial, porque serão responsáveis por criar a ligação entre os visitantes e atores e atrativos encontrados nos percursos ofertados.

No âmbito da governança A STDS é um dos principais atores porque é a responsável pela administração do prédio do Centro das Tapioqueiras e por ela devem passar todas as ações realizadas nesse atrativo, quer de ordem física ou profissional. O papel da STDS na *Rota da Tapioca* deve ser atuar como um órgão forte de apoio aos produtores do Certame, oferecendo para estes sujeitos a melhor estrutura possível para desenvolver o seu trabalho, bem como todo apoio para que o comércio da tapioca e sua relação com o turismo possam trazer melhores condições de vida para a comunidade.

Destaquem-se, como exemplos, a construção de novos lugares de estacionamento, o desenvolvimento de atividades de lazer, o acompanhamento e estímulo no processo de cooperação dos tapioqueiros, a criação de parcerias para tornar o centro mais acessível aos turistas e a comunidade local. A proximidade entre este órgão, os tapioqueiros e outros órgãos de governança revelou-se como um elemento capaz de ser o interlocutor e estimular a comunicação entre os diversos agentes envolvidos.

O SEBRAE é o órgão responsável por toda a formação ofertada aos tapioqueiros do Certame e por isso seu papel na rota deve ser permanente. As formações ofertadas aos

tapioqueiros necessitam ser constantemente recicladas, para que se mantenha a qualidade dos produtos e do atendimento oferecido aos turistas, especialmente no que diz respeito à comunicação com turistas estrangeiros. Para além dos tapioqueiros do Certame no desenvolvimento da rota, este órgão poderá ofertar formações para outros atores envolvidos, como produtores de mandioca, guias turísticos, funcionários de hotéis e restaurantes, em diversas áreas: promoção, recepção etc. Na *Rota da Tapioca*, o SEBRAE pode atuar ainda no desenvolvimento de materiais promocionais do Certame, especialmente naqueles direcionados para restaurantes, hotéis e no próprio centro.

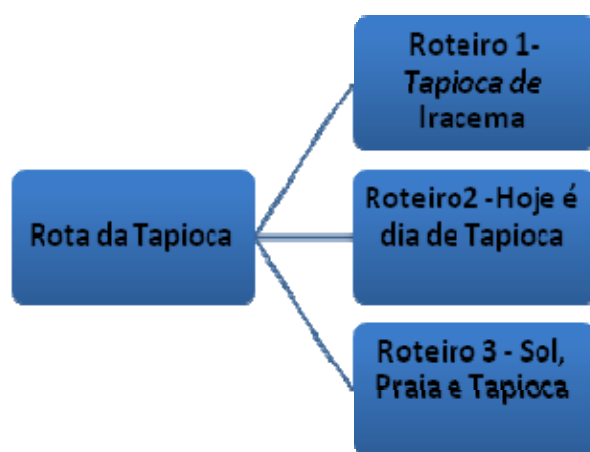
A SETUR-CE, como órgão oficial de desenvolvimento do turismo no Estado do Ceará, ocupa um papel fundamental na promoção e no desenvolvimento da *Rota da Tapioca*. Os órgãos de gestão do turismo nos destinos atuam não apenas como um motor forte de promoção dos atrativos, mas também como um órgão de decisão no planejamento do que deverá ser ofertado. Nesse contexto, o desenvolvimento da tapioca como produto turístico, bem como a execução da Rota, devem passar pela aprovação deste órgão. É a partir dele que irão se realizar diversas ações para que esse produto se potencialize no circuito turístico nacional e internacional. Para além de promover a *Rota da Tapioca*, a SETUR-CE pode criar diversas ações de interações com outros atores relacionados diretamente com o turismo em Fortaleza. Destaque-se, como exemplo, a criação de parcerias para promover a rota em hotéis e restaurantes da zona turística, nos aeroportos dentro e fora do país, nos vôos nacionais e internacionais com destino à cidade, bem como junto das operadoras turísticas.

A análise dos dados do estudo empírico permitiu-nos ainda identificar que, para desenvolver uma *Rota da Tapioca*, é necessário um grande envolvimento de órgãos relacionados com o transporte e a acessibilidade em Fortaleza. Referimo-nos mais especificamente à Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza (ETUFOR), o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e o Departamento Estadual de Rodovias (DER). Esses órgãos são responsáveis por ações necessárias ao desenvolvimento da rota, bem como ao acesso da comunidade local e de turistas ao Certame.

Em relação à participação de órgãos do conhecimento, no desenvolvimento da *Rota da Tapioca*, pode ser construído por diversos órgãos: universidades, institutos de pesquisa, órgãos de formação técnica, que podem auxiliar no desenvolvimento de conteúdos histórico-culturais para a criação de materiais turísticos; Estudo de mercado para o desenvolvimento da rota; Avaliação do desenvolvimento da rota; Avaliação da procura turística; Formação de profissionais específicos para desenvolver trabalhos na rota; Analisar as necessidades dos participantes da rota, etc.



Todos estes fatores que descrevem a parte organizacional da *Rota da Tapioca*, foram essenciais para se promover uma proposta de desenho desse atrativo. Pelas possibilidades analisadas no destino Fortaleza, optou-se por desmembrar a *Rota da Tapioca* em três percursos, pensados por temas, permanência de dia dos turistas, interesse dos visitantes, tempo disponível e atrativos que agregassem valor à temática central que é a tapioca. Nesse sentido a proposta da *Rota da Tapioca* apresenta o seguinte desenho:



**Fig. 09.** Rotas da Tapioca e seus três roteiros.

**Fonte:** Autora (2016).

O primeiro roteiro que propusemos tem como tema “A Tapioca de Iracema”. Essa personagem é fruto da obra *Iracema – Lenda do Ceará*, criada pelo Romancista Cearense José de Alencar, em 1865. Por ser esta uma personagem indígena e pela tapioca ser um prato de herança dessa cultura, optamos por interligar alguns aspectos históricos do Ceará, contados através dessa obra, e os diversos atrativos que envolvem a produção de tapioca. Desse modo propõe-se um produto de caráter cultural e gastronômico. Este percurso se desenvolverá, em maior parte, no contexto urbano. O desenho deste atrativo foi pensado para atrair um público de interesse cultural e que possui pouco tempo de permanência na cidade. O meio de transporte utilizado deve ser um ônibus turístico. Esse primeiro roteiro tem o seguinte percurso: visita às estátuas de Iracema situadas na Avenida Beira Mar; visita à Casa José de Alencar (museu dedicado ao autor de Iracema), visita à estátua de Iracema na Lagoa de Messejana e parada final no Certame, para uma oficina de tapioca e o consumo deste produto.

O segundo roteiro, intitulado “Hoje é dia de Tapioca”, apresenta uma dimensão cultural e gastronômica em que os participantes são convidados a ter uma experiência mais profunda com a produção e cultura da comunidade de tapioqueiros. Esse percurso se desenvolverá em maior

parte no contexto rural, porém inclui ainda uma dimensão urbana. O trajeto desse atrativo foi pensado para atender a uma demanda que tenha mais tempo de permanência em Fortaleza. O meio de transporte utilizado deverá ser um ônibus turístico. Esse roteiro integra o seguinte trajeto: visita a uma plantação de mandioca, visita a uma casa de farinha, almoço em um restaurante típico, visita ao Certame/oficina de tapioca e, por fim, consumo de tapioca no Certame.

O terceiro roteiro, denominado “Sol, Praia e Tapioca”, apresenta uma proposta mais longa e foi pensado para os turistas que têm um tempo de permanência maior na cidade e preferência por aliar atrativos da cultura com o sol e praia. Essa experiência deverá ser realizada em dois dias. O trajeto aborda uma dimensão urbana, rural e litorânea e deverá ser realizado a partir de um ônibus turístico. Esse roteiro integra o seguinte trajeto no primeiro dia: estátuas de Iracema nas praias, visita a uma plantação de mandioca, visita a uma casa de farinha, almoço em um restaurante típico, tarde de praia e, à noite, Festa da Tapioca. Os turistas devem permanecer no destino e no segundo dia seguir a seguinte programação: manhã de praia, almoço na praia, estátua de Messejana, visita ao Certame/oficina de tapioca e, por fim, consumo de Tapioca no Certame.

Essas experiências permitem, por um lado, a participação ativa da comunidade local nas diversas ações (produção de goma de tapioca, plantação de mandioca), isso é “inovação social”. Ao mesmo tempo, essa participação ativa da comunidade também permite afirmar a “identidade cultural” e gastronômica do destino, especialmente aquela ligada à produção de tapioca, valorizando também a herança familiar deixada pelos antepassados da comunidade.

## Considerações finais

O turismo gastronômico, através do planejamento de rotas gastronômicas, é uma atividade que pode contribuir para preservar as culturas tradicionais através dos alimentos locais e potencializar a economia do território. A participação ativa da comunidade local revelou-se neste estudo como essencial, não somente porque ela é detentora do patrimônio gastronômico, mas, sobretudo, porque a forma como ela é posicionada dentro de um processo de planejamento turístico pode promover inovação social. A comunidade local deve ser um elemento com “voz”, decisor, porque ela sabe o que pode beneficiar-lhe e a melhor forma de comercializar o seu patrimônio, procurando evitar ações que possam prejudicá-la e retirar a sua autenticidade e relação com a história da comunidade.

Nesse cenário a proposta da *Rota da Tapioca* emerge como uma ferramenta de planejamento estratégico, que pode contribuir para reconhecer, preservar e afirmar a cultura local, através da valorização de pratos e produtos típicos do território, aumentar a produção tradicional, impulsionar a economia local, aumentar os ganhos da população, diminuir as importações de alimentos, dinamizar as áreas rurais, dentre muitos outros fatores.

Contudo, para se pensar o processo de planejamento de rotas de modo a que também fossem promovidas ações de inovação social, foi necessário compreender todo o ambiente que envolve o destino, desde a viabilidade do território, as preferências da demanda, os impactos econômicos e socioculturais que elas podem trazer. E dentro da análise realizada, esses aspectos foram refletidos ainda através de duas condições: o modo como iria ocorrer a participação da comunidade local e como se constituiriam as interações na rota, de modo a que a comunidade tivesse sempre sendo beneficiada. Nesse sentido, a proposta da *Rota da Tapioca* foi construída com base na realidade apresentada no estudo empírico. Desse modo, o projeto procura atender à ausência de clientes no Certame, principalmente turistas. Elevar o aumento das vendas através da demanda turística pode proporcionar melhoria de qualidade de vida dos tapioqueiros. E ainda aumentar o rendimento, gerar postos de trabalho, dinamizar as áreas rurais, reativar as casas de farinha, o aumento da produção de alimentos tradicionais, o aumento da permanência de turistas na cidade de Fortaleza, dentre outros fatores. Se tivermos em conta que o desenvolvimento da rota envolve restaurantes, hotéis, transportes, produtores de mandioca, este impacto será muito maior.

## Referências

- ABREU, I. & COSTA, S. Planejamento participativo e sua contribuição para desenvolvimento sustentável da atividade turística. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA - GESTÃO DO CONHECIMENTO PARA A SOCIEDADE, 2014, Resende. *Anais...* Resende, 2014, p. 18.
- ARAÚJO, R. *A Culinária como atrativo turístico em Sergipe-Aracaju*. Universidade Tiradentes, 2005.
- BARRERA, E. (2003). Las rutas alimentarias argentinas: un aporte para la construcción de las rutas alimentarias americanas. In: SEMINARIO TURISMO RURAL Y SU CONTRIBUCIÓN A LA CREACIÓN DE EMPLEO Y LA CONSERVACIÓN DEL PATRIMONIO, 2003, Asunción. *Anais...* Asunción, 2003.
- BEZERRA, C. *Dos passos de gazela de Iracema ao rastro do Capital: o cotidiano das (os) tapioqueiras(os) de Messejana – Fortaleza-CE*. 2005. Tese (Mestrado) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE.
- BOYNE, S.; HALL, D., & WILLIAMS, F. Policy, Support and Promotion for Food Related Tourism Initiatives. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, n. 14(3), p. 131–154, 2003. DOI:10.1300/J073v14n03\_08.
- BRIEDENHANN, J.; WICKENS, E. Tourism routes as a tool for the economic development of rural áreas: vibranthope or impossible dream? (UK). Buckinghamshire Chilterns University College. *Tourism Management*, n. 25, p.71–79, 2004.

- CABRAL, C. & CYRILLO, M. O envolvimento e participação da comunidade autóctone no planejamento turístico municipal de Balneário Camboriú (SC): análise da responsabilidade social do primeiro setor: Estado. In: V SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL (SEMINTUR) - TURISMO: INOVAÇÕES DA PESQUISA NA AMÉRICA LATINA, 2008, Caxias do Sul. *Anais...* Caxias do Sul, 2008, p. 1–14.
- CORIGLIANO, M. A. & BAGGIO, R. Italian culinary tourism on the Internet. *Gastronomy and Tourism ATLAS Expert Meeting*, p. 92–106, nov., 2002.
- FAGLIARI, G. *Turismo e alimentação*. São Paulo: Roca, 2005.
- FAGLIARI, G. & MASANO, I. Las rutas gastronómicas. In: LACANAU, G. & NORRILD, J. (eds.). *Gastronomía Y Turismo: cultura al platô*. Buenos Aires: CIET, 2003.
- LIMA, F. *As tapioqueiras e a sua arte: mudanças e permanências no ‘shopping das tapiocas’*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE.
- MALEK, A. & COSTA, C. Integrating communities into tourism planning through social innovation. *Tourism Planning and Development*, n.12(3), p. 281–299, 2014.
- MARTINS, U.; GURGEL, L. & MARTINS, J. Experiências com a gastronomia local: um estudo de caso sobre movimento Slow Food e o turismo gastronômico na cidade de Recife - Brasil. *PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, n. 14(1), p. 229–241, 2016.
- MARTINS, Uiara. *Turismo cultural e gastronômico no Brasil – nas rotas da tapioca em Fortaleza*. A gastronomia portuguesa no Brasil: um roteiro de turismo cultural. 2016. Tese (Doutorado) - Universidade de Aveiro, Aveiro/Portugal.
- MONTECINOS, A. A Importância do Planejamento Gastronômico para o Turismo. *Revista Turismo em Pauta*, Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços, Rio de Janeiro, n. 10, p. 7-14, 2012.
- NOVO, C. & SILVA, G. *Planejamento e organização do turismo*. Manaus, 2010.
- OMT. *Global report on food tourism*. Madrid: Unwto, 2012.
- SÁNCHEZ-Cañizares, S. & LÓPEZ-GUZMÁN, T. Gastronomy as a tourism resource: profile of the culinary tourist. *Current Issues in Tourism*, n. 15(3), p. 229–245, 2011.
- SCHLÜTER, R. *Gastronomia e Turismo*. São Paulo: ALEPH, 2003.
- VÁZQUEZ DE LA TORRE, G. & GUTIÉRREZ AGUDO, E. El turismo gastronómico y las denominaciones de origen en el sur de España: oleoturismo. Um estudio de caso. *PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, n. 8, p. 91–112, 2010.
- ZAINAL, A.; NIZAM, A.; KASSIM, M. Malaysian Gastronomy Routes as a Tourist Destination. *Journal of Tourism, Hospitality & Culinary Arts*, v. 2, n. 1, p. 15-24, 2010.
- ZUIN, L. & ZUIN, P. Produção de Alimentos Tradicionais: Contribuindo para o desenvolvimento local/regional e dos pequenos produtores rurais. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 109-127, 2007.

artes . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . letras . direito . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . ciências sociais . educação . museologia . turismo . engenharia . geografia



artes . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . letras . direito . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . ciências sociais . educação . museologia . turismo . **ENGENHARIA** . geografia

**JULIANA LINDER DE OLIVEIRA IAHN**

## **O PAPEL DA ENGENHARIA NA CONSTRUÇÃO E (RE)QUALIFICAÇÃO DAS CIDADES.**

**Uma intervenção de caráter multidisciplinar empreendida no Distrito Federal.**

O presente trabalho relata a experiência da equipe multidisciplinar da coordenação de projetos urbanísticos do Distrito Federal, na implantação de uma rota acessível a um hospital público da cidade. Por meio desse relato, discute-se o papel da Engenharia Civil, assim como do profissional engenheiro, na materialização dos projetos de construção e (re)qualificação urbana empreendidos nas cidades. Projetos dessa linha estão inseridos num processo social e político de intervenção no território, o qual envolve diversos profissionais na busca de espaços públicos que atendam aos anseios da sociedade. Por isso a importância de equipes que englobem profissionais especializados articulados para benefício do projeto como um todo e de seus desdobramentos na cidade a partir de sua apropriação pela sociedade.



## Considerações iniciais

A paisagem urbana de uma cidade é fruto de uma construção coletiva de diversos elementos que as compõem, como ruas, prédios, praças, parques e monumentos. Atrás de cada um desses elementos é possível vislumbrar o trabalho dos diversos profissionais, como gestores públicos, engenheiros, arquitetos e urbanistas, dentre outros que atuam no planejamento e transformação contínua das cidades.

Os urbanistas têm um papel social de destaque no desenvolvimento da cidade, pois são responsáveis pela produção do espaço construído, o que impacta diretamente na vida da população. Por isso, exige-se deles dedicação em lidar com os desafios em projetar e reorganizar os espaços com responsabilidade social e, assim, atendam aos anseios e necessidades da sociedade. Na prática, participam do planejamento diversos projetistas com formação e interesses bastante diversificados, em um processo marcado pelo tratamento e qualificação de informações por meio de diferentes técnicas e conhecimentos que dão suporte à concepção e desenvolvimento de soluções de projeto (FABRICIO e MALHADO, 2007).

Nesse contexto, ao engenheiro civil cabe a base formal de materialização da forma urbana, que permita implantar adequadamente um projeto arquitetônico do espaço público, com propostas de soluções adequadas ao desenho: os materiais, o mobiliário urbano, o tratamento do solo, os serviços, as instalações e os elementos estruturais.

Engenharia e arquitetura estão relacionadas por meio do diálogo estabelecido de maneira indissociável entre forma e estrutura. No movimento modernista, por exemplo, defendia-se que a evidência do desenho estrutural deveria transparecer na forma (LOPES et al., 2006). Para Giovannoni (1931), o espaço urbanizado depende de duas estéticas distintas, das quais uma implica o engenheiro e, a outra, o arquiteto.

Pensando na multi e interdisciplinaridade dos projetos urbanísticos, o objetivo deste artigo é apresentar a experiência de implantação de um projeto de rota acessível a um equipamento público do Distrito Federal desenvolvido pela equipe de projetos da SEDUH, formada por engenheiros civis e arquitetos e urbanistas. E a partir deste relato de vivência profissional, contribuir com a discussão sobre o papel do engenheiro civil na materialização dos projetos urbanísticos, promovendo ideias para melhoria dos espaços públicos.

O trabalho compreende uma primeira parte na qual, por meio de pesquisa teórica, explica-se a diferença de multidisciplinaridade e interdisciplinaridade e, ainda, a importância da

atuação de equipes multidisciplinares no planejamento urbano. Prossegue para a segunda e última parte com o relato da experiência.

## **Interdisciplinaridade: do acréscimo à troca**

As novas tecnologias reorganizaram as relações de trabalho e de produção. Com essas modificações, o nível de qualificação dos trabalhadores se altera. Os meios de produção exigem trabalhadores mais qualificados, flexíveis, com nova base técnica e científica (constituída fundamentalmente pela informática), trabalhadores multifuncionais. A multidisciplinaridade reflete essa multifuncionalidade, porém ainda insuficiente para superar os problemas de fragmentação e desarticulação dos saberes necessários.

As discussões acerca de equipes multidisciplinares e interdisciplinares já não são novas no meio dos escritórios de projetos. Antes de analisar a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade no contexto dos projetos urbanísticos, primeiramente é preciso identificar a diferença entre aquelas.

A multidisciplinaridade, por exemplo, se esgota na tentativa de trabalho em conjunto, ela se ocupa meramente da divisão de um mesmo objeto entre disciplinas diferentes, que o recortariam e trabalhariam seus diferentes aspectos segundo pontos de vista diversos, cada qual resguardando suas fronteiras e ficando, em maior ou menor grau, intocadas (CAMPOMORI, 2004). A ideia seria uma justaposição de projetos.

Já a interdisciplinaridade nasceu de fato para promover a superação da super especialização, e da desarticulação teoria e prática como alternativa à disciplinaridade. Essa relação integradora implica nas construções de ações críticas transformadoras na sociedade (PIRES, 1996):

A interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre as disciplinas, no interior de um projeto. Pode ser caracterizada como o nível em que a colaboração entre as diversas disciplinas ou entre os setores heterogêneos de uma mesma ciência conduz a interações propriamente ditas, isto é, a certa reciprocidade nos intercâmbios, de tal forma que, no final do processo interativo, cada disciplina saia enriquecida (JAPIASSU, 1976, p. 74, apud MATOS e PIRES, 2009, p. 339).

Dentro das áreas do conhecimento contemporâneo, para Compomori (2004), a Arquitetura se apresenta como uma das que mais permite a efetiva incorporação e utilização desse conceito. Como conhecimento e ofício, a arquitetura, além de congregar os mais diversos

saberes sobre as questões de seu interesse, permite que realmente se faça a transposição dos resultados dessa congregação de saberes de uma maneira sempre nova, criativa e contributiva para a revelação de novas realidades.

## **A atuação de equipes multi e interdisciplinares em projetos urbanísticos**

É evidente que a Engenharia da construção é tão antiga quanto à história do homem. Porém só veio a ser organizada com bases científicas em meados do século XVIII por influência da Revolução Industrial e do pensamento filosófico e cultural do iluminismo. A industrialização forçou o desenvolvimento tecnológico e as pesquisas na área das ciências exatas e suas aplicações práticas, surgindo a Engenharia propriamente dita.

Passos (2003) mostrou que os arquitetos se revelaram incapazes de acompanhar o desenvolvimento tecnológico da construção, sendo os engenheiros aqueles que assumiram a posição de vanguarda nesse desenvolvimento. Todavia a construção ainda se enquadrava de algum modo no campo da Arquitetura.

Acreditava-se equivocadamente na possibilidade da Engenharia ocupar o campo da arquitetura, ou que talvez a arquitetura passasse a constituir apenas um campo de especialização da engenharia. Frente à possibilidade da vulgarização da arte e do abandono do pensamento crítico, no início do século XIX, a Academia de Arquitetura é reeditada na luta contra a “ciência” (GRAEFF, 1995).

Merece uma reflexão esse secular conflito ligado à necessidade de conciliar arte e ciência. As soluções devem ser capazes de atender não somente à dimensão formal, mas também às dimensões físicas, legais, sociais e econômicas do projeto (FABRICIO e MALHADO, 2007). Assim, à medida que as soluções tecnológicas para os subsistemas da construção se tornam mais complexas, envolvendo profissionais cada vez mais especializados, ganha importância a necessidade de soluções multidisciplinares e, conseqüentemente, de coordenação dos projetos, que exige a articulação e o questionamento das especialidades de projeto em benefício do todo.

No contexto do urbanismo, os projetos de requalificação estão inseridos num processo social e político de intervenção no território. Definidos como operação de renovação e reestruturação, em que a valorização ambiental e a melhoria funcional do tecido urbano são objetivos primordiais para resgatar a qualidade de vida nas cidades.

Por essas intervenções abrangerem diversas dimensões (formal, física, legal, social, ambiental e econômica), o projeto é marcado por um processo sócio-técnico complexo que envolve múltiplos participantes (arquitetos, engenheiros, geógrafos, coordenador) em um ambiente intelectual, produtivo, regulatório e cultural (ZARIFIAN, 1999, apud FABRICIO e MALHADO, 2007).

O engenheiro, em especial, está ligado aos fatores técnicos do projeto: conhecimentos científicos e tecnológicos, procedimentos e normas técnicas, condutas construtivas, etc. Todavia sua visão não deve ser limitada, já que o projeto transcende a postura normativa, embora a inclua. Os fatores sociais e econômicos, como contratos, condicionantes financeiras, cultura e relações interpessoais também determinam o sucesso do projeto, pois levam em conta os interesses coletivos envolvidos e os impactos urbanos das intervenções.

Assim, nos projetos de requalificação urbana, cabe ao engenheiro civil a base formal de materialização da forma urbana, que permita implantar adequadamente um projeto arquitetônico do espaço público, com propostas de soluções adequadas ao desenho: os materiais, o mobiliário urbano, o tratamento do solo, os serviços, as instalações e os elementos estruturais.

Acerca da base tecnológica, Romero (2015) ao tratar da arquitetura do espaço público, destaca que a intenção de reelaborar a arquitetura do espaço não se encontra somente nas suas grandes feições ou nas linhas que definem a sua ordem, mas, sim, particularmente nos detalhes, por exemplo, na qualidade visual tátil dos materiais, nos elementos estruturais, etc., ampliando a competência do engenheiro.

Sobre as soluções adequadas ao desenho, é importante destacar que o engenheiro não deve dar ênfase na busca de soluções tecnologicamente “perfeitas”. No âmbito do trabalho multidisciplinar, o mesmo deve selecionar alternativas tecnológicas, muitas vezes simples, que se relacionem com os aspectos mais amplos do projeto.

A qualidade do processo de projeto não é determinada apenas pela competência dos engenheiros e arquitetos e urbanistas, mas também por uma gestão adequada que coordene as diversas especialidades atuantes. Nessa tarefa, o papel do coordenador requer um amplo conhecimento interdisciplinar (incluindo projeto e obra) e a capacidade de gerenciar o processo e de integrar os profissionais das equipes de trabalho. Logo, a liderança requer o balanceamento de habilidades técnicas, gerenciais e interpessoais.

## O papel da Engenharia Civil e do Engenheiro: relato de uma experiência

Esta parte do trabalho relata a experiência de implantação de um projeto de requalificação urbana desenvolvido pela Coordenação de Projetos da SEDUH (Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal). Esta, uma equipe interdisciplinar que, em 2019, era composta por 20 arquitetos e urbanistas e quatro engenheiros civis, tornou-se responsável, dentre outras atribuições, pela elaboração de projetos de intervenção em espaços públicos para qualificação urbana mediante a criação de vias, calçadas e áreas verdes com pavimentação e nivelamento de piso, rampas de acessibilidade, arborização e abrigos de ônibus<sup>1</sup>.

Primeiramente é necessário contextualizar o relato partindo do marco histórico de referência da experiência. O planejamento urbano no Distrito Federal começou com a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, a Novacap, em 1956, cuja finalidade era gerenciar e coordenar a construção da nova cidade e dentro da estrutura existia o Departamento de Urbanismo (DEU). Em 1993, criou-se o Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (IPDF), vinculado à Secretaria de Obras do Distrito Federal, e tinha como competência, entre outras, promover estudos e pesquisas, além de elaborar e revisar normas urbanísticas. Já em 1997, instituiu-se a SHDU (Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano), com atribuição de planejar, executar e implantar políticas de desenvolvimento urbano, ficando assim o IPDF vinculado a então SDHU até 2000, quando é extinto<sup>2</sup>.

Após várias reestruturações nos anos subsequentes, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma) em 2007, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Sedhab) em 2011, Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (Segeth) em 2015, sempre com atribuições relacionadas ao planejamento urbano da capital, em 2019, no atual governo, foi renomeada como Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH). Nesta estava inserida a Coordenação de Projetos-Coproj.

A Coproj foi estruturada com foco nos projetos urbanísticos, em que a elaboração dos projetos de intervenção do espaço público ficaria a cargo da mesma. Já os projetos complementares, drenagem, água e esgoto e iluminação pública, seriam elaborados pelas concessionárias do governo. Por isso foi composta em quase toda sua totalidade por profissionais arquitetos e urbanistas. Nesta mesma época, na mudança de gestão, em virtude da reestruturação das secretarias distritais, a coordenação absorveu alguns engenheiros vindos de outras áreas. Por

<sup>1</sup> Ver mais em: <http://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/Regimento-Interno.pdf>

<sup>2</sup> Ver: [http://www.seduh.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2017/11/Relatorio\\_de\\_Atividades\\_UO\\_28101\\_2019.pdf](http://www.seduh.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2017/11/Relatorio_de_Atividades_UO_28101_2019.pdf)

não ter sido planejada como equipe multidisciplinar, as atribuições iniciais dos engenheiros estavam limitadas à finalização de projetos de mobiliários e criação de caderno de especificações.

Porém, com a ampliação da multidisciplinaridade dos projetos pelas novas especialidades associada à incorporação dos engenheiros, ampliou-se a competência desses profissionais, produzindo uma verdadeira atividade em equipe. Sobre isso, Martins (2020), à época coordenadora, completa que essa nova equipe, formada por profissionais de diferentes formações, foi importante pois acrescentou mais especificações e detalhes aos projetos.

Atualmente a equipe de engenheiros planeja soluções de microdrenagem por meio de infraestrutura verde como jardim de chuva e valas de infiltração; soluções estruturais para mobiliários urbanos, escadarias, rampas e muros de contenção; executa vistoria de obras, no sentido de adaptar às desconformidades; além disso, trabalha em conjunto com os urbanistas nas especificações do projeto, na busca de materiais adequados às condições locais.

### **Projeto de requalificação: *Rotas Acessíveis aos Hospitais Regionais***

Ainda em 2015, a Diretoria de Mobilidade Urbana da SEGETH iniciou um trabalho de pesquisa e avaliação dos espaços públicos, com o objetivo de definir locais prioritários e elaborar diretrizes de projetos para implantação de rotas acessíveis na cidade, ou seja, trajetos contínuos, sinalizados e livres de quaisquer obstáculos, que garantissem a circulação segura de pedestres em geral, principalmente, de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida<sup>3</sup>.

Entre os critérios de escolha dos locais estavam: a concentração do maior número de beneficiários, o entorno de equipamentos públicos; o estado de conservação das calçadas da área, em que locais com calçadas mais degradadas deveriam ser priorizadas em relação a outras em bom estado de conservação; e as localidades de baixa renda devendo ser priorizadas.

Frente a tais considerações, foram avaliados os espaços públicos, primeiramente, as áreas urbanas contíguas aos equipamentos já existentes na cidade, e definiu-se uma rota acessível a esses equipamentos com origem e destino. Assim, os Hospitais Regionais (HR's) foram classificados como prioritários para a implantação de Rota Acessível.

Neste projeto, *Rotas Acessíveis aos Hospitais Regionais*, tais caminhos foram definidos para promover a ligação da parada de ônibus ou estação de metrô mais próximo. Para traçar essas rotas, foram adotados os seguintes passos:

---

<sup>3</sup> Ver mais em: <http://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/10/documento-tecnico-rotas-acessiveis.pdf>

- Identificação do trajeto percorrido pelos pedestres entre as paradas de transporte público até os acessos dos Hospitais;
- Verificação da existência de outros equipamentos ao longo do trajeto;
- Identificação, no trajeto, de pontos de interferência (postes, telefones públicos, tampas de caixas de inspeção, desníveis, placas de sinalização);
- Análise da largura do passeio, além do tipo e qualidade do pavimento.

Assim, a Diretoria desenvolveu propostas para os Hospitais Regionais de diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal, as RA's, mais conhecidas como Cidades Satélites de Brasília. Nesta proposta específica, foram contempladas, entre as várias RA's, oito das 33 regiões assim oficializadas até então. Especificamente, compuseram este conjunto: os Hospitais Regionais de Brazlândia, de Planaltina, de Sobradinho, do Guará, de Samambaia, do Paranoá, de Ceilândia e de Santa Maria. Com a elaboração das diretrizes, foi possível resumir aqui a intervenção realizada em Santa Maria, RA XIII do Distrito Federal, a partir da implantação da rota acessível ao Hospital Regional de Santa Maria – HRSM.



**Fig. 01.** Divisão político-administrativa do DF com RA de Santa Maria em destaque. **Fig. 02.** Vista aérea de Santa Maria.  
Fontes: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa\\_Maria\\_\(Distrito\\_Federal\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Maria_(Distrito_Federal)) (01); <https://earth.google.com/> (02).



**Fig. 03.** Hospital Regional de Santa Maria -HRSM. **Fig. 04.** Entrada principal do HRSM.  
Fontes: <https://earth.google.com/> (03); <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/07/30> (04).

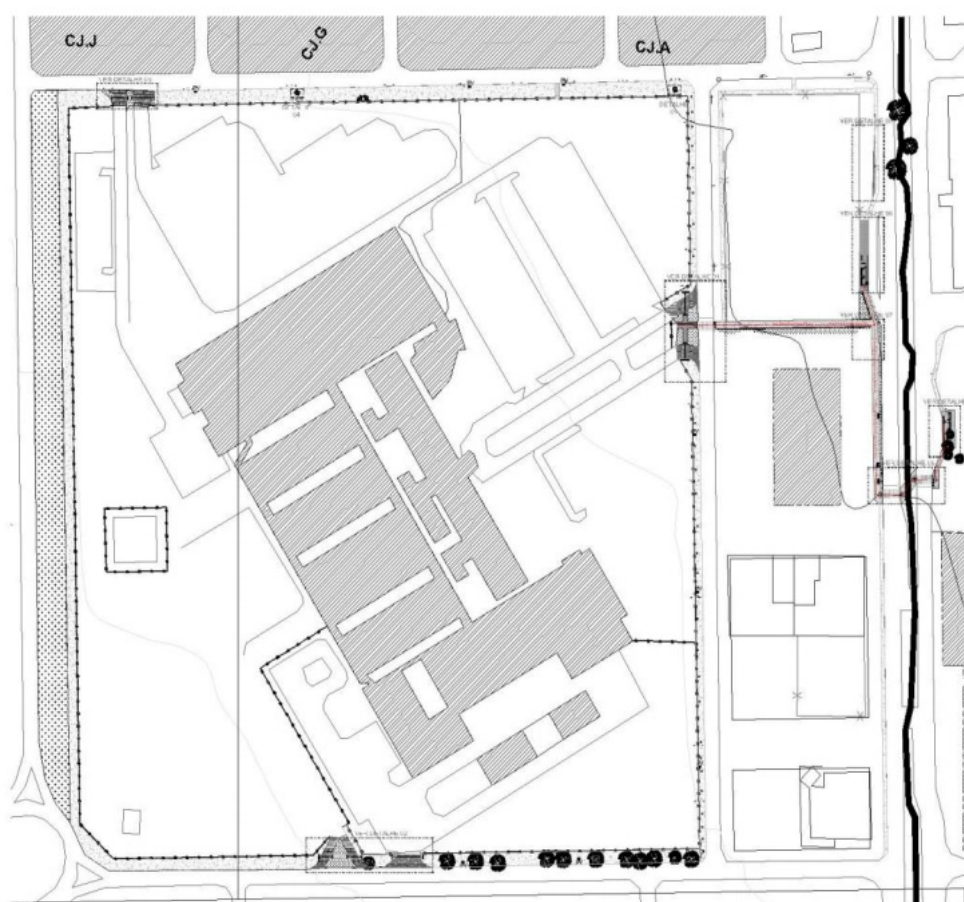


Este projeto foi pautado pela necessidade de realização dos seguintes serviços:

- Alargamento de calçadas;
- Execução de pavimentos em concreto 8 cm semi-polido;
- Execução de pavimentos em placas de concreto 40x40cm;
- Execução de cordão de concreto;
- Execução de meios-fios;
- Plantio de grama;
- Plantio de árvores;
- Substituição de abrigos de parada de ônibus;
- Implantação de sinalização tátil de alerta e/ou direcional;
- Execução de cabeamento e implantação de postes de iluminação pública no entorno

dos pontos de parada de ônibus;

- Implantação de mobiliários urbanos: bancos, lixeiras e paraciclos;
- Execução de plataformas elevadas.



Rota acessível para o Hospital Regional de Santa Maria

**Fig. 05.** Rota acessível para o HRSM.

**Fonte:** SEDUH, 2015.

Nos anos subsequentes, em 2016, 2017 e 2018, os projetos passaram pelas etapas de aprovação, licitação e contratação. Finalmente, no ano de 2019, foi possível dar início à etapa de revisão dos projetos então elaborados e de execução dos mesmos, já na Coordenação de Projetos da SEDUH.

Estruturou-se assim uma equipe de trabalho, formada por dois arquitetos, um deles o autor do projeto, dois engenheiros, e pela coordenadora. Na etapa de revisão, previamente à execução, o projeto foi reavaliado, principalmente quanto às normas de acessibilidade, e readequado às mudanças da topografia local, levando em consideração também a visão mais técnica do engenheiro.

Vista as especificidades das situações urbanas encontradas, escolheu-se as soluções mais adequadas ao desenho urbano, apresentadas a seguir:

- Rampa de acessibilidade;



**Fig. 06.** Rampas de acessibilidade.

**Fonte:** Autora.

- Adequação das travessias de pedestres, no que se refere ao tratamento das rampas e/ou ao tipo de travessia adotada, optando-se, em alguns casos, pela travessia elevada de pedestres;



**Fig. 07.** Travessia elevada.  
**Fonte:** Autora.

- Plataforma elevada para manter a continuidade do passeio nos acessos de veículos ao lote ou no cruzamento de ruas estreitas;



**Fig. 08.** Plataforma elevada.  
**Fonte:** Autora.



- Adoção de modelo de parada de ônibus, com mobiliários e pavimentos diferenciados, pisos táteis e iluminação;



**Fig. 09.** Parada de ônibus.

**Fonte:** Autora.

Na execução do projeto, o trabalho dos engenheiros foi essencial, pois ficaram responsáveis por vistoriar a obra, relatar e readequar, juntamente com os arquitetos, as possíveis desconformidades frente às situações urbanas encontradas.

## Considerações finais

A arquitetura do espaço público deve ter como referência a escala humana, pois as cidades são produzidas para pessoas com a premissa de acessibilidade, conforto, beleza, segurança, economia e sustentabilidade. Diante de todas essas dimensões dos projetos urbanísticos, faz-se mais que necessária a troca de conhecimento entre profissionais de diferentes especialidades.

No caso da equipe multidisciplinar da Coproj, mesmo que não se tenha planejado a coordenação para abranger diferentes tipos de profissionais, a integração dos engenheiros civis ampliou os projetos, trazendo mais elementos aos mesmos.

A experiência relatada da implantação da rota acessível mostra que é possível incluir os engenheiros no processo de intervenção do espaço, não ficando apenas limitado aos projetos complementares que, no caso do DF, já eram desenvolvidos pelas concessionárias.

Lançando um olhar crítico, para que uma equipe seja de fato interdisciplinar, é necessário que se vença a simples divisão de tarefas por área de conhecimento, por meio de um diálogo e troca desde a concepção do projeto, e assim se eleve o nível de cooperação, na busca de soluções e técnicas mais adequadas.

## Referências

- CAMPOMORI, Maurício. A transdisciplinaridade e o ensino de projeto de arquitetura. *Revista Arquitextos*, São Paulo, ano 4, mai., 2004. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.048/588>>. Acesso em 20 out. 2020.
- FABRICIO, M. M.; MALHADO, S.B. *O projeto na arquitetura e engenharia civil e a atuação em equipes multidisciplinares*. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/258232641>>. Acesso em 20 out. 2020.
- GIOVANNONI, G. *Vecchie città ed edilizia nuova*. Torino: UTET, 1931.
- GRAEEF, E. F. *Arte e Técnica na formação do Arquiteto*. São Paulo: Studio Nobel, Fundação Vilanova Artigas, 1995.
- LOPES, Marcos; BOGÉA, Marta; REBELLO, Yopannan. *Arquitetura da engenharia ou engenharia da arquitetura*. São Paulo: Mandarim, 2006.
- MARTINS, Anamaria de Aragão Costa. Entrevista concedida a Juliana Linder de Oliveira Iahn, em 03 de dezembro de 2020. Brasília, 2020.
- MATOS, Eliane; PIRES, Denise Elvira Pires de. Práticas de cuidado na perspectiva interdisciplinar: um caminho promissor. *Texto & Contexto - Enfermagem*, Florianópolis, v. 1, p. 338-346, jun., 2009. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072009000200018&script=sci\\_arttex](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072009000200018&script=sci_arttex)>. Acesso em: 18 out. 2020. ISSN 1980-265X
- PASSOS, Érika Mendonça Britto. A contribuição da arquitetura para a formação do profissional engenheiro civil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA, Rio de Janeiro, 2003. *Anais...* Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/16/artigos/OUT220.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.
- PIRES, Marília Campos de Freitas. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no ensino. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, UNESP, v.2, n.2, p. 173-182, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/icse/1998.v2n2/173-182/pt/>. Acesso em: 19 out. 2020.
- ROMERO, Marta Adriana Bustos. *Arquitetura bioclimática do espaço público*. Brasília: UnB, 2015.

artes . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . letras . direito . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . ciências sociais . educação . museologia . turismo . engenharia . geografia



artes . psicologia . música . arquitetura & urbanismo . letras . direito . administração . patrimônio cultural . meio ambiente . ciências sociais . educação . museologia . turismo . engenharia . **GEOGRAFIA**



ALDO REZENDE  
EDNA CASTRO DE OLIVEIRA  
MARIA JOSÉ DE RESENDE FERREIRA

## **GEOGRAFIA E FORMAÇÃO HUMANA.**

### **Exercício de práxis docente na educação de jovens e adultos em Vitória.**

À luz do pensamento freiriano e dos pressupostos da formação humana, a práxis docente apresenta-se como possibilidade na experiência do movimento de desencadear a produção do conhecimento elaborado. Uma experiência pontual de transpor a abstração do campo analítico, em especial da geografia, para dar conta de alcançar, no real-concreto, a compreensão e apreensão sobre a cidade: da origem à cidade capitalista em suas contradições, no dinâmico processo de (re)produção, acumulação de capital e extração da mais-valia urbana. Nosso principal objetivo consiste em apresentar, por meio da metodologia de sistematização, a experiência de estudos interdisciplinares sobre a cidade, realizados pelos estudantes do Curso Técnico Integrado em Guia de Turismo, Proeja, Ifes, campus Vitória. No caminho a ser percorrido, o movimento reflexivo-crítico potencializa a construção de narrativas contra-hegemônicas sobre a cidade turística, lugar de vida e da pretendida atuação profissional. Nesta perspectiva, entendemos ser importante destacar o exercício de sistematização de experiências didático-pedagógicas em sua capacidade de transformação da experiência em objeto de estudos e reflexões. Sem perder de vista a importância dos processos relacionados à formação humana de estudantes, é a partir das reflexões críticas sobre o cotidiano, de vivências e experiências, que a práxis docente engajada permite potencializar a tomada de consciência, a emancipação política e o protagonismo dos sujeitos, também a partir da pretendida atuação profissional de jovens e adultos, futuros guias de turismo.

La escuelas trabajantodo el tiempo con las ‘certezas’. Deberian trabajar con las dudas, con las interrogaciones, con las preguntas. El conocimiento solo avanza cuando se pregunta, cuando hay dudas, extrañamientos; no cuando hay certezas, cánones, fundamentalismos.

José Romão

## Considerações iniciais

A teoria crítica freiriana ilumina o enunciado deste texto e a pontual reflexão sobre a cidade capitalista em suas contradições a partir da escola, com ênfase no compromisso ético-político e o permanente desafio do educador(a) em “ser capaz de levar os indivíduos das mais diferentes classes sociais, sobretudo das classes subalternas, a uma condição de esclarecimento e de conhecimento...” (MOCHICOVTCH, 1990, p.7).

Adotamos a sistematização de experiências<sup>1</sup> como metodologia para refletir sobre a cidade a partir da educação escolar, neste particular, na modalidade de educação de jovens e adultos.

Nos estudos preliminarmente realizados pelos estudantes sobre a cidade, da gênese à cidade capitalista em suas contradições, importante se faz ressaltar que as grandes cidades brasileiras são o lugar de vida de mais de 80 por cento da população brasileira e que ocupa menos de 1% do território nacional (IBGE, 2010). Cidades que expõem singularidades, hierarquias além de configurações complexas e contraditórias, geradas pela acumulação e reprodução do capital.

Na condição de eixos temáticos geradores, o uso de algumas categorias analíticas da geografia em interfaces no campo da interdisciplinaridade, permitem a contextualização sobre a cidade capitalista em suas complexas e expressivas contradições socioespaciais, pautadas principalmente pela acentuada crise urbana, agravada pelos alarmantes processos de desigualdades sociais. Sem perder de vista os processos históricos relacionados ao movimento de propulsão do capitalismo e, por conseguinte, do fortalecimento do poder hegemônico das elites no campo das decisões políticas e econômicas, a crise urbana nas grandes cidades brasileiras expõe as contradições do espaço urbano, na condição de mercadoria em permanente disputa. Nas grandes cidades brasileiras, o espaço urbano historicamente concebido pelas elites dirigentes, potencializa a extração da mais valia urbana e, em muitos casos, faz proliferar “ilhas de

---

<sup>1</sup> Conforme apontado por Falkembach (1995, 2008), a sistematização e experiências está relacionada com os movimentos e pensar a prática e desta forma, produzir conhecimento. Uma metodologia que se constituiu a partir Educação Popular de tradição latino-americana. Diz respeito a redefinição de paradigmas, modalidades de intervenção pedagógica e de investigação social. Na condição de instrumento metodológico, busca o acompanhamento de práticas sociais comprometidas com o movimento de transformação da sociedade, em especial àquelas praticas que dizem respeito aos movimentos populares,, sindicatos, coletivos sociais, além de projetos em suas questões teórico-práticas.

espetáculos” em suas possibilidades de apropriação, consumo restrito e fruição: a cidade na condição de produto turístico seletivo, excludente.

Mediante a tentativa de relacionar a cidade e a escola, faz-se importante anunciar a metodologia de sistematização de experiências que neste trabalho decorre da realização de uma jornada de estudos sobre a cidade e que envolveu estudantes do Curso Técnico Integrado de Guia de Turismo, Proeja, Ifes, campus Vitória. A reflexão sobre a relação cidade capitalista e suas contradições suscitam importantes possibilidades capazes de estimular a problematização, a tomada de consciência e a emancipação dos estudantes, na sua maioria, residentes na cidade de Vitória-ES: uma cidade centenária, com reconhecido potencial de atração turística pautado no reconhecido apelo paisagístico, histórico e cultural.

Nestes termos, é de fundamental importância considerar a postura ético-política de docentes por meio de práticas pedagógicas comprometidas com a pedagogia histórico-crítica<sup>2</sup> e no propósito da formação humana<sup>3</sup> dos (as) estudantes, mediante a possibilidade de se emanciparem politicamente e também alcançar o efetivo desempenho profissional junto aos visitantes e turistas. Serão futuros guias de turismo e, portanto, capazes, de assumirem o relevante papel histórico-social mediante a possibilidade de desconstruir a “ilha do espetáculo” e apresentar a cidade em sua totalidade social, contrapondo a narrativa hegemônica, a-histórica, da cidade do pensamento único.

Nesta perspectiva, a jornada de estudos realizada pelos estudantes teve como principal referência bibliográfica, o livro intitulado: *O que é cidade*, de autoria da arquiteta-urbanista Raquel Rolnik (1988). Por se tratar de uma obra bem articulada na perspectiva de teorias, conceitos e categorias de análises de alcance interdisciplinar, os estudantes partiram de estudos e pesquisas sobre a gênese das cidades para alcançarem a cidade capitalista em suas contradições historicamente definidas.

Outrossim, nosso principal objetivo consiste em apresentar, por meio da metodologia de sistematização, a experiência sobre estudos da cidade em suas contradições, sem perder de vista contribuições teóricas e conceituais no campo da ciência geográfica, assim como de outras áreas

---

<sup>2</sup> O termo pedagogia histórico-crítica foi cunhado por Dermeval Saviani em 1978 e refere-se a uma perspectiva pedagógica que surge num contexto de busca por saídas teóricas que superassem os limites apresentados pelas teorias crítico-reprodutivistas. Sobre esta temática ver: SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 10ª ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.

<sup>3</sup> Sobre esta categoria de análise, ver: FREITAS, H. C. L. de. *O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios*. Campinas: Papyrus, 1996.

do conhecimento de forma interdisciplinar, capazes, portanto, de assegurar o movimento reflexivo-crítico então pretendido.

No caminho a ser percorrido, os movimentos reflexivos-críticos buscam também contribuir com a possibilidade de construção de narrativas contra-hegemônicas sobre a cidade turística, além de afirmar uma experiência de práxis docente comprometida com a educação libertária. Concentrou-se esforços no sentido de dar concretude a diálogos possíveis sobre a cidade a partir da escola, com ênfase nos pressupostos da formação humana, oportunidade em que os(as) estudantes foram instigados(as) a problematizar a própria realidade de cidadãos(as), autodeclarados(as) urbanos sem cidadania; provocados(as) a pensar o lugar de “ser e estar no mundo”, assumindo-se na condição de sujeitos histórico-sociais (FREIRE, 2015), mediante a tomada de consciência para transformar a realidade em suas contradições, também por meio da atuação profissional.

Nesta perspectiva, em seus pressupostos filosóficos, epistemológicos e pedagógicos, entendemos que a proposta de formação humana em muito contribuiu para potencializar o processo de construção do conhecimento elaborado, solidário e compartilhado.

Com este trabalho, convidamos os leitores e leitoras a percorrer o caminho aqui pavimentado a partir da ciência geográfica na perspectiva interdisciplinar com outros campos do conhecimento e, assim, dar conta da pretendida formação humana de estudantes mediante a possibilidade de assumirem-se enquanto sujeitos históricos, educadores urbanos no exercício da profissão de guias de turismo.

## **A cidade, a escola e a experiência da prática docente engajada**

É na diretividade da educação, esta vocação que ela tem, como ação especificamente humana, de “endereçar-se” até sonhos, ideais, utopias e objetivos, que se acha o que venho chamando politicidade da educação. A qualidade de ser política, inerente à sua natureza. É impossível, na verdade, a neutralidade da educação (FREIRE, 1996, p. 42).

Vivemos na cidade, sem direito de ter direitos!

Com esta frase foi encerrada a apresentação do trabalho de pesquisa realizado por estudantes do Curso Técnico Integrado de Guia De Turismo, durante a jornada de estudos sobre a cidade: sua origem, evolução e contradições.

Naquela oportunidade, com os estudos realizados a partir do livro: *O que é cidade*, as questões apresentadas pelos (as) estudantes suscitaram estudos e reflexões sobre a cidade contemporânea e suas contradições, assim como a busca pelo significado de “ser cidadão”; pelo direito de ter direitos, também à cidade enquanto lugar de vida e futuro espaço de exercício da profissão de guia de turismo.

Não obstante, enquanto objeto de estudos e pesquisas realizadas pelos estudantes, a temática da cidade: da gênese à cidade capitalista em suas contradições, de forma pontual, desvela a estratégia epistemológica assumida, capaz, portanto de iluminar o caminho da práxis educativa pretendida. Decerto, buscou-se desqualificar e transpor o senso-comum<sup>4</sup> manifesto pela consciência desagregada, para desnaturalizar o real-concreto: ou seja, a vida, vivências e experiências na cidade explicitamente contraditória.

São contradições que dizem respeito principalmente à cidade em sua estrutura e organização que, comprometidas de forma pragmática com a funcionalidade, não escondem as históricas e controversas formas de apropriação, ocupação e uso para a extração da mais-valia urbana. São processos cada vez mais complexificados no contexto da “globalização perversa”. Um fenômeno multidimensional seletivo e excludente, principalmente, no âmbito do alcance e dos resultados advindos dos progressos técnico-científicos e informacionais em conformidade com a lógica da divisão internacional e social do trabalho (SANTOS, 2006, p.19).

A partir desta temática, o ponto central dos estudos e discussões apresentadas pelo grupo de estudantes do curso de guia de turismo revelou na verdade, as mazelas sociais da cidade contemporânea neoliberal, no permanente rearranjo de sua estrutura e organização em correspondentes funções e modo de vida urbano. A cidade capitalista enquanto lugar de negação ao direito à vida com dignidade para a maioria dos cidadãos das classes sociais subalternas que, a exemplo destes (as) estudantes, ao tomarem consciência da realidade problematizada, afirmando-se urbanos, reivindicam o direito de terem direitos.

Neste contexto, a estratégia pedagógica docente assumida deixa ver a posição epistemológica fundamentada nos pressupostos do materialismo histórico dialético, capaz, portanto, de conduzir o movimento do pensamento a partir das seguintes questões: a partir da

---

<sup>4</sup> No sentido que lhe dá Gramsci, senso comum é a visão de mundo mais difundida no seio das classes sociais subalternas. O sendo comum é tão complexo quanto a religião, mas é ainda menos homogêneo e estruturado. As representações do mundo que esse senso comum permite são sempre ocasionais e desagregadas: são resultado, em grande medida, da banalização de ideologias de épocas históricas anteriores (MOCHCOVITCH, 1990, p.14).

afirmação apresentada pelo grupo de estudantes na conclusão dos estudos, como conduzir o processo de construção do conhecimento reflexivo-crítico e tornar possível a construção de narrativas contra-hegemônicas sobre a cidade em suas contradições? Como articular as narrativas contra-hegemônicas, no sentido de torná-las atrativas aos olhos e expectativas dos visitantes da cidade a ser apresentada pelos estudantes, futuros guias de turismo?

A partir das questões apresentadas, o papel do educador enquanto mediador revelou-se por meio do uso de categorias de análises da ciência geográfica em interface com outras áreas do conhecimento. O primeiro passo foi em direção à busca pela compreensão sobre a cidade em suas contradições para, na sequência tornar possível a desconstrução da narrativa hegemônica sobre a cidade turística, do pensamento único, enquanto mercadoria em permanente disputa.

### **Sobre a cidade em suas contradições: um exercício de busca à problematização**

Na condição de produto social, a cidade é também resultado do processo histórico de intervenção do homem na primeira natureza, quando na produção do espaço geográfico, suas correspondentes formas e funções coadunam com o modo de organização da sociedade em suas dimensões políticas, socioeconômicas, culturais, éticas e estéticas historicamente definidas e contraditórias. A cidade capitalista moderna enquanto lugar de realização, de reprodução do capital.

Ao considerar o espaço geográfico enquanto “conjunto indissociável de sistemas de ações e objetos”, Milton Santos<sup>5</sup> dialoga com Sartre sobre a possibilidade de interação e reflexão a partir da categoria prático-inerte, tendo em vista a realização do trabalho e as ações humanas simultâneas: condicionadoras e condicionantes, reveladores de novos sentidos e significados no conjunto da paisagem.

Nestes termos, o espaço geográfico produzido socialmente remete à leitura e compreensão sobre a cidade, em suas formas de organização historicamente definidas, na medida em que “o processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas” (SANTOS, 2006, p.140). O trabalho humano em permanente realização na

---

<sup>5</sup> Milton Santos é frequentemente citado em referências bibliográficas de teses, dissertações, teses, trabalhos e pesquisas relacionados ao tema Cidades no Brasil. Também no campo do urbanismo são importantes as contribuições do autor. Cita-se: *A cidade nos países subdesenvolvidos* (1965); *Pobreza urbana* (1978); *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* (1979); *A urbanização desigual* (1980); *Manual de Geografia urbana* (1981); *A urbanização brasileira* (1993), dentre outras publicações.

(re)produção da cidade onde se destacam as rugosidades, sinais do tempo passado no tempo presente do espaço enquanto expressão da totalidade social:

[...] As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados (SANTOS, 2008, p. 173).

A historicidade da relação espaço-tempo presente, permite-nos reconhecer que, no processo evolutivo da sociedade, fragmentos dos movimentos de totalizações realizados na (re)produção do espaço (rugosidades), desnudam a partir do método reflexivo de abordagem e análise, condições de reconhecer o acúmulo do trabalho realizado, materializado em objetos e respectivas funções. Formas que expressam os processos de evolução cultural da sociedade também por meio dos progressos técnicos, tecnológicos, científicos e informacionais, em graus, níveis diferentes e espacialmente distribuídos de forma organizada e seletiva.

Nas cidades consideradas patrimônio histórico, muitas delas transformadas em atrativos turísticos, as rugosidades dizem respeito ao “que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (SANTOS, 2006, p. 140). Prédios históricos, igrejas centenárias, mosteiros, casarões, monumentos, museus e suas relíquias, além das expressões da cultura imaterial, são algumas das rugosidades portadoras de histórias e memórias de inúmeras cidades que, a exemplo de Vitória, despertam o interesse e a expectativa de visitantes e turistas.

Às educadoras e aos educadores, na mediação do processo de produção do conhecimento, provocar a problematização da cidade turística em suas “rugosidades” também permite a integração entre as disciplinas do núcleo comum e do núcleo técnico; neste particular, em relação ao curso de guia de turismo, apontando para a redução da dicotomia entre disciplinas propedêuticas e técnicas, além de reiterar o sentido da pretendida formação humana omnilateral<sup>6</sup> dos estudantes.

Neste particular, ao considerar o “espaço geográfico” enquanto eixo temático articulador do movimento de reflexão crítica sobre a cidade e o modo de vida urbano, é por meio da articulação entre as disciplinas do núcleo comum e do núcleo técnico que o estudante alcança,

<sup>6</sup> Sobre esta categoria de análise, ver: MANACORDA, M. A. *Marx e a pedagogia moderna*. 2ª ed. Campinas/SP: Alinea, 2010.



principalmente, as dimensões políticas, econômicas, culturais, éticas e estéticas da cidade sua totalidade social<sup>7</sup>; ou seja, a sociedade apreendida na perspectiva do materialismo histórico-dialético. Decerto, a cidade enquanto produto social resultado da ação humana em processos históricos permanentes de (re)produção do espaço geográfico, compreende o próprio movimento de realização da sociedade no espaço e no tempo.

Historicizar de forma contextualizada a cidade, de sua gênese à condição de mercadoria de consumo na sociedade capitalista contemporânea abre a possibilidade de situar e projetar o estudante, em sua condição de classe social subalterna para o centro do movimento reflexivo sobre a cidade capitalista enquanto uma mercadoria em permanente disputa. Um exercício capaz de transpor o campo da abstração para, no real-concreto da vida, vivências e experiências problematizadas, fazer movimentar o pensamento, a tomada de consciência e a almejada emancipação político-crítica mediante a possibilidade de intervenção para transformação da realidade.

Na leitura e busca pela compreensão do espaço geográfico em sua totalidade, o(a) educador(a) dispõe de importantes categorias analíticas: paisagem, lugar, território e região, em suas possibilidades de promover movimentos de observação, análises e interpretações dos fenômenos espaciais. São categorias analíticas que em suas múltiplas concepções, contribuem com a apreensão da totalidade social do espaço geográfico, neste particular o espaço urbano da cidade capitalista em discussão.

Ao buscar alcançar o real-concreto por meio das formas como das funções relacionadas, por vezes as subjetividades e são engendradas nos sentidos da vida também revelados na dinâmica da paisagem urbana da cidade, da sociedade em permanente movimento, possível de ser decupada em sua estrutura contextualizada, apreendida no movimento dialético de alcance da totalidade social.

---

<sup>7</sup> Existe uma diferença fundamental entre a opinião dos que consideram a realidade como totalidade concreta, isto é, como um todo estruturado em curso de desenvolvimento e de autocriação, e a posição dos que afirmam que o conhecimento humano pode ou não atingir a “totalidade” dos aspectos e dos fatos, isto é, das propriedades, das coisas, das relações e dos processos da realidade. No segundo caso, a realidade é entendida como o conjunto de todos os fatos. Como o conhecimento humano não pode jamais, por princípio, abranger todos os fatos – pois sempre é possível acrescentar fatos e aspectos ulteriores – a tese da concreticidade ou da totalidade é considerada uma mística. Na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato ou quaisquer classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos reunidos em seu conjunto) não constituem, a totalidade (KOSIK, 1986, p. 35).

## A paisagem urbana: um convite à reflexão crítica sobre a cidade capitalista

A geografia que faço e ensino é aquela que leva em consideração o movimento do mundo, a produção de suas paisagens e a desigualdade que este mundo produz, contra as quais luto, usando a geografia como arma. (SOUZA, 2014, p. 22)

No campo da ciência geográfica, aos educadores é facultado o compromisso ético-político de produção do conhecimento solidário e compartilhado, comprometido com o movimento do pensamento reflexivo-crítico. Consiste em uma atribuição que permite aos estudantes problematizarem a realidade para tomar consciência desta mesma realidade em suas contradições e, assim, serem capazes de (re)significar a atuação política e o permanente exercício de conquista da cidadania plena.

Com as experiências realizadas em estudos e pesquisas junto aos estudantes do curso técnico de guia de turismo, o recorte que apresentamos neste trabalho de sistematização de experiências, aponta caminhos de diálogos possíveis na medida em que se fundamenta, mesmo que de forma pontual, em teorias e categorias de análises capazes de ressaltar as contradições socioespaciais das grandes cidades, neste particular, enquanto lugares atrativos para o consumo turístico.

Trata-se, portanto, de elucidar o sentido da prática docente comprometida com a desconstrução da cidade mercadoria que, engessada pelo “pensamento único”, em seus processos de planejamento e gestão, tornam-se cenários de espetáculos para o consumo seletivo, em especial, destinados a visitantes e turistas.

No viés da pedagogia histórico-crítica, a partir dos estudos iniciados, prosseguimos no sentido de buscar despertar os estudantes, futuros guias de turismo, para a compreensão e apreensão sobre a cidade em sua totalidade social enquanto objeto de estudo e de possível lugar para o exercício da profissão. Decerto, no campo do conhecimento elaborado, inúmeras são as possibilidades de realização do movimento reflexivo de alcance da totalidade do espaço geográfico, neste particular, a cidade enquanto produção humana, uma vez que:

A noção de totalidade é uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo em elemento fundamental para o conhecimento e análise da realidade. Segundo essa ideia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes (SANTOS, 2006, p.15).

A possibilidade de apreender a cidade em sua totalidade social remete à estratégia de reconhecer na relação espaço-tempo, as dimensões estruturantes no movimento dialético do real-concreto, das partes no todo e do todo nas partes de forma indissociável. Assim, é a cidade capitalista em permanente transformação, enquanto resultado dos progressos acumulados no campo das ciências, das técnicas, das tecnologias e das contradições econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais, éticas e estéticas em permanentes processos de totalizações.

No campo da ciência geográfica, o conceito de espaço abarca subespaços que de forma sistêmica revelam as estruturas estruturantes da cidade enquanto produção social em permanente processo de reprodução, no contexto das crises indispensáveis ao ciclo perverso de reprodução do capital. Nestes termos, os estudos sobre a cidade e o urbano apontam a opção pela “paisagem” enquanto categoria analítica indutora da contextualização da cidade e do urbano enquanto totalidade social.

A iniciativa de inserir estudantes no campo do estudo e da pesquisa, é uma necessidade urgente, oportunidade para lançar o desafio de dissolver a abstração dos conceitos e das categorias analíticas por meio do real-concreto das vivências e experiências cotidianas de estudantes, que precisam ser validadas no processo de construção do conhecimento e da tomada de consciência sobre o “ser e estar no mundo” enquanto sujeitos histórico-sociais.

De forma prática, é possível, a partir do cotidiano, enumerar os objetos, as formas e suas respectivas funções e, por conseguinte, comprovar a indissociabilidade entre ações e objetos presentes no contexto da vida em movimento. Um passo importante para dissolver a abstração e iluminar outros sentidos e significados alcançáveis, compreendidos e apreendidos a partir do espaço de vida em suas relações e tramas do cotidiano.

Uma estratégia pedagógica possível que mediada pelo(a) educador(a), possibilita aos estudantes refletirem de forma contextualizada e assim, descobrirem-se em “seu lugar no mundo”, não como espectadores que, da arquibancada, sempre foram conduzidos (as) a assistir a vida passar. Urbanos(as), espectadores(as) reduzidos(as) ao papel de coadjuvantes de uma história escrita e contada segundo a ideologia e os interesses escusos e a manipulação, presentes desde a chegada dos europeus colonizadores aos capitalistas opressores e usurpadores de direitos.

No estudo da paisagem merecem destaque as formas urbanas reveladoras de rugosidades – cultura material e imaterial, que entrelaçam o tempo passado e tempo presente e que, por vezes, na ausência de contextualização são consideradas apenas na condição de atrativos

espetacularizados, contemplados e consumidos pelos turistas. Em especial, na cidade de Vitória, a ancestral técnica de produção de panelas de barro, se refletida de forma contextualizada, permite reconhecer na paisagem urbana, a presença das “mulheres paneleiras”, como sujeitos de direitos, artífices da própria história de vida; uma possibilidade de desconstrução do simplificado “espetáculo turístico” espacializado na cena urbana da cidade.

Para Santos (2006), a paisagem não é sinônimo de espaço. A paisagem expressa o visível, o sentido, o vivenciado e experienciado; trata-se também da expressão do trabalho humano materializado em sua historicidade peculiar, em diversas das dimensões que coadunam com os pressupostos éticos e estéticos imbricados à dinâmica do permanente movimento dialético de (re)produção do espaço. A paisagem é “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. É também definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca”, na condição de categoria analítica do espaço geográfico, a paisagem urbana “não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.” (SANTOS, 1997, p.61).

Na cidade, o indissociável conjunto de sistemas ações e sistemas de objetos, historicamente (re)definidos por meio do trabalho humano, nem sempre a paisagem é alcançada enquanto expressão do todo nas partes alcançadas. Aos olhos de muitos a paisagem parece estática, descolada da dinâmica do tempo entrelaçado ao espaço, ou seja, da sociedade em movimento. Aos subalternos da cidade capitalista sobre o efetivo controle das elites dominantes, tudo é apresentado como normal: expressão do intencional movimento de desigualdades expresso na estrutura e nas formas urbanas, assim como na banalização da fome, da miséria, da violência, da opressão de classe.

Num mundo tão complexo, pode escapar aos pobres o entendimento sistêmico do sistema do mundo. Este lhes aparece nebuloso, constituído por causas próximas e remotas, por motivações concretas e abstratas, pela confusão entre os discursos e as situações, entre a explicação das coisas e a sua propaganda. Mas há também a desilusão das demandas não satisfeitas, o exemplo do vizinho que prospera, o cotidiano contraditório. Talvez por aí chegue a despertar. (...) Mas a semente do entendimento já está plantada e o passo seguinte é o seu florescimento em atitudes de inconformidade e, talvez, rebeldia” (SANTOS, 2006, p. 133).

Não obstante, a postura ético-política engajada de educadores(as), em muito contribui para promover o despertar da consciência crítica dos estudantes além de fomentar atitudes comprometidas com o enfrentamento das injustiças e desigualdades sociais, por vezes, naturalizadas.

Neste particular, no âmbito dos estudos e pesquisas orientadas a partir da temática sobre a cidade e o urbano em suas contradições, a postura reflexiva-crítica dos estudantes do Curso Técnico Integrado de Guia de Turismo rompe, assim, com a conformidade e afirma o processo educativo como um ato de rebeldia. Desta forma, foi possível pavimentar o caminho das conexões possíveis entre os fundamentos do campo teórico-conceitual com o real-concreto de vivências e experiências dos estudantes no cotidiano da cidade capitalista, território usado em suas formas, funções, cores, odores, sons, além de outras singularidades possíveis de serem apreendidas.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O *território usado* é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 8).

O território usado que “são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2012b, p. 138), expõe a complexidade do espaço urbano em permanente transformação, tendo em vista, principalmente, a historicidade do sistema de técnicas e tecnologias, na (re)definição de novas formas, novos usos, novas ações, novos objetos, novas manifestações de vida, vivências e experiências a serem analisadas e assimiladas na dialética da própria sociedade em movimento.

No alcance da paisagem urbana em sua capacidade de expressar a historicidade do espaço de territorialidades em movimento, nota-se que, na remanescência natural, material e social do espaço geográfico da cidade, as rugosidades presentes na paisagem urbana apontam o acontecer das dimensões políticas, sociais, econômicas, culturais, éticas e estéticas de alcance e leitura sobre o território urbano das cidades em movimento entrelaçado, complexo e não linear.

Aos estudantes, na condição de futuros guias de turismo, faz-se importante levá-los a compreender a importância da ruptura metodológica com a história tradicional pautada na exatidão dos fatos pelos fatos e, desta forma, desconstruir a história linear, sem eco, para no contraponto, iluminar o movimento dialético das totalizações (múltiplas temporalidades) em relação às continuidades, descontinuidades, encaixes, desencaixes, territorializações e desterritorializações, dentre outras possibilidades de percepção, concepção e apreensão da relação espaço-tempo e território. Um caminho metodológico que potencializa o exercício da contextualização como estratégia para compreensão da dialética de processos e formas desiguais de apropriação, uso e consumo da cidade capitalista em sua condição de mercadoria em disputa.

Decerto, a cidade-mercadoria, dentre elas as de reconhecido potencial de atração turística, por vezes concebidas pelos agentes detentores e representantes dos interesses do capital, impõe-se a espetacularização enquanto estratégia de impulsão da mais-valia-urbana. Uma estratégia realizada, principalmente, por meio de instrumentos, político-administrativos, jurídicos, urbanísticos e publicitários, dentre outros instrumentos e mecanismos de proporção coercitiva e excludente no território, cada vez mais, usado pela ditadura do dinheiro e da informação.

Não obstante, o urbanismo engendrado nas propostas de planejamento através de planos e projetos específicos, é revelador, em muitos casos, dos movimentos de ressignificação da dinâmica de organização da cidade em suas formas e configurações. São intervenções que confirmam o papel das mais diversas esferas do Poder Público enquanto agentes corporativos indutores da segregação socioespacial urbana na lógica do dinâmico jogo de interesses articulados por agentes hegemônicos na concepção e (re)produção do espaço urbano das cidades.

No entanto, sem desconsiderar os diferentes níveis de apreensão, cada vez mais, as principais metrópoles brasileiras, têm se tornado alvo de constantes intervenções urbanas e urbanísticas, associadas ao projeto de cidade *just in time*<sup>8</sup>. Situação que reafirma ainda mais a exacerbação do valor de troca e da mais-valia urbana de proporções globais no contexto de financeirização da economia, na disputa e apropriação privada dos orçamentos públicos também por meio das iniciativas perversas de desregulamentação do poder de interferência do Estado no setor produtivo e, principalmente, na perversa desregulamentação da relação capital-trabalho que solapa e nega direitos sociais. Outrossim, na perspectiva da cidade *just in time* em suas estratégias articuladas no campo da ideologia neoliberal para fins de reprodução e acumulação capitalista, as diversas formas de segregação socioespacial e a política de controle e disciplina das formas de uso do espaço urbano, têm colocado em risco o processo de civilidade no âmbito do modo de vida urbano das grandes cidades, tendo em vista, principalmente, o considerável aumento de pobres descartáveis, jogados à própria sorte.

---

<sup>8</sup> Como ponto de partida, consideraremos o *just in time* um conjunto de meios de racionalização matematizada, sincronização de tempos de trabalho e fluxos de mercadorias entre trabalhadores distribuídos por diversas unidades produtivas e por extensos territórios. Como qualquer meio técnico, é materialização do patrimônio de saber e saber-fazer acumulados, mediada pelas relações sociais de produção. Fruto de mediações sociais contemporâneas, o conjunto de procedimentos objetivados no *just in time* implanta interesses e necessidades particulares das atuais classes hegemônicas. Como tal, possui força de organização material da produção e atua como condicionante ideológica, pois interfere nas consciências e no modo de vida cotidiano em geral, participando ativamente da reprodução das relações sociais dominantes (FERRARI, 2012, p.23).

Com efeito, cabe destacar que os novos atributos da segregação urbana nas grandes cidades podem ser tipificados no âmbito das peculiaridades de cada cidade, tendo em vista o seu papel no contexto da hierarquia de conveniências com os interesses interestaduais relacionados, do global para o local e vice-versa, em movimentos comprometidos com os processos de valorização e acumulação na lógica da financeirização da economia, associada às perspectivas de dinamização dos fluxos controlados de pessoas, serviços, informações, capitais e tecnologias.

A gentrificação, ou, “enobrecimento de lugares” pode ser referenciada como uma visível consequência das intervenções urbanas que, ao promover a valorização imobiliária de lugares de segregação induzida, acaba por dinamizar o processo de consolidação da mais-valia urbana às custas da “expulsão branca” e da reprodução das desigualdades em lugares de confinamento da pobreza urbana, nas franjas da periferia. São diversos os casos em que a requalificação e/ou revitalização de lugares degradados pela ditadura do dinheiro sobre o território, o potencial histórico, cultural e paisagístico passa para o controle do mercado imobiliário e, transformados em produtos turísticos, revitalizam as cidades mercadorias a serem consumidas.

Nas principais cidades brasileiras, o movimento de banalização da condição de desigualdades sociais e da pobreza urbana vem se efetivando em sinergia com a resignificação dos espaços públicos, muitos destes transformados em espaços de controle privativos por meio de monitoramento e de vigilância permanente. A terceirização das áreas públicas, associada à produção de espaços privados destinados a atividades de lazer e entretenimento, assim como o espaço privado dos shopping-centers, também anunciam novos atributos da segregação nos territórios usados das cidades capitalistas.

Desta forma, o “território usado” da cidade espetacularizada em seu potencial turístico é comercializado, ou seja, vendido pelos diversos meios de comunicação, assim como em eventos públicos e privados, sem, no entanto, deixar ver as “mazelas sociais” resultantes dos processos de (re)produção do capital e espoliação no território, usado pela ditadura do dinheiro e da informação (SANTOS, 2006).

## **Desconstruir a cidade capitalista em suas contradições: uma possibilidade**

A partir do reconhecido papel de educador(a) mediador(a) do processo de produção do conhecimento, é no exercício da busca pela formação humana de estudantes do Curso Técnico Integrado em Guia de Turismo que, neste texto, a práxis pedagógica na geografia crítica, orientada



pelo método do materialismo histórico e dialético, aponta para a possibilidade de promover a emancipação política de estudantes em sua capacidade de compreender, apreender e narrar sua história de vida, vivências e experiências no cotidiano das cidades.

Muito importante para a atuação profissional dos guias de turismo, as narrativas são capazes de percorrer de forma reflexiva e crítica os processos relacionados à gênese e a constituição das cidades capitalistas em suas contradições socioespaciais. Na medida em que a narrativa a ser produzida por estudantes, futuros guias de turismo, consegue contextualizar a cidade turística no domínio da realidade contraditória, esta mesma narrativa, também permite atravessar a linha tênue de naturalização das formas pelas formas, dos fatos pelos fatos, dos fenômenos pelos fenômenos, para buscar, na essência, ressignificar o território e torná-lo legível e compreensível em suas contradições; um ato de rebeldia que ousa desconstruir os discursos hegemônicos da cidade espetáculo, produzido pelas elites dirigentes.

Alcançar a cidade e o modo de vida urbano em suas contradições socioespaciais, relacionadas à negação aos subalternos do direito de ter direitos, à afirmação das políticas urbanas de intervenção e gestão pautadas pelo “pensamento único” e excludente é, com certeza, dar conta das estratégias perversas que legitimam a condição da cidade-mercadoria para deleite de poucos.

Aos estudantes jovens, adultos e idosos do Proeja, futuros guias de turismo, em suas atribuições de receber, informar e conduzir turistas ou grupos de turistas a conhecer o território e seus atrativos da cultura material e imaterial presentes na paisagem urbana, destaca-se o cuidado de procurar dar conta de alcançar o espaço urbano da cidade turística em sua totalidade social. No alcance da historicidade dos progressos científicos, técnicos e tecnológicos, por sua vez imbricados às dimensões políticas, econômicas, culturais, ambientais, éticas e estéticas de (re)produção do espaço geográfico, ou seja, da sociedade em permanente movimento, ficam alguns sinais da formação humana omnilateral pretendida. Mesmo que de forma pontual, desta forma a escola interage com a cidade enquanto objeto de estudos e intervenções propositivas para afirmar o sentido da práxis educativa em seu sentido *stricto sensu*.

O diálogo entre escola, a educação escolar e a cidade, neste particular, por meio das práticas docentes comprometidas com os princípios da pedagogia histórico-crítica reitera além da expectativa pela pretendida formação humana omnilateral como também afirma os pressupostos

do pensamento freiriano de promoção da educação libertária comprometida com a emancipação das classes sociais subalternas.

Em relação à opção política assumida por nós, é bom lembrar que na pedagogia histórico-crítica a questão educacional é sempre referida ao problema do desenvolvimento social e das classes. A vinculação entre interesses populares e educação é explícita. Os defensores da proposta desejam a transformação da sociedade. Se este marco não está presente, não é da pedagogia histórico-crítica que se trata (SAVIANI, 2013, p.72).

O movimento da sociedade é dinâmico, intencional e político em sua essência e não acontece de forma neutra. Importa-nos destacar que a postura ético-política dos(as) educadores(as) em seu comprometimento com a histórica luta de classes revela-se também por meio do movimento permanente do repensar as estratégias pedagógicas e inovar as práticas docentes; pressupostos que abrem possibilidades de ressignificar o papel da escola em sua função social e política, no âmbito da proposta de formação humana integral comprometida com a emancipação dos sujeitos: educadores e educandos, envolvidos no processo de produção do conhecimento solidário e compartilhado.

Na sequência do pensamento em permanente movimento, de acordo com Freire (1993), a cidade educa e instiga o exercício da cidadania plena, ativa, principalmente por meio das possíveis relações horizontais de efetiva participação dos cidadãos nas decisões sobre a cidade enquanto direito de todos e todas. Nesta perspectiva, na condição de educadora, “a cidade é também educanda” (FREIRE, 1993, p. 13), um objeto real-concreto de estudos e de reflexões críticas, capazes de revelar na essência as contradições na luta de classes em movimento.

## Considerações finais

Com base na metodologia de sistematização de experiências, buscamos realizar o movimento de reflexão sobre a prática docente no processo de produção do conhecimento elaborado no âmbito da educação escolar. A partir da disciplina de geografia, em diálogo com outras áreas do conhecimento e com as disciplinas do núcleo técnico, foi possível o exercício da integração por meio de eixos temáticos geradores fundamentados em categorias de análises. Uma tentativa de produção do conhecimento elaborado, principalmente, a partir da dialética na relação com o real-concreto de vivências e experiências dos sujeitos envolvidos: educadores e educandos da modalidade de educação de jovens e adultos.

Freire (1987b) destaca que a formação dos sujeitos envolvidos na produção do conhecimento: educadores e educandos é uma formação processual, gradual, lenta e que se constitui no cotidiano da práxis docente. Mesmo que de forma pontual, na exposição sobre a produção do conhecimento elaborado pautado pelo exercício da problematização, aos estudantes na condição de cidadãos, foi possibilitada a reflexão crítica sobre a cidade, em suas contradições. No conjunto da prática pedagógica refletida e orientada, efetivou-se a oportunidade de enfrentamentos, por meio da discussão:

(...) corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispucesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos (FREIRE, 1967, p. 90).

Uma rebeldia possível a partir do pensamento reflexivo-crítico que permitiu aos estudantes a oportunidade: “desocultadora de verdades. Verdades cuja ocultação interessa às classes dominantes da sociedade” (FREIRE, 2001, p. 11). Concretizou-se assim, o desocultar das ditas “verdades” a partir da realidade problematizada, neste particular, a cidade capitalista em suas contradições tendo em vista principalmente as exacerbadas desigualdades sociais historicamente determinadas.

À luz do pensamento freiriano, entendemos que o projeto político pedagógico de educação libertária pressupõe o debate pautado na reflexão crítica que aponta para a afirmação da autoconfiança dos estudantes na medida em que potencializa a emancipação política. Trata-se, portanto, de reconhecer a ausência de neutralidade e o efetivo e permanente papel político da escola e do(a) educador(a) em sua práxis educativa engajada, comprometida com um dos lados da história: o lado dos oprimidos ou dos opressores.

Nesta perspectiva, entendemos ser importante também destacar que, no âmbito da educação-escolar, “[...] a prática educativa, a formação humana, implica opções, rupturas, decisões, estar com e pôr-se contra, a favor de algum sonho e contra outro, a favor de alguém e contra alguém” (FREIRE, 2001, p. 21).

Nas abordagens apresentadas sobre a temática da cidade capitalista em suas contradições, o esforço se deu no sentido de contribuir com movimentos para iluminar, potencializar e tornar mais compreensível a proposta de formação humana omnilateral dos

sujeitos: educadores e educandos, para além da abstração que, muitas vezes, no represar do espírito, inibe a concretude da prática refletida e, por conseguinte, dos processos de emancipação e protagonismos dos sujeitos.

Nas entrelinhas das reflexões apresentadas, o trabalho enquanto princípio educativo ganha notoriedade na medida em que aos estudantes é oportunizada a possibilidade de entender-se como “ser e estar no mundo”, sujeitos histórico-sociais em sua capacidade de problematização e tomada de consciência a partir da própria realidade de vida na cidade em suas contradições e possibilidades de intervenção para transformação desta mesma realidade.

Na perspectiva do conhecimento elaborado por meio de atividades e estudos de pesquisas orientadas sob as categorias analíticas da ciência geográfica em diálogo com outras áreas do conhecimento científico, uma vez instigados(as) a construir narrativas contra-hegemônicas sobre a cidade e seu potencial de atração turística, aos estudantes foi possível atravessar as molduras dos quadros a-históricos de exaltação aos “heróis” opressores para dar destaque ao histórico e efetivo papel dos oprimidos, dos vencidos, explorados e espoliados, escondidos por trás das telas e aprisionados por entre suas molduras.

Uma rebeldia que aponta a importância dos pressupostos da formação humana para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes, futuros guias de turismo. Uma efetiva oportunidade de narrar a cidade sem esconder a história de opressão e de resistência dos povos indígenas, negros e demais etnias, assim como de outros grupos sociais invisibilizadas pelos discursos hegemônicos das elites dominantes, como também nas alegorias emolduradas das “cidades do espetáculo turístico”.

Ao percorrer parte do vasto campo teórico conceitual sobre a cidade e o modo de vida urbano em suas contradições, buscamos trazer os (as) estudantes para o centro da problemática urbana mediante a possibilidade de elevá-los à condição de emancipados na luta cotidiana pelo direito de ter direitos à cidade.

Na pretensa atuação profissional pautada pelo ato de receber, acolher, guiar e informar o “estrangeiro” na cidade, tomada por seu potencial de atração turística, aos estudantes, futuros guias de turismo, revela-se também a possibilidade de assumirem-se na condição de “educadores populares” que por meio da construção das narrativas contra-hegemônicas, potencializam o movimento de problematização e despertar de novas consciências críticas sobre a cidade, a sociedade e o sistema mundo em suas contradições.

Não se trata de um receituário didático-pedagógico, ou mesmo de uma exposição estandardizada de “boas práticas docentes”!

Buscamos sim, por meio da metodologia de sistematização de uma experiência, apontar caminhos, possibilidades de práticas docentes que dependem da postura ético-política engajada do(a) educador(a), no sentido de fazer valer o projeto de educação libertária das classes populares.

## Referências

- FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. Sistematização... Juntando cacos, construindo vitrais. *Cadernos UNIJUÍ*, Ijuí, Série Educação 23, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Sistematização em Educação Popular: uma história, um debate*. 30ª Reunião da ANPED. 2008.
- FERRARI, Terezinha. *Fabrilização da cidade e ideologia da circulação*. 2ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p.23.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987a.
- \_\_\_\_\_. *Política e educação*. São Paulo: Cortez, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Educação e atualidade brasileira*. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 50ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FREITAS, H. C. L. de. *O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios*. Campinas: Papirus, 1996.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 4ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MANACORDA, M. A. *Marx e a pedagogia moderna*. 2ª ed. Campinas/SP: Alinea, 2010.
- MOCHICOVTCH, Luana G. *Gramsci e a escola*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1990.
- Raquel Rolnik. *O que é Cidade*. Série Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ROMÃO, José E. La epistemología del oprimido y las políticas educativas. In: TELLO, Cesar (org). *Epistemologías de la política educativa: posicionamientos, perspectivas e enfoques*. 1ªed. Campinas: Mercado de letras, 2013.
- SANTOS, Milton. O professor como intelectual na sociedade contemporânea. In: ANAIS DO IX ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 1999, São Paulo. *Anais...* v. III, São Paulo: ENDIPE, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço*. 4ª Ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 13ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Da totalidade ao Lugar*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012b
- SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia*. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11<sup>a</sup> ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2013.

SOUZA, Maria Adélia A. de. Território usado, memória e patrimônio. In: [Texto elaborado para a Conferência de Abertura] 8º SEMINÁRIO PATRIMÔNIO CULTURAL. PATRIMÔNIO E TERRITÓRIO: CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO NO SÉCULO XXI, 2014, Ouro Preto. Anais... Ouro Preto: FAOP – Fundação de Arte de Ouro Preto, 2014.





Não seria um paradoxo o aprofundamento, cada vez maior, sobre as questões da cidade, sendo que nestes aglomerados físicos e humanos atuais, mais do que pensar, busca-se viver e sobreviver? Como poder refletir e pensar sobre esse complexo emaranhado de espaços e de vida?

Certa vez, dialogando com um grande amigo, professor e arquiteto experiente sobre algumas cidades brasileiras, travamos uma pequena batalha de ideias: “As cidades possuem aromas e cheiros característicos próprios delas mesmas. As cidades nos trazem à memória a lembrança preferida; um ente maior que transcende o pensar de uma mente, como um pai ou uma mãe que se lembra do cheiro de um filho, de uma filha”. A “proposição sensorial” pode parecer óbvia para alguns, mas não tende a ser muito bem percebida por muitos outros. Para ele, foi motivo de piada e, para mim, oportunidade de reflexões mais profundas sobre a relação intrínseca, diria até, quase visceral, que estabelecemos com as cidades onde nascemos e habitamos ao longo de nossa existência.

Notar a cidade sob uma ótica multidisciplinar de conjunto pode impulsionar variadas compreensões sobre a urbe moderna, quiçá criar novas afeições sobre nós mesmos, uma vez que jamais iremos compreendê-la por completo – o mistério da própria existência se confunde com “o segredo das cidades”. As mazelas humanas se fazem impregnar nas casas, nas ruas, nos comércios, nos edifícios, nos eventos, nos verdes, nos cheios, nos vazios e, principalmente, nos espaços abertos viabilizados pela materialidade estrutural. Por meio dos relatos e dos estudos das cidades e das relações sociais é que se moldam as possibilidades de transformação da nossa realidade que, em grande monta, foi forjada às custas do próprio sofrimento humano. Qual seria a verdadeira função da academia se não a investigação e a luta incessante por um mundo menos injusto e menos desigual? Parafraseando um trecho da canção de Milton Nascimento e Fernando Brant e compreendendo, cada vez mais, a responsabilidade social que os intelectuais deveriam adotar perante os desvalidos, poder-se-ia afirmar que “a academia tem de ir aonde o povo está!”.

*Espaço Livre - Reflexões multidisciplinares sobre cidade e sociedade* propôs, com muita qualidade, um compilado muito interessante de reflexões sobre aspectos das cidades e das sociedades sob os mais variados universos do conhecimento acadêmico, contribuindo, assim, com poderosas oportunidades de aprendizado neste sentido. Essa “mistura” de ensaios, artigos, casos, análises e avaliações provoca no leitor um pensamento mais sistêmico e relacional – sobre os

acontecimentos, sobre as coisas e sobre os fatos da nossa história – do que produzimos e vivemos culturalmente. Em um sistema econômico atual que busca cada vez mais a especialização das profissões e do conhecimento, a discussão efetivada de modo mais aberto, abrangente, global e “menos rígida” vem, de certa forma, na contramão desse fluxo. Isso foi muito positivo e essencial, a meu ver. Trouxe questões radicais ainda superficialmente conferidas pela sociedade e que necessitam de intensa divulgação e debate.

Deixando de lado alguns termos que estão “na moda” como objetivo, foco, visão, etc. *Espaço Livre*, sutilmente, provoca no leitor um certo “sentimento de mundo”. A qualidade dos artigos, dos estudos, dos trabalhos, bem como dos belíssimos registros fotográficos de Sávio Guimarães, seguidos por ligeira poesia que permeia o livro, deixou no ar um “aroma de novas e mais ousadas propostas” para o futuro. Quem sabe em uma próxima edição, as diversas áreas do conhecimento possam analisar e estudar os diferentes aspectos das cidades, das pessoas, das culturas locais, dos bairros e dos edifícios por meio de mais imagens, fotografias, letras e poemas?

Ferreira Gullar, quando questionado sobre o propósito da arte e da poesia, afirmou: “Porque a vida só, não basta!”.

CHICO JUNIOR

Brasília, 27 de Fevereiro de 2021.



Tertúlia. (Santiago de Cuba/Cuba, 2011).

## SOBRE OS AUTORES

### FERNANDA DE SOUZA QUINTÃO

Doutoranda em Artes, Cultura e Linguagens (IAD – UFJF), mestra em Design e Expressão Gráfica (UFSC), especialista em Design e Cultura (FUMEC) e graduada em Design de Produto (UEMG). Atualmente, desenvolvo pesquisa sobre Clara Porset (1895-1981), designer de móveis de origem cubana que passou a maior parte de sua vida no México, mas que desempenhou importante papel no projeto de mobiliário para o governo revolucionário cubano, na década de 1960. Tenho experiência como professora do ensino técnico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF - Sudeste MG). Participo do Grupo de Pesquisa “Estética, consumo e mundialização: transformações nos mundos das artes. Artes Visuais, arquitetura, design, moda e gastronomia” do Instituto de Artes e Design da UFJF. Meus interesses giram em torno das artes, do design, das resistências e das vidas.

fernandaq@gmail.com

### ROSELY CUBO PINTO DE ALMEIDA

Doutora em Ócio e Desenvolvimento Humano pela Universidad de Deusto/Bilbao (Espanha) e convidada do pela Universidade Federal do Ceará/Brasil. Internacionalização “Menção Europeia” Doutorado em Estudos Culturais pela Universidade de Aveiro/Portugal. Mestra em Psicologia pela Universidade de Fortaleza. Especialista em Psicodrama/FEBRAP. Graduada em Serviço Social pela Universidade de Londrina. Pesquisadora do Grupo de Estudos Gênero e Performance do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro/Portugal. Desenvolve Projetos no Instituto Cultural Dinâmica Energética do Psiquismo/São Paulo. Pesquisadora: Red Ibero-Americana OTIUM; Ócio, Tempo Social e Trabalho/ANPEPP; Ócio e Tempo Livre/CNPQ. Articula Intervenções Corporativas em Sociometria. Editora Associada da Revista Brasileira de Psicodrama. Consultora Organizacional T&D em Preparação para Aposentadoria. Coordena Grupos de Pesquisas em áreas do Ócio e Trabalho Dimensões Compartilhadas com sub temáticas: Sentir-Sensações e a Deficiência Visual (2019- ) e Gênero-Raça-Identities (2020- ).

roselycubo@gmail.com

### LEONICE DOMINGOS DOS SANTOS CINTRA LIMA

Doutora (2009) e Mestre (2003) pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social-UNESP/Campus de Franca-SP; Graduada em Serviço Social (UNESP-Franca; Bolsista CAPES para pesquisa no exterior (2008/UCP). Professora titular do programa de pós graduação – Nível Mestrado em Ciências Ambientais da Universidade Brasil (2012); Professora concursada na UNIFADRA-Dracena, Professora do Curso de Medicina; Professora em cursos de graduação na Universidade Brasil Fernandópolis (2010). Experiência em coordenação de cursos de graduação (16 anos); Parecerista do CEE/SP- Conselho Estadual de Educação/SP; Membro de grupos de pesquisa CNPq (03); Pesquisadora Adjunta do Instituto ELLA-Criações Educativas. Executora de trabalhos técnicos no âmbito da requalificação e atualização profissional na área do Serviço Social; Executora de Oficinas de Fortalecimento de Vínculos Familiares no âmbito do Sistema Único da Assistência Social. Pesquisadora da Questão Socioambiental; Direitos Humanos, Diversidade de Gênero e Questão Étnico Racial. Professora de Políticas Públicas e Política Ambiental; Revisora e Parecerista da Periódicos.

lecaclima@yahoo.com.br

### EDSON LEÃO FERENZINI

Mestre em Teoria da Literatura, pela Faculdade de Letras da UFJF (2000), com pesquisas nas áreas de música popular, contracultura e indústria cultural. É formado em Comunicação Social, pela FACOM-UFJF, nas Habilitações Rádio/TV (1992) e Jornalismo (1994). Lecionou nos cursos de Publicidade e Propaganda da Unipac-Barbacena e de Jornalismo, na Unipac Juiz de Fora. Atuou no Jornalismo Diário e em assessorias de imprensa de espaços culturais (Cultural Bar, Livraria Liberdade). No segundo, idealizou e coordenou o projeto Liberdade Ideias, com o objetivo de divulgação de produções bibliográficas acadêmicas e literárias, através de palestras e debates com autores. Idealizou e coproduziu ainda, dois ciclos de debates, mostras de filmes e eventos culturais, sob o título de “Encruzilhada da Contracultura”, que reavaliaram as



influências desse fenômeno sociocultural, na comemoração aos 40 anos do Festival Woodstock. Cantor, com mais de 30 anos de atuação em diversos grupos, vem transitando principalmente entre o Rock, a MPB e linguagens musicais híbridas, incluindo os grupos Eminência Parda, FBI, Pampas Geraes, Ou Sim, Sambavesso. É também um dos cantores e compositores de um dos principais blocos de Carnaval de Juiz de Fora, o Parangolé Valvulado. Ainda na área musical integrou a equipe jornalística do site especializado Show Musica.

edsonferenzini@yahoo.com.br

#### **CLÁUDIA BAIMA MESQUITA**

Doutora em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015) – PROARQ/FAU/UFRJ. Mestra em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007) – PROARQ/FAU/UFRJ. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Santa Úrsula (1992). Professora Adjunta desde 2015 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro no Departamento de Arquitetura e Urbanismo – DAU/ESDI/UERJ. Atuação desde o ano de 2000, nas áreas de preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural: responsável técnica, fiscalização, consultorias e gerenciamento na execução de obras e projetos de arquitetura na restauração de edificações tombadas e/ou preservadas. No âmbito da universidade, coordena o projeto de extensão junto aos alunos em parceria com o IPHAN para a rerratificação da Portaria no 213/96, que dispõem sobre o entorno dos bens tombados na cidade de Petrópolis/RJ (2018– ); coordena o projeto de extensão relacionado à conservação e salvaguarda de acervos fotográficos de arquitetos e urbanistas (2020 – ); colaboradora técnica para o diagnóstico e estudo luminotécnico e de adequação das instalações elétricas do Museu Casa do Colono, Petrópolis (2021 – ). Entidades representativas: Conselheiro Suplente CAU/RJ (2015-2017).

claudia.baima31@gmail.com

#### **SANDRA ARAÚJO DE LIMA DA SILVA**

Doutora em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas (2015), mestra em Teoria Literária pela Universidade de Brasília - UnB (2002), Especialista em Língua Portuguesa pelo Centro Universitário de Brasília - CEUB (1995), graduada em Letras pelo UniCEUB (1993). Professora das disciplinas de Análise da Linguagem, Semiótica e Teorias da Linguagem e Orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC - nos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda do UniCEUB desde 2015. Tem experiência nas áreas de Literatura, Semiótica e Ensino de Língua Portuguesa, trabalhando principalmente nos cursos de Letras, Jornalismo e Publicidade e Propaganda. Atualmente, dedica-se ao estudo da Escrita Criativa em estágio pós-doutoral na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

sandradasilva22@gmail.com

#### **DENISE SETSUKO OKADA AHMED**

Doutora em Planejamento Urbano – IPPUR/UFRJ. Mestre em Direito das Cidades - UERJ. Especialista em Gestão Ambiental - Escola Politécnica da UFRJ PNUMA. Advogada. Procuradora concursada da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ. Membro da Comissão de Direito Ambiental da OAB/RJ. Professora convidada do Curso de Direito Ambiental da Escola Superior da Advocacia - ESA/OAB-RJ; dos Cursos de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ; da Escola de Administração Judiciária - ESAJ/TJRJ. Professora do módulo de Direito Ambiental do curso MBA em Gestão Ambiental e Sustentabilidade - FGV.

okada.ahmed@gmail.com

#### **JULIANO DE CASTRO SILVESTRE**

Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela PUC-GO (2019) na linha de pesquisa economia regional. Especialista em Marketing pela UFRJ (2002) e em Docência do Ensino Superior pelo SENAC-SP (2018). Graduado em Administração de Empresas pela PUC-GO (2000). Professor e coordenador do curso superior em Produção Cênica da Escola do Futuro em artes BASILEU FRANÇA (GO). Coordenador do projeto de implantação da primeira empresa júnior de artes no Brasil (Empresa Basileu Artes). Coordenador de Desenvolvimento e

Inovação Tecnológica da organização social CEGECON. Consultor e Elaborador de Projetos Socioculturais. Colaborador da SBPC/GO. Pesquisador de temas como o da economia local e do desenvolvimento socioeconômico em pequenos e médios municípios goianos. Estudioso do Mercado de Trabalho no Estado de Goiás. Palestrante nas áreas de empreendedorismo, gestão cultural, finanças e metodologias ativas na educação profissional.

okada.ahmed@gmail.com

#### **RAQUEL MIRANDA BARBOSA**

Doutora em História, desde 2017, pela Universidade Federal de Goiás, na linha de pesquisa Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História. Foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Mestre em História Cultural pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2009), linha de pesquisa História, Cultura e Poder. Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás (1998). Professora de História Moderna e Contemporânea na Universidade Estadual de Goiás. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Métodos e Técnicas no Ensino de História. Autora da dissertação "A Senhora Luz, a Senhora Guia": na festa o entrecruzar da História, Religião e Cultura Popular na Povoação do Bacalhau (1857 a 1950) e da tese "Muito Além das Telas Douradas: cidade e tradição em Goiandira do Couto (1960-2001). Tem pesquisa sobre o campo religioso na cidade de Goiás. Atualmente, estuda a produção artística (pictórica) e cultural no Brasil Central e também é professora de do Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) do Câmpus Cora Coralina da Universidade Estadual de Goiás (UEG) na Linha de Pesquisa: Cultura, Preservação e Identidades.

rm-babosa1976@bol.com.br

#### **ALINE AMARAL DI SALVO**

Mestranda Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) do Câmpus Cora Coralina da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2006). Foi bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio/PEP, promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / IPHAN (2007/2009). Participou da 11ª Edição do Curso de Gestão e Prática de Obras de Conservação e Restauro do Patrimônio Cultural, promovido pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada - CECI - Pernambuco (2011/2012). Desenvolveu trabalhos de consultoria técnica especializada em Patrimônio Cultural em municípios mineiros e posteriormente, na Superintendência do Iphan no Estado de Goiás, quando foi contratada temporariamente pela Unesco. Foi Coordenadora Técnica do IPHAN - MA, permanecendo até o ano de 2013 - mesmo ano de sua convocação no Concurso Iphan. Atualmente é servidora na Superintendência do Iphan em Goiás.

disalvo.arquitetura@yahoo.com.br

#### **BARBARA FRANZ**

Doutora em Planejamento Ambiental (2011) pela COPPE/UFRJ. Mestre em Geociências pela UFF. É graduada em Oceanografia pela FURG. Professora do Departamento de Análise Geoambiental do Instituto de Geociências da UFF. Seus projetos de pesquisa relacionam-se principalmente aos de temas de gestão de desastres naturais, gestão de resíduos sólidos e gerenciamento costeiro.

barbara\_franz@id.uff.br

#### **BIANCA DUARTE**

Bacharel em Ciência Ambiental (2019) pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Atualmente, trabalha com gestão de resíduos sólidos, com foco no tratamento do Biogás gerado pela decomposição dos resíduos. Possui interesse pelo tema da vulnerabilidade ambiental a alagamentos no município de São Gonçalo por fazer parte da parcela atingida pelos eventos, o que despertou interesse no estudo de seus fatores agravantes.

biancaduarte@id.uff.br

**FELIX CARRIELLO**

Doutor em Geografia (2012) pela UFF. Mestre em Sensoriamento Remoto (2004) pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Possui graduação como Arquiteto E Urbanista pela UFF. Professor do Departamento de Análise Geoambiental do Instituto de Geociências da UFF e do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFF. Coordenador do projeto de pesquisas "Observatório das Cidades Fluminenses" do Laboratório de Estudos do Patrimônio da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF.  
felixcarriello@id.uff.br

**RACHEL DE CASTRO ALMEIDA**

Pós-doutorado em Sociologia na Universidade Nova de Lisboa (2012-2013). Doutora em Ciências Sociais pela PUC Minas (2010). Mestre em Ciências Sociais pela PUC Minas (2001). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela PUC Minas (1996). Professora e pesquisador na área de estudos urbanos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e EMGE. Sua pesquisa atual enfoca a interseção do espaço público, mobilidade urbana e direito à cidade como elementos-chave de novas formas de resistência cotidiana em cidades globais.  
rachel.castro.almeida@gmail.com

**EDILSON DA SILVA CRUZ**

Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Mestre em Educação (2016) pela Universidade de São Paulo – USP. Possui graduação em Letras (2010), Português e Espanhol, pela Universidade de São Paulo – USP. É Diretor de escola da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.  
edilson.cruz@sme.prefeitura.sp.gov.br

**DAIANE SILVA CARVALHO**

Mestre em Ciência da Informação (2017) e Especialista em Mediação Cultural (2013), ambos pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Possui Graduação em Museologia (2009) pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Trabalhou no Núcleo de Museologia do Museu de Arte Moderna da Bahia (2009-2011) e atualmente é Museóloga do Museu da Abolição (IBRAM/Ministério do Turismo), no qual desenvolve atividades de Documentação Museal, Planejamento e Concepção de Exposições e Segurança em Museus.  
dai.carvalho2008@gmail.com

**DAISY CONCEIÇÃO SANTOS**

Doutoranda em Antropologia da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos (2014) pelo Pós-Afro/Universidade Federal da Bahia - UFBA. Especialização em Arte e Patrimônio Cultural (2010) pela Faculdade São Bento da Bahia – UFBA. Possui graduação em Museologia (2009) pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Servidora do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), lotada no Museu da Abolição. Vice Presidente da Associação Afro-Brasileira Casa do Mensageiro do Terreiro Ilê Axé Ojisé Olodumare, foi a responsável técnica da implementação do Museu Afro-Brasileiro Pai Procópio de Ogunjá. Tem experiência na área de Museologia, como profissional atuante na área, e como pesquisadora sobre os temas: produção e consumo de moda afro e afro religiosa.  
daisysantos1716@gmail.com

**UIARA MARTINS**

Doutora em Turismo com ênfase em gastronomia pela Universidade de Aveiro (2016). Mestre em Gestão e Planejamento em Turismo pela Universidade de Aveiro/Portugal (2009). Possui graduação em Tecnologia em Hotelaria pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (2006). Atualmente é professora no curso de Gastronomia do Centro Universitário Uninassau em Fortaleza. Coordena a Especialização em Gastronomia Brasileira na Uninassau Fortaleza. É também Avaliadora do MEC/INEP para o curso de Gastronomia. Tem experiência na área de Alimentos e Bebidas, Gestão em Gastronomia, Turismo



Gastronômico, Turismo Cultural e Gastronomia Brasileira. Desenvolve pesquisas na área do Patrimônio Gastronômico, Culinária Típica Cearense, Gastronomia Brasileira e Turismo Gastronômico.

uiara19@hotmail.com

#### **JULIANA LINDER DE OLIVEIRA IAHN**

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo - Planejamento e Infraestrutura Urbana (CEUB). Especialista em Gerenciamento de Projetos (PUC-Minas). É graduada em Engenharia Civil (CEUB). Trabalhou em 2019 e 2020 na Coordenação de Projetos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal-SEDUH. Atualmente é do quadro técnico permanente da Universidade de Brasília-UnB e bolsista da CAPES / PROSUP do Programa de Mestrado do UniCEUB. Desde 2016 participa de grupos multidisciplinares de estudos de planejamento urbano.

juliana.iahn@unb.br

#### **ALDO REZENDE**

Pós-doutorando em Educação -PPGE/CE/UFES. Doutor em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ). Mestre em Geografia (UFES). Mestre em Turismo e Hospitalidade (Universidade Anhembí Morumbi-SP). Graduado em Geografia e História (PUC-MG). Professor do programa de mestrado em Educação Profissional e Tecnológica-ProfEPT, professor e coordenador de curso técnico integrado, IFES, campus Vitória. Pesquisador e coordenador do programa de extensão e pesquisas do Proeja, IFES. Membro do Grupo de pesquisas do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos- PPGE/CE/UFES. Membro do Fórum Estadual da Eja-ES.

aldo.rezende@ifes.edu.br

#### **EDNA CASTRO DE OLIVEIRA**

Pós doutorado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2017). Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal Fluminense (2005). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Possui graduação em Pedagogia. Atualmente é professora voluntária da UFES, integra a linha de pesquisa Educação, Formação Humana e Políticas Públicas do PPGE/CE/UFES. Compõe a coordenação colegiada do Fórum de EJA do ES e do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos do Centro de Educação da UFES. Tem se dedicado à pesquisa na formação de educadores de jovens e adultos, interface com as seguintes áreas: alfabetização, educação do campo, educação profissional, políticas públicas e movimentos sociais.

oliveiraedna@yahoo.com.br

#### **MARIA JOSÉ DE RESENDE FERREIRA**

Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/CE/UFES) (2017) na linha de pesquisa Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas. Mestre em Educação Profissional pelo Instituto Superior Pedagógico para a Educação Técnica e Profissional Hector A. Pineda Zaldivar de Havana/ Cuba, revalidado pela UFG (2003). Especialista em História do Brasil (PUC/MG) e em Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (CEFETES). Graduada em História pela Universidade Federal do Ceará (1990). É professora voluntária do Instituto Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo do Campus Vitória e atua no Proeja e no Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Educação Profissional. Compõe a coordenação colegiada do Fórum de EJA do ES e tem se dedicado aos estudos e às pesquisas acerca do sujeitos da EJA e do Proeja, sexualidade, relações de gênero e étnico-raciais, educação e trabalho, diversidade, políticas públicas e formação de professores.

majoresende@yahoo.com.br

#### **FRANCISCO AFONSO DE CASTRO JUNIOR**

Excurrículo. Quando jovem me interessei pela música, quase quatro anos de estudos. A vida, porém, trouxe obrigações que me fizeram terminar o bacharelado de administração de empresas. Envolvido profissionalmente com a fabricação de mobiliário, frequentemente detalhava os projetos de interior que, em grande parte, não eram projetos executivos. Assim, na arquitetura e no urbanismo encontrei uma

oportunidade de dar vazão aos meus devaneios e low'curas artísticas além de algum dinheiro para a luta diária. Após a conclusão do curso, talvez por influência de pai e mãe professores, entrei em sala de aula sentando em outra cadeira. Percebi que a escola nos exige tomar o partido do amadurecimento, da transformação e sobretudo da crítica. Foi necessário aprender a educar em uma pós graduação em docência. Empolgado, segui no mestrado achando que um dia poderia ser um mestre em sala de aula. Engano... Mais estudo, mais oportunidade e conhecimento exigem maior responsabilidade social. Atualmente no doutorado, busco encontrar caminhos para continuar lutando contra as injustiças da vida.

[milplanosarquitetura@gmail.com](mailto:milplanosarquitetura@gmail.com)

#### JOELMA HEMENEGILDA SENA

Dileitante do campo da Arte e artista plástica nas horas vagas, graduou-se em Turismo pelo Centro Universitário Newton Paiva, mas, ao invés de turismóloga, virou turista e aspirante a fotógrafa. Especializou-se em Gestão Ambiental (SENAC/MG), mas se interessou mesmo foi pela leitura estética das paisagens. Habilitou-se em Artes Visuais pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, foi assim que se apaixonou pela escrita. Servidora pública há treze anos, já trabalhou com Recursos Humanos no extinto Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER/MG), com Patrimônio Histórico no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais (IEPHA/MG) e com Agricultura Familiar na Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Desde de 2013, trabalha nos bastidores da educação na Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente está cursando mestrado em Educação e Docência na Faculdade de Educação da UFMG pesquisando sobre inclusão a partir da Arte. Ama publicar crônicas afetivas nas redes sociais e gosta de explorar seu conceito de “descurriculum” para falar sobre a importância de experiências plurais para a formação individual.

[jo\\_sena@msn.com](mailto:jo_sena@msn.com)

#### SÁVIO TADEU GUIMARÃES

Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ) em intercâmbio com a Universidade Nova de Lisboa (UNL). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense de Niterói (UFF). Especialista em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e graduado em Arquitetura e Urbanismo pela mesma Universidade. No âmbito do Ensino, foi docente dos cursos de graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, de Centros Universitários do Grupo Anima Educação em Belo Horizonte, do Instituto Planalto em Brasília, bem como dos cursos de graduação e mestrado do Centro Universitário de Brasília. No âmbito da Pesquisa, concentra-se em estudos que perpassam a influência das novas tecnologias de informação como meios de concepção, preservação e divulgação, tanto da arquitetura emergente na contemporaneidade quanto da arquitetura tornado patrimônio cultural, sendo criador do Grupo de Pesquisa *situ-AÇÕES* e membro do Laboratório de Pesquisas LESTE IPPUR-UFRJ, além de revisor ad hoc. No âmbito da Extensão, tem experiência como consultor do patrimônio cultural em cidades do Estado de Minas Gerais, como analista de gestão e preservação do patrimônio cultural pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) e como membro de associações e conselhos nacionais e internacionais voltados à cultura e à conservação do patrimônio cultural. Em todos esses âmbitos, registros fotográficos realizados aqui e ali vêm se alternando entre um instigante instrumento de trabalho e uma prazerosa possibilidade de ócio e expressão, como nas imagens aqui utilizadas visando contribuir para certa coesão conceitual da multidisciplinaridade configuradora deste livro.

[savio.aula@gmail.com](mailto:savio.aula@gmail.com)









*[...] na encruzilhada de todos os outros discursos, em posição trivial com relação à pureza das doutrinas.*

Roland Barthes

SÃO AS MÚLTIPLAS INTERPRETAÇÕES E CONSIDERAÇÕES A QUE UM CASO ESPECÍFICO NOS PERMITE REALIZAR QUE INSTIGARAM O PRESENTE LIVRO; UM LIVRO PAUTADO, EXATAMENTE, EM ABORDAGENS DE VÁRIOS CASOS, DESENVOLVIDAS SOB OLHARES TÃO DIVERSOS QUANTO ABRANGENTES - REFLEXOS DE ESFORÇOS ACADÊMICOS PARA ILUMINAR O CONHECIMENTO, DE ESFORÇOS COMPLEMENTARES NO PENSAR SOBRE UM ESPAÇO OU LUGAR, UM INDIVÍDUO OU GRUPO SOCIAL QUE ALI SE EXPRESSA DE ALGUM MODO.

ASSIM, BUSCANDO CONTRIBUIR PARA A REFLEXÃO SOBRE UMA DADA REALIDADE SOCIOESPACIAL PELO VIÉS DA MULTIDISCIPLINARIDADE, ESSA REFLEXÃO PODE SER AQUI ESTIMULADA, TANTO EM CADA UM DOS QUINZE CAPÍTULOS DO LIVRO, FOCADOS EM CIDADES BRASILEIRAS OU QUESTÕES ESPECÍFICAS VISTAS A PARTIR DE UM CAMPO DISCIPLINAR TAMBÉM ESPECÍFICO, QUANTO EM SUA JUNÇÃO NESTA OBRA, QUE ASSIM EXPLÍCITA O TÍTULO DADO, UM “ESPAÇO LIVRE”, QUE AGREGA “REFLEXÕES MULTIDISCIPLINARES SOBRE CIDADE E SOCIEDADE”.